UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA ALVES SICCA LOPES

TERRA, ESPÍRITO E HOMEM: A NOVA CAPITAL E AS IMAGENS DA BRANQUITUDE NA REVISTA *BRASÍLIA*

Belo Horizonte,
2021

Amanda Alves Sicca Lopes

TERRA, ESPÍRITO E HOMEM:
A NOVA CAPITAL E AS IMAGENS DA BRANQUITUDE NA REVISTA *BRASÍLIA*

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte,
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

L864t

Lopes, Amanda Alves Sicca.

Terra, espírito e homem [manuscrito] : a nova capital e as imagens da branquitude na Revista Brasília / Amanda Alves Sicca Lopes. - 2021.

287f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço (Arquitetura) - Teses. 2. Brasília (DF) - Teses. 3. Relações raciais - Teses. 4. Brancos - Teses. 5. Colonização - Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13

Bibliotecária responsável: Vanessa Marta de Jesus – CRB 6/2419

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Invasão Consumada: Terra, Espírito e Homem na revista Brasília

AMANDA ALVES SICCA LOPES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 28 de julho de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Frederico Canuto - Orientador
EA-UFMG

Profa. Dra. Renata Moreira Marquez
EA-UFMG

Prof. Dr. Paulo Tavares
UnB

Belo Horizonte, 28 de julho de 2021.

DECLARAÇÃO

Para ser anexada à ata de defesa, declaro por meio desta que a dissertação de mestrado de Amanda Alves Sicca Lopes, aprovada em 28 de julho de 2021, teve seu título modificado a partir de sugestão da Comissão Examinadora, conforme o novo título a seguir:
TERRA, ESPÍRITO E HOMEM: A NOVA CAPITAL E AS IMAGENS DE BRANQUITUDE NA REVISTA BRASÍLIA.

À disposição



_____
Frederico Canuto
Belo Horizonte, 23 de agosto de 2021

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

agradecimentos

À fonte de tudo que é, eu agradeço. Agradeço por fazer parte desse mistério de puro encanto que é a vida. Agradeço às miudinhas pedras que sustentam os maiores lajedos, bem como agradeço ao chão sobre o qual se desenrola a dança eterna da existência.

Ao todo, em toda sua multiplicidade, por ser parte. E a cada uma de suas outras, eu agradeço. Ao que nele é luz, e também, ao que é sombra, eu agradeço.

À Natureza Divina. Aos seus infinitos encantos, que as palavras nunca serão capazes de descrever, minha eterna gratidão. À toda a espiritualidade que me ampara, eu não posso agradecer o suficiente. Ao Vegetal, minha infinita gratidão por poder ser sua aprendiz.

Agradeço aos que vieram antes. De tanto tempo atrás, mesmo antes dele existir. Agradeço a cada passo que deram e que me permitiram estar aqui, agora, experienciando essa existência. Que também se faz repleta de vocês. Em especial aos meus avós, todo meu amor e minha eterna gratidão

Aos meus pais, que nessa rodada escolheram me receber. Me mostrar o mundo, me dar tudo que necessitei para enfim andar só. Minha profunda gratidão por tudo, mesmo pelo que muitas vezes julguei serem erros e que com o tempo se mostraram os mais importantes ensinamentos. Eu agradeço por aprender a amar com vocês, eu agradeço por receber o infinito amor que me agracia a partir de vocês. Gratidão. Minha eterna gratidão, por tudo. Os amo imensamente.

À minha irmã, minha parceira nessa jornada. Talvez a tarefa mais difícil seja explicar o amor, por isso eu prefiro senti-lo, me preencher dele. Você é uma das mi-

nhas maiores mestras nesse caminho, que me ensina a amar e entender isso que escapa às palavras e por tanto não poderia agradecer o suficiente. É uma honra e um privilégio te chamar de irmã. Minha eterna gratidão, por tudo. E dentro desse tudo por sempre revisar os meus textos, acho que vale deixar isso aqui registrado. Te amo imensamente.

Aos meus amigos. Dos quais eu recebo a benção de chamar assim e mais ainda de vivenciar a partir de vocês e com vocês a beleza desse amor que me fortalece. Agradeço por me amarem apesar de mim e por sempre me lembrarem do caminho de volta para casa. Agradeço por mesmo na distância estarem na proximidade do coração. Minha eterna gratidão, por tudo.

Aos meus guias. Por nunca permitirem que eu me esquecesse do mais importante. Por me guiarem, me conduzirem no caminho do bem, minha eterna gratidão. Por esses laços que ultrapassam essa dimensão e que me fortalecem no aqui e agora. Eu agradeço de todo o meu coração.

Aos meus mestres. Todos eles. Minha profunda gratidão.

Aos meus professores, que me ensinaram sobre o mundo, mas mais ainda sobre o amar, eu agradeço.

Ao Fred, minha profunda gratidão. Por me permitir explorar, bem como me dar limites quando o que eu mais precisava era deles, eu agradeço. Agradeço por nossos caminhos terem se cruzado e mais ainda por eu ter tido a oportunidade de caminhar com a sua guiança. Descobri tanto de mim por meio dessa jornada que eu não posso agradecer o suficiente pelo senhor ter sido meu mestre nesse caminho. Minha eterna gratidão, professor.

À UFMG, em especial a EA, casa que me acolheu com tanto amor e que me deu muito mais do que poderia imaginar, minha profunda gratidão. Por cada aprendizado que eu recebi, por todas as ferramentas que me deu, por todos os meios que me permitiu expandir a minha consciência, eu agradeço eternamente.

À todas as escolas por onde passei, onde pude ser aprendiz. Minha eterna gratidão.

À Belo Horizonte, a cidade que sempre disse que iria morar e que me acolheu com todo o amor que poderia receber, minha gratidão. Toda nutrição que eu recebi do seu chão, me sustentam e me fazem mais forte para seguir. Eu agradeço. À poesia de seu céu, à proteção das montanhas, à liberdade de suas ruas, gratidão.

Gratidão a todos da Rua Alagoas, 750. Vocês me ensinaram a ser mais eu e por isso eu não poderia agradecer o suficiente. Agradeço por todo o apoio, por todo cuidado e por todo o amor que eu recebi e conheci por meio de vocês. Minha eterna gratidão.

E, finalmente, à Brasília. Por ser meu porto, do qual eu sempre regresso após

as mais longas jornadas, por ser meu espelho onde eu posso enxergar as mais desconfortantes sombras, bem como o brilho mais lindo da minha luz, eu agradeço.

Aos que não citei, por simples falta da memória, mas habitam no meu coração e cujo amor faz parte de mim, eu agradeço.

À todo o amor que tudo é. E essa jornada que me ensinou tanto sobre seus mistérios. Eu agradeço de todo coração. Sou sua eterna aprendiz.

Enfim, minha eterna gratidão.

resumo

A construção de Brasília significou, entre muitas coisas, dentro do imaginário construído pelas narrativas hegemônicas,o amadurecimento da nação brasileira, assim como a afirmação do gênio do seu povo, buscando a renovação de sua identidade a fim de a localizar entre as grandes nações da civilização ocidental. Embora revestida de tantos significados que tinham como objetivo positivar a imagem do país, Brasília foi, também, a continuação da colonização iniciada em 1500. Apesar de hoje esta questão ser pouco invocada quando se refere à construção da capital, este foi um argumento fundamental para a sua realização. A ocupação territorial é indispensável para a colonização, uma vez que, além do domínio material ela, também, expressa a expansão de um domínio subjetivo que sustenta a forma social do colonizador no território invadido. Essa estrutura, fundamentalmente racista, localiza no que chamamos de branquitude o privilégio sobre o acesso não apenas à realidade material, assim como também à simbólica, criando um mundo onde quem é racialmente identificado como branco se encontra em lugar de vantagem em relação aos não brancos. Os estudos sobre a questão são relativamente recentes no cenário acadêmico brasileiro, poucos tentam traçar as relações entre essas subjetividades e sua ocupação territorial, em especial sua ligação com a colonização deste território. Para tanto este trabalho busca compreender a construção da subjetividade branca a partir de Brasília, cidade fundamental na expansão dos seus modos de vida pelo território brasileiro, analisando o discurso das primeiras 44 Revistas *brasília*, esta que foi criada pela Novacap com a finalidade de propagandear a construção da nova capital. Levando em conta o rico material que são estas revistas, metodologicamente, sobre ele foi aproximado a partir de três principais perspectivas: as narrativas sobre a terra, sobre o espírito – o mundo sensível – e sobre o homem, buscando-se, principalmente, compreender quais as crenças que sustentaram e que levaram à expansão do modo de subjetivação que sustenta a chamada civilização brasileira. O trabalho, também, buscou se aprofundar no entendimento sobre o discurso da colonização no século XX, pouco relacionado à construção e expansão do modelo sócio-espacial que se manifesta na realidade material do território nacional.

Palavras-chave: Brasília. Colonização. Revista brasília. Modos de subjetivação. Branquitude.

abstract

The construction of Brasília was, between many things, within the ideal constructed by the hegemonic narratives, the ripeness of the Brazilian nation, as well as the affirmation of the genius of its people, seeking the renewal of its identity in order to place Brazil between the great nations of the western civilization. Although dressed with so many significations that had the objective of enhancing the country's image, Brasília was also the continuation of the colonization started in 1500. Although today this issue is rarely called upon when referring to the construction of the capital, this was a fundamental argument for its realization. The territorial occupation is essential for colonization, since, in addition to the material domain, it also expresses the expansion of a subjective domain that sustains the social form of the colonizer in the invaded territory. This structure, essentially racist, places in what we call whiteness the privilege over the accesses not only of the material reality, but also of the symbolic ones, creating a world where those who are racially identified as white are at advantage over those who aren't. The studies on this issue are relatively recent in the Brazilian academic arena, very few attempt to trace the relationship between these subjectivities and their territorial occupation, especially their connection with the process of colonization of this territory. Therefore, this work seeks to understand the construction of the whiteness starting from Brasília, which was fundamental for the expansion of its subjectivation modes throughout the Brazilian territory, analyzing the discourse of the first 44 Revistas brasília, which were created by Novacap with the purpose of promoting the construction of the new capital. Taking into account the rich material that are these magazines, the approach followed three main perspectives: the narrativies about the land, about the spirit – the sensitive world – and about the man, seeking primarily to understand which beliefs supported and which led to the expansion of the subjectivation mode that sustains the so-called Brazilian civilization. The work also sought to deepen the understanding of the discourses of the colonization in the 20th century, little related to the construction and expansion of the socio-spatial model that manifests itself in the material reality of the national territory.

Key-words: Brasília. Colonization. Revista brasília. Modes of subjectivation. Whiteness.

sumário

1 ANTES DE COMEÇAR, JÁ COMEÇANDO: DIVAGAÇÕES MINHAS **15**
2 AS IMAGENS ANTES DA REVISTA *BRASÍLIA* **22**
3 COMO O CAMINHO FOI PERCORRIDO: SOBRE A METODOLOGIA E O PROCEDIMENTO **32**
4 O TODO ANTES DAS PARTES: UMA VISÃO GERAL DA REVISTA *BRASÍLIA* .. **38**
5 TERRA **56**
5.1 Separação Natureza e Homem 56
5.2 Interiorização da civilização 58
5.3 Imigração e Colonização 63
5.4 A palavra e o domínio da terra 66
5.5 Conquista da Amazônia 74
5.6 Higienismo e expedições 84
5.7 Clima europeu 90
5.8 A questão das favelas 97
5.9 As ‘cidades satélites’ 99
5.10 Os registros da Cidade Livre 102
5.11 O território nas fotografias 106
6 ESPÍRITO **112**
6.1 Mentalidade 112
6.2 Teorias evolucionistas 116
6.3 Espírito de Brasília 122
6.4 O massacre da Pacheco Fernandes 125
6.5 O deus da igreja católica e Brasília 127
6.6 Nossa Senhora contra o comunismo 134
6.7 Árvores e a herança lusitana 138
6.8 O mito fundador e as primeiras missas 142
6.9 Profecia do santo italiano 157
6.10 A nova civilização 161
7 HOMEM **164**
7.1 Brasil e as teorias racistas 164
7.2 Miscigenação positivada e o paraíso das raças 169
7.3 Tipo racial brasileiro 171
7.4 Democracia racial 175
7.5 Negação da escravidão 178
7.6 Branquitude 179
7.7 Representações dos brancos 186

7.8 Presença indígena 194
7.9 Presença negra 206
7.10 Mosaico de fotos dos brancos 219
7.11 O candango 223
7.12 Retrato da população de Brasília e seus privilégios 245
7.13 A cor da cidade 248
8 ATÉ ONDE FOI O CAMINHO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS **252**
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **260**

antes de começar, já começando: divagações minhas

Tantas vezes comecei este trabalho, tantas foram as frases iniciais. Muitas as voltas que o tempo deu, muitos os trabalhos que este foi até ser esse que se organiza agora com o bater dos meus dedos e o fluir do pensar. Muitas foram as formas que tentei dar, esta foi a forma que ele se deu. É responsabilidade minha como se apresenta, não vou falar que não é meu, mas em meu entender o conhecimento tem uma força que transcende essa ideia de criação. Sou uma buscadora que aqui apresenta o que encontrou nessa jornada de dois anos, mas que também é de mais. É de um tempo sem data.

Agora vai tomando esta forma na matéria porque o tempo do calendário chama, e os compromissos assumidos pedem respostas. Mas mais interessante que a estas, um amigo, preto e velho me disse, são as perguntas que movimentam. Não procuro te entregar nenhuma resposta, nada cristalizado ou finalizado, mas só um apanhado do que me moveu estes tempos para cá. Não para falar de qualquer falha, essas já tomo como dados da minha humanidade, assumo-as todas, mas para falar de algo maior que é a impossibilidade de acabamento das coisas. Nada se finda. Não que este trabalho não vá terminar na sua materialidade, mas ele continua, também, nesse terceiro que se cria da nossa interação.

Saber não tem forma por isso não tem fim. O que se dá forma sim. É a restrição, uma parte de um todo sem fim.

Em vários momentos vocês verão esse movimento de ir e vir, no fundo espero que não, mas como disse este foi um trabalho que começou várias vezes e nada que foi vai deixar de ser. Trechos, partes, vão deixar mostrar esse movimento para quem souber ver. Assim talvez a gente rompa com essa ideia de que algo é homogêneo. Acredito que nada é. Veja bem, isto aqui também está sendo construído sobre o que

eu acredito ou não. Assim como toda realidade alicerçada em crenças. Compartilho sem querer que nada disso seja um universal ou uma verdade.

Este trabalho tem trazido um aprendizado tão profundo que muitas vezes se torna difícil compreender os limites entre eu e ele. Assim, não posso crer que eles existam. Então há tanto de mim, quanto há de todos que percorreram esse mundo antes da minha existência aqui aportar. Escrevo tentando desvelar o que meus ancestrais tentam me alertar, sobre os caminhos antes escolhidos e sobre os passos que hão de nos levar para novas paragens. Nestas que se desenrolam horizontes novos, porém profundamente reconhecidos, antigos.

A mudança vem de forma silenciosa, devagar vai se mostrando. Espero que esse trabalho seja um de seus sussurros, avisando que ela pode tardar, mas jamais falha. Porque é fundamento da vida.

Bom, a necessidade de fazer parte disso é um compromisso que tenho com a transformação minha e dos meus, apesar de compreender que não sou responsável por estes últimos. Minha vida tem sido, ou é, por enquanto, voltada para a busca do que se firma além da ilusão. Do que me faz ser porque está em todos os lugares, desfazendo-me de qualquer crença que o eu criou para se diferenciar. Cada vida, na minha compreensão, é uma expressão da unidade maior a qual todos se conectam, e fazem parte, são. É esse retorno para casa, que busco a cada passo que dou nesta jornada.

Como disse, este trabalho é parte disso. Dessa busca pela compreensão do que inebria criando a falsa crença de uma separação. Criando uma realidade que a espelha. Do que gera o medo da fragilidade de não ser isso que acreditei ser. Do

desencanto da vida, que fez ser apagada quando a luz nunca deixou de pulsar.

Estou me alongando aqui sem me apresentar. Você já deve saber como me chamaram, está na capa. Prazer. Sou este trabalho que também se apresenta para você, este que é parte do meu sopro, da minha carne, do meu desejo, da minha sede. De vida que chamo de minha. Na verdade, acredito que nada disso seja meu. Meu, minha, são reduções da língua. Não tenho posse sobre nada. Tenho responsabilidade em relação ao meu movimento, mas não tenho posse sobre nada disso. Talvez, as coisas nos pertençam porque elas se tornam parte da gente nesse eterno atravessar do tempo, da vida. Mas pertencer não é ter posse.

O corpo que a terra me emprestou, que faz parte de quem agora sou, é um corpo branco. Um corpo de uma mulher branca. Branca que aqui se passaria como branca-branca, mas também nem tanto, e lá fora é facilmente localizada como latina nas representações disponíveis. Branca, filha de servidores públicos, meu pai militar, da marinha, minha mãe enfermeira, de hospital universitário. Digo isso para que consiga me posicionar dentro do espectro de privilégios de raça. Digo isso, também, porque acredito ser importante. Não que isso me restrinja, mas diz muito sobre o que me foi disponibilizado pela sociedade.

Entendendo ser uma sujeita coletiva, que esse eu não é invenção minha, mas algo que foi se impregnando na carne ao longo do atravessar de muitos tempos, esses que se perdem nas voltas da existência. A partir do outro fui criando isso que chamo de eu, nunca uma operação solitária, mas um agregado de tantas dimensões quantas as que me cruzaram. Consciente ou inconscientemente, reuni isso, que em parte se apresenta aqui.

E esse é um trabalho assim também. Um agregado de vozes, de várias miradas que me atravessaram e que aqui ganham esta forma. Dou o sopro que encanta essa jornada, que se constrói com palavras que não são minhas, mas nossas.

Nada aqui é novo, nada novo sob o sol, apesar de singular como se organiza porque é animado por essa vida que é única, não há nenhuma reivindicação de originalidade, de novidade. Tudo aqui já tem sido repetido, escutou quem quis, enxergou quem teve olhos para ver.

Falo estas coisas, também, para escapar de uma crença antiga e estabelecida pela branquitude de que existe alguma neutralidade em qualquer coisa, que existe no saber. Em qualquer conhecimento. Bom, se existe, neste plano de existência, eu não conheço e, se existe aqui, não se apresenta. Este conhecimento não é, foi reunido e é reverberado por este corpo, que transcende esta materialidade, mas que experiencia esta realidade a partir dele. Localizo estas palavras e me responsabilizo por elas. Localizo-as na minha experiência da vida, esta que é limitada, singular, porém amplificada na minha existência que é coletiva. Somos também as crenças dos que vieram antes, o trabalho aqui é compreender o que não serve mais. O que é ilusão. Esta ilusão de separação.

O mundo, fruto dos processos de colonização, foi construído sobre ela. O eu e o outro, a natureza e o homem. Ficções criadas sobre a realidade, impostas como única possibilidade. A maior, talvez, é a que separa o homem de sua própria humanidade. Crenças que podemos localizar em uma razão branca, da cor do colonizador e de sua cultura. Tudo isso vamos conversando mais ao longo desse caminhar, que apareceu agora porque me deu vontade de falar.

O meu corpo, esse que visto nessa rodada, carrega a herança dessas histórias inventadas para justificar a dominação dos que não faziam parte do grupo, de alguns, de meus antepassados. Apesar de ser apenas a imagem da sinhá, e não de quem realmente dá as ordens nessas paragens, o mundo material foi feito para meus semelhantes, para sua perpetuação.

Essa ilusão foi construída, e ainda se reforça, sobre a desvalidação de qualquer existência que não se enquadrasse em suas normas. À custa de muito sangue, lágrima e suor, sobre todo tipo de sofrimento que pode se estabelecer sobre a vida, impôs-se uma via de mão única para o curso da existência, massacrando tudo que contestasse seus direcionamentos.

Se o presente é como tal por causa de decisões do passado, há de se buscar os caminhos que nos trouxeram até aqui. Compreender nas encruzilhadas quais as escolhas que nos fizeram ser isso e que, mesmo que inconscientes, carregam as crenças de escassez que impulsionaram a dominação violenta. Conscientizar-nos das crenças que estruturam esta realidade material, que emerge de um mundo interno, do imaterial. Não que um exista separado do outro, mas um é pelo outro.

Falo aqui que o que já foi criado é, não para determinar nada. Não para dizer que não se pode mudar o que foi para que o agora deixe de ser o que foi e que ainda é. O tempo é de uma complexidade maior do que a linearidade imposta, do que a rigidez determinada. Digo simplesmente que as energias que se apresentam no agora reverberam até que a fonte seja transmutada. Elas são e continuam sendo se o passado não for modificado.

Deixo desde já este alerta, que é um desejo de quem aqui escreve. Peço sua compreensão se as palavras escolhidas levarem a alguma determinação, porque estas vão ter equívocos meus. Meu desejo é nada determinar. Se assim parecer será uma falha que assumo aqui. Buscarei não cometer, mas humana que sou aceito que tão pouco sobre mim tenho total controle e que existe algo de inconsciente que se manifesta além de meu eu. E que mostra o que acolher e integrar na minha totalidade.

Essa falta, essa limitação do que a vida pode ou não ser. Essa amarração é antiga, tanto quanto as primeiras invasões, ou mesmo anterior, construída sobre a crença de uma universalidade imposta por um deus único. As guerras em seu nome são mais velhas ainda e justificaram todo tipo de violência em nome da salvação do espírito, ou da imposição aos que determinavam não possuírem um. Essas marcas carregam nosso corpo de um trauma que se reinventa, reatualizando as formas que

nos impregnam.

Justificados pela religiosidade católica, um deus foi usado como validação para a barbárie. O deus da civilização europeia pode ter se metamorfoseado no deus dinheiro, mas continua sobre suas máscaras uma face de ira. De negação. Ele no céu e nós na terra lutando pelo seu perdão. Nascidos carregando o pecado original, amaldiçoados a estarmos separados da natureza, da divindade em si. Esse desejo de agradar a um invisível distante nos faz olhar para cima em vez de para dentro, e talvez essa seja sua maior maldição.

À sua imagem e semelhança, porém desconectados do sagrado em si, buscamos referenciais aos quais desesperadamente tentamos nos agarrar. Escutamos histórias e acreditamos nelas, imagens distorcidas de nosso passado constroem onde nos espelhamos. Histórias incompletas, histórias criadas para separar, para fazer crer que o mundo é esse e que só assim ele pode ser.

Temos de olhar para essas histórias que contaram para compreender o que quiseram que fosse acreditado. Nessas histórias inventadas onde seres foram criados como o outro da razão, esses que desviam, que precisam ser domados a partir do apagamento de suas ancestralidades, de suas memórias, de seus modos de ser. Esse outro que nem humano chega a ser. Essas histórias que vangloriaram genocidas, que transformaram assassinos em heróis, criaram o que vivemos hoje e que não desvia muito do que se foi.

Planejaram cidades, criaram a realidade material na qual se desenrola a existência de seres e pela qual os molda, fazendo crer que esse é o decorrer natural do progresso da civilização. Reeditando a ideia de um destino único, o qual inevitavelmente nos levaria a um certo lugar. Esse desejado, espelhado na vontade do colonizador.

No processo de invasão e conquista deste território, dentro dessa trajetória, e na minha compreensão, destaca-se Brasília. Sobre a capital muito foi contado, e mais ainda apagado. Mas não apenas sobra a cidade ‘moderna’, essa amarração, como disse, que desencanta as terras de cá, trabalha soterrando o que dela desvia. Brasília não foi somente metassíntese do programa desenvolvimentista do presidente ‘bossa nova’, ela é parte de uma história que há muito tempo se conta, sempre um pouco diferente e maior, mas sempre as ladainhas do senhor. Ela tem se construído sobre a repetição de padrões inconscientes, ou não, de um poder antigo que invade pela violência, favorecendo sempre sua manutenção em mãos brancas. As formas de dominação se reinventam e isso não é segredo para ninguém que as observe. Embora seus mecanismos se tornem cada vez mais complexos, dando a impressão que se afastam de sua origem, continuam reverberando as mesmas intenções de controle e dominação da vida por aqueles que se acham maiores que ela.

Como se estivesse reencenando a profanação original da terra, replicam-se os mesmos rituais. O impulso do colonizador de instaurar essa nova ordem que não

é só física, mas também espiritual. No capítulo 'Espírito' mais sobre isso será dito.

A cidade que representou a capacidade de criação do gênio brasileiro e da força da sua vontade significou, dentro do imaginário construído pelas narrativas hegemônicas, a grande possibilidade de reconstruir a nação e criar uma renovada identidade nacional. Essa que desde o século XIX tentam inventar no intuito de sermos um coletivo nos moldes civilizatórios da antiga metrópole. Não tendo muito como escapar do que se é, Brasília se concretizou como mais uma expressão da desigualdade socioespacial brasileira (HOLANDA,2003 e 2012) . A capital levou a novos patamares as técnicas urbanas higienistas de controle social, testadas desde o século XIX.

Esse *modos operandi* não começa em Brasília, mas teve nela o momento desejado de redenção do Brasil. Ousado, o país finalmente moderno, ou na busca de se mostrar como, procurava ser aceito no seleto grupo das 'grandes' nações. Anunciada pelo planejamento consciente de seu espaço, a sociedade mais igualitária, próspera de leite e mel, deixou de existir antes mesmo de sua inauguração, com o surgimento das primeiras cidades chamadas Satélites, ou ainda antes, nos violentos canteiros de obras (HOLADA, 2003; SOUSA, 2015). A história revestida de ilusões deixa emergir os desejos inconscientes de quem a contava.

Esses que contam, instauraram a ordem que favorece e protege apenas o seu grupo, esse de gente branca. A realidade é estruturada à maneira de possibilitar a manutenção do que de certa forma define a branquitude, a sua posição de privilégio material e simbólico em relação aos não-brancos.

A branquitude, criada no discurso universalizante como norma, pouco enxerga sua responsabilidade na estruturação do mundo como se apresenta. Este conceito será melhor esmiuçado no capítulo 'Homem', mas por agora seguimos assim. O branco não se vê racializado, pouco reflete sobre si ou produz conhecimento sobre o assunto, vendo-se de forma neutra, projetando no outro a carga que não reconhece como sua. É uma categoria relacional, que depende do contexto. É histórica, construída e se modifica com o transcorrer do tempo. Mas que, mesmo no seu processo de mutação, sempre se firma em uma situação hierárquica superior à dos não brancos.

Raça é constructo social (SCHWARCZ, 2012), que vem se sedimentando na consciência coletiva há tempo. Criado para justificar o acúmulo do poder na mão do branco e a subjugação do não-branco, os que o construíram se utilizaram de todo um aparato do Estado para a sedimentação desse conhecimento ilusório, que apesar de ter sido desmentido, ainda habita em nós. Este é estruturante do Estado, do poder que é exercido nessas terras. Estrutura dessa realidade material que experienciamos. Localizando, constantemente, este poder nas mãos da branquitude, herdeira do colonizador.

Essas narrativas sobre raça são recentes e fundamentais para a construção de uma "ciência" nessas bandas de cá, criadas/reinventadas no que daria origem às nossas instituições, à vida urbana, à manipulação da vida pelo Estado e a todo o

aparato de gestão técnico que conhecemos hoje. Que deu as bases desse coletivo nação. Brasília foi construída com o objetivo de abrigar esse aparato. Capital administrativa, possui em seu DNA toda a desigualdade racial de nossa vida coletiva, desde a colonização.

A capital foi passo importante na consolidação do processo de colonização. Constantemente reativando a energia dos "desbravadores" no imaginário de sua época, a construção de Brasília significou a expansão por todo território nacional da forma social do colonizador, no caso da branquitude.

Importante nesse trabalho, por que é meu entendimento, talvez pessoal, mas é uma chave para o pensar que corre solto aqui, é a compreesão de que a branquitude é herdeira do colonizador. Que o sistema estabelecido por aqui favorece e privilegia a branquitude, localizando-a sempre em uma situação hierárquica superior aos seres que não pertencem à sua categoria. Se não há herança consanguínea, há o beneficiamento dessa concentração de poder. E apesar de existirem múltiplas branquitudes, pode se entender que sempre serão existências favorecidas dentro dessa realidade construída.

Recente é o interesse sobre o branco, que começam a tomar corpo, por aqui, nos anos 1990, transpondo o olhar focado no não branco, em especial no povo negro, para a outra perspectiva em que a branquitude passa a ser objeto de estudo, de teorização. É um campo fértil para compreensão profunda da realidade que se apresenta, uma vez que busca entender de onde e para onde esse mundo foi estruturado. O que se chamou de branquitude é múltiplo, porém, sempre localiza no branco uma situação de vantagem na materialidade construída a partir dos processos de colonização, que tiveram no século XIX, o apoio de toda a construção de uma pseudociência que buscou justificar o lugar de dominação do branco.

Toda essa fundamentação de um mundo, a partir das crenças específicas de um grupo sobre toda a multiplicidade da vida, criou, a partir da ideia da universalidade do homem, esta profundamente localizada e pouco ou nada neutra ou universal, uma base de práticas culturais pouco ou nunca nomeadas, e que definem a branquitude (PIZA, 2014). Essas práticas, tidas como norma, ou normalizadas, criaram uma realidade que sustenta o lugar de superioridade dado ao branco, a partir expansão do seu aparato cultural. De sua civilização ocidental. Brasília, no entendimento deste trabalho, e no desejo de seus idealizadores, foi a consumação da expansão do modo de vida da branquitude, da expansão da sua civilização ocidental por todo o território nacional, a partir da imposição de uma forma de ser e existir em detrimento da multiplicidade de experiências sob as quais a vida se expressava.

Como reflexo de uma realidade subjetiva, a nova capital serviu para provar a capacidade e mais ainda sedimentar uma imagem condizente com o que o discurso fazia crer em relação ao povo brasileiro. Brasília foi espelho dos desejos, das crenças dos homens que a idealizaram, servindo como expansão de suas crenças sobre a vida, e que podem e devem ser localizadas numa experiência específica e racializada, vinculada a branquitude. Essas crenças sobre a terra, o espírito, o homem,

sobre o que a vida é ou deixa de ser, possuem localização específica e podem ser rastreadas a partir da compreensão do contexto histórico e social onde se inserem e de onde são fruto.

É nessas trilhas que vamos percorrer, buscando compreender como construíram isso que se dá como realidade material que nos cerca. Em especial sobre o imaginário que criou esse mundo, sobre as crenças do branco. Com um olhar focado sobre Brasília, entender essas imagens que foram criadas, as energias evocadas e que se conservam até hoje.

as imagens antes da revista *brasília*

Afinal, se a ilusão de separação fundamenta a modernidade nascida na barriga das caravelas, há de se compreender o que nos fizeram crer, quais as imagens que se incrustaram no nosso coletivo e que nos guiam na repetição dos mesmos padrões viciados de nossos antepassados.

Brasília significou, entre tantas coisas, dentro do imaginário construído pelas narrativas hegemônicas, o amadurecimento da nação, a criação e afirmação da vontade e do gênio do povo brasileiro, uma renovada identidade nacional que localizaria o Brasil entre as maiores nações do globo. Manifestou a vontade de grandeza e afirmação. Moderna, significaria o progresso da nação que buscava se firmar, demonstrando sua capacidade de cumprir com empreitada tão ousada. No entanto, concretizou-se como mais uma expressão da desigualdade brasileira, esta histórica, tão antiga quanto a chegada dos brancos europeus nas praias daqui.

Logo, não é de se espantar o fato de que a cidade artificial levou a novos patamares as políticas urbanas higienistas e de controle social promovidas pelo Estado, ou por sua ausência, relegando ao setor privado importante papel na urbanização da cidade. É uma continuação de um modo de agir que se inicia com as primeiras traças quando ainda possuíamos o estatuto de colônia, é a intensificação do que já vinha se estabelecendo no Rio de Janeiro como tendência desde as reformas urbanas de Pereira Passos. Sobre a imposição de uma norma, estrangeira a essas terras, no espaço.

A sociedade mais igualitária, anunciada pelos discursos crentes na técnica e no planejamento consciente, não alcançou a prática. Esta ilusão criada no discurso ruiu antes mesmo da inauguração da capital, com o surgimento das primeiras cidades que viriam a ser chamadas de Satélites. Estas foram, e continuam sendo, apesar de não serem mais chamadas por esse nome, frutos de violentas desocupa-

ções e da falta de um planejamento atento às desigualdades do país. Construídas a cerca de 25km do Plano Piloto de Brasília, essas novas ocupações expunham as profundas fraturas nos discursos de pretensa harmonia e comunhão que se propagava, na busca de estabelecer a crença de que aqui se vivia em uma democracia racial.

Conectados por vias expressas, estes núcleos dispersos formam ilhas envoltas por mares de áreas públicas livres, constituindo uma cidade de tecido esgarçado. Separado. É repetido, pelo poder público, nas regiões periféricas, uma versão mais barata, consequentemente, de menor qualidade, do desenho moderno empregado no Plano Piloto. Hoje, expandem-se também os condomínios, enclaves murados, frutos da ação da grilagem, responsável por parcela considerável da ocupação deste território.

Grande parte da população diariamente se desloca para o Plano Piloto, onde se encontra a maioria dos postos de trabalho e grandes equipamentos públicos. Onde se encontra a população a ser servida. O que polariza e afunila os fluxos das demais Regiões Administrativas e do Entorno do Distrito Federal, que tendem a funcionar como cidades dormitórios, profundamente dependentes desse centro onde se controla o poder.

A centralização no Plano Piloto afirma um modelo de organização espacial excludente, de apartação social, onde as elites habitam as regiões mais próximas ao centro e os assalariados e trabalhadores, excluídos desde a construção da cidade, residem em suas zonas periféricas. Existe uma clara relação entre raça e espacialidade, enquanto os brancos ocupam as regiões centrais, a população não-branca se espalha distante de onde se concentrou o poder.

A separação entre os corpos e a homogeneização dos espaços e deles nos espaços aponta para uma tendência das estratégias de poder em relação ao controle das operações dos seres. Na capital se tornam explícitas as principais características de uma sociedade disciplinar, que adestra seus corpos, a partir da organização e classificação dos indivíduos nos espaços segundo técnicas de planejamento moderno. Estas normalizam certas relações com a finalidade de as manter e reproduzir a partir da seletividade do controle social, que define a ordem estabelecida.

Existe em Brasília, desde sua origem, com a construção de Taguatinga, Sobradinho, Paranoá, com as remoções de favelas e de outras medidas de controle da população no espaço, uma espécie de apartheid velado. Não que fosse presente de forma explícita no discurso uma questão racial, até porque esta era tida como apaziguada dentro da crença da existência de uma democracia racial, porém havia o desejo de a todo custo proteger o Plano Piloto de tudo que pudesse corromper a ordem que se estabelecia.

Aqui, a exploração sistemática da população pelas classes privilegiadas se dá também pelo roubo do seu tempo, da sua vida, o que reproduz relações de poder antigas que condenam grande parte da população, não-branca, à exclusão. Na capital, esse mecanismo funciona nos tempos de deslocamento de quem migra diariamente para as suas regiões centrais. Os custos financeiros e cansaço físico causados pela mobilidade de longa distância são rápidos exemplos de mecanismos de reprodução dessa lógica de dominação.

A configuração dada ao território de Brasília dificulta o contato entre os corpos, especialmente entre os de grupos diferentes, uma vez que a distância física, característica fundamental do planejamento urbano da capital, funciona aprofundando suas diferenças. Classificando e hierarquizando pela possibilidade de acesso.

O encontro é na maioria das vezes programado, ou pelo desejo de quem se encontra ou pela necessidade do sistema, que os controla pela regulação dos corpos no espaço, provocando uma maior homogeneização das relações. Esta pode ser observada indo a qualquer supermercado em algum bairro central de Brasília no horário do final de expediente. A falta de diversidade entre corpos observada expõe, de forma bem clara, como o modelo do planejamento urbano moderno aprofunda a segregação nas cidades contemporâneas, e que tem, provavelmente, Brasília como seu maior experimento.

Num gesto que favorece a cegueira da elite, da branquitude, separando os corpos no espaço, a experiência entre os seres se dá de forma controlada, geralmente reforçando as estruturas hierarquizantes do poder colonial. Na capital, os corpos se cruzam em alta velocidade. O predomínio da visão, sentido fundamental para a modernidade, no processo de percepção do mundo só distancia, impossibilitando uma apreensão mais completa de sua materialidade. Tem-se apenas uma imagem apressada do outro, o que reduz sua humanidade a uma virtualidade objetificante.

Não se veem detalhes ou se tem o contato por outros sentidos, o outro é apenas uma imagem projetada.

No caso de quem experiencia a cidade pela tela do carro, existe algo na monotonia dos caminhos do cotidiano de Brasília que leva a suspensão da consciência a um estado de completa desconexão com o corpo. Tanto com o corpo fora do seu, quanto com o próprio. O sujeito se torna passivo, completamente submisso ao ato de conduzir uma máquina. A ação se faz automatizada quase inconsciente, reduzindo a experiência da cidade ao sentido da visão. Completamente distorcido pelas altas velocidades ou pelo fato de que a realidade é experimentada de forma desconectada, vivenciada de dentro de uma bolha de privacidade.

O corpo se desco necta do espaço, vivenciando um tempo de pressa. Distorcido. A solitária simbiose com a máquina, a qual, mais do que reduzir a experiência da realidade material à visão, condena o ser a uma espécie de prisão mental. O privilégio é também cativeiro, uma vez que submete o ser à força dos objetos técnicos, não possibilitando a liberdade de se movimentar de forma ativa.

Nesse processo, a distorção do tempo e espaço, controlado pela máquina, cria uma suposta ilusão de proximidade entre logradouros, já que a velocidade aproxima, virtualmente, as localidades. O que possibilita maior ocupação do território, consequentemente, maior dominação do espaço pelo poder colonial e sua forma social. Quanto mais centralizados no local de ocupação do território, mais privilegiada é essa relação. A cidade, que expande sempre reafirmando seu caráter rodoviarista, segrega cada vez mais quem menos tem possibilidade de se locomover pelo território, submetendoe hierarquizando o sujeito sob a força dos objetos técnicos. Criando condições e possibilidades de acesso diferentes aos seres, aprofunda as relações de hierarquia sobre as quais se construiu esse coletivo nação.

Esse modelo de cidade rodoviarista, profundamente apartada, reafirma e reproduz estruturas de poder coloniais, uma vez que seu desenho reforça as estruturas sobre as quais se construiu a sociedade brasileira. Além de dominar pela sua administração no espaço, as grandes distâncias e o transporte público ineficienteimpõem a imobilidade aos menos privilegiados. O movimento é controlado, hierarquizando corpos na medida em que se tem mais ou menos acesso à mobilidade. Controlando onde os corpos podem transitar.

No espaço se agenciam forças que materializam, na sua configuração, as relações de poder, estruturam as possibilidades de existências. Expressando esses sistemas relacionais, o espaço disponibiliza códigos e impõe normas às relações entre os seres, a partir das possibilidades de relações espaciais que fornecem ao corpo. A partir da ordem que estrutura o território. Controlar o movimento e, consequentemente, o encontro entre corpos no espaço é de alguma forma também controlar as relações, uma vez que certas trocas são favorecidas em oposição a outras.

Para além das narrativas que buscam romantizar a construção da nova capital, o movimento de mudança para o interior foi fundamental para o modelo de-

senvolvimentista que o país seguia. Brasília foi passo lógico para o processo de expansão do capital, que estava profundamente vinculado à indústria automobilística implantada nos anos 50 e na entrada de capital estrangeiro, passando a instaurar em novos territórios seus padrões de divisão social e espacial do trabalho. Intermediada pelo Estado, em apoio aos setores privados, a cidade materializa a interiorização das fronteiras do capital no Brasil.

Não apenas um passo lógico nesse sentido, mas também um desejo muito mais antigo. Se a interiorização da capital foi levantada como ponto importante pelos Inconfidentes em 1789 para São João Del Rey, pouco antes, por volta dos anos 50 desse mesmo século Marquês de Pombal já apontava essa mesma necessidade. Tendo sido elaborada a carta geográfica do que hoje conhecemos como Goiás, foi ressaltada a importância estratégica do Planalto Central dentro do território da então colônia. O desejo de escapar do tumulto dos portos, trazendo a capital para território menos conflituoso era forte no imaginário da elite, continuou sendo, apesar de não mais carregar o sentido militar estratégico.

No mesmo ano em que a corte portuguesa foge para essas terras, a ideia toma maior corpo quando publicada por José da Costa Hipólito em seu periódico, Correio Braziliense, na época produzido em Londres. Em uma série de artigos é sugerida a transferência da capital para as cabeceiras do Rio São Francisco, em Minas Gerais. No ano seguinte, 1809, o então primeiro ministro britânico, William Pitt, recomenda a construção da capital no interior, sugerindo que essa "Nova Lisboa" se encontrasse na porção central do território por motivos de segurança.

Cerca de uma década depois, em 1821, o nosso famosíssimo patriarca da independência, como a história oficial gosta de afirmar, José Bonifácio, redige uma proposta para a então constituição recomendando a interiorização da capital. Esta deveria ser construída em sítio fértil e ameno, próximo a algum rio navegável, a 15° de latitude, indicando dois possíveis nomes para a cidade: Petrópole e Brasília.

Após, em 1823, retorna a propor a mudança na Assembléia Constituinte do Império, dissolvida por D. Pedro I, indicando como possível localização a Comarca de Paracatu. A temperatura, o clima, parece ser um fator importante para os brancos, provavelmente mal adaptados, à da antiga capital.

O desejo, apesar de não passar de elucubrações de uma elite amedrontada com o crescimento da população, em grande maioria não branca, concentrada no litoral, como que se agarrasse feito caranguejo no território, de costas para seu sertão, toma corpo maior em 1877. O Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagen, arrisca-se 'heroicamente' com seus 60 anos em direção ao quase desconhecido - pelos brancos – interior do Goiás. Esse 'cientista' foi importante figura para a formatação do que conhecemos como história oficial, essa da invenção chamada civilização brasileira, criada em parte pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, fundado em 1836 no recém independente Brasil, com o intuito de forjar uma identidade nacional nos moldes que vinham da Europa.

O escritor de *História Geral do Brasil*, em seus vários volumes, referência importante para os livros didáticos, propõe a transferência para o sítio localizado na triangulação entre as Lagoas Formosa, Feia e Mestre D'Armas. Esta seria a primeira expedição, apesar de não oficial, ao Planalto Central com o intuito da demarcação do território que receberia a construção da nova capital. O território apontado seria muito menor do que o que viria a ser ocupado, mas ainda muito próximo do escolhido, localizando-se em parte do que hoje é o Distrito Federal.

Um ano após, em 1878, o Visconde morre em Viena, distante do sertão onde se aventurou. O selvagem, o sertão, são imagens construídas também nessas andanças. Elas em oposição à civilização, à humanidade. O mistério. O outro são imagens construídas, espelhos para o colonizador. O nosso sertão, esse desconhecido em nós. Mata escura, cerrado fechado, caatinga misteriosa.

Não muito depois, em 1891, o santo italiano tem um sonho com uma terra encantada que jorrava leite e mel. Nele, Dom Bosco, ou São João Bosco, criador da congregação dos salesianos, homem importante da igreja cristã, vê o surgimento de uma nova civilização, entre os paralelos 15° e 20° do hemisfério sul, numa região onde se formava um lago. O que veio a calhar à elite brasileira que gestava a nova capital, dava-se contornos de profecia a essa cidade agora mística. Porém se faz ver o que quiser onde quiser, pois a faixa sonhada pelo homem é larga e se estende por muitas terras.

É em 1891, na promulgação da Primeira Constituição da chamada República Brasileira, que o sonho de conquista é assegurado pelos papeis do Estado. Esse desejo passa a ser gozado na promessa e o texto, no seu terceiro artigo, oficializa a demarcação no Planalto Central de uma área destinada à construção da capital.

Já com 100 anos de desejo, em 1892, foi nomeada pelo presidente Floriano Peixoto e liderada pelo astrônomo belga Luiz Cruls a Comissão Exploradora do Planalto Central, que também receberia o nome de seu líder, explora o sítio em que viria a ser demarcada a área de 14.400 km^2 destinada à construção da nova capital. O "Quadrilátero Cruls" incluiria a região já indicada por Varnhagen.

Após outro hiato, agora em 1922, há novo esforço em direção à conquista do interior. Oentão presidente Epitácio Pessoa assina decreto determinando que, no dia 7 de setembro, fosse lançada a pedra fundamental da futura capital. O local escolhido, no Morro do Centenário, que se localiza há 9 km de Planaltina, cidade que hoje se encontra no Distrito Federal. Como a bandeira na lua, fincava-se esse marco em terras sertanejas, representando que um dia o progresso do branco lá iria chegar. Este que, faminto, de tudo busca engolir. Dois anos após fica determinada pela constituição, nova na época, a necessidade de outro estudo para a localização da futura capital.

Cerca de 20 anos após, o então presidente Gaspar Dutra, em 1948, nomeia o General Polli Djalma Coelho como coordenador da comissão, que também receberia seu nome. Após 2 anos, constata que o melhor local para a construção da nova

capital seria onde antes havia determinado o Relatório Cruls, porém indica a necessidade de aumentar esta área de 14.400 km^2 para 50.000 km^2.

Sendo aparentemente nenhum desses estudos a contento, pois apesar da grande quantidade de excursões, não muito após a comissão de Djalma Polli Coelho ter se debruçado sobre a questão, poucos anos depois o nosso ditador gaúcho, Getúlio Vargas, em 1953 sanciona mais uma lei que autoriza a realização de estudos definitivos para a escolha da localização da nova capital.

Essa nova comissão daria o tom do se desdobraria depois. Chefiada pelo marechal José Pessoa, contrata a firma americana Donald Belcher & Associates Incorporated para analisar a região destinada à nova capital. A área fixada de 52.000 km^2 englobava algumas regiões mais interessantes para a construção da capital.

No mesmo ano, um evento foi feito parecer um ato do destino, ou foi mesmo, enfim. O jovem Toniquinho questionou, como aparente fruto do acaso, no primeiro comício da campanha do 'presidente bossa nova', sobre a construção da capital, esse desejo que era gestado há muito nas mentes e ações da elite branca brasileira. O que fez parecer ser quase um milagre, já que a capital se tornaria metassíntese do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, essa ideia que havia sido atravessada desde a colônia.

O medo do sertão, e o desejo de sua conquista. Assim, essa nova aventura do homem branco se transformava em realidade uma vez que possuía as ferramentas possíveis para subjugar a mata misteriosa aos desejos do progresso, dessa quase entidade chamada modernidade. Havia de se mostrar capaz de se conquistar a si mesma como nação. Constantemente evocando o bandeirante, o pioneiro, assumindo para si estes como exemplo e desejando se aproximar, tomar para si, essa energia, lançaram-se na continuação da obra de Cabral. Seguindo com o processo de colonização iniciado em 1500, expandindo sua forma social branca pelo território brasileiro.

Expressas na forma da cidade, as profundas violências da sociedade se fazem concretas, como marcas dessa história antiga de dominação. Brasília é, sem dúvidas, um cenário único, cujas características, frutos desse pensamento moderno e racional,são materializadas no seu planejamento urbano. Esse pensar técnico de organização disciplinar dos corpos no espaço tem raízes no desejo colonial de dominação. De controle sobre as operações dos seres a fim de melhor usufruto da sua força, vida, pelo sistema, para uma melhor produtividade e, consequente, melhor lucro. Esse sistema desvitalizante se sustenta pela criação e dispersão de modos de subjetivação que são produto e sustento dele mesmo

Desviando do pensar eurocêntrico que localiza no individuo a instância última da vida, esse que apartado do mundo constrói sua relação com o outro separado de si. Ver o homem com parte do espaço, traz outra importância dele na construção das subjetividades. A cidade atravessa os corpos e a eles vai se impregnando em camadas, incorporadas ao seu interior. Essa mesma cidade expressa essa lógica de

separação do indivíduo com o mundo por meio de das grandes distâncias físicas, a partir da segregação entre corpos, tendo a separação como fundamento que organiza seu espaço e, em consequência, as relações que nele se articulam.

A subjetividade é um processo relacional, ela é física e sutil. Ao relacionar-se com o espaço o ser compreende seus limites, incorpora as significações de mundo, habita o presente, mas também o passado ao se relacionar com o que foi lhe imposto como herança. Há uma relação entre o controle de si e o controle de seu território, da realidade material de sua existência, compreendem-se também os contornos sutis de quem se é.

A cosmologia europeia cristã monoteísta estrangeira às terras daqui impôs-se a partir de estratégias de ataque as identidades que foram localizadas como desviantes. Aos corpos não brancos foi imposta uma relação de fragmentação em relação as suas referências e modos de existência, determinadas pela violência colonial, essa que opera nas múltiplas dimensões da vida, a achatando em uma possibilidade controlada.

Olhar e buscar compreender a ideia de Brasília é, também, compreender o Brasil e as forças que operam na sua coletividade. A capital representa um esforço monumental do Estado em criar uma nova narrativa para a nação, construindo discursos que mascaram, ou ignoram, realidades,desencantam vida. Criando uma ilusão sobre si, afim de responder uma demanda externa, ao se assemelhar com o que não é em realidade, apagando e negando inúmeros aspectos sobre si que não querem ser aceitos, pois maculam o modelo estabelecido.

Como se negar fizesse desaparecer o suprimido. Mas a força da vida é maior e sempre nos coloca de frente com ela, desfazendo toda cristalização, toda ilusão. Ninguém foge da própria sombra, ela segue ali, companheira. Inegável, apesar de, muitas vezes, silenciada.

Como forma de fazer submissas as existências, a colonialidade do poder ataca a vida, que às suas regras não é reduzida. As narrativas hegemônicas, essas que contam a história a partir da visada dos alpendres das casas grandes, criam pretensos fatos. Aplainando a realidade sob o olhar que pouco vê, ou quase nada quer enxergar. Esses impregnam de imagens os conscientes, ao mesmo tempo em que se apaga violentamente pela morte a memória, cristaliza-se o que se quer acreditar como história.

Esse foi papel importante da ciência no país, em especial no final do século XIX, de criar uma narrativa que desse conta de agradar à elite, branca, criando uma imagem de nação dentro do que se compreendia como aceitável a uma civilização moderna, evoluída. Dentro dos moldes disponíveis naquele momento.

Brasília faz parte dessa história. Essa que repetiu o mesmo impulso do colonizador, de conquista, de dominação, mostrando o heroísmo, a ousadia da civilização brasileira. O bandeirante repaginado, o conquistador destinado pela luz divina a

realizar atos nunca antes testemunhados. Afirma-se a mesma ideia de salvação, de destino, para justificar as escolhas e ações do colonizador.

Essas narrativas hegemônicas manipulam fatos, que ditam a construção de uma realidade material dentro das normas do que se diz oficial. Desviam das narrativas nascidas nas ruas, onde se estruturam aprendizados, levantam a necessidade da construção de novos saberes, sensíveis às cartografias não oficiais. Criam uma carapuça que vestimos acreditando ser esse o único caminho comum.

A nossa imaginação é construída também pelo passado, a invenção dessas imagens opera enrijecendo nossas capacidades de criação. Não apenas operando sobre o que foi e o que está, a colonialidade do poder se estende cooptando as visões de novos horizontes. Capturando em suas armadilhas, acabamos sucumbindo à amarração da sina apocalíptica, da estrada reta do progresso como destino. Mais importante combustível desse maquinário é a subjetividade dos seres que acreditam estarem resumidos ao que se apresenta.

O colonizador sempre se utilizou da estratégia da divisão para facilitar a sua dominação, dividir para conquistar. O sistema da razão branca europeia levou ao máximo separando e isolando o ser no indivíduo, transformando em unidade última, deixou-o vulnerável, solitário e ignorante da sua constituição coletiva, da vida que transborda a própria. Dando a ele ilusão de controle sobre a vida, incita a sua própria fragmentação ao separar sentir do pensar, o ser do mundo. Manipulando as diferenças para criar aliados e inimigos, separa o ser de si ao separá-lo do outro. Amedrontado, o ser se fecha, e ataca tudo que disseram ser seu inimigo, e se torna o seu maior. Ao projetar suas sombras no outro deixa de conhecer a si em sua completude.

Estas imagens anunciam não só processos históricos e sociais, já que se localizam em espaços e tempos particulares, mas também psicológicos de formação da subjetividade dos seres. As narrativas individuais são relativas a estes processos, posto que, além de enredos pessoais, são sobre os espaços e sociedades nos quais os sujeitos estão inseridos.

Essa razão, da branquitude, se caracteriza pela separação. Antes separou o homem do mundo, criando a natureza, esse grande outro. Separa-se do que dele difere e neles projeta o que em si é negado. Tendo a si mesmo como modelo, centro, cria-se essa imagem distorcida onde é projetado tudo que se reprime em si, pois não se enquadra como aceitável pelas rígidas normas inventadas para categorizar o que seria humanidade dentro desse sistema de razão. Ao projetar no outro o que em si não é aceito, pois macula o modelo estabelecido, livra-se ao mesmo tempo de ter a possibilidade de reagir em relação àquilo que desestabiliza. É criado o inimigo absoluto, esse que a todo custo deve ser subtraído para a sobrevivência do grupo, branco. Porém esse inimigo é apenas um espelhamento do que em si não se permite compreender. O branco, que opera sua subjetividade nessa frequência, torna-se um ser não integrado a si mesmo, vive na validação da ilusão que criou sobre si.

A branquitude construiu um mundo sobre o medo. A dor e o trauma. Trouxe para as bandas de cá o reflexo dos processos que há tempos imemoriais eram repetidos por lá. Pela Europa, invenção criada para afirmar sua diferença ao resto do mundo, que esquadrinhou, que classificou. Criou imagens, ditou normas para a vida. E é para essas imagens que olharei para poder entender, trazendo para a superfície os mecanismos sutis, ou nem tanto, que foram construdas a fim de formatar o mundo do jeito que bem desejavam. Essas imagens criam narrativas, essas que pretendem substituir as memórias apagadas. Que pretendem, impostas, sedimentar o que querem que acreditem sobre nós.

Imagens inventadas para substituir os arrombos na memória criados pelo colonizador. Imagens criadas por ele para justificar sua invenção, a nação. Imagens criadas para fortalecer uma subjetividade, a sua, a partir de um modo de existência coletivo, o da identidade nacional.

Olhar para essas imagens que a branquitude criou, para justificar uma história que ela queria contar, é entender como essas imagens conscientes falam sobre uma subjetividade profundamente vinculada à colonialidade do poder. Como essa identidade nacional sempre foi lugar de disputa e construção consciente de uma elite que desejava se manter soberana no exercício do poder sobre as vidas. E que trabalhou, e trabalha, com muito afinco para apagar toda e qualquer manifestação da existência que escape aos seus moldes da realidade.

É uma disputa de narrativas, é uma disputa sobre as existências, e sobre como elas significam o mundo. Sobre qual mundo se materializa. Uma disputa sobre o espírito. Sobre o sutil e imaterial que emergem nessas imagens. É busca do controle do que não se pega com as mãos, mas se tange com a culpa, com o trauma. É a imposição de um modo de existência que se justifica pelas imagens, e atordoadas as vidas vão sendo tocadas, feito gado, para esse lugar de abate comum. A colonialidade do poder complexifica suas ferramentas de dominação, reatualizando-se nas relações, no tempo, mas sempre retornando ao que as originou, o desejo de dominação e controle das vidas.

Na cidade operam muitos de seus mecanismos. Ou ela própria é uma deles. Produto das relações no espaço, com o espaço, deixa espelhar de forma muito crua como as relações de dominação características da colonialidade do poder, continuam se reatualizando, formatando os tempos, assegurando que as estruturas de hierarquia continuem basicamente as mesmas. A relação com a matéria, a manipulação de um território, fala sobre a relação do ser com o mundo. Sobre seu mundo interno, que alimenta e é alimentado pelo externo. O território possui profunda ligação a construção subjetiva de um grupo.

Os discursos sobre o espaço, sobre os significados a ele atribuídos, sobre os símbolos nele impressos falam sobre a identidade do grupo que opera essas ações. Brasília diz muito sobre a subjetividade que a estruturou. Sobre o desejo e a expressão deste, sobre a vontade de vir a ser, ou aparecer ser algo. De fixação das normas deste grupo na ocupação do território brasileiro.

como o caminho foi percorrido: sobre a metodologia e procedimento

Portanto, escolho olhar para revista *brasília*, periódico editado e distribuído pela Novacap afim de propagandear a construção de Brasília. Como estabelecido na sua criação, foi obrigatória a divulgação dos Boletins das reuniões da sua diretoria e do conselho administrativo. Aproveitando-se desta necessidade, foram adicionadas "algumas páginas iniciais, com a forma usual e comum de revista, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico, sôbre a marcha da construção da nova Capital e as informações, de interêsse, relativas ao mesmo empreendimento - de modo a manter o público sempre ao par do que se está realizando e do que se pretende fazer" (Revista brasília, número 1, p.1, 1957).

A escolha deste objeto, no qual me debruço para compreender estas imagens das quais estava me referindo, deve-se ao fato de que este artefato, estes, pois analiso as 44 primeiras revistas, enquanto seu formato era mensal, ser rico do discurso do colonizador. Ser aparato para fértil compreensão do seu imaginário, prenhe das imagens que construíram de si e do seu outro. Reflexo, projeção. Acredito que olhar para o discurso, as imagens criadas do colonizador, voltando um olhar que, neste trabalho, utiliza-se de lentes que focam na sua raça, a branca, pode nos levar a compreender melhor suas crenças, e assim, compreender também o que ainda reverbera até hoje. O que foi constituinte da construção das subjetividades brancas, ou de uma subjetividade 'hegemônica' e que está presente porque foi. Energia que continua reverberando.

Os estudos em que raça é fator importante para análise, foram, com maior frequência, localizados na compreensão a partir de uma perspectiva não branca, mais comumente lançando seu olhar sobre o povo negro. Isso foi mecanismo de apagamento da responsabilidade branca como geradora das violências que sustentam essa realidade material. Construída como neutra, como modelo a ser seguido,

fez-se invisível no interesse de quem buscava compreender os impactos do racismo nesta sociedade, porém se pode dizer que desde o fim do século passado essa perspectiva tem sido alterada.

Existem branquitudes, qualquer movimento de totalização ou homogeneização é violento. Porém há algo que atravessa a todas que é a sua constante localização em situações hierárquicas superiores aos não brancos, o que decorre de uma situação de privilégio dentro dessa estrutura construída. Sustentada por práticas culturais muitas vezes não nomeadas, desfruta de uma maior possibilidade de livre expressão, de livre acesso ao mundo construído pelo colonizador.

Olhar para o discurso oficial, para o discurso do Estado, para o discurso do colonizador é tentar acessar essa energia subjetiva que anima essa estrutura. Não no sentido de o validar, repetir, mas na tentativa de olhar para além. Para o próprio branco e para como ele se localiza, quais suas crenças, e qual a imagem que tem de si e do mundo.

Nada nesse trabalho é novidade, apenas, talvez, a forma de ver seja singular. Ele fala sobre violências antigas que foram se manifestando, aqui, ao folhear da revista. Sobre a sua integração no discurso, muitas vezes pacificado, sobre a construção da capital e a ocupação do território nacional.

Um dos mecanismos subjetivos da branquitude é esse de ter a si como modelo e projetar no outro o que corrompe esse modelo, essa inumanidade criada. Um movimento desse trabalho talvez seja o de explorar essas sombras, o que está reprimido, para que na superfície então possamos criar estratégias para as integrar e, assim, transformar a realidade imposta. É um movimento de responsabilização

fundamental para qualquer transformação.

A culpa branca estagna porque personaliza algo que transcende qualquer responsabilidade individual. Fala de uma incapacidade de agir perante a estrutura, então os impulsos negativos se voltam para o próprio indivíduo. Talvez se martirizando, assim, ele possa agir sobre o desconforto gerado pela expansão de sua compreensão sobre as violências do mundo. Porém, é um movimento que continua dentro de uma estrutura subjetiva narcísica. Ou de uma subjetividade que busca a grandeza e a perfeição. A culpa católica é mecanismo de controle. Ela é mobilizada quando o ser não responde corretamente à estrutura moral estabelecida, então afim de responder o ser se pune. Esse esquema de resposta é um esquema – branco – que opera dentro de uma lógica punitivista, em que a crença no sofrimento como forma de crescimento é estruturante. Além de que, pela culpa, a branquitude continuar recentralizando nela o protagonismo no âmbito do debate sobre as violências raciais e sobre as dores causadas por essa estrutura de poder.

Responsabilidade, como aprendi com Calunga, guia que habita o invisível - para alguns - é compreender seus atos e as consequências deles. É poder. Poder de transformação, de criação. Potência de transmutação. Ela mobiliza força para a mudança, sem a culpa paralisante, é um movimento de reconhecimento, aceitação pelo que foi e ação direcionada para renovação.

Uma das tendências que se observa nessa subjetividade branca, pelo menos a que se apreende ao percorrer a revista, é de sempre posicionar o motivo das ações em algo externo, assim se tira a responsabilidade sobre as escolhas tomadas. Esse comportamento aponta para uma certa impessoalidade, uma possível infantilidade, pois o seu movimento sempre é dependente de algo externo, buscando a validação desse outro, positivado, e a negação do negativado. Dentro das representações herdadas. Não é um movimento de criação, mas sim replica dos códigos apreendidos.

Olhar para as imagens que a branquitude construiu de si é olhar para o seu desejo, para o que quis construir como verdade para si. É olhar seu espaço, a forma social imposta pelo branco. O real do branco. A partir da subjetividade desse branco. A revista é material rico. Os portais que se abrem são tantos quantos o desejo de quem se aproxima dela. Os que consegui atravessar foram alguns, os que me interessavam. Ela fala da fantasia criada, dos desejos assumidos, do inconsciente de uma época. Esse que ainda é ativo.

Plena de um acervo fotográfico e textual, fundamental para a memória da construção de Brasília, a revista fala sobre uma necessidade, além de convencimento do público, da construção de uma história. Da construção da narrativa sobre a história que se queria contar. Da documentação. O que se guarda fala sobre o que não se quer lembrar. Fala dos apagamentos. Os excessos falam das faltas.

Mais valiosas, na minha compreensão, são as imagens construídas nos textos. Estes produzidos pelo corpo editorial da revista, nos discursos presidenciais

e dos diretores da Novacap, ou nos artigos de figuras 'importantes' da época são repletos da carga emocional, de compreensões, das crenças do homem branco. Poucos textos, um artigo na verdade, foi escrito por uma mulher branca. Isso fala sobre quem cria as normas, sobra qual imaginário vamos nos aproximar.

Para facilitar, para mim e para você, e para que possamos atravessar a revista com segurança, já que um mar de possibilidades tende a dispersar, resolvi escutar os conselhos do invisível e me aproximar da revista através de três miradas. Primeiro a Terra, depois o Espírito e por fim o Homem. Não que estes três sejam separados, mas essas três entradas, janelas ou portais, permitirão que compreendamos o imaginário, os desejos, desses homens brancos e as imagens que criaram sobre si. É só uma divisão de método. A revista é material rico e ela não se esgota aqui, neste trabalho.

Foram escolhidos os seus primeiros 44 números, estas são as edições que ocorreram mensalmente durante a construção de Brasília, após isso elas passam a compreender mais de um número por revista e perdem essa frequência. Também, são os números que mais apresentam um discurso de defesa de Brasília, pois são em maioria, anteriores a inauguração, quando ainda se tinha uma necessidade maior de estabelecer uma argumentação favorável a nova capital. Depois do número 41, este comemorativo do dia da inauguração, os textos passam a ficar cada vez mais escassos e as revistas vão perdendo a quantidade de conteúdo, se tornando cada vez mais apenas fotográficas.

Como disse, cobrindo todo o período da construção, as revistas são material extenso, e para se aproximar dos seus textos algumas palavras-chave foram utilizadas. Em uma primeira leitura geral, foi se estabelecendo a relação e a frequência em que alguns argumentos apareciam, dessa repetição foram levantadas as palavras-chave ou conceitos mais caros para a razão daquela época, assim como as ausências presentes nos argumentos. Como a pesquisa buscava compreender as relações entre as imagens criadas pelas subjetividades brancas e a ocupação do território, foi com esse filtro que me aproximei do texto.

Era de interesse deste trabalho entender como se compreendia a questão racial, como as raças apareciam no texto, como o branco, especificamente, se representava. Para entender sua relação com o espaço, buscou-se compreender como enxergavam a natureza, como o território era abordado e como essa relação se estabelecia, bem como o que alimentava sua relação com o território, quais seus objetivos com a construção da nova capital. Sobre a subjetividade, buscou-se entender como as questões ligadas ao sensível eram abordadas, como se estabelecia o interesse em construir uma mentalidade vinculada à Brasília e como as questões religiosas, ou sobre a espiritualidade, apareciam no texto.

As palavras-chaves que serviram de guia nesse mergulho dentro dos textos das revistas foram: terra, posse, conquista, colonização, descobrimento, redescoberta, natureza, mata, selva, Amazônia, clima, sertão, favela, progresso, desenvolvimento, civilização, mentalidade, espírito, igreja, católico, missa, cruz, profecia,

raça, democracia racial, democracia, homem, índio, silvícola, negro, branco, mestiço, miscigenação, povo brasileiro, bandeirante, candango, operário. A partir do recorte dos trechos que estas palavras se encontravam, ou as ideias vinculadas a elas, foi se construindo o mosaico, a montagem, que dividi nos três capítulos, 'Terra', 'Espírito' e 'Homem'. Mais que o autor do trecho utilizado, teve importância o seu conteúdo, o argumento veiculado. Antes destas três partes segue um capítulo sobre o artefato em si, as revistas, sobre sua construção, como se organizam, buscando dar uma visão geral sobre elas.

Sobre as imagens fotográficas. A revista tem extenso material documental da construção de Brasília, cada obra, que pode se dizer importante para o projeto, está documentada desde suas fundações aos interiores, apesar destes últimos serem menos frequentes na revista. Também, encontra-se extenso material fotográfico sobre as obras de infraestrutura que não necessariamente eram no que viria a ser o novo Distrito Federal, mas que estavam vinculadas à construção da nova capital, bem como ao Plano de Metas do governo de JK.

Desde a chegada no que chamaram de deserto, sertão brasileiro, até a ocupação insipiente dos primeiros meses de Brasília, tudo se encontra nas páginas dessas 44 revistas. Maior parte desse material se encontra nas suas seções "Marcha da construção de Brasília" e "Arquitetura e Urbanismo" que são quase que constantes nas publicações analisadas. Embora este trabalho seja sobre a arquitetura e urbanismo de Brasília, não são as obras que estavam sendo focalizadas, mas sim o homem e como este ocupava e se relacionava com o território. Como a cidade se relacionava com a imagem criada sobre si e como, obviamente, era representado nas revistas.

Sendo assim, é ele que se procura nas fotografias. A curadoria de imagens começou buscando o homem branco e como ele se posicionava nas imagens, como aparecia e como se fazia ser visto. O que celebrava e como celebrava. Quais os papéis sociais que executava, quais as posições de poder que ocupava. A partir disso, dessa presença constante do branco, voltou-se o olhar para a frequência em que o indígena e o negro apareciam representados nas publicações. Segui quase as mesmas palavras-chave que me utilizei nos textos para abordar as imagens. Nessa relação entre homem e território, também, teve interesse fundamental como o operário aparecia, como era representado em relação às obras que construía, como aparecia no canteiro e fora deles. Nessa busca também se voltou a atenção à presença da mulher indígena, negra e branca.

Depois que todas essas imagens foram recortadas da revista, fiz um esforço de encontrar aproximações, repetições que com frequência localizavam esses corpos nos mesmos lugares e como estes eram representados nesses lugares. Como brancos em posição de poder, brancos dando discursos, brancos assinando contratos ou sentados em mesas, brancos chefes de Estados, brancos chefes de Estado plantando árvores, celebrações de rituais católicos, a presença da cruz católica, operários no canteiro, operários fora do canteiro, relação entre operários e máquinas, presença indígena, presença negra, etc.

Se havia o interesse de olhar para o homem e suas relações no espaço, também, buscou-se observar como esse território era representado. Como a natureza aparecia na revista e como era a relação desse homem com ela. Para tanto foram selecionadas todas as fotografias onde paisagens naturais eram conteúdo central, dentro destas, onde a água era presente. Também, foram selecionadas as fotografias onde estradas apareciam cortando a mata, bem como fotografias que mostrassem a relação entre a cidade que era erguida com o seu entorno. Nessa seleção, também, foram incluídas as fotografias que mostravam a Cidade Livre, ou qualquer ocupação que não fosse o Plano Piloto.

Quanto às capas das 44 revistas. Estas foram reparadas de seu corpo e organizadas ano a ano para dar um panorama de cada um deles, a partir disto, foram separadas por temas que se repetiam. Estas se encontram organizadas no final do próximo capítulo, mas já antecipando os temas encontrados foram: primeiro projeto gráfico, capas com pessoas, capas com elementos escultóricos, capas com maquetes, com elementos arquitetônicos, com construções públicas, com aspectos da arquitetura residencial, com interiores, com fotomontagens, com imagens do Eixo Rodoviário e com esquemas de rodovias. As propagandas que passaram a aparecer nos versos das revistas a partir de seu nº 7 também foram separadas e organizadas por modelo.

Basicamente este foi o procedimento seguido para retirar das revistas o material que serviu de base para as análises apresentadas nos capítulos que seguirão mais à frente. Este trabalho consistiu em um esforço delicado de observação não apenas do conteúdo, mas também de suas repetições, bem como de sua frequência nas revistas. A revista brasília é uma fonte extensa sobre uma época e sobre seus homens, não é aqui que toda este conteúdo será esmiuçado, até porque isto tornaria este trabalho deveras grande, mas busquei compreender o máximo de informação sobre os temas de interesse dessa pesquisa. Ainda cabem maiores explorações, mas estas ficam para próximos trabalhos que se dedicarem a beber desta mesma fonte.

Sem me alongar mais, vamos iniciar o que realmente interessa. Sendo assim, peço licença aos que vieram antes. Aos que, esquecidos pela história, sustentam na memória, na pequenez das pedrinhas miudinhas os mistérios dos grandes lajedos. Peço licença aos mestres, sem os quais não estaria aqui, que encantaram meu caminho e que me ensinaram que com as pernas a gente traça um movimento que ultrapassa nosso corpo. Peço licença aos mortos que continuam vivos aqui e agora. Peço licença à vida que em parte reside nas páginas das Revistas brasília, que eu saiba trilhar esse caminho com respeito e clareza. Comecemos.

o todo antes das partes: uma visão geral da revista *brasília*

A Novacap, Companhia Urbanizadora da Nova Capital, foi a empresa estatal responsável pela construção de Brasília. Sua fundação se deu em 19 de setembro de 1956 a partir da aprovação da Lei nº 2874/1956, sancionada por JK. Segundo seu décimo nono artigo, era obrigada a divulgar em boletim mensal os atos de sua diretoria, conselho administrativo, bem como os contratos firmados. Visando dar maior transparência- o que de certa forma mereceria estudos específicos sobre - aos movimentos da empresa, estes boletins seriam distribuídos a fim de tornar público o transcorrer da construção da nova capital, além de criar uma base de argumentação que defenderia Brasília.

Por conveniência dessa necessidade, foram adicionadas "algumas páginas iniciais, com a forma usual e comum de revista, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico, sôbre a marcha da construção da nova Capital e as informações, de interêsse, relativas ao mesmo empreendimento - de modo a manter o público sempre ao par do que se está realizando e do que se pretende fazer [...]" (Revista brasília, nº1, p. 1, janeiro de 1957). Assim, criava-se a revista, que não visava apenas documentar a empreitada que se iniciava, como, também, servir de instrumento de propaganda e defesa desse grande empreendimento que o Estado brasileiro se lançava.

Na revista, encontram-se depoimentos, artigos, discursos de 'importantes' figuras daquele momento, bem como uma quantidade grande de fotografias do cotidiano das obras, acompanhando o passo-a-passo delas. Claro que sua visão é turva, pois, sendo uma revista de propaganda do Estado, enfocava apenas o que era interessante ser compartilhado dentro do cenário de forte oposição e certa instabilidade política em que se insere a construção da capital (CARLONI, 2016). Porém a revista brasília é valioso material em que se mostra explicitamente a ideologia,

oficial, daquela época, e o imaginário criado para mobilizar a energia necessária à construção da cidade.

A revista em seus primeiros 44 números é mensal, estes que foram material desta pesquisa, cobrindo janeiro de 1957 a agosto de 1960. Após isso, os números 45 a 48 foram divulgados em uma única publicação, e o 49 publicado em janeiro de 1961, quando JK passa a presidência a Jânio Quadros. Os números 50 a 52 também foram publicados em uma única revista, edição especial em comemoração ao primeiro ano da capital, e os números 53 ao 64, também compilados em uma revista, em comemoração ao segundo aniversário. Após, a revista tem apenas mais uma edição antes de sua suspensão, este que compreende os números 65 ao 81.

Depois do golpe militar de 64, a revista, que se tornaria obra tombada pelo patrimônio cultural pelo decreto nº 28.996/2008 de 29 de abril de 2008, fica suspensa até 1988 quando é lançado seu número 82. A revista segue apenas até o 83. Este resgate se deve ao fato do desejo de marcar uma nova etapa, a cidade, então com seus 26 anos, é inclusa, pela Unesco, na lista de Patrimônio da Humanidade.

Entre os números 1 e 44 existem três edições especiais. O número 5 em comemoração à primeira missa de Brasília, o número 40 dedicado do dia 21 de abril de 1960, esta com mais de 100 páginas, e o 41, número comemorativo da mudança.
Seus quatro primeiros números, de janeiro a abril de 1957, foram dirigidos pelo então chefe da divulgação da Novacap, Paulo Rechfeld. Após isso, a partir do número 5, a direção da revista passa a Nonato Silva (CAPPELLO, 2010, p.43). Pode-se observar nessa mudança também uma reformulação do projeto gráfico e identidade visual da revista, que se torna mais coerente a partir do seu número 8.

Esse novo projeto é de responsabilidade de Pontual, que em 1957 também era responsável pela revista *Módulo* (VIDESOTT, 2010, p.32). Após seu número 11 a responsabilidade do layout passa a ser de Armando Abreu e Hermano Montenegro, ambos estudantes de arquitetura na época. Hermano tem sua participação, constante, até a revista 26, para na 27, retorna na 28 e segue até a 30, deixando de participar a partir da 31. Tendo na revista 40 uma pequena nota ao final da página 112 ressaltando sua colaboração na produção da revista.

Vale aqui ressaltar a importância que a revista *Módulo*, que teve a sua primeira fase compreendida entre os anos 1955 e 1965, desempenhou dentro do debate das artes plásticas e, em especial, no debate arquitetônico. Fundada por Oscar Niemeyer, que seguiu como seu editor, junto com as revistas *Acrópole* e *Habitar*, foi uma das mais importantes revistas especializadas do período (DEDECCA, 2012, p.194). Embora tenha possuído um amplo e variável conselho diretor do qual Artur Lício Pontual fizera parte, nele se destaca a atuação principal de Oscar e Joaquim Cardozo.

Nas páginas da *Módulo* persiste uma defesa ferrenha a prática da arquitetura enquanto ofício artístico, poético, criador e livre, resguardando o direito da imaginação na produção arquitetônica contrapondo-se a vinculo restritivo entre técnica e criação (DEDECCA, 2012). Na defesa desse posicionamento, de liberdade criadora, que mobilizou-se nessa revista o discurso histórico, no qual o passado era evocado a fim de afirmar um parentesco entre barroco e moderno.

Embora houvesse um movimento no período que buscasse a quebra com a tradição, a revista de Oscar buscava operar essa relação a fim de utilizá-la como argumento para as estratégias projetuais (Ibidem). Esse mesmo vinculo entre tradição e modernismo foi fundamental para a construção do argumento sobre a arquitetura da nova capital veiculado na revista *brasília*. É comum nas páginas das suas seções "Arquitetura e Urbanismo", dedicada a defesa e explicação do projeto da nova capital, a utilização dessa linha de raciocínio que vincula o passado ao que se fazia naquele momento. É interessante, também, destacar que esse discussão a cerca das lições do passado em relação à arquitetura, traziam novos argumentos ao debate arquitetônico em um momento de profundas críticas a respeito ao excesso de valorização formal (Ibidem, p. 196).

> Com o início do projeto e da construção da nova capital, este debate ganha praticamente toda a atenção da revista [*Módulo*] que, ao lado da publicação oficial Brasília, editada pela Novacap, coloca-se como principal porta-voz de seus projetos e objetivos. A presença de Brasília no meio editorial especializado é, por si só, um tema de grande amplitude. De maneira geral, há em todas as revistas um grande debate durante todas as etapas de sua implantação e, excluindo Módulo, as opiniões favoráveis e desfavoráveis compartilham seus espaços, sem que seja evidente uma tomada de posição institucional, ainda que Habitat teça inúmeras e fervosoras críticas ao empreendimento (Ibidem, p. 196-197).

A figura de Oscar, fundamental para a construção da nova capital, reforçou os vínculos entre a *Módulo* e *brasília*. Alguns dos textos da publicação da Novacap são retirados da de Niemeyer, sendo a única revista especializada do debate arquitetônico que possui presença na páginas da revista brasília. Esses vínculos, também, se mostram na presença e no projeto de Pontual para a publicação oficial.

Há nessa mudança, do projeto gráfico da revista *brasília*, a partir do seu quinto número, uma intenção maior de ligar Brasília, e não apenas a publicação, a estética moderna, como pode se observar na alteração do seu logotipo que ganha uma estrutura mais quadrada e robusta, com um desenho de natureza mais geométrica (EIRA, 2019).

> Como discurso gráfico, as escolhas visuais adotadas pela revista brasília [...] têm forte valor simbólico. Assim como acontece no discurso gráfico de Lucio Costa, podemos identificar uma intenção de ligar Brasília à modernidade. A assimetria das páginas, a valorização do espaço em branco, o uso de letras sem serifa em caixa baixa, remontam à estética do modernismo em design gráfico e criam um vínculo visual e conceitual com o ideal moderno e outras publicações modernas de arte, arquitetura e campos afins. O discurso seria distinto – e incoerente – se, em vez disso, os idealizadores da publicação optassem por uma linguagem gráfica tradicional, clássica ou renascentista, ancorados na simetria de um eixo central em suas páginas e na composição com tipos serifados humanistas (EIRA, 2019, p.95).

As páginas da revista vão ganhando maior respiro, com os espaços em branco deixando-a menos densa do que no projeto anterior. As fotos grandes, em especial nas seções “Marcha da construção de Brasília” e “Arquitetura e Urbanismo”, tomam importante espaço na revista, que a partir do seu número 8 passa a ter 28 páginas, contando com o seu boletim. Outra mudança importante, também a partir deste número, é o abandono da “fonte serifada utilizada até então para o corpo do texto e passa a ser composta inteiramente com tipos sem serifa – embora a tipografia serifada regresse ao corpo do texto a partir do número 39” (Ibidem, p.93). Os títulos aparecem em fonte pesada e em caixa baixa. Outra pequena modificação é que a partir da revista número 38, de fevereiro de 1960, quando Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos da América, do norte, visita Brasília, as fotos que antes possuíam legenda numerada param de ter.

Esse projeto visual segue com certa consistência, apesar de pequenas modificações que não parecem ser propositais, mas sim necessidades de adaptações do momento e que não se repetem. A revista teve seus 4 primeiros números rodados na gráfica do IBGE, distante do centro do Rio de Janeiro, onde era editada. A partir do número 5, passando-se a utilizar outro tipo de papel, já que o nacional era de menor qualidade, ela começa a ser impressa pela editora Bloch. Salvo os números 26 e 27, nos quais aparece que foram de responsabilidade da Gráfica Editôra Itambé Ltda – Rio.

Além da proximidade da Bloch, localizada no centro da cidade, conveniente

à direção da revista, deve-se salientar que ela "[...] era um império das comunicações na época; entre outras ela publicava a revista Manchete, órgão de informação de massa explicitamente votado à defesa da construção da capital, e foi também a editora dos livros de memórias de Juscelino Kubitscheck" (VIDESOTT, 2010, p.33).

Porém, diferente destes grandes veículos de comunicação do período, como a *Manchete* ou o *Cruzeiro*, a revista *brasília* circulava em um circuito mais restrito. Esta não possuía grande difusão, nem mesmo chegou a circular pelas bancas de jornal na época, seus custos eram de responsabilidade da Novacap e os funcionários da sua Divisão de Divulgação os responsáveis pela revista. De pequena tiragem, 5.000 cópias eram destinadas a bibliotecas, universidades e colégios e 1.000 delas eram enviadas para o exterior, para embaixadas principalmente. Nela não era aceita a divulgação de propagandas, apenas as próprias da Novacap, que ocupavam sua contracapa. A revista, tampouco, era enviada para políticos expoentes, como governadores ou prefeitos da sua época (VIDESOTT, 2009, p.133).

A revista foi gratuita até seu número 19, quando começa a aparecer, em sua contra-capa, seu preço avulso e de assinatura, 10 e 100 cruzeiros respectivamente. Outro movimento interessante é que em fevereiro de 1959, em seu número 26, no mesmo mês que acontece o Massacre da Pacheco Fernandes, passa a aparecer, embaixo do preço da revista a seguinte nota "A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados", que irá aparecer em todos os números seguintes, pelo menos os analisados. Um desejo de neutralidade quando se divulgava o pensamento, é no mínimo interessante observar essa razão que se faz isenta apesar de se utilizar dos argumentos veiculados.

Aqui vale, acredito, assinalar que esta revista de pequena circulação, com uma finalidade específica, propagandear e proteger a construção da capital, tinha um público majoritariamente branco. Se o Brasil havia sido visto como um laboratório das raças (SCHWARCZ, 2012), tendo sido criada uma imagem positiva sobre as relações raciais neste território, em comparação com os Estados Unidos e África do Sul, que possuíam sistemas de apartação racial muito mais rígidos e visíveis, aqui a ideia de democracia racial, de harmonia entre as raças, escondia – e tenta ainda esconder – uma realidade profundamente racista.

"Nas diferenças de acesso à educação e ao lazer, na distribuição desigual de rendas, estavam as marcas da discriminação, que fugia da alçada oficial, mas era evidente no cotidiano" (SCHWARCZ, 2012, p. 76). Segundo censo realizado em 1950, nas categorias de cor disponíveis, os brancos eram 96,87% dos corpos presentes em instituições de ensino superior, 94,22% no ensino médio e 84,10% no elementar. O negros e mulatos eram 0,28% e 2,26% da presença no ensino superior, 0,69% e 4,20% no médio e 4,26% e 10,25% no elementar (Ibidem, p.75). Vale aqui relembrar que a categoria indígena não constava no censo, o que fala de um desejo ou uma crença sobre a assimilação total dos povos originários na chamada civilização brasileira.

Estes dados falam, também, sobre quem possuía acesso à revista *brasília*, ao



Capas de 1957, primeiro ano da revista *brasília*

Observa-se a transição do projeto gráfico, que passa a partir da revista nº 5 ser cada vez mais vinculado a uma estética moderna, com a direção de Artur Lucio Pontual, se estabelecendo com maior consistência a partir do nº 7.



Capas de 1958, segundo ano da revista *brasília*



Capas de 1959, terceiro ano da revista *brasília*

imaginário por ela propagado, já que esta circulava, prioritariamente em meios dominados pela presença branca. O que indica que era um instrumento de construção e fortalecimento da autoestima da branquitude da época, fundamentais para a manutenção do poder em suas mãos, uma vez que aprofundava e alimentava o imaginário que sustenta suas relações de poder. Criava a atmosfera subjetiva necessária para energizar o projeto de dominação que se punha em curso com a construção de Brasília.

Para sanar a curiosidade de uma elite ávida dela ideia do moderno, para a realização do país a partir de Brasília, e também defender das correntes que faziam-se contra a nova capital, maior parte dos textos da revistas brasília foram de autoria de políticos, jornalistas, escritores, advogados, engenheiros da época. Esse trabalho não se dedicou em um levantamento delicado de todos os autores presentes e seu histórico, porém vale muito ressaltar que estes estavam, majoritariamente, posições de poder, bem como se posicionavam como detentores de um saber técnico que validava o discurso a favor da capital.

A revista foi importante material de propaganda de Brasília, e por mais que não tenha tido grande circulação, longe de ser um veículo que teve acesso às grandes massas, é um compendio valioso dos argumentos que foram estruturados a fim de defender e possibilitar a construção da capital. Dando uma visão rica das discussões do período também transparece o sistema de crenças que estruturaram a conquista dos sertões brasileiros. Que se localizou como continuação das primeiras invasões na terra que viria a ser nomeada de Brasil.



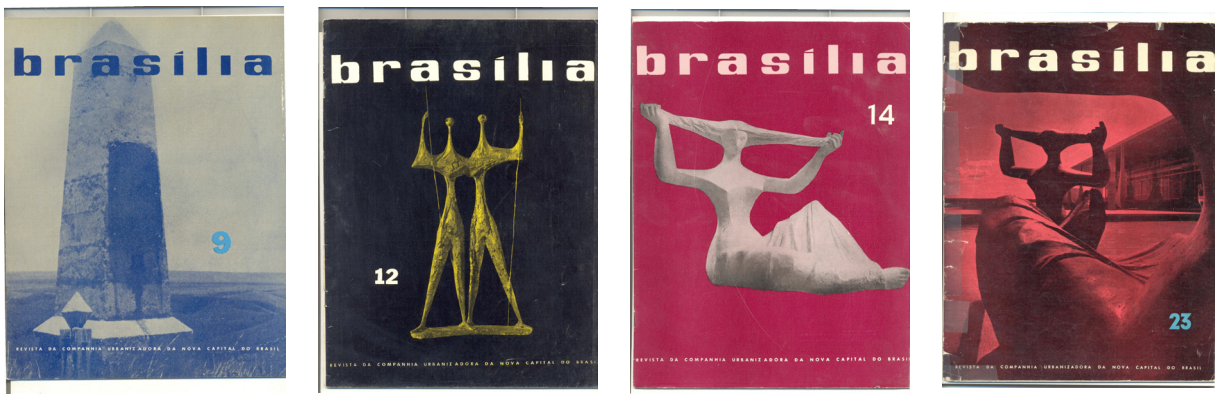
Capas de 1960, quarto ano da revista *brasília*



Capas das revistas nº 1 ao 4, primeiro projeto gáfico da revista *brasília*



Capas das revistas nº 5, 6 e 25, únicas capas com fotos de pessoas

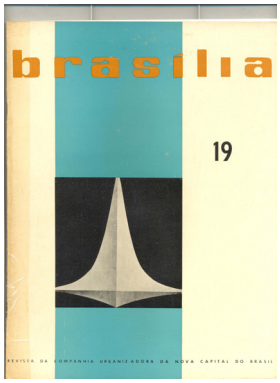


Capas com elementos escultóricos, revistas nº 9, 12, 14 e 23



Capas com fotos de maquetes, revistas nº7, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 17 e 21

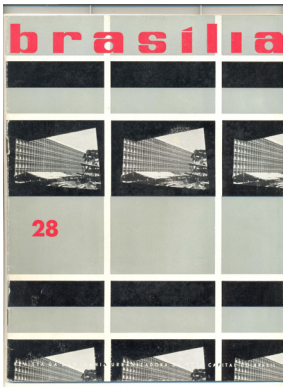


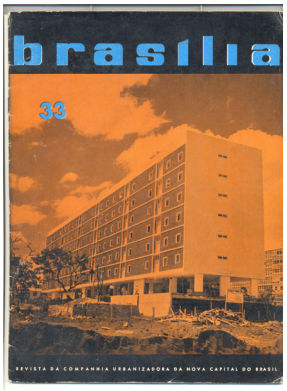


Capa única com elemento arquitetônico. revista nº 19

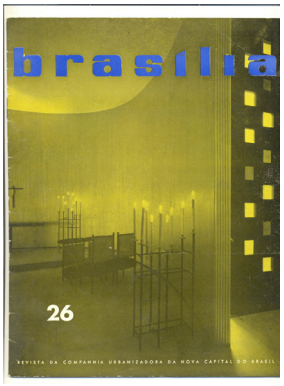


Capas com aspectos das construções públicas de Brasília, revistas nº 18, 20, 27, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44

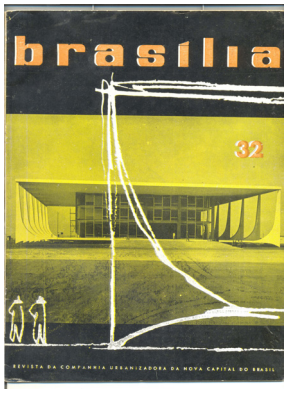


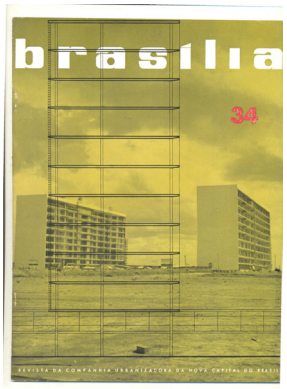


Capas com aspectos da arquitetura residencial, revistas nº 28 e 33



Capa única com foto de interiores das obras, revistas nº 26

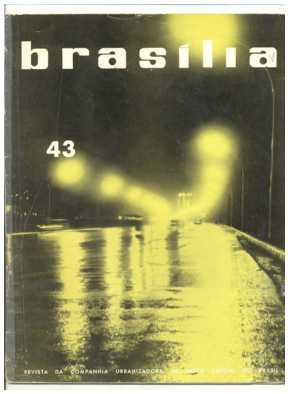






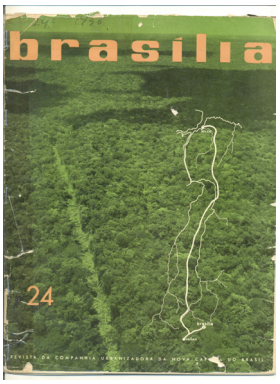
Capas com fotomontagens, revistas nº 32, 34, 35





Capas com o Eixo Rodiviário, revistas nº 39 e 41, esta última é a única com foto noturna





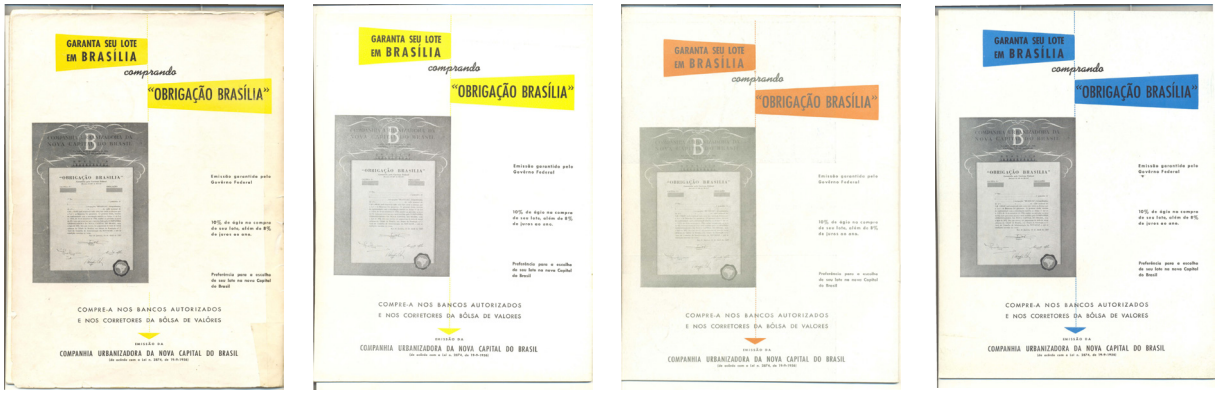
Capas com fotomontagens expondo esquemas rodoviários sobre fotos aéreas, revistas nº 22 e 24, esta última é da Belém-Brasília



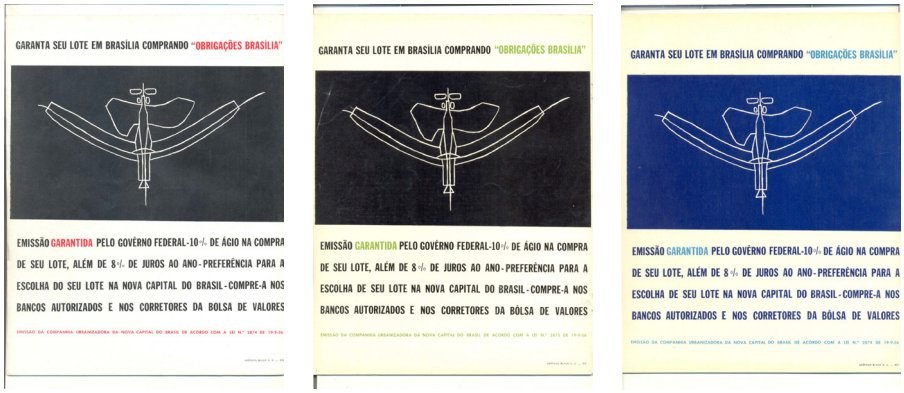
Versos e capas que se destacam do padrão, revistas nº 2, 40, 41





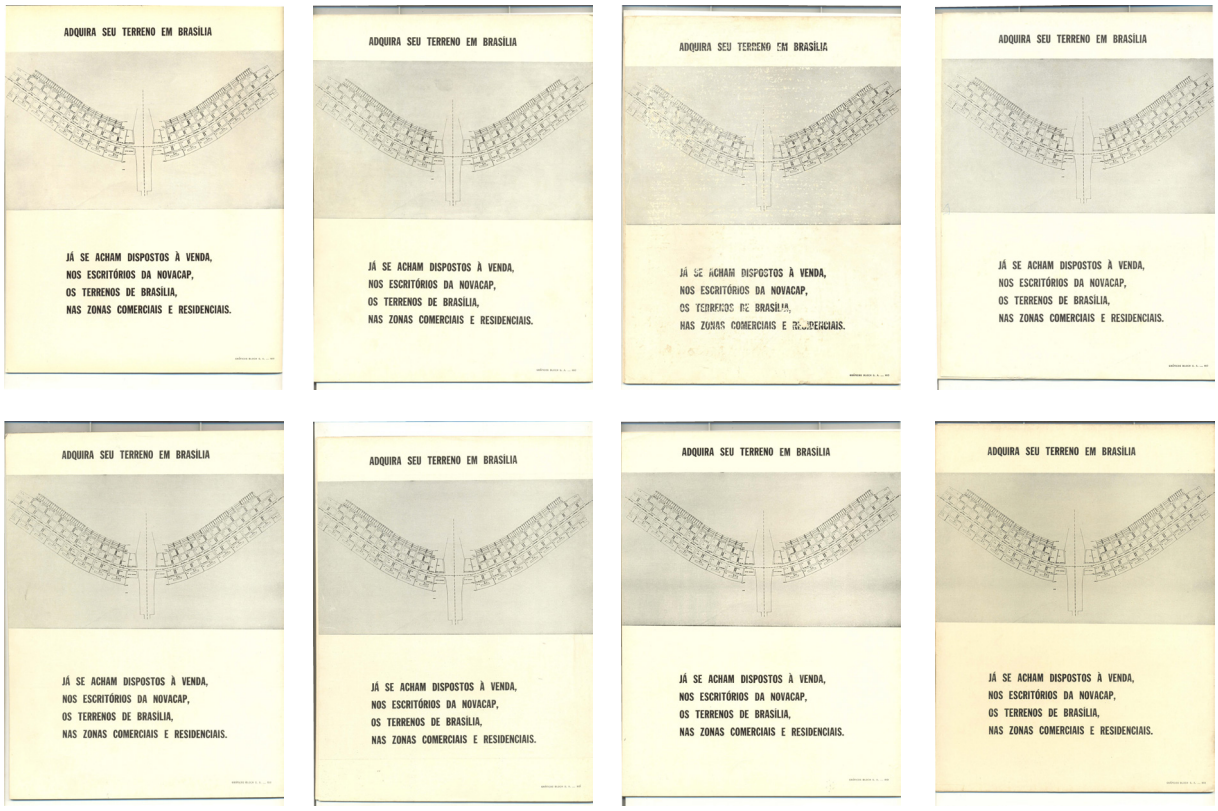


Propaganda das “Obrigações Brasília” no verso das revistas nº 3 ao 6



Propaganda das “Obrigações Brasília” no verso das revistas nº 7 ao 9

Propaganda de venda de terrenos no verso das revistas nº 10 ao 17

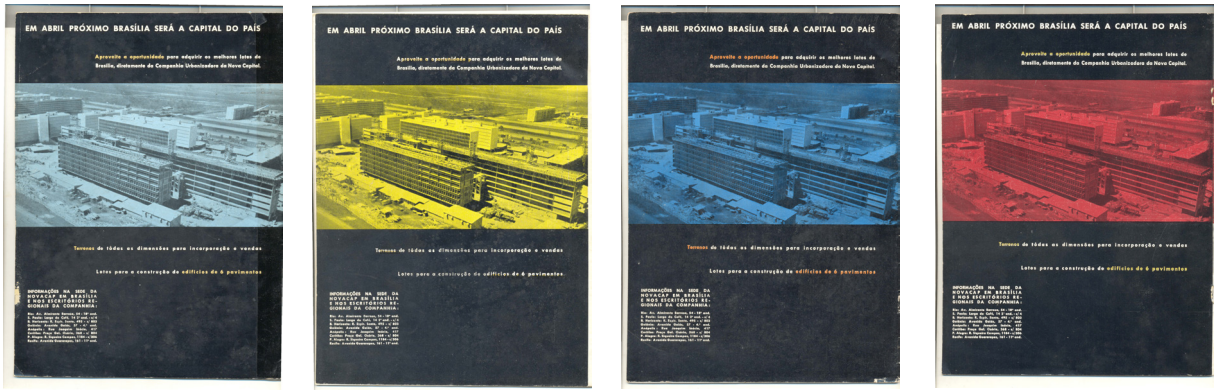




Propaganda de venda de terrenos no verso das revistas nº 18 ao 23

Propaganda de venda de terrenos no verso das revistas nº 24 ao 30





Propaganda de venda de terrenos no verso das revistas nº 31 ao 38

terra

A relação com a natureza fala de uma relação profunda consigo mesmo. O pensamento branco separou a existência do homem da natureza, separando ele do mundo. Separando ele de si. Essa razão justificaria a dominação da terra a fim de suprir as necessidades desse homem.Essa relação com a terra, com a natureza, com o todo, pode ser apreendida no seu livro sagrado, onde se encontram os "reais fundamentos da cosmovisão dos colonizadores" (SANTOS, 2015, p.30).

Tendo caído na curiosidade de experimentar o fruto proibido, em sua fúria Javé condena o homem, expulsando-o do paraíso, onde se encontrava em um estado de comunhão com o todo. Em harmonia.

> Javé disse para o homem: "já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você pó e ao pó voltará". (GÊNESIS 3:17 apud Ibidem).

O deus cristão inventou o trabalho como forma de castigo, amaldiçoando a terra determinou uma relação negativa entre o homem e ela, classificando do que dela fosse fruto como espinhos e ervas daninhas, condenando-os a consumir apenas o que fosse produzido pelo suor do próprio corpo. Construindo uma imagem perigosa, negativa em relação à natureza o deus branco, "[...] além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia" (Ibidem, p.31). Esse medo profundo do diferente, que aqui é a natu-

reza.

Amaldiçoados os frutos da terra, seu deus justificou que o homem pudesse dela usufruir, com o seu trabalho, tendo que comer do suor de seu próprio corpo, o homem teria que transformar os elementos da natureza para seu consumo. “Foi nesse exato momento que se configurou a desterritorialização e a desnaturalização do povo cristão monoteísta, fazendo com que esses só se sentissem autorizados pelo seu Deus a fazer uso dos produtos das suas artificialidades” (Ibidem, p.97). A natureza teria uma utilidade, atender às necessidades desse homem.

Os homens naturalizados, primitivos dentro dessa razão, coisificados, seriam, também, passíveis de serem subjugados. Estabelecendo essa diferença entre si e os colonizados, o colonizador justificava sua dominação sobre os seres. Bom, estaria assim, também, justificada a imposição de sua cultura sobre as demais. Esse pensamento foi energia que impulsionou a dominação deste território, que embora antigo, metamorfoseou-se a fim de justificar a utilização dos – recursos – da natureza pela economia ‘moderna’.

Na metade do século passado no Brasil, embora seja este território de proporções continentais, a ocupação do que chamam na revista de “civilização brasileira” se restringia ao litoral. O argumento da necessidade de interiorização desta civilização é recorrente na revista, aparecendo no ressentimento do Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconsellos Mota, em seu discurso na primeira missa de Brasília, este que foi publicado primeiro na revista número 5 e depois repetido na revista 7, e na revista 40, de abril de 1960, número especial da mudança da capital, em que um artigo específico será dedicado à questão.

> Brasília será a matriz, nutriz e protetriz pela vida nacional integral e total. E o gigante não continuará deitada eternamente nas areias entorpecentes das praias do litoral. [...]Não se repetirá mais a frase sediça do frade historiógrafo censurando os brasileiros de que se quedaram nas praias litorâneas à moda dos caranguejos(Revista brasília, nº5, p. 13, março de 1957).

No artigo intitulado "'É o novo Brasil que surge (Brasília à luz da sociologia)", o professor Amaral Fontoura, que como poucos na revista mereceu pequeno parágrafo de apresentação com a descrição de sua produção intelectual, explora a questão da interiorização e suas necessidades.

> O brasileiro tem a vocação do tatuí. Vocês sabem o que é isso ? É um bichinho branco, cascudo, que dá na areia das praias. Há séculos os colonizadores lusos, surgindo do oceano, aqui aportaram e deixaram-se ficar pelas praias, o que era perfeitamente lógico, dada a maior facilidade de vida, subsistência e de segurança. Tempos mais tarde, desejando varar para o interior, encontraram os colonizadores logo de saída o formidável contraforte da Serra do Mar, estendida ao longo do litoral, como uma tremenda muralha barrando a penetração dos invasores (Revista brasília, nº40, p. 95, abril de 1960).

Poucos teriam sido os pioneiros que haviam se aventurado ao Oeste, aproveitando os cursos dos rios "que Deus colocou ao contrário, isto é, correndo do litoral para o interior. Não é à toa que dizem que "Deus é brasileiro"..." (Ibidem), apesar de descoberto o interior haviam ainda o deixado semi-virgem e selvagem. E o Brasil que havia tido um crescimento extraordinário de sua população através dos séculos XIX e XX ainda ocupava pouco mais que sua faixa litorânea. Em um mapa tosco, feito com um traço irregular de tinta preta, mostrava a ocupação demográfica do território, onde " [as] partes escura e tracejada representam a porção do nosso território realmente ocupada pelo homem" (Ibidem). Aqui apreendemos que o homem em questão é o homem da civilização branca, já que este vasto território sempre foi ocupado por uma miríade de povos indígenas.

Criava-se um problema que para o professor era paradoxal e único no mundo. O Brasil seria um país novo que ao mesmo tempo velho, pois no seu litoral possuía os problemas das nações super-povoadas enquanto 70% de seu território se encontrava 'abandonado'. Essa ideia de abandono do interior foi fundamental na construção do argumento que justificava a Macha para o Oeste, já que estas terras 'desertas' estariam colocando em risco a soberania da nação, convidando a expansão do modelo econômico do branco.

> Temos, no Rio de Janeiro, problemas incríveis de falta de espaço (estamos sempre a destruir a mais bela baía do mundo, para conquistar ao mar mais alguns metros de terra), de falta d'agua, de falta de ruas, de falta de transporte, de falta de abastecimento. E enquanto isso temos milhões de quilômetros quadrados de terra sem habitantes e sem produção (Ibidem, p.96).

BIBLIOTECA - ArPDF

é o novo brasil que surge

(Brasília à luz da sociologia)

prof. Amaral Fontoura

Educador e sociólogo, o Prof. Amaral Fontoura é um constante estudioso dos problemas nacionais, tendo-se especializado em Sociologia Rural brasileira. Foi um dos primeiros professôres a darem cursos, sôbre a empolgante matéria, em nosso país. Seu livro "*Aspectos da Vida Rural Brasileira*" foi premiado pelo Govêrno Federal e publicado em edição oficial pelo Ministério da Agricultura. Na Escola Superior de Güerra, da qual faz parte, Amaral Fontoura apresentou, com uma brilhante plêiade de colegas, volumoso trabalho, com mais de 600 páginas, sôbre "Panorama da realidade agrícola brasileira". Além disso, dirige a coleção de livros didáticos intitulada "A Escola Viva", já com 9 volumes publicados, e é diretor da Faculdade de Serviço Social desta Capital. Ainda na Escola Superior de Guerra, em 1955, quando mal se falava da necessidade da mudança da Capital, e a palavra *Brasília* nem havia despertado, o Prof. Amaral Fontoura sustentou, em vários círculos de estudo, a idéia da mudança para o planalto goiano.

O brasileiro tem a vocação do tatuí. Vocês sabem o que é isso? É um bichinho branco, cascudo, que dá na areia das praias. Há séculos os colonizadores lusos, surgindo do oceano, aqui aportaram e deixaram-se ficar pelas praias, o que era perfeitamente lógico, dada a maior facilidade de vida, subsistência e de segurança. Tempos mais tarde, desejando varar para o interior, encontraram os colonizadores logo de saída o formidável contraforte da Serra do Mar, estendida ao longo do litoral, como uma tremenda muralha barrando a penetração dos invasores.

Pouco e raros foram, pois, os pioneiros que se aventuraram nessa longa viagem para o Oeste. Quando o fizeram, aproveitaram o curso dos rios que Deus colocou *ao contrário*, isto é, correndo do litoral para o interior. Não é à toa que dizem que "Deus é brasileiro"...

A epopéia sob todos os títulos admirável dos bandeirantes serviu para descobrir o resto do Brasil, mas a terra conquistada por êles continuou semi-virgem e selvagem.

Através dos séculos XIX e XX, o Brasil cresceu fabulosamente em população, mas continuou concentrado como dantes no litoral, ocupando pouco mais do que as praias.

Observe-se o mapa abaixo, que demonstra de maneira impressionante o que estamos afirmando:

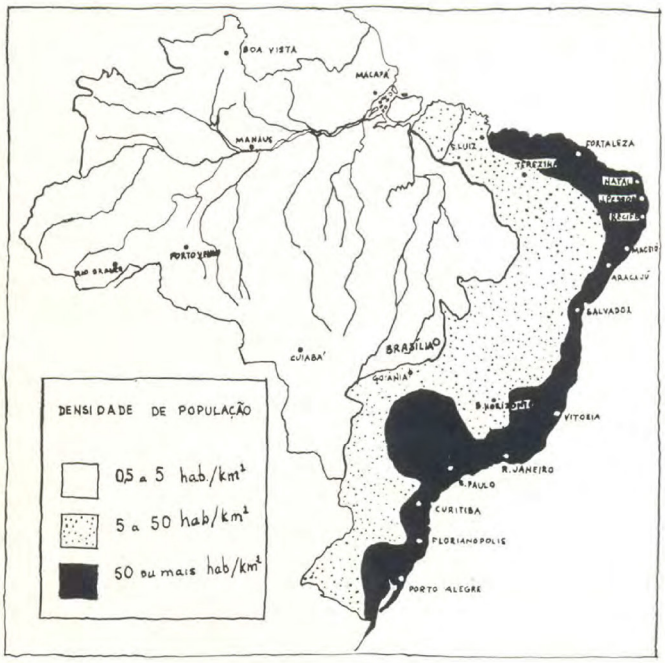
As partes escura e tracejada representam a porção do nosso território realmente ocupada pelo homem. Nessa área escura a densidade de população é de 50 ou mais habitantes por quilômetro quadrado, sendo de 64 habitantes no Estado do Rio e de 2.588 habitantes por quilômetro quadrado no Distrito Federal antigo, isto é, na Velhacap!

Na área tracejada, a densidade é de 5 a 50 habitantes por quilômetro quadrado. No resto do mapa (parte branca, a Oeste) a densidade é de 0 a 5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo de

0,2 habitante por quilômetro quadrado em Rondônia, 1,0 no Acre, 1,3 no Amazonas, 0,1 no Rio Branco, 1,0 no Pará, 0,4 no Amapá, 0,5 em Mato Grosso, 2,6 em Goiás, 0,6 em tôda região Norte, 1,2 em tôda região Centro Oeste.

Veja-se a enormidade dessa diferença: na área do velho Distrito Federal, de 1.356km quadrados, concentram-se 3.000.000 de habitantes; na área da região Centro-Oeste, abrangendo 1.800.000 km², existem apenas 2.200.000 habitantes! Note-se bem isso: na área de Mato Grosso e Goiás, mais de 1.000 vêzes maior que a do antigo Distrito Federal, vive uma população com quase 1.000.000 de habitantes a menos!

Mas o mais espantoso é que a área povoada, a Leste, representa apenas 2% do nosso território e a área meio povoada representa 30% dêsse território.



Revista *brasília* nº40, página 95

O país possuiria duas fronteiras, a política, fixada pelos limites com as outras nações do continente, e a econômica, correspondente ao espaço realmente ocupado pelo sistema econômico, onde se trabalhava e fazia produzir. “E entre essas duas fronteiras, uma imensa região, uma quase terra de ninguém” (Ibidem).

> Nos limites da fronteira econômica a nação política e socialmente organizada estaciona. Daí em diante, em direção ao Oeste, é um outro Brasil, fértil mas pobre, rico mas miserável. Rico de potencial, mas paupérrimo de realizações (Ibidem, p.96).

Haveria, então, dois Brasis, o do litoral, ocupado pela civilização, e o do campo, do interior, relegado ao abandono. Estes dois se sucederiam no tempo, como se um se encontrasse no século XX e o outro estivesse estacionado no XVIII. Nesse último o homem do campo estaria preso ainda a relações que o professor Amaral compara ao do feudalismo. Mergulhado na pobreza, nas relações de servidão, no analfabetismo, esse Brasil esperava a chegada do progresso do litoral. Enquanto isso não acontecia, evadia-se para onde melhores condições de vida eram, supostamente, disponíveis. Porém isto criava um problema, a população da antiga capital crescia na “na proporção apavorante de 100.000 pessoas por ano!” (Ibidem, p.97).

> Ora, diante de tanta dificuldade, de tanto abandono, de tantas “coisas que faltam”, não é de admirar o êxodo do interior para as cidades, que aumenta de ano para ano. Os homens perseguidos da Europa, as vítimas da última guerra, fogem aos milhares do local da sua desgraça para os países novos, onde vêm recomeçar sua vida. Pois não deve ser menor a desgraça dos nossos irmãos do “hinterland” brasileiro que fogem às dezenas de milhares por ano, procurando as cidades e o litoral. Com a agravante que no Brasil os campos não foram devastados pela sanha do inimigo feroz e implacável, mas pela desídia dos homens de govêrno, dos poderes públicos, que talvez há um século vêm dirigindo o país “de costa para o Brasil”, isto é, cuidando apenas da praia, pensando apenas na “cidade maravilhosa”, fazendo leis apenas para a Avenida Rio Branco, pensando que o Brasil é apenas Cinelândia e Copacabana (Ibidem).

Aparentemente comparável ao que vinha acontecendo na Europa após a segunda guerra mundial, o descaso sofrido pelos irmãos do hinterland devia-se a uma questão administrativa, de políticos que se preocupavam apenas com a velha capital, e aparentemente uma porção muito restrita dela mesma. Criando problemas para a cidade, que se via cercada por morros e mar, além de um desequilíbrio para a economia nacional, pois ao emigrar para a cidade agravava-se a crise agrícola. Porém, tendo nenhum “[...] govêrno do mundo [...] fôrças de inverter o curso da civilização, fazendo os homens, as indústrias, os capitais, os bancos, os recursos tecnológicos emigrarem da grande metrópole espalhando-se pelos campos semi-abandonados” (Ibidem) a solução seria a mudança da capital.

“A solução teria que ser uma só e única: deslocar o próprio centro de civilização, o próprio centro de gravidade da vida nacional, que é a capital do país, para

o centro do território" (Ibidem). A solução seria única dentro dessa razão. Resgatando as palavras de Muniz Sodré "[...] os colonizadores tinham perfeita noção da importância da arquitetura/urbanismo na consolidação da conquista de espaços" (SODRÉ, 1988, p.32). Da consolidação de sua ordem no território.

> [...] Milhares de caminhões, automóveis e aviões terão que se dirigir para o coração do Brasil, deixando, em seu caminho, um rastro de civilização e de progresso. Uma nova era se iniciará para a interlândia brasileira. Os homens da capital sentirão absoluta necessidade de cuidar do interior, visto que ela e êles próprios se encontram fazendo parte do interior. E aquelas coisas que não se fizeram em séculos serão feitas em poucos anos (Revista brasília, nº40, p.97, abril de 1960).

O progresso seguiria o curso desses rasgos no território, a ideia de que as estradas seriam o vetor por onde essa dominação ocorreria é forte no discurso na revista. Servindo como caminho para o acesso aos recursos da terra, trazendo utilidade ao deserto abandonado da hinterlândia, nos seus acostamentos a civilização iria se irradiar, estendendo seu poder sobre o território. Ideia que fica clara na fala de Aurélio Viana, então deputado federal por Alagoas, impressa na seção "A mudança da Capital e a opinião brasileira", na revista de número 5.

Essa seção aparece primeiro na revista de janeiro de 1957, nº 1 com o título de "A nova Capital e a opinião pública", ela se repete nas revistas de número 2, 4 e 5, agora sob o título citado anteriormente. Apesar da mudança do nome, ela continua sendo um apanhado de falas de homens, brancos, da política e da intelectualidade da época. Esse formato de conteúdo se repete ao longo das 44 revistas, embora não mais assim, sob esse título, mas na forma de eventuais publicações de opiniões de deputados como na revista nº 35 que em sua página 15, onde estampa sob o título de "Deputados paràenses opinam" a consciência desses homens em relação à significação da obra.

A opinião brasileira, aqui, é restrita a homens específicos, parte da elite da épica contribuem para a construção de uma ideia positiva em relação à capital, expressando seus desejos e significações sobre o empreendimento. Bom, na revista 5, única vez que nessa seção acompanham fotos de alguns dos homens que opinaram, na fala de Aurélio Viana, que aparece com o subtítulo "Não descreio da capacidade do homem brasileiro", fica claro o seu entendimento pessoal de que a construção da cidade é um imperativo ao desenvolvimento econômico e social das regiões centrais do Brasil.

> [...] A célebre marcha para o "Oeste" só se realizará, quando, nos planaltos goianos, fôr edificada a nova Capital. [...] No coração da Pátria será criada uma grande civilização e, pelas estradas hoje desertas, surgirão nova, cidades, novas fábricas, novos campos de cultura, novas oportunidades. O govêrno da República terá mais tranqüilidades para planejar e o Rio de Janeiro continuará sendo aquêle centro admirável de atração, de turismo, de atividades. Não descreio da Capacidade do homem brasileiro" (Revista

> brasília, nº5, p.15, maio de 1957).

A imperatividade da questão é constantemente reafirmada pela opinião desses homens, seja nesse imperativo colocado na constituição, seja na questão geográfica e demográfica da nação, ou na questão econômica. Algo do qual o Brasil não poderia escapar, única forma de continuar a expansão da civilização brasileira, esteio da civilização ocidental em terras latinas.

Em um movimento único na revista, em seu nº5, é publicado alguns trechos de artigos da imprensa sobre a primeira missa de Brasília em "A imprensa e a primeira missa de Brasília". Não que não fosse comum na revista a publicação de textos de outros veículos da imprensa, nacional e internacional, mas é a única vez que existe um espaço dedicado a esses recortes de opinião. Em "Segundo Marco do Desenvolvimento" de Arruda Camargo publicado no Diário do Comercio & Industria, em São Paulo no dia 4 de maio de 1957, página seguinte à da "A mudança da capital e a opinião brasileira", destaca-se este trecho:

> [...]O redescobrimento do Brasil, a posse da terra pelo empreendimento, a conquista do chão pelo trabalho, a hegemonia do progresso pelo desenvolvimento da gleba, eram imperativos históricos que não abalavam os próceres de uma civilização anfíbia que vivia mais do mar e para o mar, com os olhos voltados para as terras de Europa, de onde nos vinham, juntamente com os alimentos, a cultura e os vícios, os manequins de Paris e as teorias de Rousseau ... (Revista brasília, nº5, p.16, maio de 1957).

Um redescobrimento, a posse do que se encontrava abandonado sem utilidade para o sistema, o chamado progresso pelo desenvolvimento do território eram fundamentais para a continuação do que havia sido iniciado na invasão de Portugal, em 1500. Colonizar efetivamente o território, somando as áreas ainda não exploradas ao domínio do Estado.

Esse projeto seria possível através da abertura de estradas e ferrovias, com a interligação do território a partir destas veias de comunicação, o qual possibilitaria o acesso da administração pública às regiões centrais do Brasil. No texto que abre a revista 7, nesta em que o novo projeto gráfico se estabelece de forma mais consistente, sob o título de "Brasília: nivelamento da Riqueza Nacional" retirado de uma exposição feita pelo deputado Wagner Estelita, presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, sobre a situação econômico-financeira do país, é expresso esse desejo de alargamento dos domínios efetivos do Estado sobre o território brasileiro.

> Não tenho dúvidas de que o deslocamento da sede do Govêrno Central trará efeitos altamente benéficos, contribuindo, em suas últimas conseqüências, para atenuar o panorama de desigualdade na distribuição de riqueza que caracteriza a economia nacional, impulsionando o progresso do país, sob diversas formas, inclusive pelo estabelecimento de uma rêde de comunicações e de transportes rodo-ferroviários, desconcentrando e descentra-

> lizando a máquina administrativa e permitindo que a administração central do país, em ambiente adequado, possa volver suas vistas, integralmente, para os problemas nacionais (Revista brasília, nº7, p.1, julho de 1957).

Nesta mesma revista, primeira onde aparece a seção "Noticiário", que será constante a partir deste número, aparece, entre as pequenas notas, com o título "Projeto de Colonização", menção à declaração do presidente Nacional de Iniciação e Colonização à imprensa, onde se indica o início do projeto de colonização de Brasília. "Acredita o presidente do INIC que a região de Brasília será bastante procurada, não obstante o rígido contrôle que se fará sôbre a imigração para o local" (Revista brasília, nº7, p.17, julho de 1957). A gestão se entenderia aos imigrantes, os quais seriam rigorosamente selecionados e encaminhados segundo as necessidades do empreendimento. Sobre os imigrantes estrangeiros, os primeiros a serem selecionados foram famílias japonesas, as quais foram alocadas nas granjas da nova capital a fim de servirem ao abastecimento desta.

Em relação a estes primeiros imigrantes, também naseção "Noticiário", agora da revista do mês seguinte, agosto de 1957, nº8, página 17, uma pequena nota sobre esses primeiros colonos, deixa clara a gestão racional dessas pessoas. Sob o título "Primeiros Imigrantes" segue o texto sobre a chegada desse primeiro grupo de famílias.

> Já se instalou em Brasília o primeiro grupo de famílias japonesas que cuidarão do cinturão-verde da futura capital do país. Essas famílias foram localizadas pelo Instituto Nacional de Imigração e já iniciaram o preparo da terra e das sementeiras. Trata-se de colonos rigorosamente selecionados,todos elementos que se especializaram em horticultura e no preparo de pomares (Revista brasília, nº8, p.17, agosto de 1957).

Abria-se uma nova perspectiva para a imigração dirigida com a construção de Brasília e as novas estradas para o Oeste e Norte do País (Revista brasília, nº24, p.19, janeiro de 1958). A ocupação se daria, porém, seguindo rígidos critérios a fim de atender ao projeto de dominação do território. "Alguns colonos nacionais e estrangeiros, já estão sendo fixados nas imediações da futura Capital. Mas será necessário fazer esforços redobrados, levando para a hinterlândia mais agricultores" (Ibidem).

> O Nordeste poderá fornecer precioso material humano, à vista dos seus excedentes populacionais e das crises climáticas que periodicamente o assolam. Não podemos, porém, prescindir da experiência e da técnica dos imigrantes, que devem ser localizados ao lado dos nacionais, cooperando para o incremento da produção agrícola (Ibidem).

Além da forte desumanização, identificando seres humanos como material para esse projeto de expansão da civilização, aqui o imigrante estrangeiro aparece em grau de hierarquia superior quando relacionado ao domínio da técnica necessário ao bom desenvolvimento do projeto. Essa imigração dirigida, selecionada, fala

sobre um desejo de manipulação do humano na busca de uma maior eficácia do sistema.

"Os nordestinos fugitivos do inferno da sêca, constituem operosa mão-de--obra [...]" (Ibidem, p.22), estes que buscavam na construção de Brasília melhores oportunidades de vida, eram, no cenário da antiga capital, um grande problema, já que o Rio não suportava o contingente populacional que recebia. Brasília seria a solução desse problema, sendo centro de atração para essas populações. D. Carlos Carmelo de Vasconsellos Mota expressa, em seu discurso durante a primeira missa de Brasília, sua opinião sobre o que ele chama de mais grave problema nacional, que seria o problema dos irmãos nordestinos.

> Brasília vai deter a fuga do nosso sertanejo em busca da miragem das megalópolis. Brasília vai resolver o mais angustioso e mais grave problema nacional que é o problema dos nossos irmãos nordestinos, proporcionando-lhes oportunidades de se fixarem em colônias nacionais à margem das grandes vias que demandarão Brasília - colônias nacionais tecnicamente estabelecidas, amparadas e assistidas pelos poderes públicos. Brasília vai ser o mais formidável impulso unificador e civilizador do Brasil. Brasília vai ser a mobilização efetiva e definitiva desta grande Nação de 60 milhões de cidadãos livres e dêste extremissimo território, patrimônio colossal, capital imensa do qual precisamos e devemos auferir os alguns legítimos tanto em benefício nosso quanto em benefício da humanidade(Revista brasília, nº5, p.14, maio de 1957).

Não seria em Brasília que eles se estabeleceriam, mas sim nas estradas que levariam a ela. O problema, que teve na fala do cardeal sua primeira abordagem, aparece inúmeras vezes ao longo da revista e ganha especial destaque em um artigo de Aristides Toledo Albuquerque intitulado "O papel de Brasília na redenção do Nordeste", publicado na página 11 da revista de número 30, de julho de 1959.

Brasília, sendo uma obra de alto alcance econômico para a nacionalidade brasileira, encarnando verdadeiramente a grandeza do país, este que necessitava de um " [...] homem de visão que impulsiona-se para o alto, para a verticidade de um destino que todos nós brasileiros merecemos" (Revista brasília, nº30, p.11, julho de 1959). Fazendo menção a palavras do presidente Juscelino em que Brasília significaria uma revolução política e econômica e que, do ponto de vista desta última dimensão, Brasília significaria a resolução de situações já esgotadas ao criar um novo centro de gravidade, o qual traria maior equilíbrio à nação, pois conectaria suas diferentes partes. Há nesse período, também, o uso da imagem do arquipélago para descrever a situação do território nacional e que as estradas acabariam com essa situação.

> E disse-o muito bem, porque êsse traço de união que se estabelece através de ótimas estradas, principalmente e rodovia que liga a futura Capital a Belém do Pará, cria novos horizontes aos desassossegados e pobres nordestinos que vêm tendo uma vida à parte no caso da comunidade nacional,

> como se não fôssem brasileiros, sempre castigados por tôda sorte de infortúnios! (Ibidem).

O sofrimento do povo nordestino em sua fala parece algo do acaso, como se estivesse localizado fora da esfera humana. Claro que questões climáticas e afins estavam além do controle do homem, mas o manejo de suas conseqüências sim. Brasília seria a resposta milagrosa a esse sofrimento, trazendo a libertação do povo nordestino pela sua inclusão no sistema econômico que passaria a unir a nação por meio das estradas, sendo a mais significativa a Belém-Brasília, ou Brasília-Belém como aparece seguidamente na revista. "[...] [A] redenção do Nordeste estará em Brasília, que lhes acena com a bandeira da esperança, simbolizando o melhor amplexo por um futuro grandioso" (Ibidem).

Se a interligação do território nacional trouxe essa união esperada resolvendo o problema do sofrimento nordestino é uma questão que transcende este trabalho, porém havia a ideia de que a salvação estaria na expansão da dominação do território, disponibilizando maiores recursos aos homens e sua economia. Porém, ao mesmo tempo que há o discurso de elevação, há na palavra um componente desumanizador, como nas palavras emocionadas de Israel Pinheiro no churrasco dos Pioneiros no Catetinho realizado em 3 de abril de 1960.

"Aqui estamos em intimidade, na sala da Casa Grande, na nossa primeira casa de Brasília, no Catetinho" (Revista brasília, nº41, p.7, maio de 1960). Nesse ambiente do sinhô, o então presidente da Novacap fala sem cerimônia, no acolhimento, entre os seus "[...] [as] palavras podem sair com a nudez original do pensamento" (Ibidem).

Lembrando dos sofrimentos de sua luta tenaz, sobre-humana em suas palavras, Israel se recorda apaixonado na batalha de Brasília, com a fala carregada de vocabulário bélico. Ele se recorda do esforço dos homens que "arrogando a si próprios uma destinação messiânica de salvadores da Pátria, que continua como sempre "à beira de um abismo"" (Ibidem) os quais tiveram todos os sofrimentos provados. Evoca a imagem dos "caminhões despejando torrentes de nordestinos" (Ibidem) como se estes fossem matéria-prima da cidade e não força viva que sustentou sua construção. "[...] Brasília feita do concreto; de cimento, ferro e areia temperados com o suor dos candangos" (Ibidem, p.19).

Na sua rememoração Israel fala dos animais "[as] emas, os veados, as gralhas, tôda a fauna aborígene espantada com o tropel dos invasores", de "[um] ipê florindo na savana - pepita de ouro que Anhangüera esqueceu de levar"(Ibidem). Há a ideia de superioridade do homem em relação aos outros aspectos da vida na terra, de que a natureza é para ser tomada por direito por esse homem. Até mesmo podemos falar, com o uso da palavra invasores caracterizando os construtores de Brasília, que há a compreensão, mesmo que inconsciente, da violência de suas ações.

Desde as primeiras narrativas sobre estas terras a construção da imagem da

natureza foi central, imaginado como um lugar de encantamento, uma espécie de paraíso na terra, ora como inferno selvagem, a flora e fauna daqui representaram um desafio a razão branca européia. “Desde o século XVI, os primeiros relatos europeus sobre a América destacaram sua natureza tropical, sua flora exótica e seus animais desconhecidos” (ESPADA, 2011, p.32). O Brasil, terra de abundancia, teve na sua natureza a representação também de um futuro promissor, de inesgotáveis fontes de recursos a serem explorados.

Se nesse momento buscavam a independência econômica a partir da expansão da civilização pelo território, este era um problema antigo que estava dado ao Estado desde sua independência política, que “ocorreu antes do país ter sua unidade territorial bem estabelecida e segura, e sem que o país tivesse formulado uma noção específica de identidade cultural” (Ibidem, p.29). Havia-se a necessidade de construir um aparato ideológico que legitimasse a ideia de uma nação coesa, inventando o Brasil em um plano não apenas geopolítico quando simbólico. Ficava-se dada a tarefa de criar uma narrativa capaz de garantir que o país fosse integrado ao mundo civilizado, dentro dos parâmetros europeus (Ibidem, p.30).

Existia a necessidade de fortalecer a independência desvinculando a imagem da antiga colônia portuguesa, estabelecendo a imagem de um império. No início do século XIX, as instituições criadas e patrocinadas pelo Estado foram centrais na construção dessas narrativas. Destacam-se entre elas a Academia Imperial de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “No programa de ambas, não havia uma oposição em relação à antiga metrópole portuguesa. Ao contrário, as duas instituições tinham a missão de propagar a ideia do Brasil como um desdobramento da civilização européia cristã nos trópicos” (Ibidem).

Dentro da ideologia do Estado, o branco português era o fator civilizatório enquanto se exclui a presença indígena e negra desta imagem. “A este processo corresponderia também uma espécie de tarefa civilizatória permanente que deveria ser assumida pelos construtores da Nação. Tarefa que deveria ser conduzida pelo Estado Imperial, centralizado e autoritário, capaz de promover e assegurar uma unidade nacional” (SANTOS, 1985, p.5).

As imagens negativas criadas sobre o país dentro da ideologia racista européia eram “um convite a uma arregimentação das elites para sua missão paternalista de vigilantes ilustrados de um povo bárbaro, carente de luzes, necessitando de liderança e de disciplina” (Silva, 1981, p.217 apud Ibidem). Nesse momento, enquanto a imagem de D. Pedro II representava o domínio da civilização européias, “a natureza passou a ser representada como um emblema da nacionalidade, capaz de demarcar a especificidade do Império dos trópicos”(Ibidem, p.31). O Brasil não era apenas a civilização representada pelo monarca, ou tampouco a mata, ele era a tensão entre essas forças. A natureza alcança uma importância simbólica, como ícone nacional, na tensão entre ela e a cultura que caracterizava o então projeto de país (Ibidem).

É neste caminho que os intelectuais se constituirão em promotores da ci-

> vilização, introjetando atitudes antes afeitas ao colonizador. Assumiam assim os construtores do Estado a missão de civilizar, ao mesmo tempo em que tentavam forjar a Nação. Em outros momentos cruciais a missão ressurgiria sob novas roupagens e novos enfoques, constituindo-se no drama permanente dos homens ilustrados da elite brasileira, durante muitas gerações (Ibidem).

A ideia de nação tem na sua representação o papel fundamental de ocultar a divisão social. Instrumento poderoso da criação da ideia de unificação social, não é por acaso que o discurso do poder é o do Estado Nacional, não apenas por fornecer uma ilusão de comunidade coesa, mas porque permite localizar a divisão fora do campo nacional (CHAUÍ, 1980, p.21 apud Ibidem).

A construção dessas narrativas foi necessária não apenas no Império quando o Brasil criava uma primeira imagem sobre si, mas ao longo do tempo. Essas instituições foram se transformando, mas nunca deixando de ser central a construção de uma identidade nacional. Dois momentos se destacam nesse plano de criação intelectual e do Estado na construção da nacionalidade brasileira, onde se buscava afirmar a autonomia da nação possuindo a construção historiográfica como ponto central. O primeiro na fase de luta pela autonomia do Estado Imperial em que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro cumpre um papel fundamental ao construir uma espécie de biografia da nação, organizando a história brasileira.

> O segundo momento pertence à conjuntura de luta pela autonomia nacional no plano econômico, e de tentativa de superar o subdesenvolvimento e os entraves para o desenvolvimento. Trata-se da era do nacional desenvolvimentismo nos anos 1950 e início dos anos 60. Em ambos os momentos, verifica-se a busca da identidade, sendo que o segundo pretende ser a crítica radical e a negação dos resultados intelectuais do primeiro. O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, cumpriria, na segunda fase autonomista, papel semelhante ao do Instituto Histórico e Geográfico da primeira metade do século XIX (Ibidem, p.7).

Criado na gestão de Café Filho em 1955, com o objetivo de reunir pesquisadores que pudessem aconselhar e justificar a política do governo, foi quando JK esteve no poder que "o instituto ganhou dimensão política decisiva, sendo responsável pela conceituação e pela difusão da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista entre [os] [...] encarregados de implementar a política do governo" (ESPADA, 2011, p.33).

> Por meio de publicações e conferencias, os intelectuais do ISEB abordaram temas como o nacionalismo, a modernidade, a cultura brasileira e a relação entre campo e cidade. Foram eles os responsáveis por elaborar uma justificativa racional, que fosse além da dimensão simbólica, para a inclusão da construção de Brasília no plano de metas do governo JK (Ibidem).

Como na produção do início do século XIX, Brasília também respondeu à necessidade de uma demanda oficial em relação à criação de ícones de uma certa identidade nacional. Embora em diferentes contextos, o que se repete é a necessidade da modernização e da manutenção da unidade do país, se no primeiro a importação de padrões europeus traria a ilusão de civilização, em Brasília a arquitetura verdadeiramente "brasileira" contestaria o desenvolvimento técnico, intelectual e econômico alcançado pelo país. Momento em que a civilização se sobrepunha a natureza.

Se no período imperial a natureza aparece como fator monumental, ela "finalmente é substituída pelo monumento criado em território nacional" (Ibidem, p.34). Brasília seria um divisor de águas, marcando um novo período de afirmação do povo brasileiro a partir da sua realização, da sua vontade se sobrepujando à natureza. Finalmente incorporando as extensas áreas ditas abandonadas ao patrimônio da civilização.

> «Esta Nação terá duas etapas: antes e depois de Brasília. [...] Para quem se mantém distante do dia a dia, sem conhecer as dificuldades por que passa o povo, Brasília empolga. Considero-a obra verdadeiramente de gênio, onde a arquitetura brasileira será consagrada definitivamente (Revista brasília, nº35, p.18, novembro de 1959).

No número 19 de julho de 1958, mês da fundação de Taguatinga, que nem se quer recebe menção na revista e, também, mês que começou a aparecer na contra capa o preço mensal e de assinatura anual, 10 e 100 cruzeiros respectivamente, em sua página 17, no "Noticiário" com o título de "Palavras do Presidente" é transcrito o seu discurso aos dirigentes da Associação Atlética do Banco do Brasil após aprovar "com entusiasmo a proposta" de construir um monumento em homenagem aos campeões da copa do mundo desse mesmo ano. Uma promessa que não foi concretizada, porém que deu ao presidente a oportunidade de expressar algumas de suas ideias a favor da construção de Brasília e sua significação.

O monumento enriqueceria de conteúdo simbólico a nova capital "de um País jovem, o primeiro monumento a se erguer será um monumento à juventude, um monumento à energia e ao vigor físico e moral da raça que aqui se forja e na qual se contêm tôdas as raças da Terra!" (Revista brasília, nº19, p.17, julho de 1958). Além do entusiasmo em sua fala, aqui JK deixa claro duas ideias fundamentais para a formação dessa nova identidade nacional, de que o Brasil era um país jovem, esta que é repetida com frequência justificando o muito a se fazer, e a noção de uma miscigenação positivada. Em que aqui teria se formado uma amálgama entre todas as raças e que essa raça brasileira conteria todas as boas qualidades inseridas na mistura. A fala aqui carrega certa energia eugênica celebrando o vigor físico e moral da raça. O vigor físico ligado a uma questão de moralidade. Enfim, essa não é a questão que mais interessa nessa parte do trabalho, ainda.

Continuando, JK afirma que a nova capital é um "cometimento audaz de jovem num povo que se sabe chamado a uma grande missão" (Ibidem). Esta missão,

este chamado, seriam para completar o que há quatro séculos o colonizador ansiava em realizar, Brasília seria "êste arremêsso decisivo contra o vasto continente inexplorado dos nossos sertões" (Ibidem). O arremesso que não havia sido realizado por falta de possibilidades técnicas e que não haviam permitido que a cidade fosse construída antes. Finalmente o progresso técnico possibilitaria a realização dessa aventura colonial e na dicotomia civilização e natureza ou civilização e sertão, os primeiros, finalmente, se fariam vitoriosos.

> Brasília não poderia ter nascido antes: as circunstâncias não o permitiriam. Mas devia nascer precisamente agora, como nasceu, porque os recursos da técnica, os modernos inventos asseguram hoje ao espírito pioneiro da nossa raça os instrumentos que antes lhe faltaram (Ibidem).

O argumento é cíclico, muitas vezes se repetindo ao longo das 44 revistas. Esse processo faz parte do convencimento, ou ainda da doutrinação necessária para a realização de um empreendimento como foi Brasília, que requer a mobilização de muitas forças. Gera acúmulo de energia que sustenta na realidade material o que no verbo é pregado.

Mais de um ano depois de julho de 1958, JK repete quase que as mesmas palavras, reafirmando que o momento preciso do desenvolvimento técnico havia chegado possibilitando a realização do espírito pioneiro da raça. Na revista de setembro de 1959, número 33, em seu discurso feito na ocasião do Congresso de Internacional de Críticos de Arte, a essa questão, o presidente acrescenta um certo preparo psicológico que agora a nação brasileira havia atingido. É o aparato da técnica alinhado à questão de um ambiente psicológico favorável, que permitem a ascensão do Brasil.

> [...] Brasília não poderia ter nascido antes: as circunstâncias não o teriam permitido. Devia nascer precisamente agora, como nasceu, porque os recursos da técnica, os modernos inventos hoje asseguram ao espírito pioneiro da nossa raça os instrumentos que antes lhe faltavam. Se não surgisse nesta hora, em que a Nação se vê psicológicamente preparada para o grande passo e encontra meios de realizá-lo; se continuasse a ser procrastinada, como um sonho utópico, a nossa geração teria sido, com justiça, acusada de inépcia e desídia ; a nossa geração teria falhado e retardado, criminosamente, a marcha ascensional dêste País (Revista brasília, nº33, p.2-3, setembro de 1959).

Estes pioneiros, desbravadores, bandeirantes, este tipo de gente que constantemente é invocada pelas palavras estampadas na revista faz parte de uma raça específica, a branca. Assim como essa subjetividade evocada, a qual se encontrava preparada para desbravar e conquistar. Se, nas palavras de JK, em julho de 1958, a forja aqui criada continha todas as raças do planeta, uma era valorizada em relação às demais, tendo em vista os antepassados que eram chamados a energizar o discurso.

A primeira menção a Cabral, e à continuidade da invasão nesse território, aparece na revista número 3, de março de 1957. Na Primeira Semana Nacional Mudancista, aparentemente a última também, "conclave que, com o caráter de seminário de estudos e incluindo um curso de extensão universitária, promoveu conferências, palestras e coleta de teses escritas, visando a resolver questões e a esclarecer aspectos da transferência da Capital da República para o planalto central brasileiro" (Revista brasília, nº3, p.3, março de 1957), em sua mensagem aos participantes, Juscelino, em tom emocionado faz um chamamento à mocidade de sua época para a participação na marcha para o oeste.

Neste evento, que foi de iniciativa dos centros acadêmicos "XI de Agôsto", da Faculdade de Direito de São Paulo, e "XI de Maio", da Faculdade de Direito de Goiás, e aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo entre 9 e 16 de março de 1957, há uma reativação dessa memória, uma forte vinculação com a invasão colonial, onde se localiza a construção de Brasília na continuação dessa tradição.

> Ao falar-vos, estudantes congregados pelos Centros XI de Agôsto e XI de Maio, dirijo-me também a tôda a mocidade do Brasil - e o faço com a consciência de que estou cumprindo o dever de convocar-vos, de prevenir-vos, de procurar a vossa adesão para esta marcha rumo ao oeste, na conquista do interior da nossa pátria, conquista que neste momento principia e deixa de ser imagem oratória, frase de efeito, promessa vã, para constituir-se, na realidade, em algo de concreto, de palpável: a continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguiu com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das Bandeiras e que agora, para alta e imerecida honra de minha vida, retomo com o pensamento de integração do Brasil em si mesmo para posse do povo brasileiro do seu próprio e imenso território (Ibidem, p.1).

Reafirmando "o papel histórico que o meu govêrno está representando com o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília" (Ibidem), perdoando-se pela falta de modéstia, o 'presidente bossa nova' afirma a continuação do legado paulista, que "é continuar o feito das vossas bandeiras, retomando o caminho heròicamente percorrido pelos vossos desbravadores, é estender o Brasil, com o poder da técnica do mundo de hoje, até onde o conduziu o vosso Anhangüera" (Ibidem).

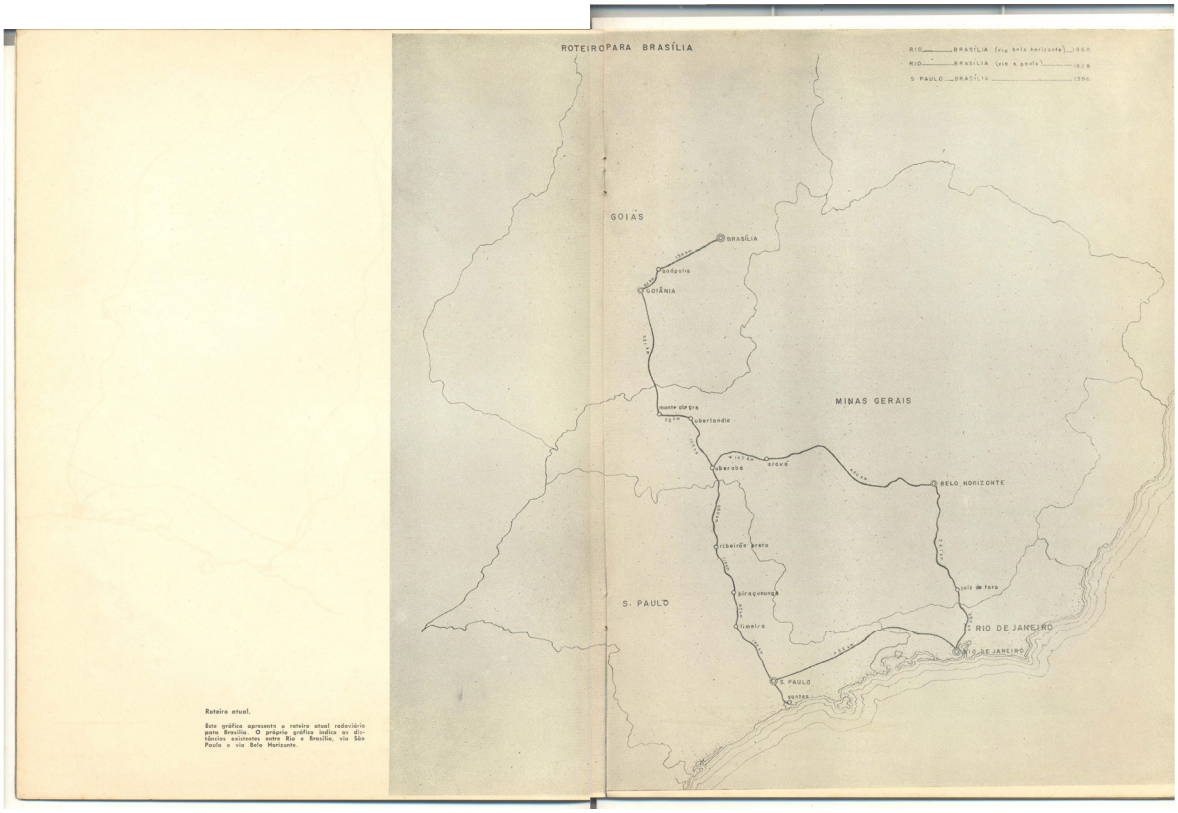
Agora com posse das ferramentas que a técnica moderna disponibilizava, era possível continuar a aventura colonial pelo território brasileiro a fora. Armados do arsenal disponível, os ambiciosos desbravadores novamente caminhariam pelas matas inóspitas e desconhecidas, realizando o desejo de serem maiores que elas, de domarem a natureza exótica do território nacional, esta que por muito tempo impediu sua expansão.

> Tudo o que temos de real é fruto da ambição. Não estivessem dela imbuídos os velhos paulistas, e outro teria sido êste país. Não fôssem ambiciosos os antepassados dêste potentíssimo Estado, e teríamos ficado contidos na li-

> nha Cananéia-Belém. Benditas, pois, as conquistas dos heróis legendários que esperam um Homero, um Virgílio ou um Camões para fazê-los ressuscitar e caminhar de novo pelas matas inóspitas e desconhecidas (Ibidem, p.2).

Na revista de abril de 1957, número 4, em um trecho do discurso feito por Juscelino em Belo Horizonte, no encerramento do Congresso de Municípios Mineiros, com o título em destaque ““Nada obstará a marcha do país para a conquista de si mesmo, que é a ocupação efetiva de suas grandes áreas internas ...”” todo em letras maiúsculas, é explorada a ideia de que o país só será grande quando levar o progresso da técnica aos territórios que ela ainda não dominou. “Só conhecerá o País a verdadeira grandeza no dia em que dominarmos os grandes vazios interiores, plantando cidades, rasgando estradas, levando o progresso técnico aos rincões remotos e explorando-lhes as imensas riquezas. E Brasília é o grande passo para êsse mundo futuro” (Revista brasília, nº4, p.1, abril de 1957)

A visão utilitarista da terra, da natureza, dos seres – humanos também – marca essa razão que a tudo quer consumir a fim de criar reserva, de produzir riqueza a partir do que a técnica disponibiliza. Na revista número 12, de dezembro de 1957, onde aparecem pela primeira vez mapas esquemáticos mostrando as ligações rodoviárias entre Brasília e o sudeste, também em um discurso do presidente, agora em Guaratinguetá no estado de São Paulo, na formatura dos alunos do Curso da Escola de Especialistas da Aeronáutica publicado no “Noticiário” da revista sob o



Revista *brasília* nº12, páginas 11 e 12

título, um tanto forte, “Significação de Brasília”. O trecho é curto porém carregado de intenção.

> O Brasil também está empenhado agora em conquistar suas terras abandonadas, caminhando decididamente para o centro e para o oeste para a integração definitiva dos seus 5 milhões de quilômetros quadrados, que ainda hoje não conhecem sequer o som do passo humano. A construção de Brasília visa a êsse objetivo : levar para o centro do País atividades que desenvolvam a sua economia e integrem na comunhão brasileira mais de 2/3 do território nacional, ainda hoje inexplorados” (Revista brasília, nº12, p.19, dezembro de 1957).

Os passos humanos aos quais JK faz referência podem ser apenas os de pernas brancas, porque o interior, não apenas ele, mas todo o território que hoje tem o nome de Brasil, há séculos é chamado por muitos outros nomes e habitado por muitos outros homens. O vazio, o abandono, que justifica no discurso desses homens brancos a ocupação do território, que seria herança de seus antepassados colonizadores, é e sempre foi terra dos povos originários que aqui estão há mais tempo que a história ou a memória podem lembrar. Antes do tempo ser tempo. A não referência é estratégia de apagamento que justifica a violência da aventura colonial. A comunhão brasileira é a homogeneização e o apagamento sob o domínio do colonizador.

O trecho continua falando das rodovias que seriam realizadas conectando o país em um “rêde indispensável ao desenvolvimento do interior brasileiro” (Ibidem). O progresso se espraiaria por essas rodovias, as quais teriam papel fundamental para a colonização do território, onde as cidades se estabeleceriam como âncoras desse modo de estar no mundo. “[...] Nessas paragens bravias, novos povoados nascerão em tôrno das pousadas e dos postos de gasolina” (Revista brasília, nº38, p.14, fevereiro de 1960).

Em uma seção que aparece na revista 23 de novembro de 1958 com o título de “Discursos Presidenciais”, seção única que aparece pela primeira vez e vai ter algo parecido com ela na revista 40, número especial de 21 de abril de 1960, onde, também, vai ser apresentado um arrazoado de trechos de discursos de JK. O trecho do discurso de posse da nova Diretoria da Confederação Nacional do Comércio, com o título dado de “Sonho do Patriarca” faz um chamamento à realização do desejo do patriarca da independência, “havia soado para nós a hora de pôr em prática” (Revista brasília, nº23, p.7, novembro de 1958).

> Determinado a acelerar o progresso brasileiro em ritmo compatível com as condições técnicas de nosso tempo, não medi sacrifícios para plantar no coração virgem da Pátria os alicerces de sua nova capital. E aquilo que se apresentava a Nação como uma aspiração quase inalcançável pelo vulto gigantesco de seu empreendimento, e agora, aos olhos do mundo civilizado que se admira de nosso arrôjo, uma prova a mais da vocação pioneira e construtiva do Brasil (bidem).

Tomar posse da virgindade da terra, plantando a cidade síntese dessa brasilidade moderna, avançada que buscava apenas ser reconhecida pelo mundo civilizado. Há um desejo constante de aceitação, de provar um valor, uma capacidade que há muito era negada ao povo brasileiro pelo branco de maior hierarquia. É um movimento para fora, para o exterior. Para provar que a situação de inferioridade imposta poderia ser revertida uma vez que o Brasil tomasse posse de si, fixando sua capital "em regiões imensas, com as condições para a prosperidade, mas até aqui vazias, improdutivas, abandonadas" (Ibidem, p.6). "O Brasil deixará de ser, graças a Brasília, apenas um vasto País no mapa, para transformar-se num país de fato" (Ibidem).

> [...] Fingem-se deslumbrados de que construímos a sede definitiva do Govêrno de nosso País e que, esta não deverá ser simples e improvisado aglomerado de casas, sem obediência a qualquer gôsto estético ou plano funcional. Brasília não é apenas a nova capital, é também uma semente plantada em terra fecunda, mas descuidada (Ibidem, p.6).

Capital definitiva seria espelho da ordem e do progresso brasileiros, que tomariam conta do abandonado, da terra descuidada. "A circunstância de dispor o Brasil, neste momento de sua evolução cultural, de uma plêiade de grandes técnicos, no plano dos conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos, ajudou-nos a enfrentar o problema, com a disposição de resolvê-lo" (Ibidem, p.7). O avanço da técnica trazia as ferramentas necessárias para afirmação pela dominação.

Em outro discurso do presidente, publicado no "Noticiário" da revista seguinte, número 24 de dezembro de 1958, em sua página 18, na cerimônia do 25º aniversário da regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto, é afirmada a boa hora em que essas profissões se encontravam, e seu papel na afirmação da potência do povo Brasileiro. "Vós vos encontrais, assim, senhores Engenheiros e Arquitetos, numa das horas mais belas de vossas profissões: podeis dar ao Brasil a medida de vossos recursos técnicos e o Brasil pode proporcionar ao mundo, com as vossas realizações, a medida de sua capacidade, como povo, como cultura e como Nação" (Revista brasília, nº24, p.18, dezembro de 1958).

Com o título "Cada dia, cada hora" retirado de um trecho onde JK afirma que a cada momento Brasília se tornava uma realidade tangível "como centro de convergência das grandes fontes de energia nacional" (Ibidem), no discurso toma força a ideia de afirmação do povo pelo seu avanço técnico e o especial papel que essas profissões, jovens, teriam nesse cenário.

> [...] E quando se fizer, em futuro não muito distante, o levantamento histórico de nosso tempo, há uma epopéia a comover as gerações advindas: a abertura das estradas que ligarão o Brasil à nova Capital, sobretudo aquela que, partindo de Belém e rasgando o coração virgem das florestas amazônicas, representa uma vitória simultânea da tenacidade, da técnica e do patriotismo, constituindo o mais empolgante e comovedor espetáculo de abnegação, arrôjo e determinação da engenharia nacional a serviço do

> Brasil de amanhã (Ibidem).

Brasília estava, dentro desse pensamento, sempre localizada no futuro. Até a época de sua inauguração pouca cidade tinha sido construída, porém era importante afirmar cada vez mais que ela era real, que era tangível, que o sonho de conquista se realizava a fim de combater a forte oposição constantemente localizada como inimiga, em um pensar extremamente polarizado. "Já se disse, a respeito de Brasília, que o empreendimento governamental desperta um dos dois sentimentos: ou de paixão, ou de revolta. [...] De fato, Brasília não admite o meio-têrmo, a neutralidade; ou se é favorável extremadamente à sua construção, ou se é tremendamente contra"(Revista brasília, nº32, p.1, agosto de 1959).

A referência da grandeza do evento que se realizava também era frequentemente afirmada na importância histórica que ela teria para o Brasil. Em seu discurso proferido na ocasião da primeira missa de Brasília, D. Carlos Carmelo de Vasconsellos Mota, atual cardeal-arcebispo de São Paulo, acrescenta a fundação de Brasília aos maiores eventos da história nacional.

> Sim, meus compatriotas brasileiros, congratulemo-nos todos porque estamos vivendo um dos três maiores acontecimentos da nossa gloriosa história pátria. [...] De fato, o descobrimento em 1500, a independência em 1822 e, na atualidade, a fundação desta nova capital metropolitana, no centro do país são os 3 marcos culminantes na vida nacional (Revista brasília, nº5, p.13, maio de 1957).

"Será o acontecimento máximo depois do Ipiranga. Será um avanço na história de 135 anos. Será o apogeu do govêrno republicano do país. Será a democratização dêsse colosso ele grandeza e beleza que é o território brasileiro" (Ibidem). A democratização do território seria, aparentemente, nesse pensamento a sua apropriação pelo Estado a partir da expansão da civilização, que não mais se quedaria "nas praias litorâneas à moda dos caranguejos" (Ibidem). Mais ainda, na primeira menção à Amazônia na revista, o homem da fé católica acena a importância que Brasília teria para a aquisição definitiva daquele território.

> A Nação vai agora tomar posse do que é seu e ter o seu verdadeiro o centro de gravidade. Brasília vai ter o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional. Brasília vai salvaguardar a Hiléia Amazônica que já foi perigosamente cobiçada pela ONU a pretexto de civilização de populações subdesenvolvidas (Ibidem, p.13).

A questão da proteção da Amazônia contra a cobiça das demais nações do globo parece algumas vezes como argumento de tomada de posse desse território. "Um salto decisivo se deu no coração do Brasil para a conquista daquilo que, sendo nosso, continuava, entretanto, a nos desafiar, como espaço vazio a suscitar cobiças [...]" (Revista brasília, nº34, p.1, outubro de 1959) era necessário de ser tomado segundo o Deputado Mancer Almeida em seu texto de abertura da revista nº 34 de outubro de 1959. Na revista de junho de 1959, nº30, a questão aparece no discurso

pronunciado pelo deputado José Fernandes na assembleia mineira em 29 de abril de 1959 e transcrito sob o título de “Obra ciclópica”.

> É, principalmente, uma exigência constiucional. É uma necessidade da defesa da soberania nacional. País de costas largas, de flancos abertos às investidas alienígenas, será prêsa fácil da cobiça de povos não aquinhoados pela natureza, sedentos de espaço, esfomeados das riquezas do terra. As tentativas de invasão no passado se renovarão no futuro pois à medida que a terra aumenta a sua população, reduz-se o espaço terrestre [...]” (Revista brasília, nº30, p.17, junho de 1959).

Bom, se agora foram um tanto vagos sobre quais nações haviam exposto seu interesse no território amazônico, Mario Kroeff, em seu texto “Brasília, vista a meu modo” publicado na revista de dezembro de 1959, nº36, deixa explícito a quem se referiam. “A cruciante questão do «espaço vital» europeu, instigador das guerras de ocupação, já havia até idealizado o «Instituto da Hiléa Amazônica», como meio de pacificar o Velho Mundo, à custa do descuidado brasileiro” (Revista brasília, nº36, p.3, dezembro de 1959).

> Só agora, depois de quatro séculos e meio, apareceu um dirigente que não esmoreceu ante o hercúleo trabalho do desbravamento e integração Nacional do gigante «deitado eternamente em bêrço esplêndido». As nações européias já cobiçavam êsse rico latifúndio para solver os prementes problemas de superpovoamento (Ibidem).

Mas voltando à frase do cardeal na primeira missa de Brasília. Essa frase, imagem do trampolim mágico, parece ter agradado o presidente que a repete algumas vezes em seus discursos. Na reafirmação das imagens, na repetição que se cristaliza na consciência, a revista 19, de julho de 1958, se destaca. O trampolim aparece quatro vezes na revista que reporta a vista dos “altos dignitários da Igreja, tendo em frente do Jaime de Barros Câmara, os quais participaram da VI Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos, em Goiania” (Revista brasília, nº19, p.8, julho de 1958).

O salto, o avanço, são imagens importantes nesse desejo se de projetar para o futuro. O trampolim possibilitaria a integração de um mundo em que se tinha a posse nominal, porém que ainda precisaria ser conquistado. O suposto deserto que se estende em frente aos olhos do branco causa medo, Brasília, a cidade que encarava a luz de sua primeira alvorada era “um desafio do homem brasileiro do nosso tempo à assustadora imensidão de nossas terras brasileiras desertas, abandonadas, inconquistadas” (Ibidem). A escolha dos bispos de se reunirem em Brasília seria um movimento simbólico onde se religariam e remontariam “à história da nossa formação e à luta pela unidade brasileira” (ibidem). Nesse evento de homens da fé católica fazia sentido enaltecer o que um deles havia dito e que servia tão claramente para o desejo de conquista.

> Estamos em Brasília agora - de novo em frente ao deserto, contemplando

> um mundo que é nosso, mas que precisamos conquistar. Aqui se encontra o trampolim que permitirá o salto da conquista do Amazonas, como observou, com exatidão, meu amigo, Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo, em cuja alma ardente e apostolar não se aplaca a sêde pioneira, e em quem não se anuvia o olhar que penetra longe na selva selvagem (Ibidem).

A selva selvagem seria finalmente desbravada a partir do olhar atento de Brasília que seria "tôrre de comando debruçada sôbre o desconhecido" (Ibidem), o qual haveria de desvendar. Posto avançado, base de apoio para as bandeiras que invadiriam o interior, conquistando a Amazônia.O mistério, o desconhecido, são sempre forças a serem domadas por essa razão que a tudo quer dar utilidade.

A próxima vez que essa imagem aparece é na página 18, no "Noticiário". Sob o título de "Para o Interior" são publicadas as palavras de D. Helder Câmara explanando suas impressões sobre a capital. Ele diz que o que vem em mente é o dito do arcebispo de São Paulo, "aquela felicíssima palavra de que Brasília será um trampolim para a conquista da Amazônia" (Ibidem, p.18). Apesar de se abster de debates políticos e técnicos por ser um homem da igreja católica, D. Helder afirma "como brasileiro e cristão comove-me ver o Brasil caminhando para o interior como nos tempos heróicos das Bandeiras. Quanto mais olho o mapa do Brasil mais entendo Brasília" (Ibidem).

Brasília se justificaria dentro de uma perspectiva geopolítica onde uma estratégia de apreensão do território brasileiro era fundamental para assegurar a soberania do Estado. Para isso fundamental papel tiveram as rodovias, em especial a Belém-Brasília, ou Brasília-Belém, a depender de como aparece na revista, que cortaria a selva selvagem possibilitando o acesso do conquistador às áreas ainda virgens do território. A nova capital, "impulso maravilhoso de masculinidade e de fé no Brasil" (Revista brasília, nº36, p.15, dezembro de 1959), transformaria a economia do Brasil, podendo modificar a realidade das populações do interior.

Se bem orientadas por "políticos, pastores, pais e educadores", tomariam rumo diferente, não mais migrando para as grandes cidades do litoral, "localizando-se à margem das grandes rodovias, ricas de terras de prosperidade dos Estados, fixando-se, ali, sem maior dificuldade, e produzindo para consumo interno e exportação, desde que haja vigilância e patriotismo na racionaI distribuição das referidas terras" (Ibidem, p.1).

Essa revista 36 é especialmente cheia de imagens de masculinidade, virilidade, localizando nos homens a razão responsável por esse projeto de dominação do território. Em especial um poema, na seção "Brasília na literatura", na página 19, que descreve um estupro à terra. De autoria de Napoleão Leal de Araújo, intitulado "Brasília" e dedicado ao presidente, como muitos outros que foram publicados na revista,compara a terra a uma mulher, usando-se dessa imagem, o poema descreve a posse desse corpo pelo desejo desses homens.

O poema começa com a imagem da bela que “dorme em sua paz e em sua solidão/. E’ como a virgem no seu casto leito,/ longe de olhares, longe de carícias,/ no seio do sertão. Essa jovem nunca havia sido despertada apesar das tentativas de conquista por “Homens rudes e fortes e valentes a quiseram possuir!...”. “Mas eis que de repente algo a desperta!/A princípio, um bulício, como um sopro/ de um vento a lhe roçar.../ E homens semi-nus, brancos e negros/ de manso vão chegando... vão chegando.../como as vagas do mar...”. Chama atenção a ausência do indígena nesse poema localizando no branco essa ação, as vagas do mar remetendo ao ritmo, mas também à imagem desses que vem em grande quantidade do litoral.

O poema continua, após plantarem a Cruz, “E a tempestade desabou, enfim!/O seio lhe rasgaram brutalmente,/ Sem piedade, sem dó/ E as feras, dantes bravas, recuaram!”. O autor segue com a descrição do ato de violência extremamente positivado como se fosse um feito dos mais elevados.

> E nada respeitaram de seu templo/ de virgindade secular, eterna,/ nem sua solidão!/ Como gigantes vindos de outros mundos,/ as árvores imensas arrancaram,/ deixando nu o chão!/E a luta foi brutal pela suprema/ posse da virgem nunca antes vencida!/ A luta foi brutal!/ Rasgaram-lhe as entranhas com os tratores,/ e as picadas surgiram, as estradas,/ em meio o matagal!/ E ali - supremo feito de coragem,/ de patriotismo, arrôjo, fé, confiança,/ antevendo o Porvir -,/ no coração da Pátria, inexplorado,/ desconhecido, abandonado, imenso,/ algo viu-se surgir!/ Era como se a Terra desse à luz/ um ser disforme, monstruoso, enorme,/ sem parar de crescer!/ E o trabalho incessante, noite e dia,/ deu-lhe formas e o mundo, com assombro,/ veio de perto o ver!/ E Brasília nasceu! Foi um milagre!/ Demonstração do que pode a Vontade/ Humana quando quer!/ E ela, a mata bruta, a invencível,/ deixou-se dominar e mansamente/ - foi Mãe e foi Mulher!/ E o Brasil de Amanhã, Conquistador,/ terá em bronze e guardará com amor/ o teu feito imortal!/ Foi a maior vitória do Brasil está/ jóia o esplender num céu de anil/- A Nova Capital” (Revista brasília, nº36, p.19, dezembro de 1959).

A terra como feminina sucumbindo ao desejo dos homens. A técnica como ferramenta dessa dominação. Virgem atacada cederia à força dessa vontade que tudo quer penetrar. A carga emocional desse poema deixa claro o que habita no desejo dos homens dessa época. As estradas seriam um dessas formas de penetrar, de rasgar a terra, de impor a vontade.

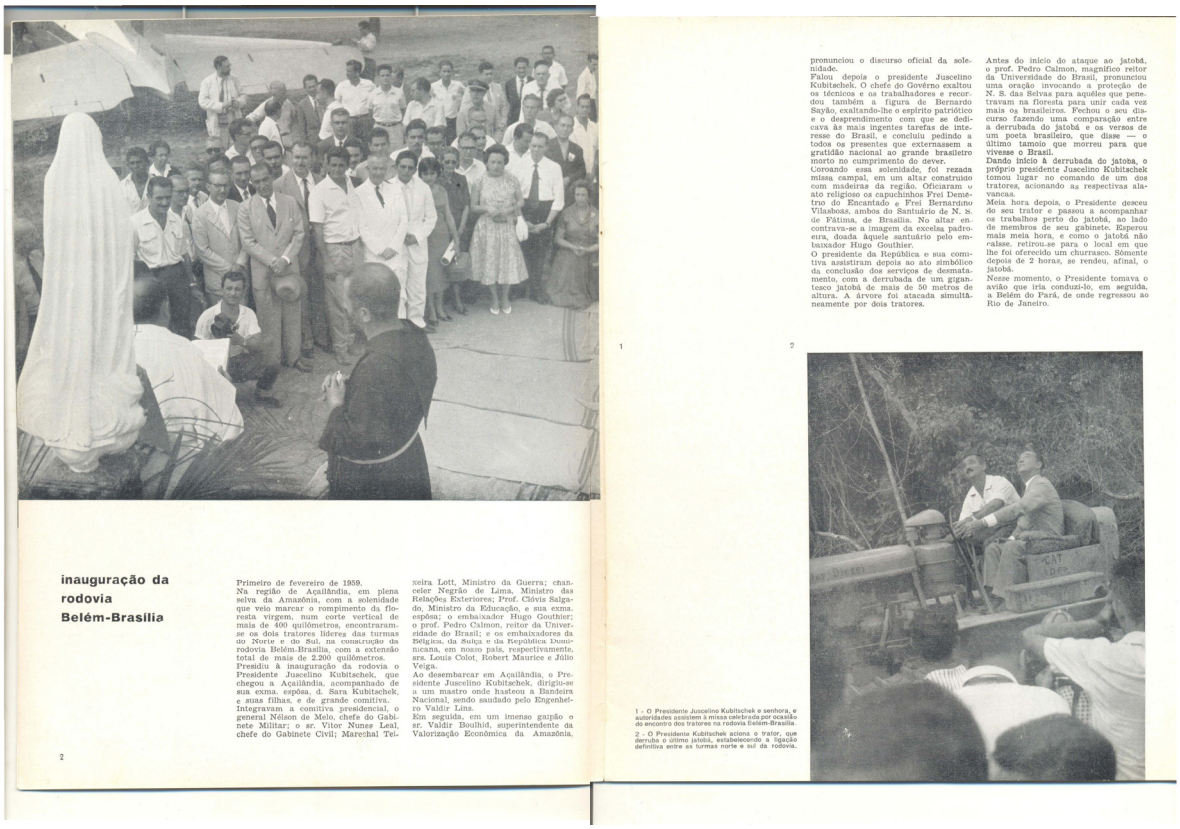
Brasília seria um acelerador dessa dominação, tendo a Belém-Brasília como via para essa realização. No texto que abre a revista nº14 de fevereiro de 1958, intitulado “Brasília, uma realidade”, de autoria de um deputado chamado Geraldo Mascarenhas, há essa intenção de aproveitamento econômico dos recursos, do caráter utilitário que a natureza tem para o homem branco.

> Localizada no planalto central, Brasília terá diante de si a paisagem imensa da Amazônia cuja integração à nossa vida econômica é de inegável necessidade e responsabilidade para o país. [...] A investigação das riquezas,

> que devem existir em extensas áreas, deverá ser procedida com intensidade cada vez maior. Não se trata apenas de levar a populações que vegetam à margem dos rios e também à margem do progresso o incentivo e também possibilidades reais para o aproveitamento dos recursos que até agora, permaneciam inúteis embora estivessem sempre ao seu alcance (Revista brasília, nº14, p.1, fevereiro de 1958).

O deputado continua falando da importância da "revolução da vida em suas mais variadas manifestações"(Ibidem), que gera entusiasmo, quem viajava para o interior poderia perceber que "mineiros, goianos, matogrossenses, nordestinos, amazônicos, encaram Brasília como um fato que se fixará nas páginas da história e como a incorporação de vastas áreas esquecidas à riqueza e ao patrimônio da nação" (Ibidem). Aqui talvez não interesse o entusiasmo que pouco pode ser verificado, mas a noção de que o território é fonte de riquezas e que estas devem ser incorporadas ao patrimônio da nação. Há uma crença que estrutura esse pensamento sobre a terra e a vida de que o mundo está disponível para suprir as necessidades desse homem, que está no seu desejo de realização criando cada vez mais delas.

Essa noção de uma natureza utilitária, disponível ao homem, é crença base que fica clara nas palavras de Pizarro Drummond. Intitulado "Fator de êxito econômico" foi publicado na revista nº26, de fevereiro de 1959, onde ganha destaque a inauguração da Belém-Brasília com direito à derrubada, ou tentativa, de um Jatobá de mais de 50 metros como ato simbólico de conclusão dos serviços de desmata-



inauguração da rodovia Belém-Brasília

Primeiro de fevereiro de 1959. Na região de Açailândia, em plena selva da Amazônia, com a solenidade que veio marcar o rompimento da floresta virgem, num corte vertical de mais de 400 quilômetros, encontraram-se os dois tratores líderes das turmas do Norte e do Sul, na construção da rodovia Belém-Brasília, com a extensão total de mais de 2.200 quilômetros. Presidiu à inauguração da rodovia o Presidente Juscelino Kubitschek, que chegou a Açailândia, acompanhado de sua exma. espôsa, d. Sara Kubitschek, e suas filhas, e de grande comitiva. Integravam a comitiva presidencial, o general Nélson de Melo, chefe do Gabinete Militar; o sr. Vitor Nunes Leal, chefe do Gabinete Civil; Marechal Teixeira Lott, Ministro da Guerra; chanceler Negrão de Lima, Ministro das Relações Exteriores; Prof. Clóvis Salgado, Ministro da Educação, e sua exma. espôsa; o embaixador Hugo Gouthier; o prof. Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil; e os embaixadores da Bélgica, da Suíça e da República Dominicana, em nosso país, respectivamente, srs. Louis Colot, Robert Maurice e Júlio Veiga.

Ao desembarcar em Açailândia, o Presidente Juscelino Kubitschek, dirigiu-se a um mastro onde hasteou a Bandeira Nacional, sendo saudado pelo Engenheiro Valdir Lins.

Em seguida, em um imenso galpão o sr. Valdir Bouhid, superintendente da Valorização Econômica da Amazônia, pronunciou o discurso oficial da solenidade.

Falou depois o presidente Juscelino Kubitschek. O chefe do Govêrno exaltou os técnicos e os trabalhadores e recordou também a figura de Bernardo Sayão, exaltando-lhe o espírito patriótico e o desprendimento com que se dedicava às mais ingentes tarefas de interesse do Brasil, e concluiu pedindo a todos os presentes que externassem a gratidão nacional ao grande brasileiro morto no cumprimento do dever.

Coroando essa solenidade, foi rezada missa campal, em um altar construído com madeiras da região. Oficiaram o ato religioso os capuchinhos Frei Demétrio do Encantado e Frei Bernardino Vilasboas, ambos do Santuário de N. S. de Fátima, de Brasília. No altar encontrava-se a imagem da excelsa padroeira, doada àquele santuário pelo embaixador Hugo Gouthier.

O presidente da República e sua comitiva assistiram depois ao ato simbólico da conclusão dos serviços de desmatamento, com a derrubada de um gigantesco jatobá de mais de 50 metros de altura. A árvore foi atacada simultâneamente por dois tratores.

Antes do início do ataque ao jatobá, o prof. Pedro Calmon, magnífico reitor da Universidade do Brasil, pronunciou uma oração invocando a proteção de N. S. das Selvas para aquêles que penetravam na floresta para unir cada vez mais os brasileiros. Fechou o seu discurso fazendo uma comparação entre a derrubada do jatobá e os versos de um poeta brasileiro, que disse — o último tamoio que morreu para que vivesse o Brasil.

Dando início à derrubada do jatobá, o próprio presidente Juscelino Kubitschek tomou lugar no comando de um dos tratores, acionando as respectivas alavancas.

Meia hora depois, o Presidente desceu do seu trator e passou a acompanhar os trabalhos perto do jatobá, ao lado de membros de seu gabinete. Esperou mais meia hora, e como o jatobá não caísse, retirou-se para o local em que lhe foi oferecido um churrasco. Sòmente depois de 2 horas, se rendeu, afinal, o jatobá.

Nesse momento, o Presidente tomava o avião que iria conduzi-lo, em seguida, a Belém do Pará, de onde regressou ao Rio de Janeiro.

1 - O Presidente Juscelino Kubitschek e senhora, e autoridades assistem à missa celebrada por ocasião do encontro dos tratores na rodovia Belém-Brasília.

2 - O Presidente Kubitschek aciona o trator, que derruba o último jatobá, estabelecendo a ligação definitiva entre as turmas norte e sul da rodovia.

JK no trator antes de desististir de tentar derrubar o jatobá, na página ao lado, foto da missa
Revista *brasília* nº26, páginas 2 e 3

mento da entrada. “Dando início à derrubada do jatobá o próprio presidente Juscelino Kubitschek tomou lugar no comando de um dos tratores, acionando as respectivas alavancas” (Revista brasília, nº26, p.3, fevereiro de 1959).

Mas voltando ao pequeno texto de Pizarro, publicado na página 9, onde é ilustrado pela foto de duas mães brancas brincando com seus filhos brancos em frente às casas populares também brancas. O autor começa seu texto falando em como a “ciência econômica demonstra que a mudança da capital representa um jogo acertado no panorama nacional” (Ibidem,p.9). Já que disponibilizará maiores recursos a serem consumidos. “Sabe-se que a vida econômica é determinada pela natureza, pois é desta que aquela se alimenta” (Ibidem).

> Progredir nada mais é que libertar a natureza, vale dizer, as riquezas, de modo a permitir-lhes a integração plena no sistema econômico. Anulando ou minorando os inconvenientes dos próprios fenômenos naturais, eliminando as distâncias e permitindo a perfeita exploração ou utilização do solo está se criando, fomentando riquezas, facilitando a expansão dos valores (Ibidem).

Libertar a natureza. Ele não diz no que ela está presa, porém que Brasília seria essa neutralização dos fenômenos adversos do país através do progresso econômico atuando sobre a natureza. Em consonância com esse argumento na seção “A história da construção de Brasília”, na revista nº40, de abril de 1960, novamente



Mulheres e crianças brancas brincando em frente as casas populares, brancas
Revista *brasília* nº26, página 9

a crença em relação à disposição da natureza disponível ao desejo de acúmulo do homem aparece e como Brasília é a realização desse desejo. A natureza abundante espera apenas que o trabalho arranque do seu seio as riquezas que despertam a cobiça dos homens.

> Era o Brasil que iniciava a arrancada para marchar com os seus próprios pés, explorando econômicamente tudo aquilo que a natureza, pródiga com os brasileiros, lhe oferecia, bastando apenas o trabalho e o esfôrço para arrancar de seu seio - não o ouro e os diamantes - mas o fruto do trabalho e da labuta de milhões de compatriotas, que não pediam ajuda, mas apenas a oportunidade de serem úteis ao seu país" (Revista brasília, nº40, p.45, abril de 1960).

O 'presidente bossa nova', também, nos esclarece a imagem que se tem da natureza nessa razão, reforçando-a no discurso de inauguração de uma série de obras, entre elas o Palácio da Alvorada, o hotel que mais tarde vai ser nomeado Brasília Palace Hotel e mais outras, por volta de 23. Antes é interessante ver que essas obras que foram inauguradas em Junho de 1958 tiveram anunciadas antes duas datas para a celebração.

Primeiro na revista nº2 de fevereiro de 1957, em discurso JK, dizendo não acreditar mais necessário explicar ao povo brasileiro as vantagens da mudança da capital, anuncia a inauguração do Palácio do Governo na cidade de Brasília, que ainda não era chamado de Alvorada, para o dia 1º de fevereiro do ano seguinte, 1958. Já na revista nº8, na seção "A marcha da construção de Brasília", frequente ao longo das revistas, até a inauguração da capital, e que aparece trazendo em extensa documentação fotográfica o desenvolvimento da construção de Brasília, na maioria das vezes sem textos e quando presentes carregam grande carga técnica, com a descrição, a data aparece outra.

> A Novacap programou a inauguração de 23 obras em Brasília, para o dia 3 de maio de 1958. Êsses trabalhos já estão em pleno desenvolvimento e lhes foi assegurado um ritmo de execução que permite completar essa importante etapa de construção da nova capital no prazo previsto (Revista brasília, nº8, p.2, agosto de 1957).

Segue após a descrição das obras a serem inauguradas. Até a revista nº15, de março de 1958, 3 de maio e a data sempre sendo afirmada como possível, porém acontece um movimento interessante. Nesta revista no texto de abertura, "Brasília: grandeza arquitetônica", de outro deputado, agora o Carlos Albuquerque, afirma que nas condições de desenvolvimento das obras a previsão de inauguração no dia 3 seria alcançada. Na seção "A marcha da construção de Brasília", na página seguinte, a 2, o número 3 aparece sucedido do 1. "Tudo leva a crer que no dia 31 de maio próximo, será solenemente inaugurado" (Revista brasília, nº15, p.2, março de 1958). Finalmente na revista de maio, nº17, sem nenhuma explicação sobre a prorrogação da data, como até esse momento havia acontecido, também, na mesma seção sobre a marcha da construção aparece a nova, e última data, dia 30 de junho.

Peguei esse caminho aqui para mostrar como, apesar de uma constante afirmação sobre o controle em relação ao andamento impecável do empreendimento, o discurso não condiz com o decorrer na realidade.

Na revista nº17, também, com a visita do presidente do Paraguai, Stroessner, JK fala de um desejo de instauração de uma nova "política de aproximação, de entendimento, de união sul-americana" (Revista brasília, nº17, p.3, maio de 1958). Sendo defensores e úteis à causa da democracia, à causa do ocidente, o Brasil desejava desempenhar papel central no desenvolvimento do continente, onde Brasília possuía tarefa fundamental, também, como fator que encurtaria as distâncias com os demais países da América do Sul. Nesse encontro, o ideal pan-americano era caracterizado como uma política de igualdade e só poderia ser possível "saneando as zonas de pauperismo" (Ibidem). Brasília não está somente inserida em um projeto nacional, mas nela, também, expectativas em relação ao seu papel na organização com o continente são postas.

Enfim, voltemos ao discurso de JK na Inauguração no dia 30 de julho. Tendo a ideia de Brasília se enraizado no espírito de homens de boa vontade, "dos que não têm outro interêsse e outro alvo senão o de querer arrancar da improdutividade uma imensa extensão territorial brasileira" (Revista brasília, nº18, p.4, junho de 1958), não era possível continuar com o território manchado por desertos com as zonas mais ricas do país sendo apenas para referências literárias. Esse argumento de tirar o sertão da literatura é usado pelo presidente em seu discurso mais de uma vez. Repete-se na ocasião da inauguração de alguns melhoramentos feitos nos serviços de águas de Campina Grande.

> A simples presença de Brasília provocará o advento de tôda a sorte de iniciativas até agora não cogitadas nessas regiões. [...]Chegou o momento do homem do sertão que só tem servido para temas de divagações literárias. Não estais mais dispostos, meus amigos, a servir apenas de personagens de romance e a não dispor de água nas vossas bicas, nem de meios para transportar os frutos de vossos trabalhos. Êste sertão, êste interior inspirador de canções de gesta, de legendas bárbaras, êste homem queimado pelo sol, batido pelo desconfôrto total, hão de transformar-se em realidades integradas no Brasil efetivo (Revista brasília, nº35, p.6, novembro de 1958).

Esse argumento, esse desejo, fala de uma importância fundamental que a literatura teve na construção do imaginário das elites letradas em relação à realidade do sertão brasileiro. Carregadas de fantasia, representavam o homem do interior como débil, fraco, inferior, pois fora do que se chamava civilização, o que justificava a superioridade do homem urbano nessa dicotomia cidade e interior. A bandeira de Brasília teria, como altíssimo significado, a luta contra o subdesenvolvimento levando ao interior o progresso, revigorando a unidade da América, para que "não se perca o elevado ideal do pan-americanismo" (Revista brasília, nº18, p.4, junho de 1958).

> Mas a luta pelo desenvolvimento deve começar em nosso próprio país. E

> Brasília é um dos pontos básicos dessa luta de integrar o Brasil no seu território, de fortalecer a nação. Brasília não resulta apenas da obrigação de obedecer a um preceito constitucional: é um marco, é a bandeira de luta contra o subdesenvolvimento. E é mais que isso: é a conquista do que tem sido nosso apenas no mapa (Ibidem).

Maior que a melhoria de vida dos brasileiros do interior, a conquista do que antes habitava apenas na potência de ser. Longe dos olhos da cidade "por entre dificuldades e tropeços de toda a sorte" (Ibidem) a conquista ia se desenrolando. Enquanto se debatiam em questões políticas "um exército de vinte mil trabalhadores praticando feitos memoráveis no coração de nosso país, entre os quais a construção da estrada que em breve ligará diretamente a nova Capital da República à Região amazônica" (Ibidem, p.4-5). Não tão presente nesse discurso, mais nos de Israel Pinheiro, em especial o feito na ocasião da morte de Bernardo Sayão ou nos de comemoração da inauguração da capital, presentes nas revistas 25 e 41, há um forte vocabulário bélico, imagens que ligam os patrões da empreitada a comandantes, os trabalhadores ao exército, a construção a batalha.Esse exército de homens se empenhavam em construir, também a estrada, que, para JK, esse discurso tratava "sem hipérbole, do desbravamento da grande selva" (Ibidem, p.5)

> [...] É um pedaço do Brasil que jamais, até hoje, nenhum homem da civilização trilhara. Reino de bichos selvagens, onde apenas alguns índios logram suportar o ambiente hostil. Vinte mil sêres, nossos irmãos, estabelecem a ligação entre a cidade que acaba de nascer e essa Amazônia que deixará de ser a misteriosa terra que Euclides da Cunha descreveu como mal despertando de um sono cósmico (Ibidem).

Indígenas não eram localizados como homens, talvez por não participarem da civilização considerada. A mata é constantemente representada nesse discurso como hostil, assustadora, misteriosa, onde estariam escondidos os maiores perigos à vida desses homens, bichos selvagens, rios perigosos. Mas que o heroísmo destes que se lançavam contra a natureza iria suplantar. Com ajuda da técnica.

A mais antiga datação da ocupação do ser humano no Planalto Central é de 12 mil anos (BERTRAN, 1994, p.8), mas quando chegaram tudo era deserto, vazio sem a presença do homem, esqueceram, convenientemente, de narrar a existência de povos originários na região ou de um Quilombo, o Mesquita. Ocupando o território desde o final do século XVIII (NERES,2016) teve fundamental papel nos primeiros anos de ocupação com o abastecimento de alimentos, além dos quilombolas que trabalharam na construção do Catetinho e em outras obras da capital.

Em relação a estes há nenhuma referência. Na revista nº24, de dezembro de 1958, edição voltada especialmente à construção da Belém-Brasília, curiosamente o próximo número, 25, de janeiro de 1959 vem ser dedicada ao falecimento de Bernardo Sayão, que fez sua passagem após ser atingido pela queda de uma árvore. No "Noticiário" com o título "Aniversário Histórico" fala sobre a comemoração festiva do "segundo aniversário da construção do primeiro edifício presidencial, denomi-

nado “Catetinho”” (Revista brasília, nº24, p.16, dezembro de 1958).

> Na ocasião, o Presidente da República discursou, referindo-se ao grande episódio histórico, nominando os seguintes primeiros operários de Brasília: José Joaquim dos Santos, pernambucano; Antenor Soares, mineiro; Sebastião Calazans, também mineiro e Francisco Rodrigues Martins português (Ibidem).

Nenhuma referência a nenhum quilombola do Mesquita. Na ocasião foi inaugurada uma placa, como gosta o costume do branco em suas comemorações, de marcar o tempo, talvez seu maior medo seja o desaparecimento. Nela tem gravado, o que foi transcrito para o texto do noticiário com o título “Pioneiros”, o nome de quem teve parte na construção. “Participaram desta obra pioneira: João Milton Prates, Oscar Niemeyer, César Prates, José Ferreira de C. Chaves, Roberto Pena, Dilermano Reis, Emídio Rocha, Vivaldo Lírio, Osório Reis e Agostinho Montandon”. Também, nenhuma referência a nenhum quilombola do Mesquita.

Mas voltando aos mistérios da mata e às palavras do presidente. Existe constantemente nesse discurso a reafirmação da posse sobre a terra, mesmo que apenas teórica, no papel e no mapa, e do abandono, da região que era um deserto o que justifica o bem que a continuação da invasão do território traria. Ainda no discurso da revista nº18, JK continua a rememoração das primeiras dificuldades encontradas em cenário tão desafiador ao homem branco.

> Vai fazer um ano e meio que desci aqui num campo de pouso provisório. Nada havia ainda. A mão do homem não erguera construção, nem cultivara terra. Era o campo bruto, a solidão, os horizontes rasgados do oeste. Aos pioneiros que deviam iniciar a ofensiva consquistadora cedeu o Exército barracas de campanha. Mas na primeira noite não foi possível a ninguém dormir. Uma onça rondava os pousos dos novos bandeirantes (Revista brasília, nº18, p.5, junho de 1958).

Novamente, o homem exclui uma multiplicidade de tipos que viviam e pertenciam a esse território central, mas que nas narrativas eram apagados. Conhecedores da terra, homens dela, não estavam inseridos na humanidade que interessava as narrativas oficiais, aparentemente só se enxerga a si ou ao igual. Na revista nº34, em mais um texto com o título “Brasília”, agora Carlos Ribeiro expõe suas ideias sobre a terra e o homem.

> O Brasil é ainda o grande desconhecido do homem brasileiro. Quem como eu já teve oportunidade de, mais de uma vez, sobrevoar a nossa terra, é que pode formar uma idéia aproximada dessa grande e triste verdade: o Brasil é ainda um imenso deserto verde (Revista brasília, nº34, p.15, outubro de 1959).

Homem brasileiro que desconhece o Brasil, novamente pode ser localizado em um tipo de homem, ou o brasileiro é o que se encontra incorporado à chamada

civilização. Brasília, em seu argumento que reverbera outras vozes que foram cristalizadas nas páginas da revista, possibilitará a exploração da terra "quase toda virgem, intacta e distante", o que viabilizará a transformação da estrutura da economia atual "ainda desorganizada e desorientada, pelo simples fato de não se apoiar no aproveitamento real da terra" (Ibidem). Ele continua, "[a] verdade é que vegetamos, à margem da grande terra brasileira" (Ibidem).

> Brasília vai ser o núcleo de atualização do valor da terra brasileira. Estando lá o Govêrno Federal, naturalmente afluirão os capitais para a criação de riqueza agrícola, comercial e industrial. E por lá se achar o Govêrno, a atividade intelectual, no terreno da ciência e da técnica, se aplicará ao conhecimento do solo com as suas possibilidades ainda não avaliados, justamente. Situada no centro geográfico do nosso território, de lá irradiarão as vias de comunicação, que aproximarão Norte e Sul, Centro e Litoral, Leste e Oeste, possibilitando o intercâmbio normal dos produtos e influenciando no amálgama espiritual de populações hoje tão afastadas uma das outras como os chineses se acham dos mexicanos, os lapões dos africanos (Ibidem).

A valorização aqui parece ser monetária. O deserto verde se faria lucrativo com a possibilidade de receber os investimentos que se alastrariam com a expansão da fronteira de acesso do capital que seguiriam o governo federal. Há uma noção aqui de que o governo está onde a capital se encontra, esse natural, também, neutraliza todo um movimento de desejo consciente de disponibilizar as possibilidades de fixação desse capital.

> Valorizando a terra, far-se-á o valorização do homem, pelo saneamento, pela higiene das populações: abandonadas e de baixo rendimento econômico. Da nova Capital, os brasileiros do litoral descortinarão uma pátria maior do que a que enxergam, nas avenidas e nas praias. O sertanejo verá o nascimento de outro Brasil, que não será o da palhoça, o das febres, o da verminose, o do analfabetismo. Para todos se abrirão as perspectivas de um Brasil integrado na unidade real da terra e no sentimento comum de que essa unidade já está vivo na grande nova capital, levantada no planalto central: Brasília (Ibidem).

Na virada do século XIX para o XX se consolida o pensamento médico-higienista, inserido dentro dos debates em torno da construção da ideia de nação, a medicina social passa a ter fundamental papel como base científica que viria a orientar os seus rumos (SILVA, 2015, p.88). Dentro desse cenário, a eugenia passa a ser aceita pela intelectualidade brasileira como possibilidade de construção da civilização nos trópicos. Com o movimento sanitarista na doença estaria a explicação do atraso da nação.

A preocupação com a questão da higiene por aqui teria início no período em que o país ainda era colônia. Nesse contexto sua atuação se justificaria pela necessidade de promover a saúde da família de elite visando sua preservação, uma vez que as situações de saúde eram precárias e a mortalidade infantil grande e possi-

bilitando uma maior distinção social, contribuindo para a "construção anatômica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade" (Ibidem). Porém, a partir do Império, que as preocupações com a saúde tomam maiores proporções e passaram a se apresentar dentro de um discurso de cunho normativo, disciplinador e moral (Ibidem).

É no período de transição entre o Império e a República que os médicos, higienistas, passam a se afirmar dentro do cenário nacional, com a finalidade de, ao seu modo, reforçar a imagem do país como possível de ser parte do que chama de civilização. "Entendiam que, para atingir esse objetivo, seria necessário, antes de tudo, controlar o meio social, isto é, os indivíduos, física e mentalmente, para formar o povo adequado para a nação que se pretendia construir" (Ibidem).

> A ideologia higienista nesse período foi sedimentada por dois princípios fundamentais: o primeiro era o de que haveria um caminho que levaria a civilização (isto é, "um modelo de aperfeiçoamento moral e material"), caminho que poderia ser percorrido por qualquer povo, sendo dever do governo conduzi-lo, o segundo firmava-se a ideia de que seria possível atingir a "grandeza" e a "prosperidade" dos países "cultos" solucionando os problemas de higiene social (CHALHOUB, 1996, p.35 apud Ibidem, p. 89).

Nessa razão, da ideologia higienista, foram legitimadas e construídas políticas públicas onde o controle das imaginadas "classes perigosas" era o foco. Dentro desse contexto, essas classes eram formadas por qualquer um que representasse perigo ao projeto civilizatório construído pelas elites nacionais, "seja por propagarem doenças, seja por desafiarem as políticas de controle social" (Ibidem). Bom, em um período pós abolição essas classes tinham um contorno racial bem definido sendo constituídas pelo povo negro brasileiro. Essa associação, entre higiene e controle da população negra, foi estabelecida quando, entre 1850 e 1870, no país, houveram grandes surtos de febre amarela (Ibidem).

Com o novo regime republicano o engenho higienista continua a atuar na sociedade. "Na nova conjuntura, esse aparato contribuiu, sobretudo, para assegurar a ordem e o progresso, lema positivista da recém proclamada República" (Ibidem, p.90). Com o aumento do prestígio em relação à razão científica os médicos passam a ter maior participação na vida administrativa do país, passam a elaborar "políticas que foram essenciais para construção de um país civilizado; isto é que estaria no caminho do que se entendia por progresso" (Ibidem).

É nesse contexto, com acelerado crescimento urbano, em especial da antiga capital e São Paulo, que passam as cidades a serem foco dessas ações higienistas. Canalização de rios, instalação de esgotos, derrubadas de cortiços, vacinação compulsória, foram ações que colocaram em prática o projeto de civilização em que, o não branco, em especial o negro no contexto urbano, manifestava um modo de vida inadequado ao padrão exigido. As reformas urbanas, como a de Pereira Passos, tiveram como objetivo modificar a imagem da sociedade, vinculando-a a uma ideia de progresso, divulgando a aparência de uma sociedade civilizada, ordenada e a

imagem de um Estado consolidado e estável (SEVECENKO, 2010, p.80 apud Ibidem, p.91).

> E assim como, em relação ao Rio de Janeiro, podemos dividir a história desta cidade em dois períodos: antes e depois da revolução de Oswaldo Cruz e Pereira Passos, também no futuro se dirá, já então com referência à vida econômica do Brasil, esta frase que honrará o atual Presidente da República: antes e depois de Brasília (Revista brasília, nº15, p.16, março de 1958).

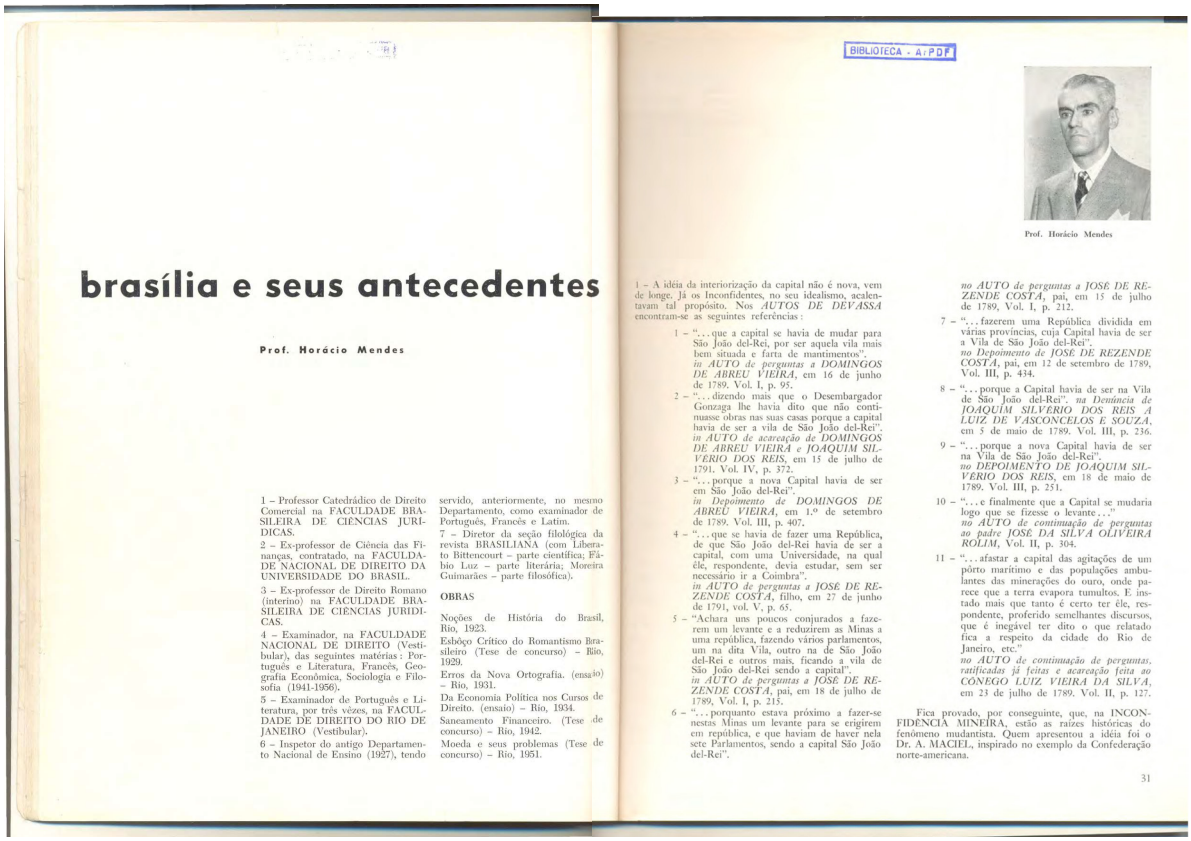
Ainda, apesar de anos a frente, Brasília, obviamente, estaria inserida em um "contexto motivado pelas ideias de modernização, industrialização e urbanização, no auge do desenvolvimentismo e do 'otimismo sanitário'" (VIEIRA, 2009, p. 290). A nova capital seria erguida em um território marcado pelo estigma do atraso, do isolamento, da pobreza e da doença. Em contraponto com ao litoral, o interior tinha imagem de isolamento que a depender da interpretação muitas vezes foi ligado à imagem de um paraíso, região de abundância ou de inferno onde reinava a miséria, e o homem da terra estaria fadado à má situação de inferioridade.

É no período em que se toma força a ideologia médico-sanitarista, que acontecem as primeiras excursões no sentido de se escolher o território onde se construiria Brasília. Elas foram quatro, as comissões organizadas com o intuito de desenvolver os estudos que apontariam no Planalto Central a localização mais interessante para a execução do empreendimento. "Entre os pontos que importava analisar, das questões não saíam a pauta de preocupações: a salubridade e o clima da região" (Ibidem, p.293).

> A preocupação com o clima e a salubridade, presente inclusive no momento da construção de Brasília, guarda estreita relação com aspectos que chamaram a atenção daqueles que primeiro viajaram ao Planalto Central e o sugeriram como o local mais adequado para abrigar a nova capital, ainda no século XIX. Seus olhares estavam embasados por uma perspectiva que relacionava as ideias de 'civilização' – condição a qual o Brasil deveria almejar – às de higiene e salubridade, as quais, por sua vez, estavam associadas às condições climáticas (Ibidem).

Na revista comemorativa do dia 21 de abril de 1960, revista nº40 de abril desse mesmo ano há uma seção intitulada "Brasília e seus antecedentes", escrita pelo professor Horácio Mendes, que aparece em uma pequena foto e recebeu, como poucos na revista, descrição sucinta de seu currículo e obras escritas. O texto tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico do percorrer da ideia de mudança da capital ao longo da história. Uma preocupação no discurso da validação de Brasília é a afirmação de que a interiorização da capital não seria nova, que seria uma realização dos anseios dos antigos, dos antepassados. Importante, também, era localizar na Inconfidência Mineira a origem desse desejo.

Bom, o texto, todo dividido em tópicos enumerados, começa afirmando essas ideias. "1 - A idéia da interiorização da capital não é nova, vem de longe. Já os In-



brasília e seus antecedentes

Prof. Horácio Mendes

1 – Professor Catedrádico de Direito Comercial na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURIDICAS.
2 – Ex-professor de Ciência das Finanças, contratado, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL.
3 – Ex-professor de Direito Romano (interino) na FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURIDICAS.
4 – Examinador, na FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (Vestibular), das seguintes matérias: Português e Literatura, Francês, Geografia Econômica, Sociologia e Filosofia (1941-1956).
5 – Examinador de Português e Literatura, por três vêzes, na FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO (Vestibular).
6 – Inspetor do antigo Departamento Nacional de Ensino (1927), tendo servido, anteriormente, no mesmo Departamento, como examinador de Português, Francês e Latim.
7 – Diretor da seção filológica da revista BRASILIANA (com Liberato Bittencourt – parte científica; Fábio Luz – parte literária; Moreira Guimarães – parte filosófica).

OBRAS

Noções de História do Brasil, Rio, 1923.
Esbôço Crítico do Romantismo Brasileiro (Tese de concurso) – Rio, 1929.
Erros da Nova Ortografia. (ensaio) – Rio, 1931.
Da Economia Política nos Cursos de Direito. (ensaio) – Rio, 1934.
Saneamento Financeiro. (Tese de concurso) – Rio, 1942.
Moeda e seus problemas (Tese de concurso) – Rio, 1951.

BIBLIOTECA - AHPDF

Prof. Horácio Mendes

1 – A idéia da interiorização da capital não é nova, vem de longe. Já os Inconfidentes, no seu idealismo, acalentavam tal propósito. Nos *AUTOS DE DEVASSA* encontram-se as seguintes referências:

1 – "... que a capital se havia de mudar para São João del-Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos". *in AUTO de perguntas a DOMINGOS DE ABREU VIEIRA*, em 16 de junho de 1789. Vol. I, p. 95.
2 – "... dizendo mais que o Desembargador Gonzaga lhe havia dito que não continuasse as obras nas suas casas porque a capital havia de ser a vila de São João del-Rei". *in AUTO de acareação de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA e JOAQUIM SILVERIO DOS REIS*, em 15 de julho de 1791. Vol. IV, p. 372.
3 – "... porque a nova Capital havia de ser em São João del-Rei". *in Depoimento de DOMINGOS DE ABREU VIEIRA*, em 1.º de setembro de 1789. Vol. III, p. 407.
4 – "... que se havia de fazer uma República, de que São João del-Rei havia de ser a capital, com uma Universidade, na qual êle, respondente, devia estudar, sem ser necessário ir a Coimbra". *in AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, filho, em 27 de junho de 1791, vol. V, p. 65.
5 – "Achara uns poucos conjurados a fazerem um levante e a reduzirem as Minas a uma república, fazendo vários parlamentos, um na dita Vila, outro na de São João del-Rei e outros mais, ficando a vila de São João del-Rei sendo a capital". *in AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 18 de julho de 1789, Vol. I, p. 215.
6 – "... porquanto estava próximo a fazer-se nestas Minas um levante para se erigirem em república, e que haviam de haver nela sete Parlamentos, sendo a capital São João del-Rei". *no AUTO de perguntas a JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 15 de julho de 1789, Vol. I, p. 212.
7 – "... fazerem uma República dividida em várias províncias, cuja Capital havia de ser a Vila de São João del-Rei". *no Depoimento de JOSÉ DE REZENDE COSTA*, pai, em 12 de setembro de 1789, Vol. III, p. 434.
8 – "... porque a Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei". *na Denúncia de JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS A LUIZ DE VASCONCELOS E SOUZA*, em 5 de maio de 1789. Vol. III, p. 236.
9 – "... porque a nova Capital havia de ser na Vila de São João del-Rei". *no DEPOIMENTO DE JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS*, em 18 de maio de 1789. Vol. III, p. 251.
10 – "... e finalmente que a Capital se mudaria logo que se fizesse o levante..." *no AUTO de continuação de perguntas ao padre JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA ROLIM*, Vol. II, p. 304.
11 – "... afastar a capital das agitações de um pôrto marítimo e das populações ambulantes das minerações do ouro, onde parece que a terra evapora tumultos. E instado mais que tanto é certo ter êle, respondente, proferido semelhantes discursos, que é inegável ter dito o que relatado fica a respeito da cidade do Rio de Janeiro, etc." *no AUTO de continuação de perguntas, ratificadas já feitas e acareação feita ao CÔNEGO LUIZ VIEIRA DA SILVA*, em 23 de julho de 1789. Vol. II, p. 127.

Fica provado, por conseguinte, que, na INCONFIDÊNCIA MINEIRA, estão as raízes históricas do fenômeno mudantista. Quem apresentou a idéia foi o Dr. A. MACIEL, inspirado no exemplo da Confederação norte-americana.

31

Revista *brasília* nº40, páginas 30 e 31

confidentes, no seu idealismo, acalentavam tal propósito. Nos AUTOS DE DEVASSA encontram-se as seguintes referências:" (Revista brasília, nº40, p.31,abril de 1960). Nessas referências à mudança há o argumento de que a capital deveria se encontrar longe dos tumultos das cidades portuárias, motivo que continua a se repetir no transcorrer do tempo.

Em 1810 o conselheiro e Chanceler Veloso de Oliveira, em um memorial apresentado ao Príncipe Regente, afirma que não é interessante que a corte se fixe em uma cidade portuária, especialmente se for de grandes proporções o comércio nela desenvolvido. "A Capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas" (Ibidem, p32). Aqui, também, aparece a primeira referência à necessidade da escolha de um território onde o clima seja ameno e favorável à saúde.

A exposição do historiador continua. Importante é destacar a imagem que começava a ser construída, também, em relação ao interior. Em artigo de 1816 publicado por Hipólito da Costa em defesa da interiorização em seu jornal Correio Braziliense, exaltando as riquezas existentes no sertão, o jornalista arremata seu argumento comparando o interior a "uma situação que se pode comparar com a descrição do que temos do Paraíso Terral" (Ibidem).

A necessidade da escolha de um ambiente salubre é constantemente reafirmada. A preocupação com a localização ser fértil, sadia, agradável, diferente do

que era o Rio de Janeiro, que representava um perigo à estabilidade do governo já que além do clima mais quente, apresentava um excesso de povoação vadia.

Bom, é o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagen, o primeiro desses homens que defendiam a mudança da capital a fazer uma expedição ao interior. Grande defensor da ideia já em 1834, no segundo tomo de seu livro "História Geral do Brasil", uma imagem positiva do interior é retratada. Afirmando o perigo estratégico de uma capital no litoral, o visconde aponta a interiorização como necessária à defesa da harmonia do Estado.

> E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central "mais segura", mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas do Prata e S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de "águas boas" e até de abundantes mármores vizinho ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre-de-Armas das quais manam águas para o Amazonas para o São Francisco e para o Prata (Ibidem).

Já em 1877, em ofício enviado ao Ministro da Agricultura Tomás Coelho, em sua campanha em defesa da interiorização da capital, Francisco enumera uma série de aspectos importantes em resposta à pergunta que ele mesmo lança. "Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?" (Ibidem). Crendo ter já demonstrado a inconveniência da fixação em uma cidade portuária, seria importante que a capital estivesse em "alguma paragem o interior que reúna mais circunstâncias favoráveis, não só para satisfazer ao princípio essencial do clima..." (Ibidem, p.34). Sendo assim, Horácio segue expondo os pontos levantados pelo visconde, vale assinalar aqui a importância e preocupação com o clima e consequente salubridade para a criação desse novo centro civilizatório.

No 8º item o visconde aponta que um "centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima não tropical, faria que prontamente aí se cultivasse artigos de comércio que não cultiva a beira mar, e a permuta seria em benefício do país" (Ibidem). Ficando mais rica por meios próprios a população quase pastoril passaria a ser agricultora e, com o passar do tempo, a se aventurar por outros meios da indústria.

O clima não tropical, além do objetivo de diversificar a produção brasileira, tinha outra importância significativa para os homens de uma época onde o projeto de colonização brasileira visava a fixação do estrangeiro na terra. Parte importante do projeto de embranquecimento da nação, o estabelecimento do estrangeiro europeu nessas terras precisava ser incentivado. Dentro dessa perspectiva Varnhagen aponta a importância da capital no interior, e da não existência do sistema escravocrata nela em seus arredores a fim de estimular a colonização do europeu em regiões do Brasil assim como a significância de um clima mais semelhante ao que estes brancos estavam acostumados (Ibidem).

> 9º- Sendo nêsses chapadões elevados os ares mais finos, e correspondentes aos da Europa, e legislando-se desde já que na sua capital e arredo-

> res não haveria escravatura, estas verdades constariam logo, e afluiria alí espontaneamente muita colonização estrangeira, que hoje não vai ou por desconhecerem tais circunstâncias de climas ou por não se atreverem a internar pelo "far-west", onde não tem cônsules nem representantes, numa terra cuja língua desconhecem, ou por preferirem países onde não há escravos...(Ibidem).

Pouco após a abolição, agora na república, na primeira constituição desse período votada em 1891, fica em seu artigo 3º redigido que pertenceria à União uma zona de 14.400 quilômetros quadrados que seria demarcada a fim de se estabelecer a futura capital. Estaria localizada no Planalto Central em consonância com o ofício do Visconde de Porto Seguro. No ano seguinte foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, responsável pelos estudos que delimitariam a área a ser construída a nova capital. Ao chefe da comissão, Luiz Cruls, o então Ministro das Obras Públicas dirige uma série de instruções, entre elas se encontram os aspectos importantes para a escolha do território onde se estabeleceria esse novo centro da civilização.

> No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno quantidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. das regiões exploradas e tudo mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da vossa missão (Ibidem, p.36).

Terminados no final de 1894, os trabalhos da comissão enviaram minucioso relatório em que a defesa do território de "exuberante fertilidade do solo; salubridade; grande a abundância de excelente água potável; rios navegáveis; [...] temperatura mais fresca do que à primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica" (Ibidem, p.37) caracterizavam a região como possuidora de características estreitamente relacionadas "com os progressos materiais de uma grande cidade e com o bem-estar dos seus habitantes" (Ibidem), embora, infelizmente "tudo isto é desconhecido, e todo o interior longínquo do Brasil ainda hoje passa por ser país doentío, muito quente e mesmo inóspito" (Ibidem).

Entre os primeiros itens levantados se repete a preocupação com a fixação do imigrante branco europeu, apontando a importância do clima para esta questão. "A conformação física e climatológica do vasto planalto central do Brasil facilita sobremaneira a aclimação do trabalhador europeu, sem os prejuízos das regiões tórridas" (Ibidem, p.38). Ainda aponta que as plantas de zona temperada poderão, devido à fertilidade do solo e à altitude, se bem adaptar a região. O relatório é finalizado com a afirmação que a zona demarcada "apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para nela edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis abundantes" (Ibidem).

A revista nº11 traz a última parte de um texto que começa a ser publicado em seu número 7, nessa primeira aparição vem com o título “Brasília”, mas nas demais até seu final tem o título de “Em defesa de Brasília”. Bom, seu objetivo é um tanto óbvio, o texto escrito pelo Major Mauro Borges Teixeira em resposta “às críticas formuladas pelo Dr. Joaquim Almeida Mattos à mudança da Capital Federal do Brasil, publicada na revista “Brasil-Arquitetura Contemporânea” e transcritas na “Tribuna da Imprensa”” (Revista brasília, nº7, p.18, julho de 1957).Ao longo de 5 revistas, o texto vem as fechando, antes do boletim, apenas no número 11 ganha destaque e se encontra entre outros textos, enfim, ele é dividido em vários tópicos onde o major vem defendendo a capital em relação ao que foi dito, desmentindo e esclarecendo dentro da sua perspectiva.

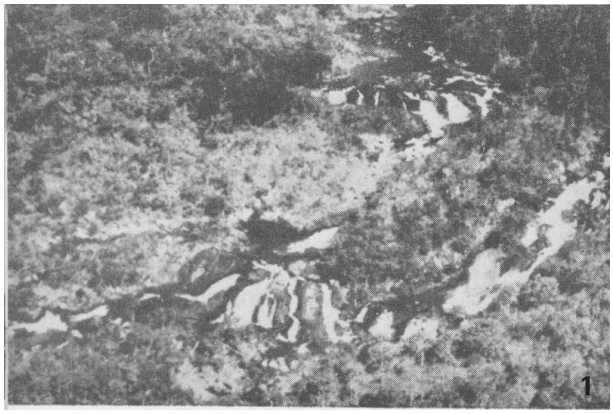
O que interessa aqui é a sua quinta e última parte, onde aparecem os tópicos: estradas para a nova capital, clima, abastecimento de água, solo e abastecimento de energia elétrica. No tópico clima fica clara a perspectiva sobre esse aspecto que é “fator essencial numa cidade, pois dificilmente poderá ser ligeiramente alterado. É necessário que se tenha uma temperatura agradável sem os rigores do calor ou frio excessivo.” (Revista brasília, nº11, p.14, novembro de 1957). No planalto central a temperatura estaria em uma relação direta com a altitude, o que favoreceria a existência de um clima mais ameno que favoreceria a fixação do homem branco nessas paragens.

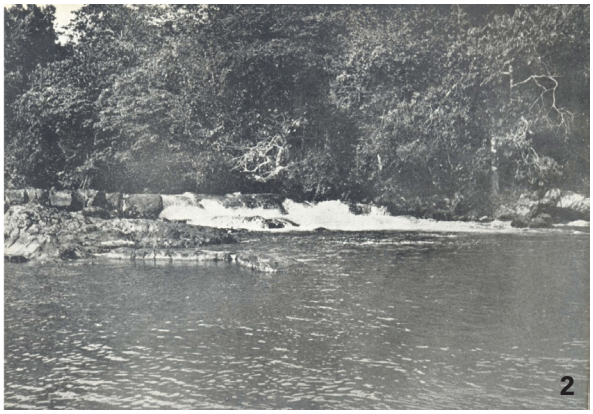
> F. S. Marken, em seu livro “Climate and the Energy of the Nations” observa que o homem branco e seus filhos, quando emigram para um país em que o mês mais quente do ano tem uma temperatura média superior a 24º C, suportam relativamente bem essa condição, o que, entretanto, não se passa com seus netos ou bisnetos que revelam positiva perda de energia, eficiência física e mental (Ibidem).

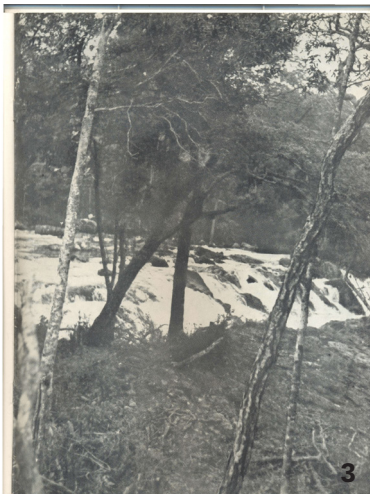
Inclusive esta é uma das poucas referências que a revista faz diretamente ao homem branco, geralmente trata deste de forma neutra, em comparação ao não branco. Há também uma crença por de traz desse trecho em que o clima determinaria o “desempenho” do ser humano, localizando no clima tropical um fator que levaria à inferioridade dos homens.

Essa relação, também, aparece mesmo que sutilmente na comparação entre o clima de Brasília e da antiga capital. Nas impressões do deputado Carlos Albuquerque em seu texto que abre a revista nº15 de março de 1958, o clima de Brasília é verdadeiramente maravilhoso. “Enquanto no Rio de Janeiro a temperatura atingia a 39° e 40°, a máxima em Brasília foi de 26° e a mínima de 15°. Às 19:30 horas, quando fizemos lauto jantar na companhia do simpático e digníssimo casal, Israel Pinheiro, a temperatura de Brasília era agradabilíssima - apenas de 20°” (Revista brasília, nº15, p.1, março de 1958). Essa é uma das inúmeras impressões, elogios ao clima.

Ao longo das revistas é uma constante afirmação desse aspecto em Brasília. Do clima temperado, da abundância de águas, das terras férteis. Inclusive nas fotografias que aparecem aspectos da paisagem natural maior ênfase é dada à água,

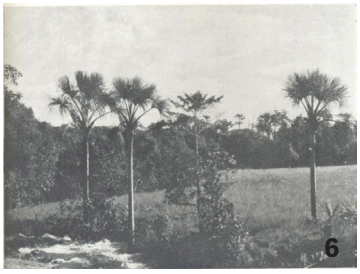

1


2

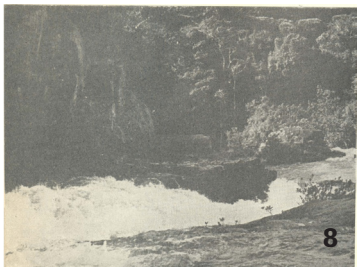

3


4

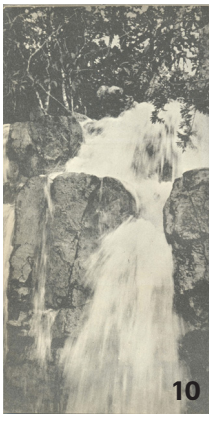

5


6


7


8


9


10


11


12


13

1. Revista nº1, página6
2. Revista nº9, contra-capa
3. Revista nº6, página 23
4. Revista nº9, página 20
5. Revista nº10, página 7
6. Revista nº10, página 21
7. Revista nº13, página 16
8. Revista nº14, página 18
9. Revista nº12, contra-capa
10. Revista nº15, página 20
11. Revista nº24, página 14
12. Revista nº14, página 19
13. Revista nº15, página 7

das 21 fotografias, 13 dão destaque a corpos dágua. Há, também, nisso uma busca de um território que se pareça mais com os de lá, do hemisfério norte, e que se distanciasse da causticante realidade tropical, que pouco era relacionado com a ideia de progresso ou civilização.

É interessante ver como a terra é constantemente abordada a fim de suprir as necessidades desses homens, há uma relação de separação e superioridade em referência a esse território que será explorado, que é sempre analisado cientificamente com a finalidade de cumprir com as expectativas em relação ao que a civilização demanda. O que fica claro na fala de JK na abertura da Exposição Permanente de Brasília, que estava sendo inaugurada no salão de exposições do Ministério da Educação e Cultura, no mesmo evento foi instaurado o Centro de Estudos de Brasília, CEB, vinculado à Novacap e com a finalidade de desenvolver estudos que justificassem a mudança da capital.

> [...] Não somente conquistaremos, - alargando os benefícios de nossa civilização - uma grande e abençoada parte de nossa terra, valorizando uma zona fértil, de clima temperado, como mudaremos, em virtude do vigor saudável que advirá para o Brasil dessa retificação, o rumo de nossas vidas; tornaremos mais acelerado e mais intenso o ritmo de nosso trabalho, não mais nos deixando distrair, como tem acontecido, do difícil dever que é para o nosso povo de elevar o Brasil ao lugar que merece e no entanto não desfruta no concerto internacional (Revista brasília, nº13, p.2, janeiro de 1958).

Essas falas resgatam o que antes, nos relatórios de Cruls e nas impressões do Visconde de Porto Seguro, existe em relação à valorização das características do interior, vinculando-as à ideia de que era possível construir uma civilização em território brasileiro.

> Assim, partindo de assertivas de ordem médico-sanitária, calcadas principalmente no paradigma médico-ambientalista, o apelo em torno da necessidade de transferir a capital ganhava crédito, associando de uma só vez a necessidade de integração dessas regiões ao país e a busca por uma imagem mais 'civilizada', como chaves para a efetiva consolidação da unidade nacional (VIEIRA, 2009, p.293).

Apesar desse movimento, de valorização, um grande estigma sobre a região foi criado após a publicação de relatório feito, em 1912, pelos médicos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Penna, reportando a situação que encontraram em uma viagem que fizeram pelas regiões do norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte a sul de Goiás. Os eugenistas, enviados pela fundação Oswaldo Cruz e pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, viajaram por esse interior a fim de estudar a viabilidade da construção de açudes pelo Estado. As suas impressões, registradas nesse relatório foram "um dos mais expressivos e influentes documentos na gênese da imaginação social do Brasil" (LIMA, 2003, p.212 apud Ibidem, p. 294).

Em contraste com as impressões de Varnhagen e da Comissão Cruls, os mé-

dicos sanitaristas retrataram o interior como o território doente e miserável. "Ao contrário da imagem positiva que se tinha até então, Neiva e Penna apresentaram aos brasileiros um sertão completamente abandonado pelo poder público, isolado com relação ao litoral e assolado pela pobreza e por incontáveis doenças" (Ibidem). A imagem do sertão e do sertanejo como raça inferior, inaproveitável pela civilização, enraizou-se de tal forma no imaginário dos homens daquele período que mobilizou sua razão na direção da resolução dessa questão. O Brasil, segundo outro médico sanitarista, Miguel Pereira, dentro desse imaginário, seria além do Rio e São Paulo, cidades minimamente saneadas, um imenso hospital. "A força retórica dessa frase, proferida em um discurso, repercutiu nacionalmente e transcendeu gerações, permanecendo no imaginário nacional durante muito tempo, a ponto de ser possível identificá-la ainda no contexto da construção de Brasília nos anos 50" (Ibidem).

Indo de um extremo ao outro, do exuberante éden ao insalubre inferno, a imagem do sertão pendulou entre os polos dessa razão dicotômica, influenciando as opiniões em relação à transferência da capital. Apesar de toda uma retórica em relação à Marcha rumo ao Oeste durante a ditadura de Vargas, a questão mudancista pouco foi tratada com seriedade. Somente na década de 40, dentro de um contexto de redemocratização do país, a questão voltou a emergir (Ibidem, p.295).

Nesse período se destacam discussões se a localização deveria seguir o já proposto por Varnhagen e Cruls ou se deveriam executar a mudança para o Triângulo mineiro, região já bem mais inserida na dinâmica do progresso da civilização, ou no local da recém-inaugurada capital do Goiás. Há de se destacar aqui a importância que Juscelino, então deputado, e Israel Pinheiro tiveram nos debates (Ibidem). Como resultado o Planalto Central continuou sendo o lugar escolhido para a demarcação e na constituição de 1946 ficou, além disso regimentada, também, a indicação de que em sessenta dias deveriam se iniciar os estudos para a localização da nova capital. Dois meses após a promulgação pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeada a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. O grupo, chefiado pelo General Djalma Poli Coelho, era formado por 12 técnicos, entre eles médicos e higienistas.

> Tanto no terceiro volume do Relatório Técnico da nova comissão quanto em alguns artigos publicados em revistas como Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia, observa-se não apenas a continuidade de uma imagem dualista da nação – a qual, segundo os defensores da mudança da capital, somente a sua transferência poderia suplantar –, mas também a permanência de aspectos relacionados com a salubridade e o clima da região como critérios relevantes na escolha do melhor sítio para a nova capital (Ibidem).

Os aspectos em relação ao clima e topografia eram destacados uma vez escolhido o local onde seria construída a nova capital, estes fatores não poderiam ser modificados sendo impossível remediar qualquer defeito. O território deveria ter uma topografia plana que facilitasse a construção da nova capital, como também um leve declive para facilitar o escoamento de água e esgoto, assim como quebrar

a monotonia da paisagem. Demais características foram levadas em conta, como água e a existência da possibilidade do desenvolvimento da agricultura.

> O clima deveria "ser tal que ofereça boas condições de conforto ao organismo humano, sem temperaturas excessivas, demasiada umidade e ventos violentos. Deve garantir boas condições de salubridade, sendo altamente importante que a zona esteja isenta de malária ..." (p.509). Uma paisagem atraente também era considerada relevante, devido à sua "repercussão na psicologia dos habitantes", afinal, tratava-se "de transferir a capital, de um dos sítios mais belos do mundo, o Rio de Janeiro; e um local sem atrativos não será aceito com facilidade pela opinião pública..." (GUIMARÃES, 1949, p.511 apud Ibidem, p.295-296).

O caminhar no tempo, obviamente, localiza cada uma dessas expedições em contextos diferentes, mas há algo que se perpetua, apesar de diferente em cada momento, que é a preocupação com a escolha de um local que possuísse as melhores condições para o surgimento da civilização. É um olhar racional que se dirige ao espaço na busca de cumprir com suas necessidades utilitaristas. Após os resultados divididos da Comissão chefiada por Polli Coelho, ficou decidido, em 1948, que a capital do Brasil deveria se localizar no centro geométrico do território. Porém esta não seria a última vez que se empenhariam esforços nessa escolha, em 1953, novamente, agora 3 anos antes do início do mandato de JK, uma nova comissão é designada para o desenvolvimento de novos estudos.

Apesar de ainda conteúdos importantes a serem sanados, após a segunda guerra mundial, "marcado por novas possibilidades obtidas com avanços médico científicos e com a generalização da ideia de desenvolvimento" (Ibidem, p.296), passaram a habitar em campo positivado onde não mais o homem miserável do sertão estaria fadado ao não aproveitamento da civilização, como na mentalidade representada por Arthur Neiva e Belisário Penna. Nesse novo contexto de avanço tecnológico causado pela guerra, a relevância dada à saúde e ao combate das doenças estaria estritamente ligada ao potencial de desenvolvimento da nação. "Nessa conjuntura os inseticidas, as vacinas e os antibióticos foram alguns dos produtos que contribuíram para o clima de 'otimismo sanitário' que marcou o período" (Ibidem).

> No plano internacional, uma vez que as doenças apareciam como os maiores obstáculos no projeto de promoção do desenvolvimento mundial, discutia-se seu custo econômico e social, seu grau de interferência na produtividade do trabalho e as relações de causalidade entre doença e pobreza. A criação, em 1948, de um órgão de nível internacional para tratar dos problemas sanitários – a Organização Mundial da Saúde – representa bem esse momento em que a saúde assumiu uma posição de destaque no cenário mundial. A relação entre saúde e desenvolvimento passou a constar em pronunciamentos e conferências internacionais, concluindo-se que a promoção de medidas de cunho sanitário poderia contribuir para alavancar o desenvolvimento (Ibidem, p.296-297).

É nesse período, anos 50, em que essa razão que relacionava saúde e desenvolvimento chega em seu ápice, demandando do Estado uma maior ação no tocante à questão. Aumenta o empenho na erradicação das endemias rurais, responsabilizadas pelos baixos índices de produtividade dos trabalhadores do interior e o lento desenvolvimento do país.

Se fazia mister escolher um território saudável para a nova capital que pudesse significar a possibilidade de real desenvolvimento da nação. A questão da salubridade que possibilitaria o bom desempenho da civilização, até então, havia atravessado todas as expedições e não seria diferente na última, na qual, finalmente, foi tomada a derradeira decisão de transferir para o Planalto Central a nova capital.

Em 1953, com Vargas como presidente, a Comissão de Localização da Nova Capital, agora com o auxílio de uma firma de engenharia norte-americana chamada Donald J. Belcher and Associates Incorporated, avaliou uma série de sítios possíveis para a realização da mudança. Com um prazo de no máximo 3 anos para a realização dos estudos, o local a ser escolhido deveria atender a uma série de aspectos, além do clima e da salubridade como condições prioritárias. A região deveria ser de fácil acesso, a topografia deveria ser adequada com o solo favorável à edificação, deveria nela existir a matéria utilizada para a construção, deveria estar próxima a terras propícias para agricultura, e a paisagem deveria ser atraente uma vez que concorreria com a antiga capital (Ibidem, p.299).

> A escolha do local para o futuro Distrito Federal foi feita após longos anos de estudos minuciosos [...]... Belcher afirma em seu relatório final: "O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira Nação na História a basear a seleção do sítio de sua capital em fatôres econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza (Revista brasília, nº6, p.15, junho de 1957).

Bom, após a passagem de Vargas, Café Filho, o próximo presidente, reestruturou a Comissão colocando, agora, o marechal José Pessoa como novo responsável, além de substituir alguns de seus membros. Tendo visitado pessoalmente a região, após confrontar o relatório da firma norte-americana, foi deliberado os prós e contras de cada um dos sítios delimitados, eram eles divididos em cores. No final o castanho foi o escolhido. "Uma vez definida a localidade, que parecia preencher todos os pré-requisitos estipulados na legislação, principalmente os de ordem climática e sanitária, ela deveria ser declarada de utilidade pública para posterior desapropriação e início dos trabalhos" (Ibidem).

Já quase na passagem de 1955 para 1956, a Comissão passa, por decreto presidencial, a ser a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Juscelino toma posse em 1º de janeiro de 1956. Esses últimos movimentos vinham acontecendo durante sua campanha a presidente, a qual, segundo ele, havia sido a primeira de cunho verdadeiramente democrático, uma vez que pôde, ao percorrer o território nacional, entrar em contato com os anseios dos bra-

sileiros (Revista brasília, nº33, p.18, setembro de 1959). Em 1956, pouco depois de sua criação, a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal foi extinta, sendo sancionada a lei que daria origem à Novacap, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Construída como fruto do acaso, o que realmente pode ter sido, a decisão da mudança da capital foi feita parecer um desejo do povo brasileiro e não um movimento que há séculos era gestado pelos homens do governo. Apesar de essa herança ser constantemente invocada nos discursos da revista. Em sua visita à Cidade Universitária, em novembro de 1957, ao discursar para os estudantes, o que se encontra registrado na revista de nº11, o presidente fala sobre esse movimento, que parecia até planejado.

> Quando iniciei a campanha eleitoral, nem me passara pela cabeça a idéia de fundar a nova Capital. No entanto, em todos os comícios, o povo fazia, com insistência, perguntas alusivas à matéria; parecia mesmo que era tudo ensaiado. Eu respondia, então, que, em meu Govêrno, as leis do País seriam cumpridas e, constituindo a mudança da Capital um imperativo da Constituição, eu a realizaria (Revista brasília, nº11, p.20, novembro de 1957).

"Uma cidade planejada deve revestir-se de roupagens novas e modernas. O local sôbre que estamos construindo Brasília foi escolhido cientificamente: o clima é ameno; a salubridade excelente; a água abundante; a terra fértil e a paisagem deslumbrante" (Revista brasília, nº10, p.9, outubro de 1957). Os anos de estudos científicos, as sucessivas expedições, para a escolha da capital foram tidas como mais um dos aspectos que a tornavam ainda mais moderna. Racional. Sendo acreditado ser uma das questões que comprovariam o sucesso do empreendimento.

Cada aspecto da construção havia sido, dentro desse discurso em defesa da mudança, controlado, previsto. Sabemos hoje, que longe disso, muitos aspectos da construção foram ignorados, o que consequentemente levou a uma série de acontecimentos apagados pela história oficial e que, evidentemente, não são mencionados ao longo das revistas. Sobre esse desejo de controle total, a fala do deputado Said Paulo Arger, em seu texto que abre a revista de agosto de 1959, nº32, intitulado "Nova filosofia de vida", deixa clara a imagem que desejavam passar.

> Não há detalhe que o gênio humano possa ter equacionado que escapasse aos idealizadores de Brasília: da obra arquitetônica e urbanística, ao bem estar individual de cada cidadão que ali terá o seu lar; do impacto social do empreendimento às suas repercussões no mundo econômico nacional: tudo está dentro de Brasília (Revista brasília, nº32, p.1, agosto de 1959).

Bom, nem tudo estava dentro. Brasília estava sendo planejada para uma certa finalidade e o que dela escapava pouco era incluído. Essa dificuldade de lidar com a diferença aparece na constante afirmação sobre o controle do território e a impossibilidade da existência de qualquer manifestação que não estivesse dentro do planejado por essa razão. Importante exemplo são os discursos em relação à

Cidade Livre, Cidade Pioneira ou Núcleo Bandeirante, como é conhecida até os dias de hoje.

Essa afirmação se localiza, também, além de atender às fantasias de controle, em uma negação à realidade que muito incomodava as classes dominantes no Rio de Janeiro, a favela. Já no relatório do Plano Piloto, Lúcio deixa clara a necessidade de impedir "a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população" (Revista brasília, nº3, p.11, março de 1957). Se coube, ela não deu conta, e as favelas foram e são uma questão dentro do território excludente de Brasília. Mais do que as favelas serem uma questão, mas a forma autoritária de lidar com elas é maior ainda.

Na revista de outubro de 1957, nº10, há uma seção de título "Aspectos de Brasília". O texto que se inicia afirmando que "Brasília será uma cidade para viver sob o signo da disciplina, da ordem e da lógica, dispondo, nesse sentido, de todos os elementos funcionais que a tornam facílima de entender e dominar, ao primeiro contacto" (Revista brasília, nº10, p.6, outubro de 1957), esclarece as medidas tomadas no campo dos transportes, moradia, abastecimento, água, diversões e favelas. Nesse último ponto, o que se acredita sobre a questão é exposto. Próximas, porém separadas por uma barreira visual, as classes coexistiram e o flagelo das favelas não seria um martírio para as classes 'superiores' que teriam o conforto de ter uma trabalhadora doméstica habitando próxima de suas casas.

> Uma das causas principais da formação de "favelas" nas grandes cidades é a considerável distância que separa as zonas de residência proletária das zonas residenciais das classes média e abastada. Lúcio Costa elimina essa causa no seu Plano, dispondo ao lado das moradias dos mais favorecidos as quadras populares. Entre as quadras de diferentes níveis sociais se estabelecerá a divisão verde dos parques, tornando indevassáveis umas e outras. Isso permitirá, por exemplo, que as empregadas domésticas residam a 200 metros dos locais de serviço (Ibidem, p.7).

A realidade foi bem diferente do discurso de harmonia, superficial, que oficialmente se tinha. As fissuras aparecem sutilmente fora do corpo da revista. Discretamente a questão aparece no boletim da última revista analisada, a de agosto de 1960, nº 44, nos atos do conselho, é exposto pelo então presidente da Novacap, Segismundo de Araújo Mello, os planos de estudo desenvolvidos na prefeitura de Brasília.

Após a inauguração, a gestão passa a ser da prefeitura, cujo prefeito era escolhido pelo presidente, nesse primeiro momento o cargo passa a ser de Israel Pinheiro, estes estudos são "relativos a vencimentos, moradia, assistência médicosocial, ensino e eliminação das favelas, cujas soluções estão sendo buscadas através de instituições existentes, bem como através da criação de entidades novas que serão organizadas pela Prefeitura em duas semanas" (Revista brasília, nº44, p.19, agosto de 1960). Eles não são descritos, mas a menção à eliminação de fave-

las nos ilumina a conduta tomada pelo Estado em relação à população vulnerável que ameaçava o modelo de pureza que Brasília queria se passar ser. “Tomaram-se providências para evitar a praga das favelas” (Revista brasília, nº15, p.15, março de 1958).

Voltando à Cidade Livre. “Para mudança da nossa capital, foi preciso improvisar duas Brasílias. Uma projetada, prevista em suas necessidades sociais pelo Plano-Pilôto. Outra provisória, a cidade-Bandeirante, tutelar da primeira, nasceu da noite para o dia, como uma leva de ciganos levanta a sua favela” (Revista brasília, nº36, p.5, dezembro de 1959). Além do preconceito em relação aos povos chamados de ciganos, o trecho fala de como o aspecto oficial da cidade se estabeleceu com a necessidade do apoio do que mais tarde deveria ser destruído.

> [O] Núcleo dos Bandeirantes, formado fora do perímetro reservado a Brasília, sob a vigilância e severo contrôle da Companhia Urbanizadora, que limitou as construções às atividades comerciais imprescindíveis, constitui início salutar do interêsse que a nova cidade vem despertando (Revista brasília, nº7, p.4, julho de 1957).

Sendo necessário “evitar-se que no local onde se erigiria a cidade, de acôrdo com o plano pilôto, se construíssem aglomerações de moradias que não só perturbariam o desenvolvimento dos trabalhos, como criariam mais tarde graves problemas para a sua remoção” (Revista brasília, nº9, p.6, setembro de 1957), nesse pensamento foi permitida a construção da Cidade Livre. O seu crescimento era alardeado como uma constatação da aceitação do setor privado, porém a “colônia comercial pioneira” tinha caráter temporário. Se no início todos foram recebidos de braços abertos (Ibidem), logo, porém “a afluência de candidatos se avolumou de tal maneira que se tornou necessária a adoção de normas visando a impedir que a finalidade fôsse deturpada e elementos marginais viessem implantar o vício e a desordem” (Ibidem).

Apesar desse plano de eliminação do Núcleo Bandeirante após a inauguração de Brasília, dois meses depois da transferência da capital, na revista de junho de 1960, nº42, no “Noticiário”, pequena nota com o título de “O núcleo bandeirante” reporta o início dos trabalhos de urbanização da cidade. Esse ato foi descrito como um prêmio a essa primeira população que se estabeleceu para a construção da capital, mostrando o caráter benevolente que o Estado se revestia.

> O Presidente da República deu início, pessoalmente, aos trabalhos de urbanização do núcleo bandeirante de Brasília, como prêmio aos moradores da “cidade pioneira” que se estabeleceram em Brasília desde os primeiros dias da construção da Nova Capital (Revista brasília, nº42, p.18-19, junho de 1960).

Dentro dessa razão a favela estaria ligada ao vício, ao que moralmente era tido como negativo. Esse pensamento que liga pobreza e marginalidade se faz presente em inúmeros trechos onde esse tipo de ocupação do território é abordado.

Levantada como um problema no Rio de Janeiro, Brasília ao mesmo tempo que não o manifestaria, pois controlada e planejada, também ajudaria a diminuir sua ocorrência na antiga capital, uma vez que redirecionaria os fluxos migratórios.

> De fato, todos nós que vivemos no Rio de Janeiro estamos sendo triturados pelos problemas inerentes à vida das cidades superpopulosas. Desde uns vinte anos, a população carioca vem aumentando, em proporção anormal, pelo afluxo das populações sertanejas, atraídas pela miragem da sede do «gunvêrno federá» que «pode tudo», segundo supõe o homem do interior. As conseqüências dessa migração aí estão, às vistas de todos: o afeiamento da nossa antiga paisagem , agora entristecida pelas favelas, a insegurança da população, à mercê de 40.000 marginais, o conseqüente aumento de atentados à vida e aos bens da coletividade (Revista brasília, nº34, p.15, outubro de 1959).

No mesmo texto, também de título “Brasília”, Carlos Ribeiro segue explanando sua opinião. A procura do imigrante por melhores condições de vida não era atendida, tendo em vista a “criminalidade açulada pela miséria dos favelados e a mendicidade que infesta tôdas as ruas da Capital” (Ibidem). O engodo para as classes mais abastadas, prenhes de preconceito, seria aliviado uma vez que Brasília faria o êxodo rural desaparecer (Revista brasília, nº40, p.43,abril de 1960).

A todo custo dentro da revista se fazia invisibilizar os movimentos que iam contra o que o discurso gostaria de fazer crer. É o caso das Cidades Satélites que pouco aparecem no corpo da revista, tendo nos boletins suas maiores aparições. A primeira vez que Taguatinga aparece na revista, no mês de sua inauguração, é nos atos do conselho, em sua quinquagésima terceira reunião, em dezoito de maio de 1958.

Nessa reunião foi submetido o plano geral de loteamento e urbanização da ““Cidade Satélite”, localizada em Taguatinga, Brasília”(Revista brasília, nº19, p.23,-julho de 1958). Quatro dias antes, na septuagésima quarta reunião da diretoria ficou resolvido “aprovar as Normas Gerais para as Construções que disciplinarão, de um modo geral, as construções a serem efetuadas no Núcleo Bandeirante e nas Cidades Satélites” (Ibidem, p.22).

A primeira vez que aparece fora dos boletins é na revista seguinte, em agosto de 1958. Na revista de nº20, no “Noticiário”, sem nenhum destaque, nenhuma foto, nada, com o título de “Presidente Juscelino Inspeciona” sem falar o que, é relatada sua visita à recém-inaugurada cidade. Na verdade o alvo do texto não é esse, e sim relatar a visita que aconteceu a uma série de obras que ocorreram entre os dias 7 e 9, sendo nesse último dia o que se realizou a visita à Taguatinga. “Sábado, 9, às 11 horas, descia do helicóptero na Cidade Satélite de Taguatinga, na sua primeira visita de inspeção a êsse núcleo auxiliar de população” (Revista brasília, nº20, p.23, agosto de 1958).

O presidente percorreu “detidamente suas longas e largas ruas, mostrando-se vivamente interessado em conhecer pormenores da sua edificação e apontando

rumos para a solução de problemas" (Ibidem). Seguido por "moradores que afluíram em massa, acompanhando-o até à praça principal, onde S. Excia. pronunciou o l º. discurso ouvido naquela Cidade Satélite" (Ibidem). Sem a descrição desse discurso, a revista revela que o presidente fez crer.

> Concitou os trabalhadores que ali residem e que chegaram em massa e inesperadamente do nordeste adusto, a cooperarem na construção da Nova Capital, batalha gloriosa em que estavam tomando parte e cujos louros de vitória poucos brasileiros teriam a fortuna de merecer. Disse mais que, através da Novacap, o seu Govêrno sabia apreciar o valor daqueles que espontâneamente acorriam com o seu braço e a sua flama para a concretização da obra do século (Ibidem).

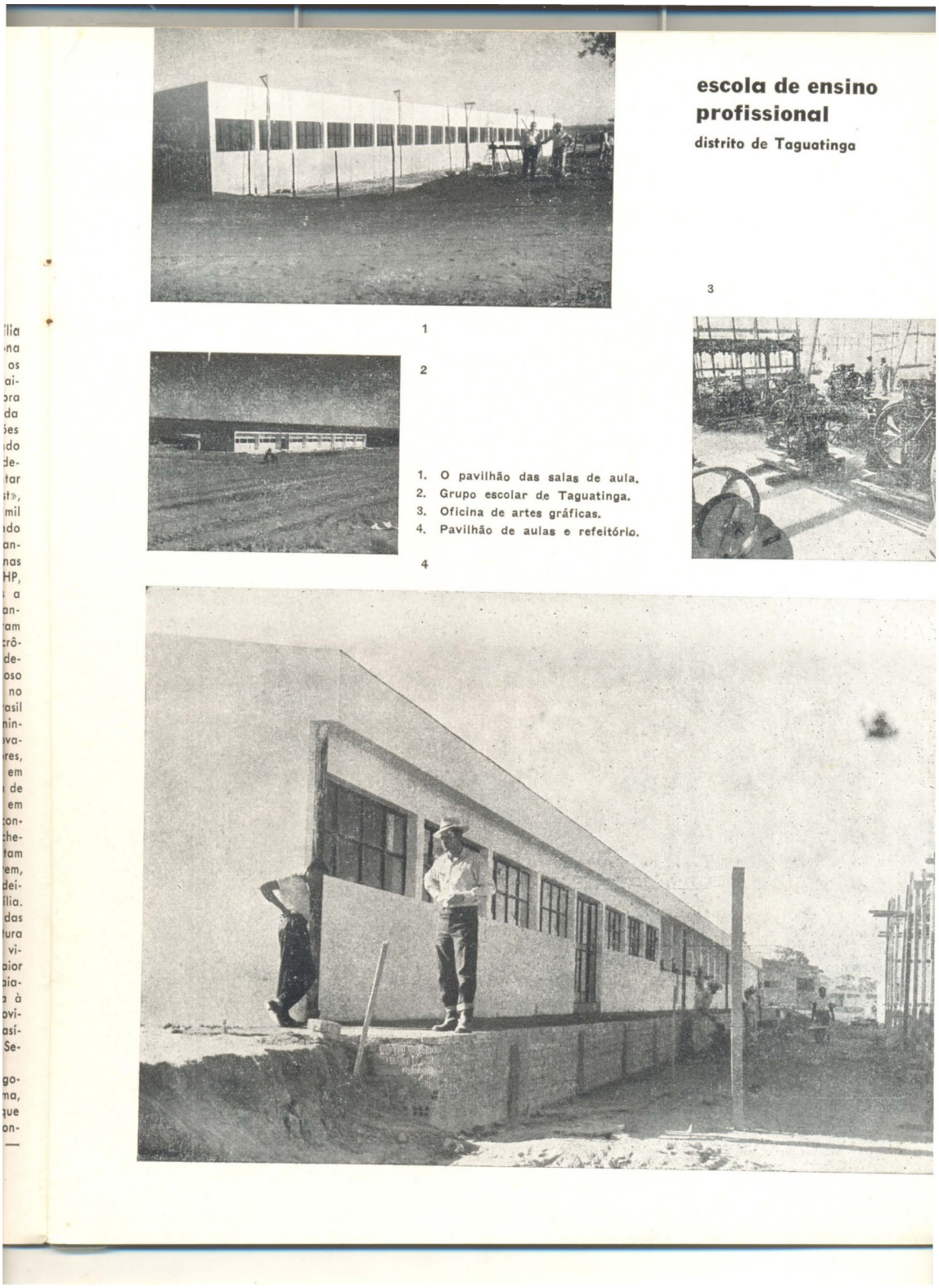
A prova do interesse desse governo era a cidade em que se encontravam, se era possível chamá-la de cidade já que nada ou quase nada era disponibilizado a sua população. Vale salientar que nesse discurso Taguatinga já tinha construção prevista, mesmo que não para aquele momento, "mas que circunstâncias imprevisíveis de uma calamidade nacional, obrigaram a surgir como um milagre de operosidade em 15 dias, oferecendo abrigo e segurança às famílias que fugiam da sêca, buscando zonas mais acolhedoras" (Ibidem). Porém se o interesse se mostrava pela realização daquela cidade, ela não seria dada de graça às populações mais pobres.

> Ali estavam aquelas terras, vendidas pela Novacap a preços e prestações ao alcance das bôlsas mais depauperadas, para que seus compradores pudessem ter aquilo que jamais poderiam obter por outra forma: um pedaço de terra brasileira de que seriam donos para estabilidade e segurança de suas famílias (Ibidem).

A primeira vez que aparecem fotos de qualquer construção em Taguatinga é na revista nº31, de julho de 1959, um ano após sua inauguração. Na página 7, com o título "Escola de ensino profissional", "Distrito de Taguatinga", sem nenhum texto, três fotos mostram um prédio simples de um pavimento e uma máquinas que na legenda estão descritas como "Oficina de artes gráficas". A foto que expõe alguma coisa do entorno, mostra apenas barro e mais nada.

Na página ao lado, página 6, pela primeira vez Taguatinga aparece em um texto com autoria, de Nelson Carneiro, também intitulado de "Brasília" e publicado primeiro no Jornal do Brasil em 2 de julho de 1959. Nelson diz que o que mais apaixonou a ele em Brasília é Taguatinga "a cidade-satélite que os jovens setenta anos de Maciel de Paiva superintendem. Mais que a obra do homem, o homem" (Revista brasília, nº31, p.6, julho de 1959), dando a entender que o motivo de sua paixão não é a cidade em si. Bom, tirando essa citação que pouco dá para entender se é sobre a cidade ou esse Maciel, Taguatinga aparece majoritariamente no boletim.

Em julho de 1960, dois anos após sua inauguração, Taguatinga aparece na revista nº43, mais uma vez no "Noticiário". Alguns meses após a transferência da capital para Brasília, finalmente é asfaltada a ligação entre a cidade satélite e o



escola de ensino profissional

distrito de Taguatinga

1

2

3

4

1. O pavilhão das salas de aula.
2. Grupo escolar de Taguatinga.
3. Oficina de artes gráficas.
4. Pavilhão de aulas e refeitório.

Revista nº31, página 9

Plano Piloto. A nota sucinta, com o título de “Brasília-Taguatinga”, anuncia a obra.

> Dentro em breve estarão concluídos os trabalhos de construção da nova rodovia ligando Brasília a Taguatinga. O percurso, pelo novo traçado, será feito em 15 minutos. A estrada, de 16 quilômetros de extensão, será totalmente asfaltadas, com duas pistas, e será entregue ao tráfego em setembro (Revista brasília, nº43, p.16, julho de 1960).

Se Taguatinga pouco aparece, Sobradinho tem muito menos destaque. Suas aparições se dão, com mais frequência, nas decisões administrativas nos boletins e no corpo da revista, sempre em companhia de Taguatinga, anunciando a construção de escolas (Revista brasília, nº25, p.20, janeiro de 1959), do início de seu arruamento na seção “A marcha da construção de Brasília” na página 9 da revista nº36 de dezembro de 1959, e da expansão das linhas de telecomunicações até ela na mesma seção, agora da revista nº38 de fevereiro de 1960, também, na página 9. Nenhuma foto ganha destaque.

Na revista, há a alusão a outros assentamentos, porém aparecem mais como um deslize do que como algo premeditado. Em um censo, o qual abordarei em outra seção deste trabalho, que recebe uma nota no “Noticiário” na revista de outubro de 1959, nº34, há a menção a Braslândia, Planaltina, Candangolândia e Núcleo Bananal. Além desse momento, não há mais nenhuma outra alusão a elas nas revistas.

Além da Cidade Livre, mais nenhum desses assentamentos tem fotografias publicadas. Taguatinga tem a escola, como disse acima, mas é apenas o prédio, não há nada que mostre a cidade em si. Já as fotografias da Cidade Livre aparecem em quatro revistas, sendo cinco o número delas. Retratada sempre à distância, impossibilitando ver os aspectos da cidade, quatro destas fotos são aéreas. Há um jogo de mostrar ao mesmo tempo que não se permite ver a realidade de forma nítida.

Se a primeira menção a ela é na revista de abril desse mesmo ano nº4, a primeira vez que em fotografia aparece é na revista de agosto de 1957, nº8. Em uma foto aérea, tomando meia página, segue uma pequena legenda na página ao lado explanando seu significado e seu futuro dentro do planejamento em relação à ocupação daquele território.

> 22. A Cidade Bandeirante, com mais de 6 mil habitantes e numerosos estabelecimentos comerciais, localizada a poucos quilômetros do centro urbano, simboliza o interêsse e o entusiasmo da iniciativa privada na realização da Nova Capital. Todos os prédios são de madeira, para o desmonte total da cidade dentro de 4 anos (Revista brasília, nº8, p.24,agosto de 1957).

A legenda não dá margens para interpretar outra coisa desse amontoado de casas que seguindo duas avenidas principais já se vê expandir por caminhos irregulares, mal traçados dando ao assentamento a tão negada imagem de favela. Constantemente quando se referem a esse núcleo pioneiro, há a afirmação de que











Fotografias da Cidade Livre:
1. Revista nº8, página 27
2. Revista nº11, página 17
3. Revista nº40, página 28
4. Revista nº19, página 18
5. Revista nº40, página 49

seria temporário, sendo destruído quando efetivada a mudança da capital. Essa imagem acompanha como que ilustrando o texto de abertura da revista. De autoria de Barbosa Lima Sobrinho, com o título de "Brasília: florescimento de uma nova geração", o autor fala de seu entusiasmo em relação ao crescimento de Brasília, que não pode ser apreendida em uma visita única, mas sim em comparação com a imagem anterior que se tinha dela.

Além do crescimento das obras oficiais, o que mais excita o autor é a "contribuição privada, num afluxo de recursos e de iniciativas que, em seis meses, haviam transformado o deserto do Planalto Central numa povoação a que não faltava nada" (Ibidem, p.1). Barbosa segue falando dessa cidade que se instalou para anunciar outra "cidade monumental, que virá, como um marco, a fixar e a comemorar a integração do território brasileiro e o florescimento de uma nova civilização" (Ibidem). De seu texto, parece que foi retirada a legenda da foto, que reafirma os mesmos argumentos do autor. A revista abre e fecha ratificando o mesmo.

> Realmente, com pouco mais de seis meses, havia surgido o que se chamou a Cidade Livre, um arruado de casas de comércio e de residências levantadas num pedaço de terra, mediante concessões de quatro anos, sem qualquer compromisso para o futuro. [...] E tudo isso com o esfôrço privado. Ou em conseqüência da confiança geral nos destinos de Brasília. A cidade de madeira anunciava a grandeza e a expansão da outra, que havia iniciado seus alicerces para as estruturas de aço e de cimento armado. Era mais que um estímulo para o prosseguimento do trabalho : era a certeza dêsse prosseguimento, quando vinha revelar que mais de 6. 000 brasileiros, que haviam atendido ao chamado de Brasília, estavam ali a responder a todos os argumentos derrotistas, que insistiam na distância da localização, na falta de recursos naturais ou na impossibilidade de um aglomerado humano naquelas alturas do sertão brasileiro (Ibidem).

Na revista 19 mais uma fotografia aérea, agora apenas com a legenda "18. Um aspecto do "Núcleo Bandeirante"" (Revista brasília, nº19, p.19,julho de 1958). Nada chama muita atenção em relação ao discurso sobre esse assentamento nessa revista, e a foto que mostra na distância a cidade em contraste com o que parece a mata ciliar de um curso d'água parece ser apenas ilustrativa. Há nessa foto, o que se repete em muitas outras, a relação de contraste entre a ocupação que se fazia do território e a imensidão do Planalto Central, reafirmando o discurso de que surgia na 'solidão' daquelas terras a civilização.

"Alinhadas às concepções desenvolvimentistas dos anos 1950 e 1960, as fotografias enfatizavam, dessa forma, signos de uma modernidade pretendida em meio aos discursos governamentais sobre o "deserto" e o "vazio" do planalto central" (ANDRADE, 2020, p.269). Entre o objeto e a representação fotográfica deste há uma série de ações convencionadas culturalmente e historicamente, a fotografia é, então, uma representação de uma visão localizada de mundo, em quem fotografa. E, além, sendo selecionada para uma revista com um objetivo muito específico, ela fala sobre o desejo dessa edição, sobre uma narrativa a ser contada acerca des-

se objeto representado.

No caso da Cidade Bandeirante, ao mesmo tempo em que existia o desejo de representar e, de alguma forma, prestigiar a contribuição da iniciativa privada no empreendimento, mostrar demais poderia dar margem à interpretação de que o projeto racional, ordenado, estava sendo um insucesso. Na única fotografia em que é possível identificar com clareza algumas casas e o movimento na cidade, também do alto, vemos apenas um trecho de uma das avenidas principais da cidade. Mas é isso, um trecho selecionado, que não permite ver muito e na distância a cidade vai se misturando, ficando difícil compreender o que acontece além daquela parte da avenida principal. Isso acontece na revista nº40, página 28, na seção "Êstes construíram Brasília". Ao lado um pequeno agradecimento aos pioneiros da iniciativa privada que auxiliaram no empreendimento, talvez por isso uma fotografia que mostre tanto, apesar de quase nada.

> Aqui também não podia faltar uma palavra àqueles pioneiros, que se dirigiram para a região inóspita, a enfrentar as intempéries. Claro que nos referimos aos pioneiros do Núcleo Bandeirante, que, por 3 anos, abasteceram e continuam abastecendo a Nova Cidade, cujo capital investido sobe a mais de um bilhão de cruzeiros (Revista brasília, nº40, p.28, abril de 1960).

Na mesma revista, 19 páginas após, agora na seção "A história da construção de Brasília", que faz uma pequena digressão levantando os acontecimentos mais importantes do empreendimento, de novo, pequena foto, mais próxima também e bem torta, mostra um trecho de uma das avenidas principais da Cidade Livre. Pequeno trecho, novamente, reafirma a destruição da cidade.

> Começa a adquirir vida o Núcleo Bandeirante, onde a iniciativa particular poderá se desenvolver, fornecendo o necessário aos habitantes de Brasília. A "Cidade Livre" - assim chamada - tem caráter provisório e será extinta tão logo Brasília, em sua zona definitiva, possua todos os recursos necessários à sua vida. Hotéis, Pensões, bancos, emprêsas de aviação, padarias, açougues, agências de automóveis, postos de gasolina, começam a se estabelecer no Núcleo Pioneiro

A única fotografia que escapa ao padrão de foto aérea não mostra muito mais, muito pelo contrário, quase não se identifica nela a Cidade Livre. Entre um horizonte de mata densa e a mata ciliar, em um plano mais próximo, onde um buriti se destaca entre outras palmeiras, a cidade aparece em uma massa de pequenas casas que se confundem sem dar muita noção sobre o que está acontecendo ali. Ela ilustra, na revista nº11, de novembro de 1957, página 17, uma seção intitulada "Brasília e sua realidade", onde se prossegue com a exposição da opinião de "personagens ilustres" que foram demandados se acreditavam na realidade de Brasília. Junto com a opinião de um cronista, um cronista e teatrólogo e uma jornalista poetisa, aparece a legenda que reafirma o que constantemente era dito sobre aquela cidade.

> 12. Vista da cidade Bandeirante. E' uma cidade de construções provisórias, e será demolida em 1960, ex-vi de contrato assinado entre os locatários e a Novacap. (Foto de M. Fontenelle) (Revista brasília, nº11, p.11, novembro de 1957).

Essa é a primeira revista em que alguma foto é creditada a Mário Fontenelle. A partir da revista nº17, seu nome começa a aparecer na contracapa junto da indicação da direção de Nonato Silva e dos responsáveis pelo layout da publicação, a partir da revista nº30, ao lado do seu nome, entre parênteses é indicada a câmera que ele utiliza, uma Leica III F – film adox, máquina que recebeu de presente do presidente. Fontenelle e Juscelino tinham uma relação que transcendia Brasília, conhecidos desde os tempos de governo mineiro, Mário havia sido mecânico de aviões e acompanhou o presidente se tornando, após, fotografo e o maior colaborador da revista nesse sentido. Além de Fontenelle outros fotógrafos contribuem, geralmente tendo seus nomes destacados na legenda.

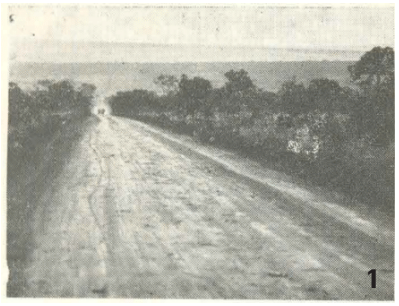
> Os documentos fotográficos que aparecem nas revistas são de propriedade autoral de Mario Fontenelle, José e Humberto Franceschi, A. Gabocci, Marcel Gautherot, Armando Abreu, Sully Alves de Souza, Foto Carlos, Manchete, Alberto Fadul e Epaminondas Lima. A maioria das fotos publicadas é de Mario Fontenelle e Marcel Gautherot (CAPPELLO, 2010, p.43).

Na revista, as fotografias são um registro direcionado em relação ao desejo de documentação dessa marcha de ocupação do território. Tem relação com a vontade de construção de uma imagem sobre a cidade. O documento não é em si sem direção, é o que se escolhe registrar e como se escolhe registrar, além, na edição da revista, o que se escolhe apresentar e como se escolhe apresentar, fala de uma imagem construída intencionalmente.

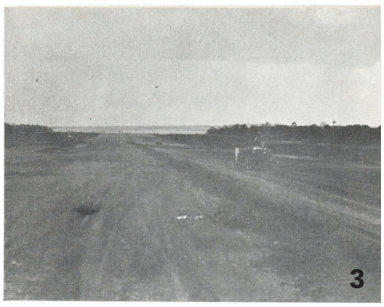
As fotografias têm um caráter fragmentário, onde selecionados, esses fragmentos apresentam apenas o que é essencial. Manipulados, mostram apenas o que é de interesse a ser veiculado como representação de uma totalidade. A fotografia é um modo de experimentar a realidade "e uma construção imagética contendo diversas questões e camadas de representação que revelam também matéria simbólica invisível no momento da experiência, o inconsciente óptico" (BENJAMIN, 1996, apud CASADEI, 2020, p.20). "Como manifestação do inconsciente óptico, Benjamin sugere que a fotografia é uma forma de se explorar o limite entre o visível e o invisível, porque ela dá a ver elementos ou aspectos sociais recalcados, esquecidos (do inconsciente óptico), atribuindo-lhes novamente uma forma de visibilidade diante do sujeito" (MORTIMER, 2015 apud Ibidem).

> A natureza que fala a câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente (BENJAMIN, 1985, p. 94).

A fotografia, mesmo a estritamente técnica, ilumina outro mundo, esse que

















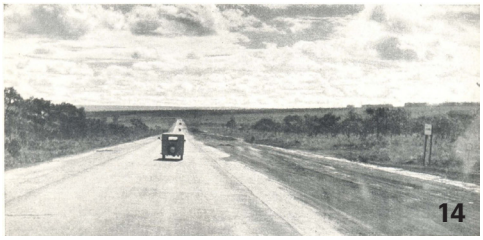












1. Revista nº2, página 3
Estrada de serviço no perímertro de Brasília

2. Revista nº2, página 6
Pista do aeroporto

3. Revista nº7, página 5
Terraplanagem da Avenida (Eixo) Monumental

4. Revista nº7, página 21
Rodovia Brasília-Belo Horizonte

5. Revista nº7, página 21
Rodovia Brasília-Anápolis

6. Revista nº9, página 7
Estrada ligando o aeroporto ao Cruzeiro

7. Revista nº9, página 14
Estrada ligando aeroporto à cidade Bandeirante

8. Revista nº24, contra-capa
Rodovia Belém-Brasília

9. Revista nº24, páginas 12 e 13
Rodovia Belém-Brasília

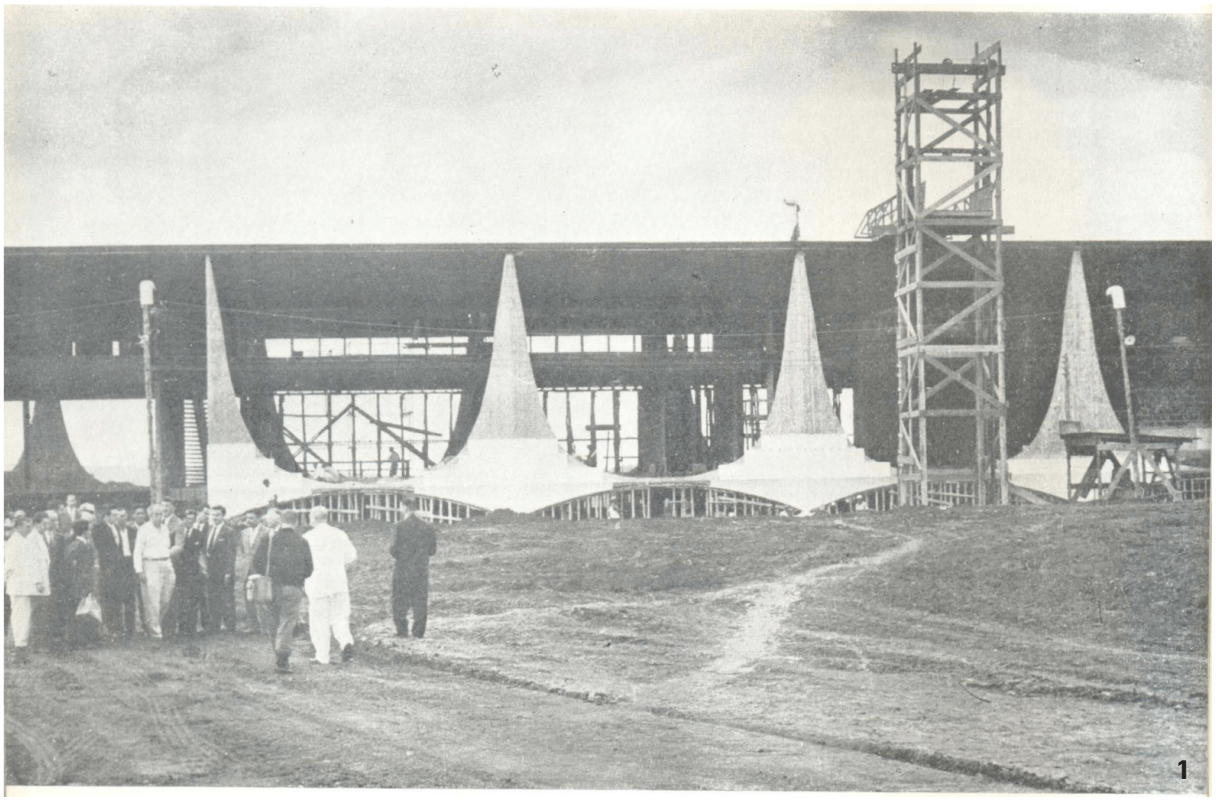
10. Revista nº27, página 17
Rodovia Brasília-Belo Horizonte

11. Revista nº33, página 20
Rodovia Belém-Brasília

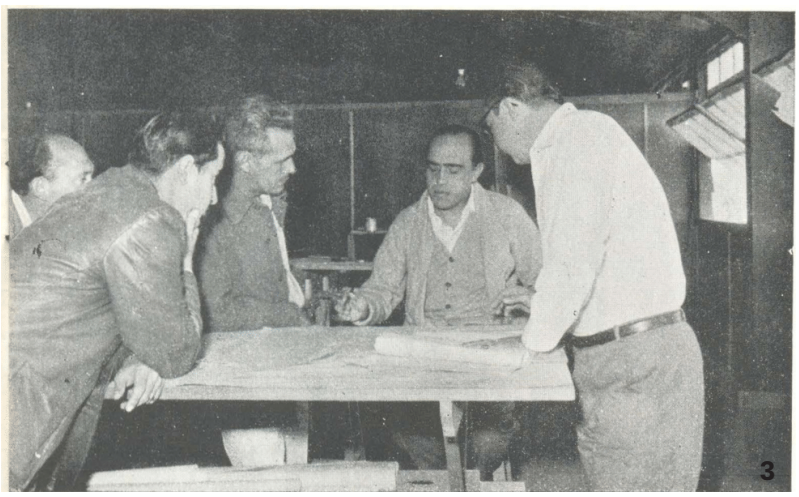
12. Revista nº34, página 17
Rodovia Belém-Brasília

13. Revista nº34, página 18
Rodovia Belém-Brasília

14. Revista nº35, página 14
Não há menção a qual seria essa rodovia







1. Revista nº10, página 2
2. Revista nº10, página 4
3. Revista nº7, página 3

compõe o dos sonhos. “Só a fotografia revela esse inconsciente óptico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional” (Ibidem). Fazendo a passagem do tátil ao óptico, permite o registro da ““realidade” que se situa “em grande parte fora do espectro de uma percepção sensível normal”” (LISSOVSKY, 1995, p.69).

As fotografias da revista *brasília* não dizem apenas sobre a criação de uma base documental sobre o empreendimento que tomava forma, elas falam também de um movimento de construção de uma autoimagem do Estado. O que traz o conteúdo que paira por de trás desse movimento consciente. A revista é sobre um espaço imaginário, sobre a construção dele, traz à tona o que habita no inconsciente daquele momento. Apesar da aparente objetividade dos registros, “o imaginário é o conector obrigatório para o processo de criação de imagens. Independentemente do período histórico, todo e qualquer fotógrafo sempre fez uso do imaginário para elaborar suas imagens” (LOMBARDI, 2007, p.74).

Nesse período havia o desejo de construir uma imagem, um olhar oficial, aparentemente imparcial, mas que carregava uma série de crenças sobre a realidade material. E que, em consonância com o discurso das palavras, visava fortalecer o argumento positivo em relação à mudança da capital. Para isso era importante que as fotografias viessem a combater ou reiterar o que era dito sobre o território, agora no caso sobre o que falavam desse sertão onde Brasília foi construída.

Assim como são poucas as fotos da Cidade Livre, e que quase nada mostram do assentamento que poderia corromper a imagem de ordem e progresso que se construía sobre a nova capital, nas revistas, também, são poucas as fotografias de paisagens naturais. Geralmente a paisagem aparece em contraste com a arquitetura que começa a ser erguida no Planalto Central, dando se enfoque ao trabalho, não ao trabalhador, que começa a modificar aquele território. As imagens carregam uma profunda carga simbólica, trazendo a ideia de ocupação desses vazios, do deserto que tanto era constante no discurso de validação da conquista.

Maior parte das fotografias presentes nas revistas se encontram na seção “A marcha da construção de Brasília” ou, simplesmente, “A marcha da construção” a partir da revista 37 até a 39. Esta, constante em todas as revistas, dedica-se em trazer os avanços das obras da capital em um largo acervo fotográfico, algumas vezes acompanhado de textos profundamente técnicos sobre as obras, e, na maioria delas, acompanhado de texto algum.

As fotos geralmente são dos canteiros, muito focadas nas construções, salvo uma ou outra que mostra com maior destaque o trabalho dos operários, a vista técnica de homens da administração pública como na revista nº10, página 2 e 4, ou o trabalho dos arquitetos e técnicos debruçados sobre seus papeis e pranchetas como da revista nº7, página 3. Quando a mata aparece, ela está sendo cortada por uma estrada ou sendo destruída por grandes máquinas, como nas fotografias das páginas anteriores.

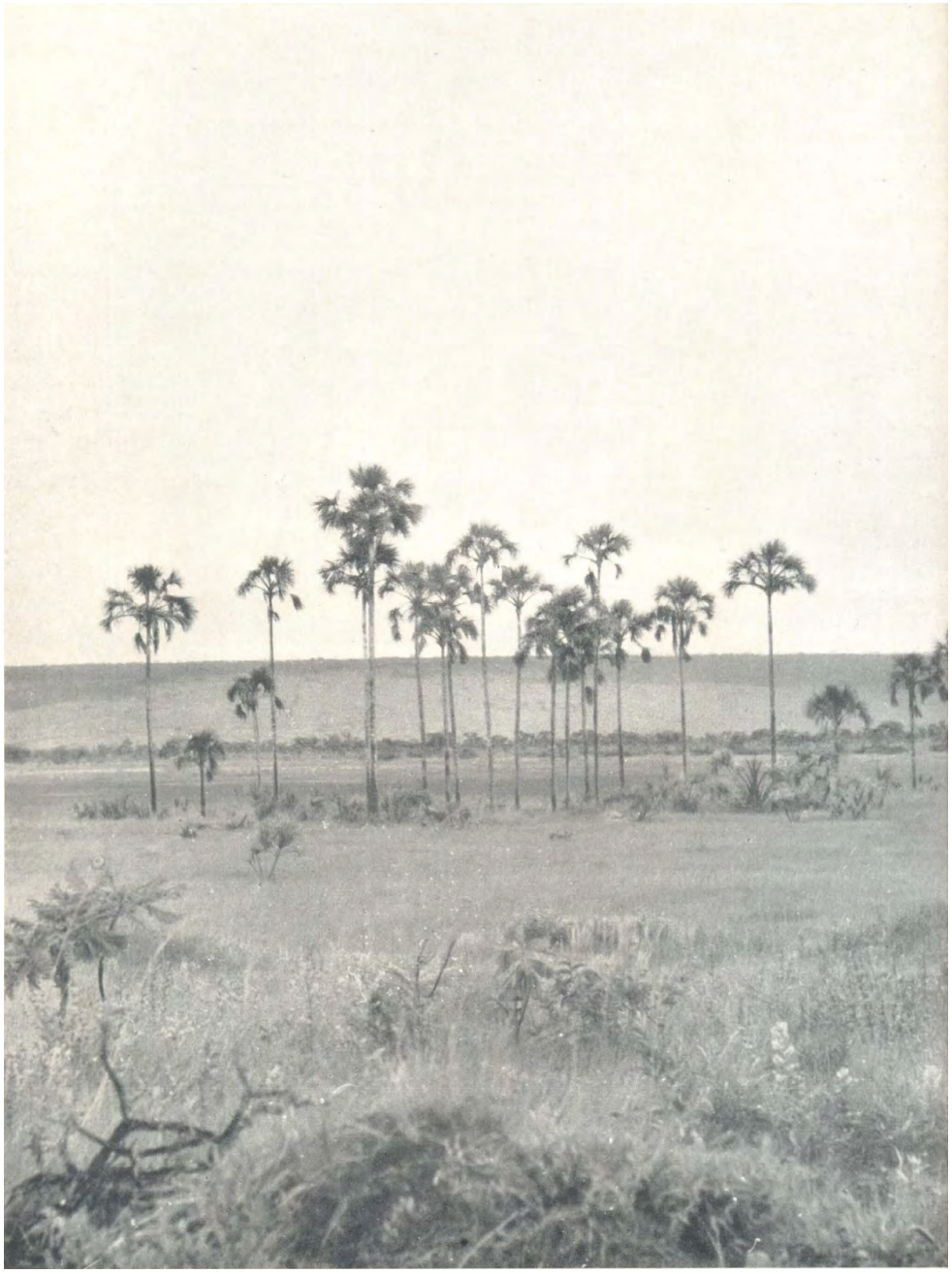
As fotos dessas paisagens naturais são mais frequentes no primeiro ano da

revista, até metade do segundo. Depois voltam a aparecer nos números 22 e 24, esse segundo sendo dedicado à construção da rodovia Belém-Brasília e depois, salvo uma foto de uma pista de pouso aberta dentro de uma floresta, elas cessam. Na revista nº40 se repete uma foto de uma vereda já publicada na revista nº12. São 22 fotos, sendo uma delas repetida, então 21. Dessas 21, 13 são de quedas d'água ou rios e 2 de veredas.

São poucas as referências ao cerrado, ou melhor, serrado, como na grafia da época, mas o que deixa transparecer na fala de um agrônomo, Wanderbilt Duarte de Barros, diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal, transcrita no "Noticiário" da revista nº39 de março de 1960, página 20, há uma crença do cerrado ser "invariavelmente pobre". Havia então a necessidade de demonstrar a fertilidade daquele território, assim como atestar a existência de água suficiente para abastecer a cidade.

O discurso das palavras quanto o das imagens se alinham para justificar a narrativa de que aquele sertão deserto, inóspito, solitário, deveria ser ocupado a fim de que o progresso trouxesse o desenvolvimento para a nação. Às vezes um Éden de abundantes águas, às vezes um inferno de bichos selvagens, mas sempre visto como dado ao usufruto do homem da civilização branca ocidental. Que crente da sua posse sobre a terra, herança de seus antepassados colonizadores, estende sobre ela o seu desejo de dominação.

A convicção de poder possuir a natureza nasce da crença de que, separado dela, o mundo natural é inferior à sua vontade e que ele está para servir às suas necessidades. De que a vida é útil e de que a partir do esforço do seu trabalho a terra tem que servir o homem, branco. Essa crença se localiza em uma tradição específica que clama para si a posse dos espíritos, impondo-se como caminho único para a vida. Como único para a expressão dela. Sobre ela se justificou a dominação não só da terra, mas da realidade interna de cada um dos seres que dela pertencem. E não muito diferente do que ocorreu desde que por aqui invadiram, também foi alimento, energia, que movimentou a invasão dos sertões. Tradição clamada a sustentar esse novo impulso colonizador.



Revista nº40, página 16
A primeira vez que esta foto foi divulgada foi na revista nº12 na página 25

espírito

Todo contexto histórico, em todos os seus níveis, cultural/social/econômico, vem acompanhado de uma política de subjetivação. É ela que dá a consistência existencial de uma maneira do mundo existir, e está ligada e não se separa de nenhuma das dimensões deste contexto. Este é uma abstração, não existe sem uma política do desejo que o sustente. Não existe sem certo modo de subjetivação, o qual "implica uma política da cognição, do desejo, da sensibilidade, da consciência, do inconsciente, etc. E é uma política do corpo. Tudo isso vai junto, é inseparável, é isso que dá a forma de como o humano está nesse contexto" (RONILK, 2014).

Esse modo de subjetivação, que se impôs nessas terras pela invasão, "se caracteriza por hiper-atrofiar a capacidade de percepção" (Ibidem). A percepção capta as formas do mundo, vem acompanhada de um repertório de representações disponibilizadas e possíveis para esse contexto. Esse repertório se situa no mundo inventado. As formas, signos, sinais captados são decodificados segundo esse repertório, que os identifica situando dentro de uma cartografia possível. Essa compreensão se dá no plano da razão, do ego. Da representação. Mas a realidade subjetiva extrapola o seu centro organizador (Ibidem).

Com a construção da nova capital havia a consciência, muito presente nos discursos, da conveniência de estabelecer uma nova mentalidade que sustentasse esse projeto que era empreendido. Essa mentalidade expandiria o repertório disponível, transformando a forma de se enxergar brasileiro, gerando a energia necessária para que nas subjetividades se estabelecesse esse novo modo de vida. A energia necessária para alimentar a mudança da capital. Apesar da mudança ser desejada, e essa mentalidade ser descrita como nova, ela não era uma nova forma de perceber, de reagir ao mundo. Ela era sobre uma expansão da mesma força que havia movimentado os primeiros colonizadores. Da expansão do mesmo repertório,

agora por todo território brasileiro.

Aparentemente, essa mudança se daria pelo choque, pelo trauma causado pela transferência da capital. A primeira referência a esse choque, vinculado à mudança das mentalidades, vem no mesmo texto em que há a primeira referência a Anhanguera como força a ser invocada, como exemplo a ser tomado. Isso ocorre no discurso do presidente JK durante a Primeira Semana Nacional Mudancista publicado com o título de "Fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira..." na revista nº3 de março de 1957. Também é a primeira vez que surge o argumento que relaciona Brasília e o equilíbrio do Brasil. A mudança da capital não se localizava apenas em um movimento de transposição geográfica do poder. Esse movimento era mais profundo, falava de uma transformação subjetiva, que retomava uma tradição.

> A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira. Já vos disse, creio, que não se trata apenas de uma retificação puramente geográfica. O choque da mudança operará uma transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros, despertando-os, tornando-os mais atraídos pelo empreendimento privado, inspirando-lhes um desejo maior e mais acentuado de melhorar os índices de nossa produtividade. O contato com os problemas, as emoções de um mundo a vencer, tudo isso atuará de maneira saudável na alma nacional, Insuflará em todo o país o mesmo espírito que fêz de São Paulo o que São Paulo é hoje (Revista brasília, nº3, p.2, março de 1957).

Se a mentalidade é outra, o espírito, a essência é a mesma que moveu os bandeirantes em direção aos sertões brasileiros. "Não fôssem ambiciosos os ante-



COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

— NOVACAP —

(Criada pela Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956)
Sede — Brasília

Escritório no Rio — Av. Almirante Barroso, n.º 54, 18.º andar

DIRETORIA

Presidente — Dr. Israel Pinheiro da Silva
Diretores:
Dr. Bernardo Sayão de Carvalho Araújo
Dr. Ernesto Silva
Dr. Iris Meinberg

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros:
Dr. Adroaldo de Junqueira Aires
Dr. Alexandre Barbosa Lima Sobrinho
General Bayard Lucas de Lima
Dr. Epílogo de Campos
General Ernesto Dornelles

CONSELHO FISCAL

Membros:
Dr. Herbert Moses
Dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves
Major Mauro Borges Teixeira
Dr. Vicente Assunção (suplente)

Revista BRASÍLIA — Tôda correspondência para esta publicação deve ser remetida ao Serviço de Divulgação da NOVACAP, à Av. Almirante Barroso, n.º 54, 18.º andar — RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA - ArPDF

brasília

Publicação mensal
da
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Redação: AV. ALMIRANTE BARROSO, 54 — 18.º Andar
RIO DE JANEIRO

NUM. 3 | MARÇO DE 1957 | ANO I

• Em nossa capa: dentro da área da nova Capital, entre os dois braços do grande lago a formar-se com o represamento do rio Paranoá, o traçado urbanístico de Brasília preconizado pelo "projeto Lúcio Costa".

Dos vinte e seis trabalhos premiados no *Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil* — alguns de grande mérito, e não tantos, premiados — foi aquêle projeto julgado o melhor e a esta hora já se encontra em fase inicial de execução.

Damos, no texto do presente número de "Brasília", pormenorizado noticiário do *Concurso* em que indiscutìvelmente o plano, com seu respectivo desenvolvimento, elaborado pelo obtentor do primeiro prêmio.

NOTAS

• Em processo do Ministério da Viação e Obras Públicas, o Sr. Presidente da República exarou, em data de 7 do corrente, despacho autorizando o dispêndio da importância de ..... Cr$ 1 500 000,00 com a instalação de uma Agência Postal-Telegráfica em Brasília. Nessa despesa se inclui a construção de linha telegráfica ligando a referida agência com a sede do Estado de Goiás.

•

• Estiveram em Brasília os técnicos urbanistas estrangeiros William Holford, André Sive e Stamo Papadaki, integrantes, a convite do govêrno brasileiro, da Comissão Julgadora do concurso para o Plano Piloto da Nova Capital. Em entrevista a "O Globo", Sir William Holford fêz referências a "o esplendor do lugar, com seus acíclives e declives, perfeitamente adequado a receber um trabalho grandioso como é o do arquiteto Lúcio Costa", — trabalho que classificou de "obra-prima".

•

Brasília teve também, neste mês, oportunidade de receber a visita do Dr. Paulo Bittencourt, diretor do "Correio da Manhã".

Em Goiânia, falando à Rádio Anhanguera, o ilustre jornalista externou sua boa impressão quanto às condições da região de Brasília e, em entrevista a "O Popular", acrescentou haver percorrido tôdas as obras, tendo oportunidade de verificar que os serviços da futura metrópole estão

"A FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA É A FUNDAÇÃO DO EQUILÍBRIO DA NAÇÃO BRASILEIRA..."

(Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek aos participantes da Primeira Semana Nacional Mudancista)

"Ao falar-vos, estudantes congregados pelos Centros XI de Agôsto e XI de Maio, dirijo-me também a tôda a mocidade do Brasil — e o faço com a consciência de que estou cumprindo o dever de convocar-vos, de prevenir-vos, de procurar a vossa adesão para esta marcha rumo ao oeste, na conquista do interior da nossa pátria, conquista que neste momento principia e deixa de ser imagem ornamental, frase de efeito, promessa vã, para constituir-se, na realidade, em alvo de concreto, de palpável: a continuação de uma viagem que se iniciou com o ciclo do ouro, nos fins do século XVII e que prossegue, até o Mato do Rio Paraíba do Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das Bandeiras e que agora, para alta e imerecida honra de minha vida, retoma com o pensamento na integração do Brasil em si mesmo para pose do povo brasileiro do seu próprio e imenso território.

Não, não poderia deixar de falar-vos, jovens de todos os quadrantes da pátria, nem ir avante nas resoluções para a fundação da nova capital do Brasil, em obediência a um dispositivo constitucional, sem me dirigir a vós, atentos ao que vai resultar de um ato político de tamanha envergadura.

Interessados particularmente estais vós, por tratar-se do advento de uma nova era que irá abrir-se ao implantar-se no coração do Brasil uma cidade que centralizará a irradiação da nossa vida política. Vós contemplareis de mais perto, vivereis, de maneira mais profunda, a soberba epopéia da ocupação do nosso país. Sereis mais diretamente beneficiados, pelo transformar de um Brasil entranhado na sua própria terra, do que os homens de minha geração, aos quais não caberá privilégio outro, e assim mesmo se assistidos pela proteção divina, que o de avistar de longe, de divisar à distância o novo Brasil, o Brasil enfim retificado, o Brasil instalado no seu interior, o Brasil colocado onde sempre deveria estar.

Dirijo-me agora particularmente a vós, estudantes de São Paulo. Perdoai-me a imodestia, mas não há que ocultar a realidade: o papel histórico que o meu govêrno está representando com o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília, o que se está fazendo, o que tenha a honra de infuir para que seja executado nesta hora, é continuar o feito das vossas bandeiras, retomando o caminho heròicamente percorrido pelos vossos desbravadores, é estender o Brasil, com o poder da técnica do mundo de hoje, até onde o conduzia o vosso Anhanguera.

Sou um homem das Minas Gerais. E profundamente comovido, com o pensamento no passado, como que a ouvir os passos dos plantadores de cidades nas Alterosas, erpo-me para anunciar convosco que recomeçou a Era das Bandeiras.

Quero proclamar convosco que já não podemos estar parados nas proximidades do mar, aprumados as praias, espremidos na área litorânea; que já não podemos permanecer reunidos em alguns núcleos densos de população, quando a maior parte de novo país está vazia, inaproveitada, intrafegável, com as suas riquezas a jazer latentes.

Já nos cansamos todos de críticas estéreis, de palavrório sentencioso, mas inexpressivo, de círculos restritos por nossas próprias mãos tracados, dentro dos quais nos debatemos pristoneiros.

Já nos cansamos todos de críticas sombrias sôbre o nosso futuro, de abismos que eternamente nos ameaçam tragar, de lamentações, de gritos de agouro, de imaginações, temores — quando tudo reclama o nosso trabalho, o nosso entusiasmo, o nosso ânimo, quando nos obrigamos a provar que somos um povo digno de ter recebido o patrimônio imenso desta nossa terra variada, rica de aspectos, prodigiosa nas suas dissimilhanças.

Chegou a hora de falar ao país, de coração aberto, de dizer aos brasileiros que assumi o govêrno, não para apurar pequenos ângulos, mas para trabalhar sem esmorecimento, a fim de que esta pátria obedeça ao chamado de grande nação.

Temos de levar o Brasil para a frente, e êle irá para a frente. Temos de fazer com que o nosso povo ocupe as suas terras; são nossas as terras do Brasil, mas para que as utilizemos, nós e os que estiverem desejosos de vir respirar aqui, compartilhando da revolução do nosso desenvolvimento intelectual e material.

Não podem mais a direção política, o govêrno, as classes que comandam, deixar de acompanhar o ritmo de crescimento desta nação. Não é compreensível, nem há mais justificativa para o divórcio entre o surto expansionista do Brasil e a mentalidade burocrática, rotineira, estreita, que se mantém numa oposição contínua a essa arrancada que vai aumentando de potencialidade todos os dias, mas um pouco desordenada e confusa.

Não é possível que a expansão nacional se processe indirigida, sob as vistas indiferentes do govêrno.

A nação e o govêrno têm de mar-

Revista nº3, contra-capa e página 1
O texto no quadro continua pelas próximas páginas, esta é a diagramação antes mudança feita por Artur Lício Pontual

passados dêste potentíssimo Estado, e teríamos ficado contidos na linha Cananéia-Belém" (Ibidem). JK segue afirmando que tudo que se possui é fruto da ambição e incita que se tenha orgulho disso, dessa ambição que promove "a grandeza do Brasil através do desbravamento de seu interior" (Ibidem).

Nessa mesma revista, dividida em duas partes, uma no começo e outra no final, a conferência dada por Israel Pinheiro na abertura do curso de extensão universitário também é publicada. "Aspectos gerais da mudança" é o título que recebe e nela o então diretor da Novacap explana sobre qual é essa mentalidade que deve abandonar. ""Está na modificação da mentalidade ambiente a mais importante conseqüência da interiorização da capital", salienta o conferencista" aparece em destaque junto ao título (Ibidem,p.3).

Na segunda parte do texto, a mudança de mentalidade aparece arrematando seu argumento de que o Rio de Janeiro é cidade demasiadamente tumultuosa onde "agitações sociais de caráter grave fermentam, de preferência, nos grandes centros insufladas por elementos de indisciplina e de desordem, os quais ai têm as condições ideais para a subversão"(Ibidem, p.14). Este não seria um ambiente que favoreceria a uma boa administração, onde o governo estaria asfixiado "sob a onda de interêsses partidários" (Ibidem), apartado dos interesses do Brasil central. Esse

argumento é cíclico na revista.

"A mais importante conseqüência da mudança da Capital, está, no entanto, na modificação da mentalidade – ambiente"(Ibidem). Ele se questiona: "Que mentalidade é essa? É a que decorrem como já disse, do fenômeno da "miragem", mais enganadora nas grandes cidades do que no deserto"(Ibidem). Essa miragem viria do alto padrão de civilização, que diferiria da realidade geral do Brasil, digo mais, que se encontraria na antiga capital muito localizada e diferiria de muitas realidades dentro dela mesma. Mas o que importa aqui é incitar a expansão dessa civilização e conter as opiniões que impedissem isso.

Modificar o conjunto de manifestações de ordem mental, as crenças, a forma de pensar, a fim de sustentar esse empreendimento que era executado. Era necessário criar o que o vereador José Brêtas, que participou de uma visita de vereadores cariocas e jornalistas credenciados dessa câmara municipal em julho de 1957, chama de "mentalidade de Brasília" (Revista brasília, nº7, p.13, julho de 1957). E que para isso o governo deveria incentivar a visita as obras da capital. "Ver o que lá se realiza é acreditar no Brasil"(Ibidem). E acreditar na potência da colonização do interior, que expandia para além da faixa de domínio da civilização os seus códigos, seus sentidos de mundo. Sua ideologia.

"As civilizações industriais, modernas detém uma forma de coerência global nível sentido, que pode ser chamada *ideologia* - na verdade um outro nome, com tônica sobre produção da subjetividade moderna, para metafísica"(SODRÉ, 1988, p.10, grifo do autor). A metafísica moderna abandonou qualquer outra referência para centrar no homem o fundamento de tudo que existe, nela a ideologia, "na prática, a maneira como a consciência poderia demonstrar-se como sede da razão – é *latus sensu* uma noção destinada a dar conta da reprodução, no plano do sentido, dos axiomas de base, dos pressupostos genéricos de uma civilização construída pela universalidade do valor" (Ibidem, grifo do autor). A ideologia é o que o conhecimento utiliza para encobrir toda e qualquer simbolização. Opera como uma lógica de objetivação do mundo.

> O código, sistema de funcionalidade racionalista, semantiza, semiotiza. Em outras palavras, enquadra unidimensionalmente o mundo, providenciando para que, no processo de simbolização, uma coisa ou um signo representante apenas a função estipulada pelo ordenamento do valor de troca capitalista. Não foi à toa que já se definiu (Jacques Berque) o fenômeno da colonização européia como um fato "semântico", isto é, como o poder de uma visão "lingüística" (e não simbólica) do mundo. A consciência de que tudo se produz, característica de uma ordem cultural com pretensões imperialistas, é a mesma segundo a qual tudo deve, semanticamente, passar pelo crivo universalista do signo, entendido como mero equivalente geral de verdades lingüísticas, como unívoco valor universal de troca para os significados (valores relativos) que os enunciados da língua (os discursos) articulam. A absolutização do universo semântico dominante implica hegemonia cultural (Ibidem).

Essa “mentalidade de Brasília” estaria no campo da construção de uma totalidade em relação a consciência coletiva, produzindo um ambiente mental que legitimasse a expansão do poder do Estado, disso que chamavam de civilização. Sob o signo do progresso, estender a lógica utilitarista dessa crença que tinha como central “a existência da natureza como única finalidade de servir ao homem, podendo ser explorada e dominada conforme os interesses exclusivamente humanos” (WHITE, 1997 apud AGUIAR, 2007, p.3). Essa crença se localiza na tradição judaico-cristã, espaço simbólico sob o qual se deu a invasão desse território e toda a expansão da civilização ocidental. Na qual Brasília se localizava, dentro dos discursos, como importante contribuinte dessa expansão (Revista brasília, nº24, p.9,dezembro de 1958).

Na revista de nº 4, de abril de 1957, em uma seção intitulada “A mudança da capital e a opinião brasileira”, primeira vez que é publicada e será repetida apenas na revista seguinte, é exposta a opinião de um deputado, sendo publicado um trecho de seu discurso na câmara, e do diretor da faculdade de direito do Goiás, com um trecho de sua conferência na I Semana Nacional Mudancista. É interessante assinalar que as opiniões brasileiras que geralmente são expostas fazem parte de homens da administração pública, de acadêmicos, como estes, e que ajudam a localizar quais são as opiniões que interessam ser veiculadas. As de homens validados pelo discurso oficial.

Professor Ernani Cabral de Loiola Fagundes, com profundo entusiasmo em suas palavras constrói a imagem de Brasília como marco do futuro. Cheio de emoção, evoca ideias de progresso, mas que estão profundamente carregados de uma crença que tange o religioso. “Somos um povo cada vez mais consciente de nossa unidade social e política. Temos sem dúvida uma elevada finalidade histórica e o milagre dessa unidade social, territorial e política é a manifestação inequívoca dos altos destinos que nos foram traçados pela Providência Divina” (Revista brasília, nº4, p.10,abril de 1957). Há aqui uma ideia de que um caminho linear já havia sido traçado e que este inevitavelmente levaria a um destino já premeditado, de grandeza.

> É preciso que os brasileiros correspondam à suprema lei, que é a da evolução, cultivando a ciência, fundando cidades, abrindo estradas, cortando os céus com aeronaves, revolvendo solo, aproveitando a uberdade das terras e as riquezas inesgotáveis de nossas minas. É necessário ainda que nova mentalidade social e política seja fundada no planalto central, ali onde a natureza se ergue para fitar o sol mais ele perto e onde serão descortinados maiores horizontes para nosso progresso. Brasília, meus senhores, é o marco do futuro cravado no coração geográfico da pátria brasileira (Ibidem).

O evolucionismo foi fundamento de uma série de tentativas de compreensão dos movimentos de transformação das sociedades, fez parte de um grande leque de teorias que tinham como objetivo a apreensão da dinâmica social. Tais teorias tomaram força no final do século XIX e início do seguinte. Surgidas em um cenário, europeu, de transição de um mundo medieval, onde a civilização burguesa e a

centralidade do Ocidente se estabelecia, onde as teorias e empirias das ciências naturais eram responsabilizadas por parte dessas mudanças e pelo progresso que se punha em curso (COUTO, 2013,p.33).

> Foi mais ou menos nessas condições que o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo social, além de outras tendências, surgiram como parte de um imaginário cientificista e materialista voltado para a compreensão da realidade à luz desse cenário de integração modernizadora e civilizatória de proporções mundiais. Um imaginário que tomava todo esse processo como um destino histórico, movido por leis naturais (ou mesmo biológicas) que só eram passíveis de compreensão e avaliação através da ciência. Em suma, a "civilização" era uma lei, um destino inevitável a ser compreendido e buscado com ajuda da razão (Ibidem).

A ideia de civilização passou, dentro dessa consciência, a ser ligada à ideia de grandeza, de superioridade, construindo a consciência que a Europa tinha de si e que, mais tarde, o Ocidente tinha de si. Essa consciência, que ligava civilização à superioridade, passou a ser a justificativa utilizada para fundamentar o domínio europeu sobre o mundo não europeu. E consequentemente dos que clamavam essa herança sobre os demais. O conceito de civilização, "tanto na sua formulação teórica e fisiocrática como um processo natural em curso, quanto na sua formulação política e imperialista como um estado de superioridade que legitimaria ações expansionistas, encontra-se reproduzido nas doutrinas cientificistas da segunda metade do século XIX" (Ibidem,p.34).

> Elaboradas na Europa em meados do século XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o 'simples' (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais 'complexo' (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. [...] [O] evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A 'superioridade' da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. (ORTIZ, 2006, p. 15 apud Ibidem, p.34-35).

Havia a crença, dessas doutrinas, de que existia um processo civilizatório natural, comum a todas as sociedades. Esse processo começaria em um estágio social inferior para um superior, de cunho civilizatório, esse processo natural levaria ao estágio onde se encontravam as sociedades europeias. Essas doutrinas, em especial o positivismo de Comte e o evolucionismo social de Spencer, chegaram ao Brasil com tamanha força que se tornaram a base do pensamento político e intelectual desenvolvido no país (Ibidem). "Os intelectuais brasileiros combinavam a lei dos 3 estágios de Comte com a perspectiva da evolução por integração e diferenciação de Spencer, além de ajustarem a política científica comtiana à defesa do estado industrial, pacificado e liberal promovida pelo filósofo inglês"(Ibidem).

A crença de Spencer era que a vida social sempre seguia rumo a uma maior de complexidade. Todas as dimensões da vida social passariam por um desenvolvimento linear e constante. Seu pensamento operava sempre em termos de estágios, linearmente, seguiria de um estado simples para um estado complexo, essa crença tinha na sua base as observações sobre crescimento no campo da embriologia. "As sociedades eram analisadas como totalidades singulares que passavam por diversos estágios similares aos elementos orgânicos" (REZENDE, 2003, p.260). Todas as organizações sociais deveriam passar pelo seu nascimento, infância, juventude, maturidade, senilidade e morte.

No final do século XIX, até meados do próximo, o Brasil possuía, dentro desse pensamento, um diagnóstico negativo. A partir "de uma história natural da humanidade, definia de imediato o nosso estágio civilizatório como inferior, muito distante da etapa alcançada pelos países europeus" (Ibidem). Essa crença mobilizou os pensadores desta pátria na busca de uma forma de afirmação, de contornar a análise desfavorável, e teve também nela a origem da ideia de Brasília. Que surgia como forma de alcançar o estágio civilizatório semelhante ao europeu. De poder transformar o país em civilizado, e finalmente, acessar a maturidade.

Em alguns trechos da revista essa ideia aparece, porém é no texto "Brasília e o Turismo" de J. A. Vasques, publicado na revista nº39 de março de 1960, que ela surge com maior força. Nesse texto especialmente racista, vou retomar ele em outro momento sob esse aspecto, alardeia Brasília ser a afirmação positiva da cultura brasileira que levaria o país a acessar a sua maturidade.

> [...] E' o exemplo que vai ser seguido por outros povos, numa competição natural de imitação; é o paradigma eloqüente da mudança social que vai encaminhar-nos para as responsabilidades da maturidade; é a lição da vontade, da fibra e da tenacidade dos contemporâneos para os seus descendentes cultivarem orgulhosos de seus antepassados. Esta é a função social de Brasília (Revista brasília, nº39, p.4, março de 1960).

Retomando a fala do professor Ernani, essa maturidade seria a resposta à suprema lei da evolução, que com o progresso técnico expandiria a civilização para todo o território brasileiro. Essa expansão se daria, também, com a transformação das mentalidades que deveriam estar afinizadas com o projeto em questão. A expansão dessa civilização na realidade material do território só seria possível se, também, se expandisse nas subjetividades, para que assim pudesse se enraizar e tomar posse real da vida. O processo de ampliação do domínio da colonização só se sustenta se há também um processo de colonização das consciências.

O território é elemento fundamental na construção das identidades, a partir da forma com que as sociedades o ocupam, pelo seu modo de morar, de se instalar nesse espaço, elas "singularizam-se mostrando, assim o seu real" (SODRÉ, 1988, p.17). Essa dimensão territorial de uma cultura, base da sua estrutura dinâmica global, capaz de afetar as condições disponíveis para as ações dos seres, não é algo exclusivo do que convencionou como sociedade arcaica. Nas sociedades ditas mo-

dernas, essa dimensão territorial se encaminha para a representações espaciais que traduzem o poder do Estado (Ibidem).

> Assim é que a geografia política delimita soberanias ou zonas de poder, sempre configurando o mundo de acordo com essa representação e essa realidade chamada Estado. Tal geografia faz o espaço (da Terra) o lugar de aplicação de uma certa forma de poder social, incluindo em suas representações espaciais o que é constitutivo do poder no momento: tanto os sistemas de crenças e leis quanto as exigências mercantis (SODRÉ, 1988, p.18).

Além do mais, a ocupação de forma onipotente, poderosa, do espaço direciona as imagens culturais que a nação faz de si mesma (Ibidem). Esse desejo de se representar está profundamente vinculado à construção da nova capital, que, desde os primórdios de seu surgimento como ideia, esteve ligada ao desejo de construir uma imagem de nação civilizada. De expansão da ordem do Estado, homogeneizando as diferenças sob seus signos e representações. “As cidades são capitalisticamente planejadas – desde o traçado das ruas, a valorização dos bairros e a construção de prédios majestosos até a localização dos lugares de serviço público – com vistas a fascinação e ao esmagamento das diferenças” (Ibidem, p.19).

O espaço impõe-se como base para as existências possíveis, possibilita a expressão de modos de vida. Dando a base onde as subjetividades se formarão, assim como se alimentando destas. É um movimento em que dentro e fora são porque um e outro são. A relação com espaço fala de uma relação profunda com a vida.

> A história de uma cidade é a maneira como os habitantes ordenaram as suas relações com a terra, o céu, a água e os outros homens. A história dá-se num *território*, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal (SODRÉ, 1988, p.23, grifo do autor).

O território coloca em questão a identidade, pois demarca um espaço de diferença em relação aos outros. É o território que traça os limites, que cria as características que dão ao corpo a ação dos sujeitos (Ibidem). Marcado por um jogo que se estende dando a base para a cultura, “sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real” (Ibidem). Esse jogo ordena a ligação do ser humano com o mundo, “cognitivos, práticos ou estéticos, esses jogos ancoram sempre na linguagem e no espaço de um grupo determinado” (Ibidem, p.24).

Brasília é a expansão desse jogo estabelecido sob as regras da dominação e da colonização, fundamentado sobre as dinâmicas de poder do Estado. É a expansão dessa base de diferenciação entre eu e o outro, no final das contas entre eu e eu mesmo, já que se estabelecia na afirmação de uma identidade nacional, que apagava qualquer diferença que pudesse corromper a imagem de civilidade que a cidade se propunha em estabelecer.

Até a revista nº5, de maio de 1957, os textos que abrem a revista são discursos de JK, isso cessa a partir do número seguinte que tem, com o título de "Porque se impõe a mudança da capital", um texto de autoria de Israel Pinheiro. Como disse, os argumentos são cíclicos, se repetindo para reafirmar os argumentos, contribuindo para a sedimentação destes nas consciências. Enfim, este texto, do início da empreitada, assemelha-se muito com o discurso de Israel na entrega das - segundas - chaves da cidade ao presidente, durante as festividades da inauguração da capital. As primeiras, em um ato extremamente significativo, foram entregues ao presidente dos Estados Unidos da América, do Norte, Eisenhower, em sua visita a Brasília dois meses antes de sua inauguração. Este gesto está registrado na revista nº38, de fevereiro de 1960, na página 2.

Em "Porque se impõe a mudança da capital", Israel retoma as raízes da ideia, "velha de quase dois séculos" (Revista brasília, nº6, p.1, maio de 1957), afirmando que tanto no passado quanto naquele presente a mudança se fazia imperativa devido às "nossas peculiaridades históricas, geográficas, econômicas, políticas, financeiras e sociais" (Ibidem). Além dessas questões, a mudança se impunha como "uma legítima retomada da nossa vocação bandeirante" (Ibidem), forma capaz de dilatar o domínio econômico sobre o Brasil, trazendo, assim, segundo ele, uma nítida consciência de integração nacional.

A ideia de integração está, nessa razão, vinculada à dominação econômica do território pelo Estado. Para isso se fazia mister a expansão, pela colonização semelhante levada a cabo pelos antepassados bandeirantes, desse modelo de vida. Isso, dentro do nível de consciência disponível a esses homens, também se daria pelo impacto psicológico que libertaria o sertão. Esse impacto, na desorganização da realidade existente, imporia a nova ordem, que atuaria profundamente nas subjetividades.

No começo do empreendimento, Israel, nesse texto publicado em maio de 1957, assinala esse efeito e essa imposição de um impacto nas subjetividades brasileiras. "[...] Ela se impõe, ainda, como um vigoroso impacto psicológico, para libertar o interior prostrado por tantos anos de sofrimento, revigorando-lhe as reservas de coragem e confiança" (Ibidem). O que se repete depois, porém com outro tempo verbal já que essa fala acontece agora durante as celebrações da inauguração de Brasília. Três anos após, basicamente o mesmo argumento. "A mudança se impunha como um vigoroso impacto psicológico, para despertar o interior prostrado por tantos anos de sofrimento, revigorando-lhe as reservas de coragem e de confiança" (Revista brasília, nº41, p.4, maio de 1960). A crença que o trauma opera mudanças positivas, repete o choque que JK alardeava como movimento de transformação que a mudança da capital traria.

Esse mesmo discurso da entrega das chaves também repete argumentos de outra fala de Israel. Esta foi feita na ocasião da inauguração da rodovia Brasília-Anápolis, que ocorreu junto de uma série de outras inaugurações em junho de 1958, publicado nas páginas 6,7 e 8 da revista nº18.

Após uma longa exposição de conteúdo um tanto técnico sobre as obras realizadas até o momento em Brasília, Israel se volta ao "Senhor Presidente" e seu discurso toma um tom um tanto mais apaixonado. Brasília não seria "apenas com uma retomada da nossa vocação bandeirante, destinada a dilatar o nosso domínio econômico e criar uma nítida consciência de integração nacional, anulando os desníveis entre os padrões da vida do litoral e as vastas zonas de depressão no interior" ou "apenas como um vigoroso impulso psicológico, para despertar as populações mediterrâneas prostradas por tantos anos de abandono e sofrimento, revigorando-lhes as reservas de energia e de confiança" (Revista brasília, nº18, p.8, junho de 1958). Mas Brasília iria além, seria uma revolução, que ele nomeia como revolução exclusivamente construtiva.

> Marco da grandeza nacional, Brasília é uma obra revolucionária que não fundamenta sua vitória sôbre escombros. Não é produto de um movimento que, para renovar, renega os padrões de cultura, de tradição e de fé que asseguram continuidade à história de um povo (Ibidem).

A revolução construtiva de Brasília não tem um caráter de transformação das estruturas postas, pelo contrário visa reafirmá-las. Expandi-las. E não que ela não se tenha construído sobre escombros, mas esses, quilombolas e indígenas, pouco importavam. Existe um movimento interessante em relação a essa nova mentalidade que se deseja construir, ela está constantemente reavivando energias do passado, vinculando esse novo com o que foi a colonização do país. Se não são os bandeirantes, a herança portuguesa é o vínculo profundo com a igreja católica.

Mas ainda nesse discurso, o presidente da Novacap continua afirmando que Brasília anularia uma mentalidade inadaptável à realidade brasileira, "esmaga velhos erros e é na verdade uma revolução exclusivamente construtiva" (Ibidem). Ele não faz referência a qual seriam esses erros esmagados, porém Israel continua expondo o que, para ele, seria o maior sentido da nova capital. "Sendo uma concepção revolucionária, só poderia ser realizada em têrmos de revolução. Brasília se afirma e se configura principalmente pelo seu sentido espiritual" (Ibidem).

> Ela será, preponderantemente, por seu destino inevitável de geratriz espiritual, a plasmadora de uma mentalidade nova e autêntica. Nesta cidade nascente, junto às fontes límpidas das três grandes bacias americanas, forte será o pensamento, sincera a visão e dominante a fôrça do espírito (Ibidem).

Dominante força do espírito, da essência desse povo. Era importante, parece, nesses discursos constantemente reafirmar a potência do homem brasileiro, que muito havia sido desacreditado pelas correntes de pensamento racistas do século XIX, ao mesmo tempo que afirmava uma renovação deste. Brasília seria o novo, com raízes no passado colonizador, mas que transformaria a vida, as subjetividades. "Para o homem novo, há de irradiar-se um pensamento novo, nos invencíveis elos da propagação do espírito" (Ibidem).

Havia, além, um desejo de construir algo que fosse realmente brasileiro em um impulso de auto-afirmação do espírito da nacionalidade. Brasília seria para onde afluiria "igualmente tôdas as sãs correntes de brasilidade tudo o que fôr mais nosso, de original e preservado, para a configuração de uma grande síntese" (Ibidem). A síntese reverbera com a ideia de que a brasilidade, que a identidade nacional, seria formada pela a amalgama de todas as raças, de todas as culturas aqui presentes. Essa síntese de tudo que é tendeu a esmagar as diferenças dentro de um projeto homogeneizante, no qual tem Brasília seu expoente.

Essas ideias se repetem, sem tirar nem pôr, no discurso da entrega das chaves a JK na inauguração de Brasília. Mais que a repetição que podemos encontrar nos discursos do presidente, as falas de Israel tendem a repetir frases exatas, ideias que voltam para se reafirmar. Ou, talvez, a falta de criatividade.

Seu discurso transcrito na revista nº41, "Revolução construtiva", é cheio de vocabulário bélico. Transformando a construção da capital na "batalha de Brasília" (Revista brasília, nº41, p.4, maio de 1960), e naquele momento os soldados se encontravam reunidos, em posição de sentido, para entregar ao comandante, no caso JK, as chaves da cidade (Ibidem). Estes que haviam, além de terem enfrentado os mais diversos problemas, "todos de amplitude nacional" (Ibidem), também, tiveram que vencer o desgaste das controvérsias. Nesses que eram contra, Israel localiza o que ele chama de recalque colonial de inferioridade. Esse que também parece alimentar o desejo de autoafirmação, na busca da validação do país perante a civilização. Todo desejo de grandeza que busca a validação perante algo externo, também fala de um sentimento de inferioridade entronizado. O recalque colonial de inferioridade teria, segundo o presidente da Novacap, o efeito de impedir o movimento de direção da conquista de si.

> Em que se alinhavam à nossa vanguarda, como senão bastassem tantos obstáculos, com armas novas e reluzentes, êsse recalque colonial de inferioridade, êsse sentimento de incapacidade de libertação, êsse mêdo original de expansão independente, lentamente estratificado na consciência nacional por urna secular pregação conformista (Ibidem).

O que estaria no outro polo desse sentimento de inferioridade seria o que ele chama de "espírito de Brasília". Quase como um espírito santo, tomados por esse espírito a empreitada estaria energizada pela fé e pela confiança em si. Essa imagem, ou essa energia, não foi evocada por Israel primeiro e nem por ele apenas. A primeira vez que o espírito de Brasília baixa nas páginas da revista é em seu nº31, de julho de 1959. Ele vem por Nelson Carneiro, em mais um texto com o criativo título de "Brasília", que foi antes publicado no "Jornal de Brasil" no dia 2 deste mesmo mês.

O texto narra sua visita aos canteiros na qual ele diz procurar "em dois dias, sentir Brasília, mais do que ver Brasília" (Revista brasília, nº31, p.6, julho de 1959), buscando sentir "atmosfera de otimismo que domina a todos os que aqui chegaram um dia, e daqui nunca mais saíram" (Ibidem). O que parece que ele encontrou.

> Não ouvi de ninguém, dos mais graduados da Novacap aos mais modestos moradores, nordestinos chegados recentemente em busca de trabalho, uma só palavra de desânimo. Todos acreditam que em abril vindouro o essencial estará concluído. As dúvidas são dos que chegam para visitar as obras e voltam no dia seguinte. Ainda que admirem, ainda que aplaudam, poucos se deixam dominar pelo espírito de Brasília (Ibidem).

Além da clara hierarquia entre os mais graduados e mais modestos moradores, que são todos colocados no mesmo balaio "nordestinos", aqui aparece o espírito de Brasília como essa energia que toma e não deixa duvidar do êxito da empreitada. Mas que é seletivo também, quase que como os que ele incorporasse fossem escolhidos. É uma lógica subjetiva, assemelha-se com algo como a ideologia tribalista do "povo eleito de Deus", que gera, para além dessa arrogância da eleição divina, uma exclusão aos que dela não fazem parte. Instaurando a negação ao que é diferente (AGUIAR, 2007, p.6). Aqui, os que duvidam não se deixaram dominar por essa energia e que, por mais que aplaudam, não foram por ela tomados.

Dois meses após, em setembro de 1959, na revista nº33, o espírito de Brasília retorna, agora no corpo de Israel. Essa revista é especialmente interessante porque nela está registrado o Congresso Internacional de Críticos de Arte, trazendo devido ao evento uma série de argumentos que nos dão a compreensão da importância da arquitetura para a formação da imagem de um Brasil civilizado. Mas o espírito de Brasília é invocado não nos discursos deste evento, mas sim no do aniversário de JK.

O título não menciona nenhum festejo ao presidente, apenas "12 de setembro" não alardeia o conteúdo do texto. Interessante, também, é que a descrição das celebrações não traz nenhuma foto. Animadas parece, foram cheias de atividades como o plantio de uma sequoia gigante, presente do Governador do Estado da Califórnia, representando a longa amizade entre os países, missa e muitas inaugurações. Onde se destaca o fechamento da barragem do Rio Paranoá, que tem apenas nesse texto menção. No final, todos se direcionaram ao canteiro da Praça dos Três Poderes, onde uma concentração popular acompanhou o discurso do presidente da Novacap e a resposta do da república.

O discurso de Israel recebeu o título "Revolução Arquitetônica", nele descreve a necessidade da força de impacto que a obra revolucionária necessitava para a sua realização. Da necessidade de soluções rápidas e da mobilização de todas as energias em um só impulso criador "para que a obra portentosa não se desgastasse nos atritos e na inércia da indiferença e do descrédito" (Revista brasília, nº33, p.17,- setembro de 1959). Esta "gloriosa aventura do governo" (Ibidem) de JK já estava viva e palpitava "no seu sentido universal e na sua definição espiritual" (Ibidem). Para a realização desse sonho secular, era necessário que se valessem dessa força que traria a energia necessária para a realização do empreendimento.

> Era necessário o homem que incendiasse o «espírito de Brasília» em todos

> os que aqui trabalham, animando-os pela presença, orientandos, vivendo as suas vicissitudes e as suas glórias simples, incutindo-lhes, pela segurança do comando, a fé e a confiança indispensáveis (Ibidem).

Essa força que a incorporação desse espírito trazia teria sido capaz de constituir entre os obreiros de Brasília um sentimento de união, como "se constituíssem em uma só família, em uma grande família, sólidamente vinculada pela unidade do ideal e pela fôrça gregária do sofrimento" (Ibidem). Essa é a primeira referência na revista ao coletivo que construiu a capital como uma grande família, ideia que pretendia harmonizar, criando uma imagem de união e igualdade. Romantizada, pouco correspondeu à realidade violenta do cotidiano destes trabalhadores, que nenhum ou quase nenhum reconhecimento receberam pela construção da capital (BEÚ, 2013).

Os discursos apaziguadores tendiam a esconder uma realidade dura em que os trabalhadores enfrentavam além de situações extremamente precárias, jornadas insanas que varavam a noite e os dias. Unidos pela força gregária do sofrimento, que sempre tende a ser maior nas classes mais vulneráveis, essa "grande família substitui as distinções sociais e representa uma forma de homogeneização social" (VIDESOTT, 2008, p.23).

> [...] [A] ocultação faz-se pelo caráter eminentemente ideológico de sua postura humanista que o impede de dizer certas coisas, pois "a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmando" (CAHUÍ, 1981, p. 21 apud BICCA, 1985, p.131).

A ocultação, a pouca visibilidade do operário na revista, da realidade massacrante do canteiro de obras, "a maior concentração de trabalho da América do Sul e uma das maiores do mundo" (Revista brasília, nº33, p.17,setembro de 1959), ou a naturalização das jornadas longas, serviram para criar uma ilusão que fortalecia a ideologia de ordem e progresso. Criando uma atmosfera de milagre, de um ato que estivesse fora da compreensão possível e profundamente vinculado a uma realização quase que mística.

> [...] [A] ilusão que era parte necessária à maneira de pensar-se Brasília, como o faziam os seus arquitetos de então; era condição *sine qua non* a um empreendimento representado como épico; ilusão ao menos dispensável para que toda sorte de sacrifícios se tornasse mais aceitável por aqueles (sempre os mesmos) que deveriam sacrificar-se. A falsa consciência do que ocorria impunha-se enquanto necessário e atraente invólucro de algo impossível de ser visto na sua nudez. "Era todo o mundo vestindo igual, comendo nos mesmo lugares", afirma Niemeyer. "Esquecemos qual era a vida que a gente teria que levar depois... parecia que a gente estava vivendo uma sociedade diferente, mas quando foi inaugurada, veio o muro da

> realidade" [...]. Para alguns poderia parecer assim, era mesmo conveniente que o ocorrido fosse imaginado dessa forma. Mas a realidade era outra, e certamente a grande maioria dos candangos sabia disso, por experiência, intuição ou consciência. E para esses, tudo faz crer,não foi preciso esperar o dia da inauguração para que a segregação e a violência das quais era objeto se mostrassem como de fato sempre foram (BICCA, 1985, p.132).

Um dos eventos que marcaram de forma radical, expondo a violência vivida pelos obreiros de Brasília, foi o massacre da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, no carnaval de 1959 (SOUSA, 2015). As jornadas extenuantes de trabalho, de modo que não se paralisasse o andamento das obras, e a situação precária dos canteiros não eram as únicas dificuldades enfrentadas por esses homens. Fortemente vigiados e controlados, experienciavam condições de moradia e alimentação insalubres. Estas últimas foram alvos constantes de reclamações e foram também o estopim da violenta repressão que foi esse massacre (Ibidem).

Domingo de carnaval, que havia caído em fevereiro de 1959, foi o dia do ocorrido. Os salários, que deveriam ter sido pagos na sexta, não o foram, a água cortada no sábado, medidas para impedir que os trabalhadores saíssem para a diversão que certamente comia solta na Cidade Livre. Domingo, a comida estragada foi o estopim para um quebra-quebra generalizado na cantina. A GEB, Guarda Especial de Brasília, apareceu e tentou manter a ordem entre os queixosos. Não foi o suficiente. Mais tarde, na noite do mesmo dia, retornou ao acampamento, mas agora atirando nos dormitórios, enquanto muitos trabalhadores dormiam, envolvendo também os que não estavam presentes no evento ocorrido mais cedo nesse dia.

> A GEB tinha "a missão repressiva na área das obras, dos acampamentos e da Cidade Livre, garantindo o intenso ritmo de trabalho, vigiando para que os candangos não se desviassem de suas tarefas perdendo tempo ou entregando-se à ingestão imoderada de bebidas alcoólicas (combatida inclusive de forma violenta) e com as mulheres de zona de baixo meretrício (...) e também era "convocada" para debelar algum motim nos acampamentos, ocorridos quase sempre por motivo de alimentação" (TEIXEIRA, 1996, p. 41 apud SOUSA, 2015, p.7).

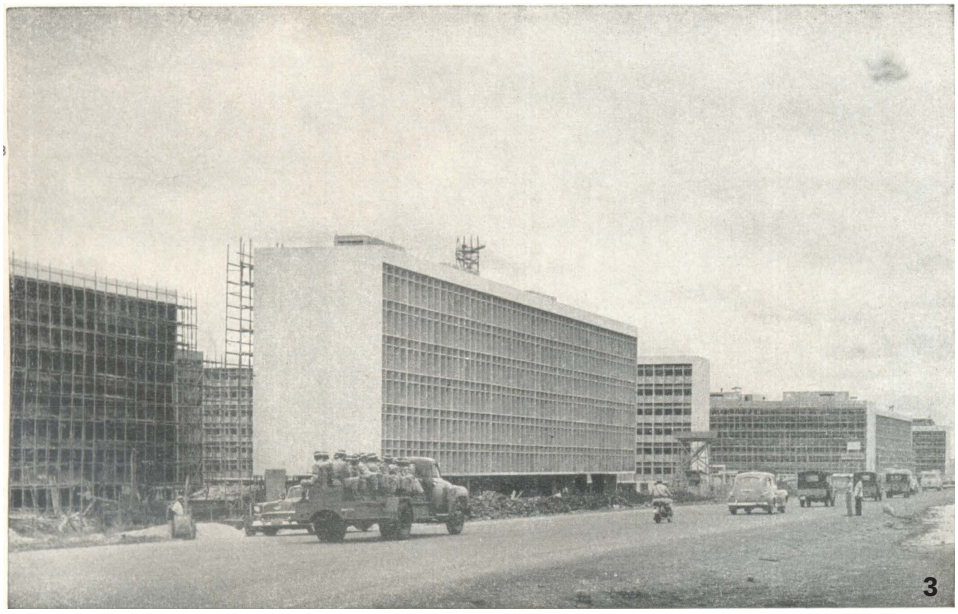
Poucas vezes a GEB aparece nas páginas da revista, a primeira vez foi em seu nº4, de abril de 1957, onde na seção "A marcha da construção de Brasília" aparece sobre sua criação. Isso na página 6. Essa força tinha a fama de ser construída por pessoas despreparadas, e eram, geralmente, homens despreparados, mas com grande truculência,que formavam seu corpo. Na revista de novembro de 1959, nº35, na página 7, em uma foto mostrando os blocos residenciais do Ipase, uma foto de Foto Carlos, um caminhão cheio dos fardados, lotados deles se deixa aparecer, também, nesta mesma revista, na página 5 um desses homens parece organizar a chegada de caminhões na esplanada. Algumas revistas antes, na nº29, em uma das poucas fotos que mostram os operários fora do local de trabalho, na comemoração do dia do trabalhador, dois homens da GEB aparecem no canto direito da fotografia. Isto é na página 15.



1



2



3



4

1. Revista nº11, página 20
2. Revista nº35, página 5
3. Revista nº35, página 6
4. Revista nº19, página 18

Se o discurso oficial tentou esconder o ocorrido, ele se enraizou na memória coletiva e resistiu ao tempo (SOUSA, 2015). É na revista de fevereiro de 1959, que na contracapa começa a aparecer o desejo de isenção e neutralidade que essa razão cultivava. Essa pequena frase: "A Direção não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados" passa a se repetir nas contracapas em todas as revistas a partir deste número.

Esse espírito de Brasília parece ser essa força que alimenta a conquista independente das perdas do caminho, que são vicissitudes. Se negadas elas deixam de existir? Independente do que seja, o que importa aqui é a consciência da necessidade de ativação de uma força que atue sobre as subjetividades, que atue no campo do invisível a fim de alimentar a manifestação do desejo do Estado na realidade material do território. Junto com a tomada das "terras livres" há a tomada das consciências, a fim de as levar à celebração da racionalidade imposta pelo Estado (SODRÉ, 1988). Para isso JK roga a deus para que ele "mantenha sempre vivo o espírito de Brasília" (Revista brasília, nº36, p.17, dezembro de 1959), para manter a nação andando em direção ao seu destino.

A filiação entre a construção de Brasília e esse deus aparece na revista desde suas primeiras páginas. A primeira foto, na segunda página da revista nº1, de janeiro de 1957, mostra JK, Israel e uma série de outros homens brancos, alguns fardados, ao pé de um cruzeiro, estes parecem olhar com contentamento os hori-

zontes das terras a serem colonizadas. Pequenino, ao pé da foto, do lado esquerdo, uma pequena foto do rosto de São João Bosco é iluminada por um halo indicando a santidade do homem. Talvez a foto com a maior legenda de todas da revista. Apesar da presença de nenhum homem da igreja católica entre os que estão sob o cruzeiro, no texto é afirmada a presença da fé desta religião.

> Uma alta cruz de madeira, destacando-se no azul do céu profundo, assinala em Brasília a presença da fé, os princípios cristãos do povo brasileiro. Símbolo benfazejo, a cuja sombra se inicia a construção da nova Capital, êle nos relembra a profecia de São João Bosco, que, numa das suas famosas visões, em 1883, descortinou o futuro grandioso reservado ao Brasil e anteviu, com notável precisão, no planalto central - "entre os paralelos de 15.º e 20.º", junto ao sítio "onde se formava um lago" - o aparecimento da "Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível": profecia que ora se realiza[...] (Ibidem)

A legenda segue descrevendo quais são os homens presentes. E, claro, quem é o santo do quadrículo.

Na busca de tornar possível a construção da capital, a sua realização foi envolta em uma série de narrativas míticas (ESPADA, 2011, p.27). Estas narrativas buscavam criar sentido capaz de tornar possível a realização do empreendimento. Se utilizando de símbolos que, presentes na subjetividade dos homens, possibilitavam este mundo que desejavam dar abertura. O mito é uma narrativa que estrutura o sentido da realidade, além "[...] fornece modelos para o comportamento e, por isso mesmo, confere significado e valor para a experiência humana" (ELAIDE, 1986, p.10 apud OLIVEIRA, 2005, p.105). A narrativa mítica vai além do que origina um povo, ele também se refere aos traços de sua identidade, seu futuro, seus desejos (MORIN, 1999 apud SILVA, 2016, p.73).

> Brasília é uma verdadeira encruzilhada, consumando uma série de "mitologias de efeito duradouro no Brasil, desde a aventura da fronteira, a 'Marcha para o oeste', até o papel simbólico da unificação de litoral e sertão, reivindicada desde cedo como questão decisiva para a constituição da nação". A cidade é uma espécie de grande mosaico que encarna em sua paisagem desde a perspectiva de civilização de 1870 até a modernidade nacional de 1960 (COUTO, 2013, p. 171).

Havia a necessidade de criar uma narrativa que sustentasse simbolicamente a razão daquela época, a fim de, além de construir um discurso que protegesse a mudança da capital das críticas ferrenhas que sofria, energizar nas consciências a ideia de que nada poderia se opor ao empreendimento. "Kubistchek pontuou as diferentes etapas do empreendimento com discursos de caráter religioso e eventos altamente simbólicos que buscavam ritualizar o nascimento da nova identidade nacional, relacionando-a com mitos emblemáticos da história do país" (ESPADA, 2011, p.27).



Uma alta cruz de madeira, destacando-se no azul do céu profundo, assinala em Brasília a presença da fé, os princípios cristãos do povo brasileiro.

Símbolo benfazejo, a cuja sombra se inicia a construção da nova Capital, êle nos relembra a profecia de São João Bosco, que, numa das suas famosas *visões*, em 1883, descortinou o futuro grandioso reservado ao Brasil e anteviu, com notável precisão, no planalto central — *"entre os paralelos de 15.º e 20.º"*, junto ao sítio *"onde se formava um lago"* — o aparecimento da *"Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível"*: profecia que ora se realiza. (Na foto, o Senhor Presidente da República, em companhia dos Srs. General Teixeira Lott, Governadores José Ludovico e Antônio Balbino, Ministro Lúcio Meira, Dr. Israel Pinheiro, General Nelson de Melo, Dr. Altamiro Pacheco, Dr. Ernesto Silva, Dr. Bernardes Sayão, outras autoridades e pessoal da Comp. Urbanizadora, quando de uma recente visita a Brasília. No quadrículo, o retrato de D. Bosco).

Revista nº1, página 2

A conquista heroica do interior pelo neobandeirantismo, a conquista da verdadeira independência, a terra prometida, a profecia do santo. Se afirmar o projeto racional que estruturava a modernização do país, era de igual importância justificar a construção da nova capital como predestinação divina. Não apenas a capital era sustentada pela ideia arrogante de "eleição divina", assim como JK tinha sua imagem construída como o eleito pelos desígnios do altíssimo para tomar cabo dessa missão. A fala que melhor transmite essa ideia é a de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então cardeal-arcebispo de São Paulo em seu texto intitulado "Ave, Brasília!", publicado na revista nº41, número comemorativo da mudança, de maio de 1960.

> O senhor Presidente Juscelino soube corresponder à missão ingente que Deus lhe confiou, para o maior bem do Brasil. Com fé, com inteligência, com vontade resoluta e com energia serena, meteu ombros à emprêsa hercúlea. E eis que, em três anos, se transmudou em fato histórico o sonho de há dois séculos - a interiorização da Capital (Revista brasília, nº41, p.10, maio de 1960).

Foi na revista nº10, de outubro de 1957, a primeira vez em que é publicada a seção "Na Literatura" ou "Brasília na Literatura", geralmente acompanhando a seção "Brasília no Exterior", que fazia sempre menção à repercussão do empreendimento no exterior. Antes já haviam tido poemas publicados, em abril do mesmo ano, porém com o título de "Brasília e os poetas". Bom, acompanhando um texto do Prof. Antenor Nascontes intitulado "Gentílico de Brasília", trazendo a discussão da questão e uma das poucas imagens de uma paisagem natural, o primeiro poema publicado a partir do momento que a seção se torna relativamente constante, na revista nº10, página 21, recebe o título criativo de "Brasília", de autoria do Prof. Henri de Lanteuil, e é escrito em francês. Trés chic.

> Dans l'obscurité glauque ou la selve médite,/ Gardienne de secrets qu'un jour on connaitra ,/Parmi les aras d'or, les sacis, les cobras,/ Toupan se tient caché, muet comme un ermite/ [...]Le cherchant par les monts, les fleuves inconnus,/ Les Bandeirants avaient, à travers les lianes,/ Cheminé anxieux et le corps demi-nu,/ Entrainant avec eux l'espoir des caravanes./ [...]/Là--bas, depuis toujours, pres de la forêt vierge,/Au coeur du grand pays ou Brasília émerge,/Toupan prédestina l'avenir du Brésil (Revista brasília, nº10, p.21, outubro de 1957).

> Na obscuridade sinistra onde a selva medida/ Guardiã dos segredos que um dia conheceremos,/Por entre as araras de ouro, os sacis, as cobras/ Tupã se esconde, mudo como um eremita/ [...] O procurando pelos montes, os rios não conhecidos/ Caminharam ansiosos e de corpos semi-nu/ Trazendo com eles a esperança das caravanas/[...]/ Lá longe, desde sempre, próxima a floresta virgem/ No coração grande país onde Brasília emerge/ Tupã predestina a chegada do Brasil (Tradução minha. Acredito que a palavra prédestina esteja errada na publicação da revista, mas é assim que está lá).

Apesar de estarem presentes muitas das imagens que energizaram a mudança da capital, como o vazio, as caravanas de desbravadores, a floresta virgem e a ideia de predestinação, é em um poema de uma padre que a ideia de missão aparece com maior força. Na revista nº 25, de janeiro de 1959, número majoritariamente dedicado a homenagens a Bernardo Sayão por motivo de sua passagem, a seção "Brasília na Literatura" volta a aparecer após um hiato de 7 revistas. Nela é publicado o poema "Brasília Brasiliae Cor." do padre Pedro Luiz.

> E' a Nova Civilização da Raça/ No Planalto Central, abrindo à gente/ Missão colonizante, que Deus traça./Deixando a faixa - tanga de índio a esmo –/O Brasil se reencontra, finalmente,/E ingressa na Grandeza ele si mesmo (Revista brasília, nº25, p.16, janeiro de 1959).

Não existiria invasão dessas terras sem o desejo de expansão do domínio da igreja católica. Não existiria porque foi assim que se deu, e a única opção é o que se ocorreu. A relação entre a cruz e o poder colonial tão antiga quando as primeiras guerras de conquista. Cabia ao trono expandir os domínios da igreja, pois assim a ordem se estabeleceria no reino da criação divina. "A divulgação da Palavra de Deus, assim como a missionação e conversão dos pagãos, foram motivos fundamentais em todo o processo de expansão européia a partir do início do século XV – além dos outros interesses políticos e econômicos envolvidos" (MAINKA, 2018, p.1).

Com o objetivo da divulgação da fé católica, caminho único para a salvação das almas nessa crença em que as almas se encontram perdidas no pecado, o dirigente dessa igreja apoiou e incentivou desde o começo as expansões marítimas e a ambição colonial dos tronos ibéricos, concedendo a eles o padroado régio sobre as regiões recém invadidas (Ibidem). Cabia, também, a realização do domínio total do planeta pelo deus católico realizando a imagem do "orbis christianus".

> O "orbis christianus" é uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do "orbis christianus". Papa e reis tinham por missão precípua tirar-lhe os óbices, estender e sustentar a fé, fazer reinar a graça de Deus. A verdade se impõe por títulos próprios: não há como discuti-lo. Era determinação divina que aqueles, a quem deputara como chefes, cumprisses a unidade da fé com sua universalidade (PAIVA, 1978, p.20).

Nessa razão a natureza seria a negação da evidente verdade da presença de deus entre os homens, ela seria a implantação da desordem. Cumpriria a estes homens dessa fé fazer se anunciar a sua verdade em todos os lugares e sempre. "Este era o reino de Deus que há se construía nesta terra, por conseguinte, devia se identificar com os reinos existentes" (Ibidem, p.21). Caberia a realização desta orbe cristã, fazia-se então necessário dominar o que colocasse em cheque essa imagem.

"Era preciso que dominassem as forças adversas, sob o jugo do espírito do mal, e se lhes anunciasse a salvação. A missão aos infiéis – infiéis não por terem renegado a fé, mas por não a terem conhecido ainda – era dever de todos [...]" (Ibidem, p.22). Essa missão foi a que movimentou a conquista não apenas da realidade física deste reino, mas também, e talvez fosse o mais importante, da sua dimensão espiritual. A anexação de novos territórios sob o domínio do colonizador compreendia, também, o batismo e a conversão de seus habitantes. "Essa visão regeu toda a obra da colonização" (Ibidem, p.23). E continuou ativada mesmo que no inconsciente coletivo.

A relação entre Estado e igreja é complexa, e no transcorrer do tempo teve inúmeros movimentos de aproximação e distanciamento, porém a ligação entre essa religião e poder nunca se desfez. E apesar da sua separação em 1891, decretada pela constituição deste ano, a igreja católica continuou ainda numa profunda relação de afinidade com o Estado. Se não mais fundamentado na letra, ainda marcada profundamente nos corpos desta terra.

No transcorrer da construção de Brasília inúmeras foram as vezes que esses elos foram reforçados. Não apenas na concessão de privilégios materiais como a doação de terrenos para paróquias, doação de gasolina para padres pela Novacap (Revista brasília, nº27, p.21, março de 1959), doação do terreno lote nº1 da Avenida das Nações para a construção da Embaixada da Santa Sé (Revista brasília, nº39, p.21, março de 1960), entre outros exemplos, mas também na reafirmação dos vínculos espirituais entre a conquista do sertão brasileiro e a igreja.

> A Igreja de Roma, a Igreja Universal, a Igreja de Jesus Cristo estêve presente nos embates de todos os dias pelo surgimento do Brasil - desde a hora da primeira Santa Missa - no instante mesmo do descobrimento, até os dias em que nos encontramos. A conquista e a solidariedade íntima de tantas regiões geogràficamente dissemelhantes dêste país são, em grande parte, obra da Igreja que Vossas Eminências e Vossas Excelências Reverendíssimas encarnam e representam (Revista brasília, nº19, p.8, julho de 1958).

Este trecho pertence a um discurso de JK publicado em julho de 1958, divulgado na revista nº19. Proferido na sua recepção aos bispos da igreja católica que visitaram Brasília após participarem da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos, que havia acontecido em Goiânia. Esse discurso é rico na afirmação dos vínculos entre Brasília e esta igreja, não apenas entre a nova capital, mas, também, do Brasil como se conhece.

> [...] Não estou certo se teria havido Brasil sem a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana. Estou certo, porém, que não teria havido êste Brasil, êste conjunto, esta fusão que nos possibilita e obriga a tornar-se uma grande nação, um grande poder, uma fôrça no mundo que aí vem (Ibidem).

Bom, a perigosa ideia de Brasil como fusão, a qual apaga qualquer diferença fora do projeto oficial, parece se vincular à aparente homogeneização espiritual



ato de fé

O Presidente da República recebeu pessoalmente, em Brasília, os altos dignitários da Igreja, tendo à frente dom Jaime de Barros Câmara, os quais participam da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos, em Goiânia.

Durante o almôço realizado no Brasília Pálace Hotel, o presidente Juscelino Kubitschek pronunciou o seguinte discurso: "Nesta reunião de altos dignitários da Igreja Católica Apostólica Romana em terras do Brasil que minhas primeiras palavras sejam de expressão de alegria por ver que ela se realiza na nova Capital do nosso país.

Bem fizeram Vossas Excelências Reverendíssimas em ter escolhido esta cidade que encara a luz de sua primeira alvorada e é um desafio do homem brasileiro do nosso tempo à assustadora imensidão de nossas terras brasileiras desertas, abandonadas, inconquistadas.

Bem fizeram os representantes do catolicismo em ter vindo a Brasília, porque assim se religam e remontam à história da nossa formação e à luta pela unidade brasileira. A Igreja de Roma, a Igreja Universal, a Igreja de Jesus Cristo estêve presente nos embates de todos os dias pelo surgimento do Brasil — desde a hora da primeira Santa Missa — no instante mesmo do descobrimento, até os dias em que nos encontramos. A conquisa e a solidariedade íntima de tantas regiões geogràficamente dissemelhantes dêste país são, em grande parte, obra da Igreja que Vossas Eminências e Vossas Excelências Reverendíssimas encarnam e representam. Não estou certo se teria havido Brasil sem a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana. Estou certo, porém, que não teria havido êste Brasil, êste conjunto, esta fusão que nos possibilita e obriga a tornar-se uma grande nação, um grande poder, uma fôrça no mundo que aí vem. Quantos membros da Igreja Católica Apostólica Romana seguiram a existência dêste país desde o seu berço, sofreram na carne as privações e martírios e na alma o cilício da solidão, da ruptura com a civilização para que fôssemos o país que somos hoje, a unidade que somos hoje, a alma nacional que hoje possuímos ! Foi a Cruz de Cristo a semente da unidade nacional.

Estamos em Brasília agora — de novo em frente ao deserto, contemplando um mundo que é nosso, mas que precisamos conquistar. Aqui se encontra o trampolim que permitirá o saldo da conquista do Amazonas, como observou, com exatidão, meu amigo, Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo, em cuja alma ardente e apostolar não se aplaca a sêde pioneira, e em quem não se anuvia o olhar que penetra longe na selva selvagem.

Quero aproveitar êste ensejo para pedir a todos os chefes da hierarquia católica aqui presente que implorem a Deus proteção para êste Brasil que vai surgindo e nascendo de novo, proteção para a bandeira que pretende ocupar e tornar fecunda e útil tôda a terra brasileira, tornar cristão todo êste mundo fechado que a nova capital, tôrre de comando debruçada sôbre o desconhecido, há de desvendar.

Brasília e a marcha para Oeste são uma obra de fé. Sem fé em Deus, sem fé no destino de nosso país, não me teria arriscado a emprêsa tão cheia de dificuldades, tão exposta a incompreensões. Creio na Providência que não me vai afastar a possibilidade de completar a marcha que a nova capital anuncia.

Recebendo nesta cidade os dignitários da Igreja Católica, não posso deixar sem referência o momentoso problema do pan-americanismo. Estamos tentando reformá-lo em têrmos que permitam à América apresentar-se forte em face da crise que ameaça a cultura ocidental. Esta é uma tarefa a que o Brasil deseja servir com todo o ardor, com espírito inteiramente desinteressado. Não disputamos glória ou aumento de qualquer superfície de prestígio de nosso país com esta operação; não nos inspira, nesta arrancada no campo internacional, senão um amor autêntico aos valores e à lei moral que nos moderam, ao sentimento cristão que recebemos dos nossos formadores. Sentimos que a causa do Ocidente exige que êste hemisfério se apresente unido para enfrentar os perigos da crise atual e lutar pela paz.

Para poder colaborar na obra do pan-americanismo, que tem como uma de suas palavras denunciar no subdesenvolvimento a própria presença do inimigo em nossa casa, necessito da mobilização de tôdas as fôrças morais e espirituais, e, naturalmente, da maior e da mais decidida de tôdas que é a Igreja — mãe do Ocidente.

Não levaremos adiante êsse movimento, com a desenvoltura que requer, sem que se forme uma atmosfera de compreensão da unidade espiritual entre a Igreja e o povo brasileiro. Quero pedir a Vossas Eminências e a Vossas Excelências Reverendíssimas que me ajudem nesta tarefa que, com o auxílio divino, pôsto em ação pelos homens de boa-vontade, haverá de ir avante."

Após as palavras do presidente Juscelino Kubitschek, discursou o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, em cuja diocese se encontra Brasília. Depois de se referir à reunião de Goiânia, Dom Fernando asseverou que todos os bispos ali presentes tinham noção da gravidade do momento, sobretudo em face da imensa responsabilidade para com o futuro.

Após frisar que os bispos não poderiam omitir-se num momento em que se pretende fixar um centro novo de irradiação e progresso no Brasil, disse D. Fernando: "Viemos aqui dar testemunho de nossa presença no mundo novo que se abre para os nossos sertões, com estradas rasgando as nossas matas, com asfalto passeando pelos nossos desertos, com máquinas pesadas roncando nas quebradas das serras."

Revista nº19, página 8

que a igreja católica impôs. JK continua vinculando a unidade nacional a esta religião quando afirma que "[...] Foi a Cruz de Cristo a semente da unidade nacional" (Ibidem). O presidente segue afirmando que crê na Providência para a realização da conquista que a nova capital anuncia. "Brasília e a marcha para Oeste são uma obra de fé" (Ibidem). Para a realização dessa obra de conquista, pede a benção dos clérigos, a qual anexaria todo o território ao comando espiritual da igreja. Embora Brasília se localize no tempo aparentemente distante das consciências medievais, o desejo de tornar o globo domínio do deus católico e de sua igreja parece ainda energizar a ação dos homens do século XX.

> Quero aproveitar êste ensejo para pedir a todos os chefes da hierarquia católica aqui presente que implorem a Deus proteção para êste Brasil que vai surgindo e nascendo de novo, proteção para a bandeira que pretende ocupar e tornar fecunda e útil tôda a terra brasileira, tornar cristão todo êste mundo fechado que a nova capital, tôrre de comando debruçada sôbre o desconhecido, há de desvendar" (Ibidem).

Ainda, JK faz um chamamento para apoio ao pan-americanismo, na defesa da crise que ameaçaria a cultura ocidental. Não seria a busca por prestígio que motivaria esta operação, mas sim "um amor autêntico aos valores e à lei moral que nos moderam, ao sentimento cristão que recebemos dos nossos formadores" (Ibidem). O presidente continua invocando a "mobilização de tôdas as fôrças morais e espirituais, e, naturalmente, da maior e da mais decidida de tôdas que é a Igreja - mãe do Ocidente" (Ibidem).

Desde que a cristandade aqui aportou esteve unida aos interesses políticos, não seria algo além da prática comum o pedido de apoio da Mãe do Ocidente. Sobre a crise que vivia a civilização ocidental, sobre a qual JK nada explicou, outro texto traz uma ideia do embate maior que estava acontecendo. Na revista nº29, de maio de 1959, a seguinte a que relatou a visita de Fidel Castro a Brasília, num texto intitulado "Tomai conta de Brasília" a oração de Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, na ocasião da chegada de uma Nossa Senhora de Fátima de mais de 2m de altura fala um pouco do que parecia estar amedrontando o ocidente.

Essa santa foi esculpida em cedro brasileiro por Antônio da Silva Antunes, media 2,40 metros e pesava 200 quilos de madeira, outro de libra e pedras preciosas. Ostentação. Foi doada ao Santuário de Brasília pela Revista Portugal-Brasil, de Lisboa, "representada pelos Srs. Veloso de Carvalho e Aníbal Contreiros, objetivando estreitar os laços de amizade entre Portugal e o Brasil" (Revista brasília, nº28, p.19, abril de 1959). A chegada da santa foi anunciada no final da revista de Fidel, sua guerra contra o comunismo apareceu na nº29.

Segundo o arcebispo, 42 anos antes, em 1917, dois acontecimentos teriam marcado a marcha do mundo contemporâneo: a aparição da santa mãe de Cristo em Fátima Portugal e o triunfo do Comunismo na Rússia (Revista brasília, nº29, p.6, maio de 1959). O que poderia parecer coincidência, devido à falta de conexão aparente entre estes dois fatos históricos, poderia ser compreendida se a reflexão



Revista nº29, página 6
Nossa Senhora de Fátima de 200kg de madeira, ouro e pedras preciosas, esta mesma foto foi publicada primeiro da revista nº28, página 19

fosse feita “com os olhos da fé e com a história aberta aos horizontes universais, verificamos que não houve acaso, mas singular Providência de Deus que orienta e governa os destinos do homem” (Ibidem). Não haveria por que comprovar esta verdade, mas sim valeria apenas relembrar a presença da Virgem Maria e sua ligação com a redenção de cada um dos homens. Sempre presente nos acontecimentos que envolveriam o “drama da salvação” (Ibidem), mas em toda a história dos 20 séculos de Cristianismo. Não seria diferente no surgimento do Comunismo.

> Ultimamente o Comunismo apareceu como a síntese do «êrro» e do «mal», numa verdadeira revolução que tem abalado os alicerces da humanidade. Visto no seu conjunto como doutrina e ação, como mística e técnica, como avanço em todos os setores (econômico, político, social, religioso ...) o Comunismo é na realidade o Cristianismo pelo avêsso, total, universal, capaz de abraçar o homem todo, em todos os países e circunstâncias, para pervertê-lo, para afastá-lo definitivamente de seu princípio e de seu fim (Ibidem).

O período da Guerra Fria, com a Revolução Cubana neste mesmo ano, generalizou o medo de uma incisiva da União Soviética nas Américas, o que poderia levar

à disseminação do comunismo nas nações "subdesenvolvidas" da América Latina. Cabia, então, à igreja católica alimentar o sentimento anticomunista, criando um sentimento de proteção das estruturas tradicionais contra esse inimigo, que assolava a terra. Fazia-se necessário criar uma série de concepções sobre o comunismo que criasse uma representação profundamente negativa.

> A evocação dos católicos contra o comunismo e seus adeptos tinha como respaldo a ideia de que o comunismo contrariava princípios e moralidades cristãs, como em relação à permissão do aborto, do divórcio e da educação sexual e à equidade entre homens e mulheres, sendo, portanto, uma ameaça à família. A consequência disso foi a sua demonização, ou seja, sua associação à Satanás, que conduz ao desvirtuamento (MOTTA, 2000, p.73 apud ULBRICH et al, 2019, p.21).

Havia a intenção de incendiar o imaginário coletivo de imagens que evocassem o medo do desconhecido, a repulsa ao diferente. Coisa que a igreja já tinha longuíssimos anos de experiência. A santa estaria na contenção deste mal. "Em 1917, Ela apareceu também iniciando uma contra-revolução, a única capaz de vencer o Comunismo Internacional" (Revista brasília, nº29, p.6, maio de 1959). Assim como em, aparentemente, 1953, o clérigo não faz menção a quando, ela parece já ter defendido a moral e os bons costumes nestas terras. Com a coincidência da chegada de sua imagem ao Brasil, "quando em sua peregrinação pelo mundo, com a decisão do Congresso Nacional contra o divórcio por voto secreto, naquela hora trágica em que estava em jôgo a honra da família brasileira" (Ibidem). Agora, nesse novo momento delicado da transferência da capital, a imagem da santa também abençoaria a difícil empreitada.

> Em todo caso, aproxima-se a hora decisiva da mudança da Capital. E é nesta hora que a Sagrada Imagem de Nossa Senhora de Fátima trazida de Portugal, assim como foi de lá que nos veio a civilização nos braços da Cruz de Jesus Cristo, vem como uma antecipação de vitória, confortar o coração de V. Exa., sr. presidente, e confortar o coração da Pátria na certeza de que há em tudo isto um plano da Providência para salvaguardar o País dos erros contra a Família e contra nossas tradições cristãs (Ibidem).

Este trecho, mais uma vez, deixa clara a ligação entre o projeto civilizatório do ocidente e a ação da igreja católica, sem a qual parece não ter sido possível ter existido. Ao mesmo tempo, que havia um movimento aparentemente progressista que busca a renovação das mentalidades, a transformação da nação, essas mudanças deveriam deixar intactas as instituições que sempre detiveram o poder, que organizaram e controlaram as subjetividades pós invasão. Sob nova roupagem, a mudança da capital foi uma expansão das mesmas estruturas de poder pelo território nacional. Para isso Nossa Senhora de Fátima era invocada. Como sempre foi desde que haviam dado início ao que hoje se conhece como Brasil.

> Virgem Mãe de Deus e nossa Mãe! Aqui está a vossos pés a Pátria Brasileira como sempre estêve, desde o dia em que, os braços de nossas florestas se

> formaram em cruz para a celebração da primeira Missa (Ibidem).

Antes de falar sobre os rituais evocatórios desse deus católico, que foram performatizados inúmeras vezes ao longo da construção da capital, onde sangue e carne foram consagrados e compartilhados. Antes de falar sobre a evocação dos mitos de origem criados para o Brasil e na vinculação de Brasília nessa tradição. Há um movimento que constantemente aparece na revista que é a vinculação da fé cristã com a herança europeia, o que torna o Brasil mais próximo da civilização, mais próximo subjetivamente dos países desse continente. Um desses momentos é na revista de fevereiro de 1959, nº26. No "Noticiário" reportando a visita do Príncipe dos Países Baixos, Bernhard, na companhia de JK a Brasília, além do plantio de uma árvore nos jardins do Palácio da Alvorada pela sua alteza, é feita a menção ao discurso do presidente na ocasião, vinculando os dois povos pela sua fé.

> Ao receber o Príncipe dos Países Baixos, no Palácio da Alvorada, o presidente Juscelino Kubitschek pronunciou discurso, no qual salientou que brasileiros e holandeses são povos que plasmaram a sua cultura dentro dos ideais cristãos e prezam, acima de tudo, o culto do Direito e da Justiça (Revista brasília, nº26, p.20, fevereiro de 1959).

O gesto de plantar árvores na ocasião das visitas de estrangeiros a Brasília foi frequente, mais que o de levar punhados de terra, o que aconteceu duas vezes. Esse ato simbólico, em que se ancorava no território a presença destes países também mostrava o prestígio que eles tinham no Brasil a depender de onde esta árvore era plantada. "O primeiro plantio de árvore típica de nações estrangeiras foi feito





1. Revista nº20, página 5

Foster Dulles plantando uma magnólia norte-americana nos jardins do Palácio da Alvorada

2. Revista nº20, página 5

Gnochi plantando um ciprestre florentino, também, nos jardins do Palácio da Alvorada

pelo Príncipe Mikasa (pinheiros japonêses, no Gama) e o segundo pelo Secretário de Estado J. Foster Dulles (magnólia norte-americana)" (Revista brasília, nº20, p.19, agosto de 1958), nos jardins do Palácio do Alvorada. Uma Maquilishuat representando a amizade com El Salvador foi plantada no gramado da Capela de Nossa Senhora, Igrejinha da 308 Sul. A quarta foi um cipreste florentino plantado pelo presidente da Itália, também, no Alvorada, daí tem essa do príncipe dos Países Baixos no mesmo lugar. E teve, também, a sequoia gigante dada de presente ao JK no seu aniversário de 1959 pelo Governador da Califórnia, plantada no Alvorada.

Na visita do presidente Italiano, Gronchi, em setembro de 1958, que está registrada na revista nº21, após o plantio do cipreste e oferta de presentes ao chefe de Estado Europeu, houve discursos como de praxe. Eles não estão registados na íntegra, mas há a menção do que foi mais importante neles. Novamente a ligação entre Europa e Brasil se estabelece pelos vínculos da fé, há também a suposta alusão a uma origem superior que JK força ao se referir ao formato da península do lago norte.

> Gronchi ressaltou que a Nova Capital brasileira estava sendo edificada com a monumentalidade de Roma e com o sentido romano de perenidade e Juscelino lembrou as afinidades integrais dos dois povos, pelos vínculos ancestrais, pelo sentimento, pela fé, pelas tendência e pela cultura e que, como um sinal simbólico de origem superior, o grande lago que ia cercar a futura metrópole dividia-se ao norte em dois braços que determinavam a formação de uma península, imagem perfeita da península italiana (Revista brasília, nº21, p.3, setembro de 1958)

Herança do colonizador branco, sua fé é um dos pilares que estruturam o que é a nação brasileira. Evocada como símbolo de superioridade, sustentava a ideia de proximidade entre a civilização brasileira e a europeia, tornando a daqui um tanto mais civilizada.

O primeiro líder de Estado a visitar Brasília foi o então presidente de Portugal, Craveiro Lopes. Sua passagem pelo canteiro de obras da nova capital está registrada na revista nº6, de junho de 1957, esta que é uma das únicas a retratar pessoas na sua capa. As outras são a de nº5 e a de nº25. É uma das duas que carregam a imagem da cruz cristã, a outra, nº25, tem estampada a imagem do busto de Bernardo Sayão com uma tora caída ao fundo, revista que foi dedicada a celebrar a vida e lamentar a morte do neobandeirante.

Muito parecida com a primeira foto das revistas, o cruzeiro segue no alto com um grupo de homens brancos, alguns de terno e outros de farda, no seu pé, eles não parecem estar cientes da foto sendo tirada. Alguns olham para direita onde parece que outro retrato está sendo batido. Na base do cruzeiro aparece uma placa, nova, comemorativa da visita do presidente da antiga metrópole, ela que se vê com mais clareza na página 3, que é ilustrada por uma foto sua. Nela se lê "Um monumento dedicado à Raça e aos Heróis portuguêses será erguido na nova capital" (Revista brasília, nº6, p.3, junho de 1957). Acredito que este nunca foi construído. Na página

anterior, onde aparece o título “Brasília recebe o presidente Craveiro Lopes”, uma foto mostra o homem e a cruz, tirada de baixo para cima contra o céu sem nenhuma nuvem, típico de Brasília nesta época do ano.

Sem a presença de JK, quem discursou foi Victor Nunes Leal, repetindo o mesmo argumento da redescoberta do Brasil. Com pouco texto sobre o evento o que se destaca, além do primeiro salto de paraquedistas na cidade, é um pequeno trecho intitulado “Nova romaria”, como se houvesse uma conotação religiosa no acontecimento ou se o mesmo fosse digno de veneração. Abaixo uma foto do presidente dando autógrafo a uma moça branca, loira e sorridente que espera ansiosa enquanto ele escreve.

1. Revista nº6, capa
2. Revista nº6, página 2
3. Revista nº6, página 3
4. Revista nº6, página 4







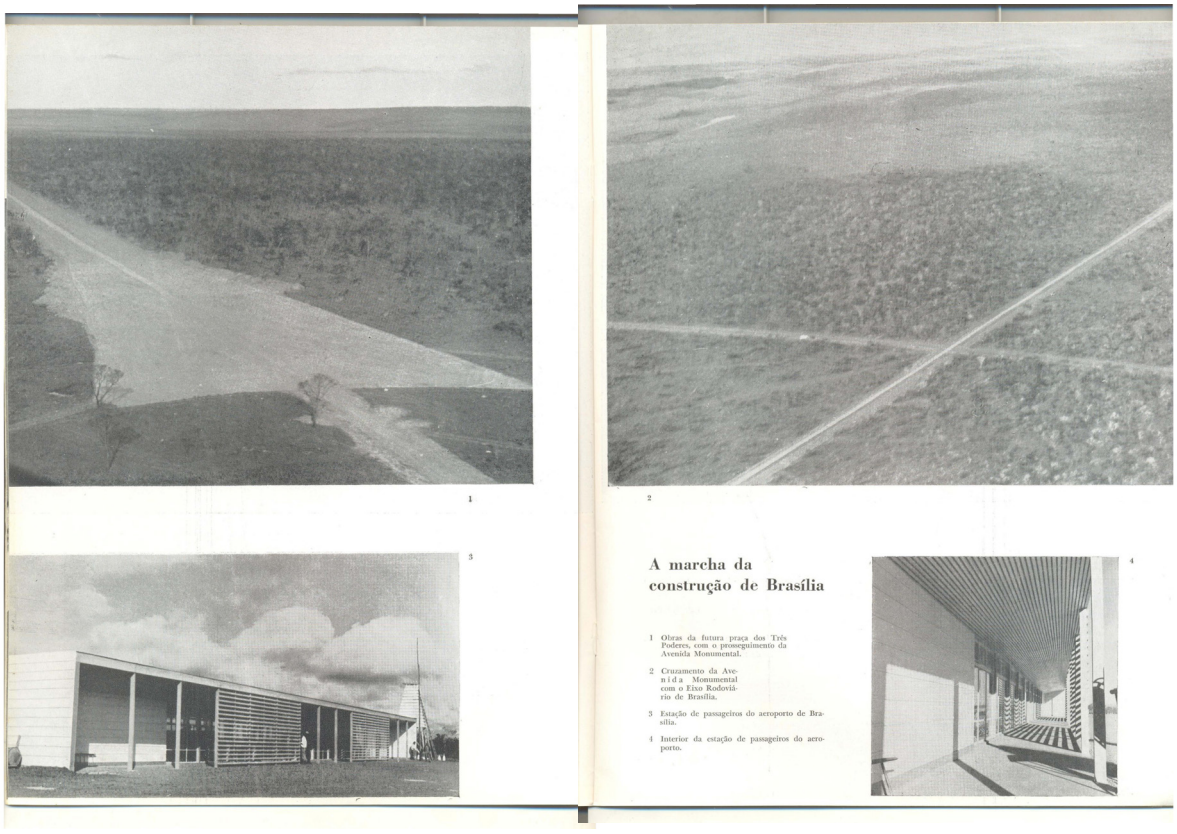


Nova romaria

> Tal como ocorreu quando da solenidade da Primeira Missa, a presença do general Craveiro Lopes em Brasília atraiu à cidade numerosas pessoas de diversos pontos do Estado de Goiás, que alí chegaram em ônibus, caminhões e tôda sorte de veículos. O presidente de Portugal foi solicitado a conceder autógrafos, atendendo aos populares de bom grado (Ibidem, p.4).

Duas páginas após, na seção “A marcha da construção de Brasília”, aparece uma foto aérea do “Cruzamento da Avenida Monumental com o Eixo Rodoviário de Brasília” (Ibidem, p.7). Na imensidão do cerrado, a cruz descentralizada marca a posse do território como descrito no relatório de Lúcio Costa. Semelhante à que marcou a posse do território Brasileiro para a coroa de Portugal.

O primeiro representante consular em Brasília foi Rafael Barraza Monterrosa, embaixador de El Salvador, o segundo de Honduras, Maurício Shashoua, ambos citados apenas nos “Noticiários” das revistas nº10, página 22, e nº 23, página 19, respectivamente. Nas celebrações de inauguração do Alvorada e tantas outras obras, também foram entregues credenciais ao novo embaixador português no Brasil, Manuel Rocheta. Este ganha maior destaque tendo o seu discurso e o de Juscelino transcritos na íntegra, além de uma série de fotos da cerimônia que ocorreu no salão do Palácio, recém entregue ao público.



A marcha da construção de Brasília

1 Obras da futura praça dos Três Poderes, com o prosseguimento da Avenida Monumental.

2 Cruzamento da Avenida Monumental com o Eixo Rodoviário de Brasília.

3 Estação de passageiros do aeroporto de Brasília.

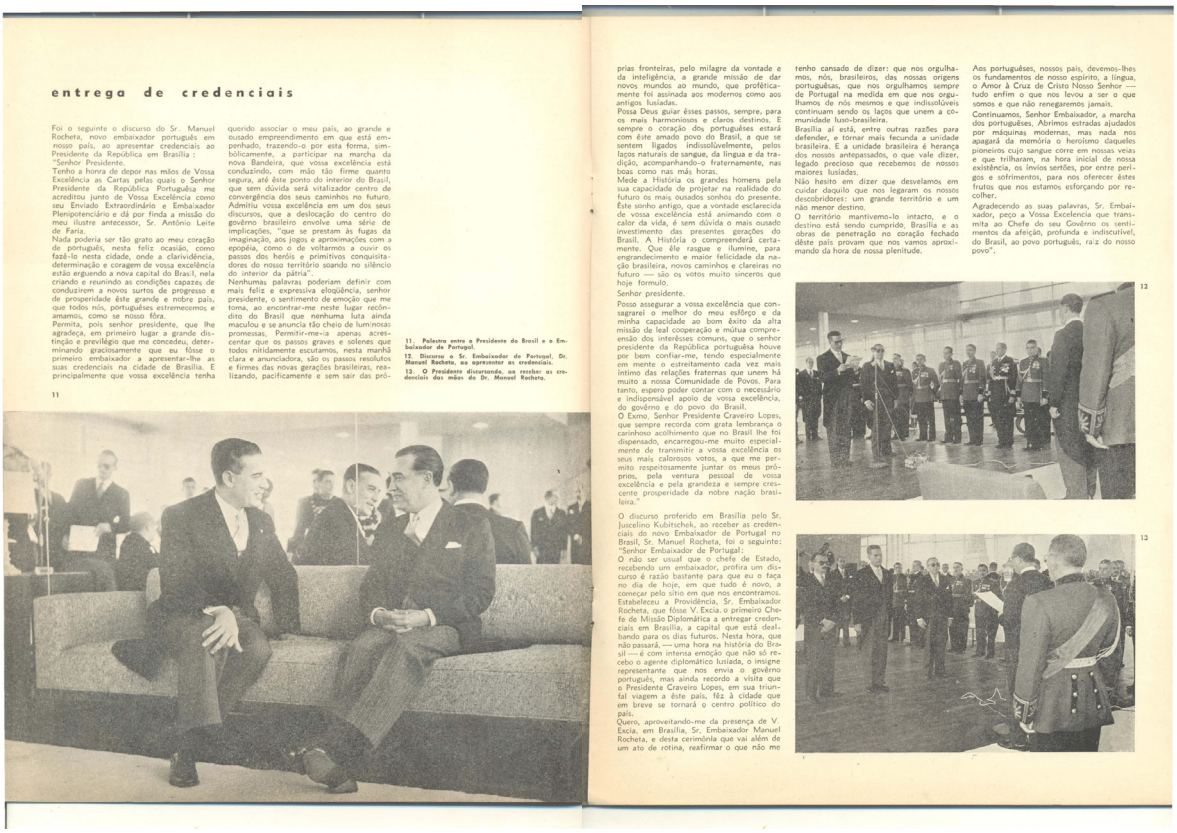
4 Interior da estação de passageiros do aeroporto.

Revista nº6, páginas 6 e 7

Em resposta ao discurso de Rocheta, que reafirma os laços entre os dois países, o presidente começa o seu comentando a quebra de costume para depois reafirmar algo que parece ter sido hábito seu declarar. “O não ser usual que o chefe de Estado, recebendo um embaixador, profira um discurso é razão bastante para que eu o faça no dia de hoje, em que tudo é novo, começar pelo sítio em que nos encontramos” (Revista brasília, nº18, p.11, junho de 1958).

> Quero, aproveitando-me da presença de V. Excia. em Brasília, Sr. Embaixador Manuel Rocheta, e desta cerimônia que vai além de um ato de rotina, reafirmar o que não me tenho cansado de dizer: que nos orgulhamos, nós, brasileiros, das nossas origens portuguêsas, que nos orgulhamos sempre de Portugal na medida em que nos orgulhamos de nós mesmos e que indissolúveis continuam sendo os laços que unem a comunidade luso-brasileira (Ibidem).

Estas origens deram como herança desses antepassados a unidade brasileira, “legado precioso que recebemos de nossos maiores lusíadas” (Ibidem), e que cabia ao Estado agora cuidar desse patrimônio, “um grande território e um não menor destino” (Ibidem). “O território mantivemo-lo intacto, e o destino está sendo cumprido. Brasília e a, obras de penetração, no coração fechado dêste país provam que nos vamos aproximando da hora de nossa plenitude” (Ibidem). Continuava-se assim a marcha dos colonizadores portugueses. “Abrimos estradas ajudados por



entrega de credenciais

Foi o seguinte o discurso do Sr. Manuel Rocheta, novo embaixador português em nosso país, ao apresentar credenciais ao Presidente da República em Brasília:

"Senhor Presidente.

Tenho a honra de depor nas mãos de Vossa Excelência as Cartas pelas quais o Senhor Presidente da República Portuguêsa me acreditou junto de Vossa Excelência como seu Enviado Extraordinário e Embaixador Plenipotenciário e dá por finda a missão do meu ilustre antecessor, Sr. António Leite de Faria.

Nada poderia ser tão grato ao meu coração de português, nesta feliz ocasião, como fazê-lo nesta cidade, onde a clarividência, determinação e coragem de vossa excelência estão erguendo a nova capital do Brasil, nela criando e reunindo as condições capazes de conduzirem a novos surtos de progresso e de prosperidade êste grande e nobre país, que todos nós, portugueses estremecemos, e amamos, como se nosso fôra.

Permita, pois senhor presidente, que lhe agradeça, em primeiro lugar a grande distinção e previlégio que me concedeu, determinando graciosamente que eu fôsse o primeiro embaixador a apresentar-lhe as suas credenciais na cidade de Brasília. E principalmente que vossa excelência tenha querido associar o meu país, ao grande e ousado empreendimento em que está empenhado, trazendo-o por esta forma, simbólicamente, a participar na marcha da nova Bandeira, que vossa excelência está conduzindo, com mão tão firme quanto segura, até êste ponto do interior do Brasil, que sem dúvida será vitalizador centro de convergência dos seus caminhos no futuro.

Admitiu vossa excelência em um dos seus discursos, que a deslocação do centro do govêrno brasileiro envolve uma série de implicações, "que se prestam às fugas da imaginação, aos jogos e aproximações com a epopéia, como o de voltarmos a ouvir os passos dos heróis e primitivos conquistadores do nosso território soando no silêncio do interior da pátria".

Nenhumas palavras poderiam definir com mais feliz e expressiva eloqüência, senhor presidente, o sentimento de emoção que me toma, ao encontrar-me neste lugar recôndito do Brasil que nenhuma luta ainda maculou e se anuncia tão cheio de luminosas promessas. Permitir-me-ia apenas acrescentar que os passos graves e solenes que todos nitidamente escutamos, nesta manhã clara e anunciadora, são os passos resolutos e firmes das novas gerações brasileiras, realizando, pacificamente e sem sair das próprias fronteiras, pelo milagre da vontade e da inteligência, a grande missão de dar novos mundos ao mundo, que profèticamente foi assinada aos modernos como aos antigos lusíadas.

Possa Deus guiar êsses passos, sempre, para os mais harmoniosos e claros destinos. E sempre o coração dos portugueses estará com êste amado povo do Brasil, a que se sentem ligados indissolùvelmente, pelos laços naturais de sangue, da língua e da tradição, acompanhando-o fraternamente, nas boas como nas más horas.

Mede a História os grandes homens pela sua capacidade de projetar na realidade do futuro os mais ousados sonhos do presente. Êste sonho antigo, que a vontade esclarecida de vossa excelência está animando com o calor da vida, é sem dúvida o mais ousado investimento das presentes gerações do Brasil. A História o compreenderá certamente. Que êle rasgue e ilumine, para engrandecimento e maior felicidade da nação brasileira, novos caminhos e clareiras no futuro — são os votos muito sinceros que hoje formulo.

Senhor presidente.

Posso assegurar a vossa excelência que consagrarei o melhor do meu esfôrço e da minha capacidade ao bom êxito da alta missão de leal cooperação e mútua compreensão dos interêsses comuns, que o senhor presidente da República portuguêsa houve por bem confiar-me, tendo especialmente em mente o estreitamento cada vez mais íntimo das relações fraternas que unem há muito a nossa Comunidade de Povos. Para tanto, espero poder contar com o necessário e indispensável apoio de vossa excelência, do govêrno e do povo do Brasil.

O Exmo. Senhor Presidente Craveiro Lopes, que sempre recorda com grata lembrança o carinhoso acolhimento que no Brasil lhe foi dispensado, encarregou-me muito especialmente de transmitir a vossa excelência os seus mais calorosos votos, a que me permito respeitosamente juntar os meus próprios, pela ventura pessoal de vossa excelência e pela grandeza e sempre crescente prosperidade da nobre nação brasileira."

O discurso proferido em Brasília pelo Sr. Juscelino Kubitschek, ao receber as credenciais do novo Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. Manuel Rocheta, foi o seguinte:

"Senhor Embaixador de Portugal:

O não ser usual que o chefe de Estado, recebendo um embaixador, profira um discurso é razão bastante para que eu o faça no dia de hoje, em que tudo é novo, a começar pelo sítio em que nos encontramos. Estabeleceu a Providência, Sr. Embaixador Rocheta, que fôsse V. Excia. o primeiro Chefe de Missão Diplomática a entregar credenciais em Brasília, a capital que está dealhando para os dias futuros. Nesta hora, que não passará, — uma hora na história do Brasil — é com intensa emoção que não só recebo o agente diplomático lusíada, o insigne representante que nos envia o govêrno português, mas ainda recordo a visita que o Presidente Craveiro Lopes, em sua triunfal viagem a êste país, fêz à cidade que em breve se tornará o centro político do país.

Quero, aproveitando-me da presença de V. Excia, em Brasília, Sr. Embaixador Manuel Rocheta, e desta cerimônia que vai além de um ato de rotina, reafirmar o que não me tenho cansado de dizer: que nos orgulhamos, nós, brasileiros, das nossas origens portuguêsas, que nos orgulhamos sempre de Portugal na medida em que nos orgulhamos de nós mesmos e que indissolúveis continuam sendo os laços que unem a comunidade luso-brasileira.

Brasília aí está, entre outras razões para defender, e tornar mais fecunda a unidade brasileira. E a unidade brasileira é herança dos nossos antepassados, o que vale dizer, legado precioso que recebemos de nossos maiores lusíadas.

Não hesito em dizer que desvelamos em cuidar daquilo que nos legaram os nossos descobridores: um grande território e um não menor destino.

O território mantivemo-lo intacto, e o destino está sendo cumprido. Brasília e as obras de penetração no coração fechado dêste país provam que nos vamos aproximando da hora de nossa plenitude.

Aos portuguêses, nossos pais, devemos-lhes os fundamentos de nosso espírito, a língua, o Amor à Cruz de Cristo Nosso Senhor — tudo enfim o que nos levou a ser o que somos e que não renegaremos jamais.

Continuamos, Senhor Embaixador, a marcha dos portuguêses. Abrimos estradas ajudados por máquinas modernas, mas nada nos apagará da memória o heroísmo daqueles pioneiros cujo sangue corre em nossas veias e que trilharam, na hora inicial de nossa existência, os ínvios sertões, por entre perigos e sofrimentos, para nos oferecer êstes frutos que nos estamos esforçando por recolher.

Agradecendo as suas palavras, Sr. Embaixador, peço a Vossa Excelência que transmita ao Chefe do seu Govêrno os sentimentos da afeição, profunda e indiscutível, do Brasil, ao povo português, raiz do nosso povo".

11. Palestra entre o Presidente do Brasil e o Embaixador de Portugal

12. Discurso o Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Manuel Rocheta, ao apresentar as credenciais.

13. O Presidente discursando, ao receber as credenciais das mãos do Dr. Manuel Rocheta.

Revista nº18, páginas 10 e 11

máquinas modernas, mas nada nos apagará da memória o heroísmo daqueles pioneiros cujo sangue corre em nossas veias e que trilharam, na hora inicial de nossa existência, os ínvios sertões, por entre perigos e sofrimentos, para nos oferecer êstes frutos que nos estamos esforçando por recolher" (Ibidem).

> Aos portuguêses, nossos pais, devemos-lhes os fundamentos de nosso espírito, a língua, o Amor à Cruz de Cristo Nosso Senhor - tudo enfim o que nos levou a ser o que somos e que não renegaremos jamais (Ibidem).

A construção dessa identidade nacional nunca foi homogênea, teve, desde seus primeiros esforços de elaboração no início do século XIX, uma série de movimentos ora de negação ao passado português, ora de valorização, a depender do contexto em que era elaborada. Se houveram correntes, como as do pensamento de Freyre e Varnhagen, que priorizavam a continuidade do projeto luso, também existiram outras, em especial no início até a metade do século XX, que priorizavam a mudança a partir de uma ruptura com o passado colonial (RIBEIRO, 2009, p.87).

Aqui parece que o discurso baila entre as duas concepções. Se há a fundamental necessidade de romper com as mentalidades ainda vinculadas "a um tipo de economia colonial e a expressões de pensamento de dependência cultural" (Revista brasília, nº37 p.7, janeiro de 1960), há a valorização da tradição e da herança luso formadora do país. Responsável pelo patrimônio herdado pela nação. Se a igreja católica era a mãe, o pai era o português. E o filho, atestando sua maturidade, buscava a sua verdadeira independência.

Valorizar essa herança fazia Brasília parte de um projeto maior, de uma continuidade da colonização desse território, direito legítimo de quem o possuía. Era importante assim, também, recriar a ideia de fundação do país, religando-a ao mito, construído, como fundador dessa nação.

> Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra mythos), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUÍ, 200, p.5-6).

O mito fundador cria um vínculo interno com o passado como origem, um passado que não cessa. Ao se conservar perene no presente, não permite que este seja compreendido enquanto tal. "Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela" (Ibidem, p.6). O mito fundador não finda, continua a encontrar novos meios de se expressar, novas linguagens, valores e ideias. Quanto mais ele parece outra coisa, mais é uma repetição de si mesmo (Ibidem).

A fundação fala de um momento passado imaginário, compreendido como

instante que origina e se mantém vivo ao longo do tempo, ela visa algo quase eterno que sustenta o curso do tempo e a ele dá sentido. “A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar” (Ibidem).

> O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (Ibidem, p.7).

A chamada descoberta do Brasil foi uma invenção, em especial do século XIX (COLI, 1998). Se as navegações foram uma resposta à necessidade da abertura de novos mercados, de uma perspectiva simbólica, representaram a expansão das fronteiras materiais e o deslocamento das invisíveis (CHAUÍ, 2000, p.59). Não apenas novos produtos, essas navegações parecem ter trazido a notícia da descoberta do Paraíso Terral que habitava a imaginação dos europeus.

“No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador” (Ibidem, p.58). Estes seriam a imagem do paraíso na terra, a história teológica providencial, “elaborada pela ortodoxia cristã” (Ibidem), e a imagem jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça do deus cristão. “Esses três componentes aparecem, nos séculos XVI e XVII, sob a forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (Ibidem).

Porém, foi no século XIX que, na necessidade de construir uma narrativa sobre a nação brasileira, essa carga simbólica foi animada a fim de energizar nas consciências a imagem que desejavam criar sobre essa invenção, a nação. Por um lado os historiadores fundamentavam uma “verdade” cientificamente e, por outro, a atividade dos artistas - em especial da então Academia Imperial de Belas Artes, que depois viria a ser, em 1890, a Escola Nacional de Belas Artes, onde, também, se formaram Lúcio e Oscar – criavam as imagens que perpetuariam essas crenças nas consciências coletivas (COLI, 1998). “A ciência e a arte, dentro de um processo intrincado, fabricavam “realidades” mitológicas que tiveram, e ainda têm, vida prolongada e persistente” (Ibidem).

A invasão portuguesa foi registrada, como é muitíssimo bem sabido, por um documento extremamente detalhado, de relativo sabor literário e grande observação. A carta do achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota, foi escolhida em detrimento dos demais documentos enviados ao rei D. Manoel por

estes motivos, além de nela ter sido estabelecida um elo entre as terras achadas e o paraíso na terra (Ibidem).

Escrita entre 21 de abril e o primeiro dia de maio de 1500, a carta foi apenas resgatada e publicada em 1817 na *Corografia brasíliaca* de Aires de Casal. "Só então a Carta de Caminha entra como documento primordial na história do Brasil – e, sobretudo, na história da história do Brasil. Os historiadores costumam encontrar apenas aquilo que procuram" (Ibidem). Surgindo apenas quando a construção da história exigia, o documento vem ser legitimado como relato da fundação da nação. Sua publicação correspondia à solicitação do momento de criar um passado do Brasil pela história e a literatura construindo no imaginário a imagem condizente com as narrativas que o Estado buscava validar como legítimas.

> Límpido, preciso, visual, com um frescor tão adequado ao mundo inocente que reconstitui, o estilo de Caminha confere ao documento o poder definitivo de projetar-se no imaginário histórico que emerge e atravessa o século XIX brasileiro. Imaginário investido pela fabricação de um mito nacionalista cuja vida será longa, vigoroso ainda nos nossos dias (COLI, 1998).

O achamento do Brasil foi uma invenção histórica e cultural. O que foi narrado como descoberta e construído como Brasil é uma criação dos conquistadores da Europa. "O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como "terra abençoada por Deus", à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, "Nosso Senhor não nos trouxe sem causa" [...]" (CHAUÍ, 2000, p.58). O mito fundador foi construído a fim de criar nas consciências a ideia de que a invasão havia sido obra de deus, decretado por sua palavra e sob a sua vontade.

Além dessa carga, a carta relata as primeiras interações entre indígenas e o invasor português. Estes dois elementos, no momento do ressurgimento da carta, no século XIX, eram tomados como os ancestrais legítimos da nação. O mais conveniente, também, era que na carta estes dois elementos foram representados em uma interação harmoniosa, amável. Pagãos e católicos em harmonia no paraíso vinham atestar a imagem ilusória de uma colonização sem violência e de uma fusão amigável entre as raças.

Na carta um evento, com especial significância, e que teve grande importância para a construção dessa imagem de comunhão entre indígenas e portugueses, foi a segunda missa do Brasil. São duas as que são descritas na carta, a primeira no domingo de páscoa foi menor sem a grande cruz de madeira fincada em solo que viria ser chamado de brasileiro, sem a interação com os povos da terra.

> Ao Domingo de Pascoela (26 de Abril), pela manhã determinou o capitão de ouvir a missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se apresentassem nos batéis e fosse com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e

> sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção (CAMINHA, 1997, p. 23-24).

A segunda missa se deu dias depois, sexta-feira, primeiro dia de maio. Esta foi ritual de maior relevância para as narrativas de harmonia que se queria construir, pois nela a participação de alguns dos indígenas atestou o discurso da sua integração à cultura do colonizador. Ela que foi, aparentemente, recriada por Victor Meirelles em seu famoso quadro que, de tanto, replicado, cristalizou-se nas consciências como representação verídica do ocorrido. A segunda missa, contada como primeira, compreendida como batismo da terra e promessa de conversão de suas gentes, revestida de profundo simbolismo, foi então construída como ato fundador do Brasil. Plasmadora da essência cristã da nação.

> E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a cova para a chantar.
>
> E enquanto a iam abrindo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão.
>
> Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, viriam bem cento cinqüenta, ou mais.
>
> Chantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, a ela ora de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelho assim como nós.
>
> E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção (CAMINHA, 1997, p.45-46).

Ao ritual ao deus católico, ancorando sua energia nessas terras, era associada então, numa cena de aparente elevação espiritual, a relação entre as duas culturas. Estava criado o batismo da nação, e foi esse momento que depois, no século XIX, o projeto de construção de um passado, de uma história e identidade para a nação brasileira soube explorar (COLI, 1998). E que em Brasília seria reencenada a

fim de se fortalecer a ideia da fundação de um novo Brasil.

Talvez, não interesse muito como ocorreu para se construir a história. Se foi a primeira ou a segunda missa, se era domingo de páscoa ou não, o que importa é a carga simbólica que esse ritual teve. E como a história foi contada. E energia que foi evocada. E circulada.

> Nasceu cristão o Brasil. Foi em Pôrto Seguro o seu batismo. Serviu Portugal de padrinho. O nome que lhe buscou no Evangelho (nome da esperança, da libertação, da salvação): Vera Cruz.
>
> Ao consagrar a terra nova, que o padre Rui Pereira, da Companhia de Jesus, em 1560 dizia se houvesse paraíso terreal seria aqui, e a redimir o homem que Pero Vaz Caminha acrescentava ser "o melhor fruto que dela se pode tirar" - Nosso Senhor Jesus Cristo, o Redentor do mundo, veio em pessoa sacramentalmente na Missa celebrada por frei Henrique de Coimbra (a qual o pintor Pedro Américo imaginativamente, procurou evocar no belo quadro conhecido) (Revista brasília, nº41, p.8, maio de 1960).

Estas palavras foram ditas pelo Cardeal Cereja na missa campal no dia da inauguração de Brasília. Realizada às 00h para marcar a consagração da cidade ao deus cristão. Apesar do equívoco em relação ao autor do quadro que se tornou emblemático, criado como representação fiel do acontecido (COLI, 1998), ficam claras as crenças transportadas ao longo do tempo e as significações dadas ao ocorrido. A missa era o ritual de fundação constantemente reencenado.

Todas as inaugurações, aniversários de gente "importante", tiveram a missa como fundamental no roteiro das celebrações. Além dos batismos de placas e de aviões (Revista brasília, nº42, p.4, junho de 1960). Porém, nenhum destes rituais teve maior significado que a primeira missa de Brasília. Pelo menos, a nenhum deles foi dado maior significado. Celebrada no dia 3 de maio de 1957, foi registrada na revista deste mês, a nº5. Esta, além de ser o primeiro número especial, um dos únicos, e inaugurar um novo estilo de diagramação, é, também, uma das três revistas suja capa aparecem pessoas. Nela se vê três homens da igreja católica, dois de joelhos fazem a assistência do que de pé consagra a hóstia em um altar simples, posto em frente a uma bandeira do Brasil.

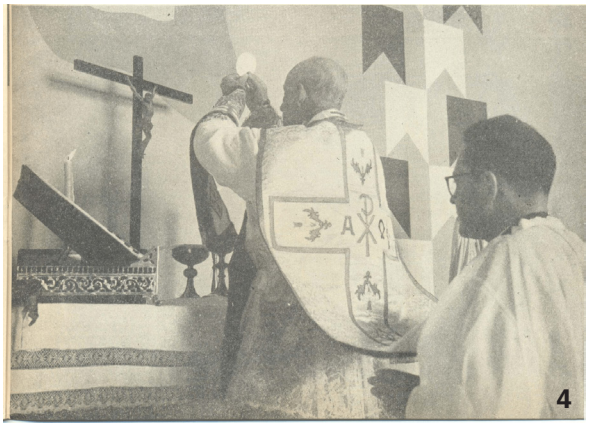
O texto que abre a revista é o último, nesse lugar, que teria a autoria do presidente e dá a tônica do que se desenrola ao longo da publicação. Sob o título de "Estamos Vivendo Uma Hora que a História Vai Fixar", com estas maiúsculas, foi transcrito o discurso proferido por JK que se inicia chamando o brasileiro, os homens destes dias atribulados, a compreensão da capacidade de viverem epopeias (Revista brasília, nº5, p.1, maio de 1957), mas que, porém, possuem pudores em relação ao que se define como grandioso.

Apesar de terem perdido a coragem de confessar sua participação em eventos que marcarão o curso da história, existiria um certo heroísmo naqueles tem-

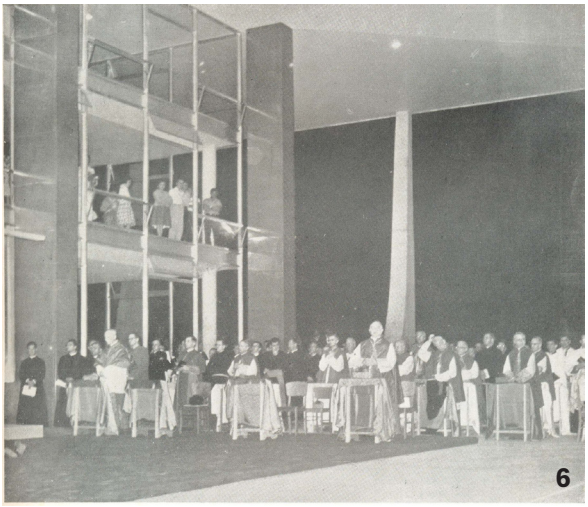












1. Revista nº40, página 48
Primeira missa de Brasília

2. Revista nº13, página 14
Missa votiva nas comemorações do aniversário de Israel Pinheiro

3. Revista nº18, página 6
Missa na inuaguração do Palácio da Alvorada

4. Revista nº18, página 19
Missa na Capela de Nossa Senhora de Fátima, a Igrejinha da 308 Sul

5. Revista nº26, página 2
Missa na inauguração da Belém-Brasília

6. Revista nº41, página 9
Missa às 00h do dia 21 de abril de 1960, marcando a inauguração da Capital

pos, porém estes eram revestidos por formas normais e cotidianas, para que não houvesse o risco de que estes homens se envaidecessem. Nesse jogo de aparente humildade, muito valorizado dentro da moral cristã, e exaltação do acontecimento JK construía o significado que se desejava dar ao ritual. A refundação do Brasil, com a construção de Brasília. Recorrendo ao ritual que marcou o mito de fundação da nação, reencena-se, invocando a mesma energia, reanimando 1500.

> No entanto, por mais que procuremos livramos das expansões fartas; por mais que desejemos obedecer a essa regra da vida moderna que prescreve a naturalidade em face do extraordinário, temos agora de curvar-nos comovidos, diante da excelsitude do que se está verificando aqui, e admitir que esta primeira missa, celebrada no sítio em que se erguerá a futura capital do Brasil, constitui um quadro que o tempo não levará para o esquecimento (Ibidem).

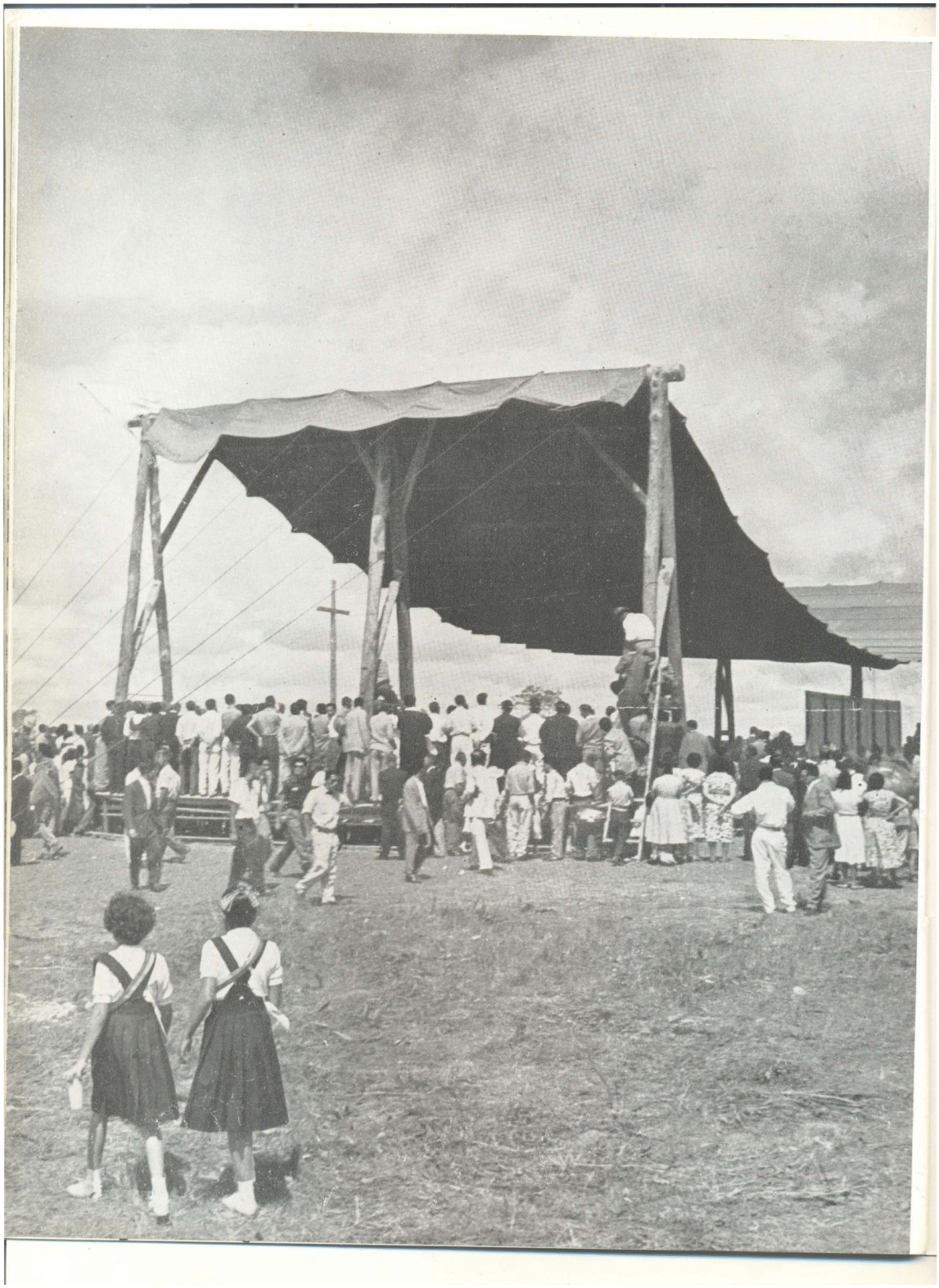
Talvez o maior medo do homem branco seja a morte. O esquecimento, este mesmo que impôs a tudo que esteve fora dos limites criados, como desviante. Mas não sei se é isso que importa aqui, porém me pego refletindo sobre a obsessão em marcar a história, esta mesma que é invenção sua. A vida, no paradigma cristão, este que nem sempre foi o que é, finda-se com a morte. A vida em oposição à morte, a morte em oposição à vida, em um tempo que corre como linha até acabar o carretel.

A reativação do mito fundador localiza Brasília em uma tradição maior, buscando a força necessária para sua realização e reanimando as narrativas construídas sobre origem e sobre o povo brasileiro. Se até então não havia ficado claro no texto de JK, foi por que ele estava construindo o argumento da importância do evento, para enfim o vincular às origens do Brasil.

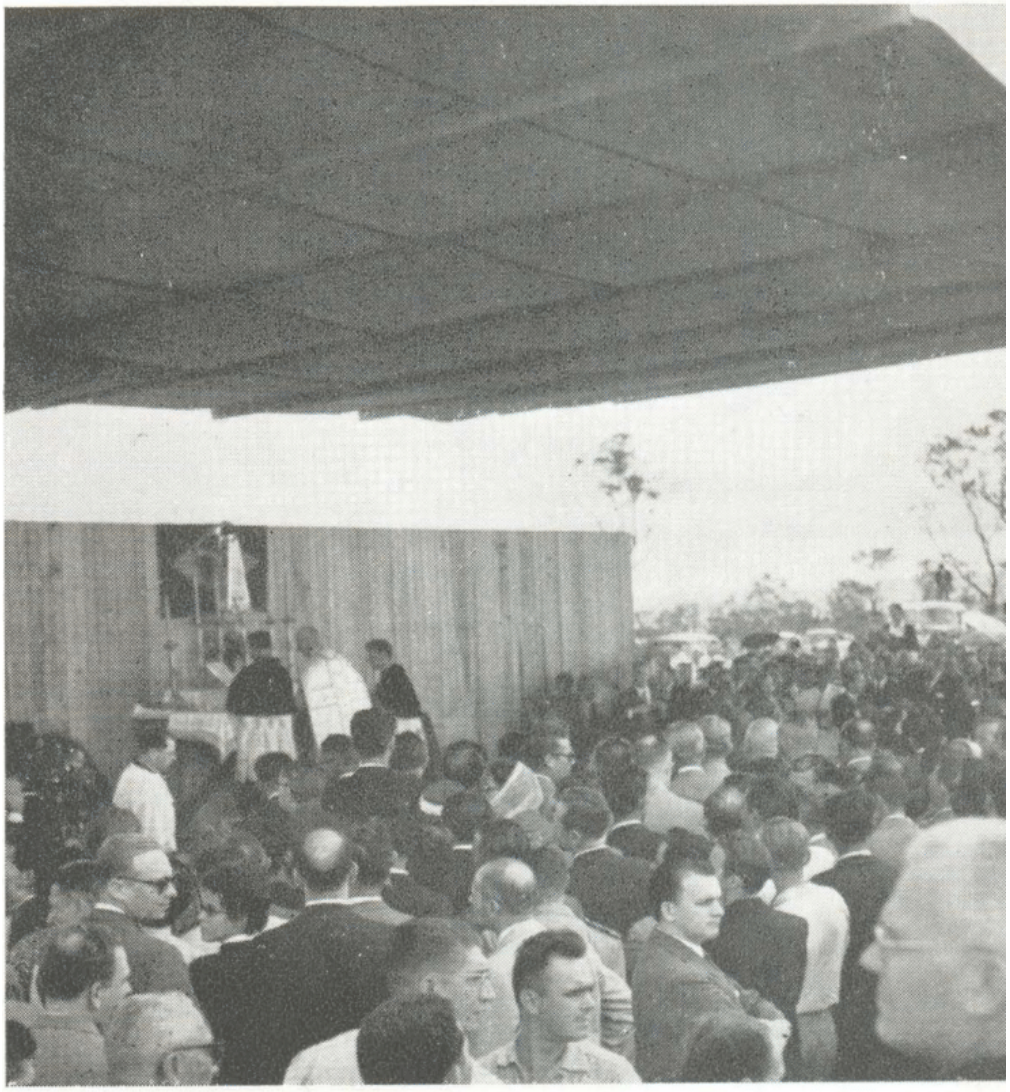
Naquele dia da santa cruz, dia em "que a capital recém-nascida recebe o seu batismo cristão; dia em que nela se verifica, pela vez primeira, o mistério da transformação do pão em carne e sangue do Salvador do Mundo" (Ibidem), na sua alma se recolhia a sua substância divina. Cidade que nascia com a missa, começava a "erguer-se, integrada no espírito cristão, causa, princípio e fundamento da nossa unidade nacional" (Ibidem). Aquele três de maio era o "dia em que Brasília se torna autênticamente brasileira. Porque desde as suas origens o Brasil existe com a presença de Cristo" (Ibidem).

> Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança, o dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o do coração da Pátria (Ibidem).

Se a vinculação à primeira missa do Brasil não fica tão explicita na fala de Juscelino, essa relação se torna mais clara ao longo da revista. Recheada de fotografias do evento, o que se vê repetir é uma multidão de corpos brancos, que durante o ritual parecem, muitas vezes, estarem mais preocupados com o que acontece



Revista nº5, página 10



Revista nº5, página 11
Algo chama atenção fora do ritual católico

fora do ambiente sagrado do que no altar. É longa a tradição da missa como momento de socialização e não necessariamente de comunhão com o sagrado cristão. O evento é travestido não apenas de uma significação religiosa, mas também cívica, para o qual por todos os meios de transporte possíveis, "em aviões, automóveis ou simples charrettes, num total de quase mil veículos acorreram os numerosos fiéis da Igreja, e também do futuro brasileiro, simbolizado na edificação da nova capital do país" (Ibidem, p.3).

> Mais de 15 mil brasileiros, atendendo aos apelos da fé cristã e do entusiasmo patriótico, reuniram-se no coração do território nacional no dia 3 de maio, para assistir às cerimônias da Primeira Missa em Brasília. Autoridades e povo, chegados de todos os quadrantes do país, compuseram a grande cena religiosa e cívica que, sob muitos aspectos, alcançou a mesma significação histórica da Primeira Missa do Brasil, rezada, há quatrocentos e quarenta e sete anos, por frei Henrique de Coimbra (Ibidem).



ria celebrada a cerimônia e que se destina à ficar na futura catedral da cidade. O belo "Viscount" trouxe ainda diversas autoridades do govêrno paulista, entre as quais o representante do governador Jânio Quadros, o secretário da Fazenda Dr. Carvalho Pinto.

PERSONALIDADES PRESENTES

Outros aviões conduziram numerosas delegações de políticos, jornalistas, expoentes do comércio e da indústria, dirigentes de importantes órgãos da administração pública, membros do clero, personalidades do mundo social, escritores e visitantes das mais várias classes e procedências.

Entre as altas personalidades da vida política, religiosa, administrativa e cultural do país, registramos as seguintes presenças: o vice-presidente da República, Sr. João Gou-

4

O Cardeal D. Carlos Carmelo, aclamado pela multidão, é recebido no aeroporto de Brasília para onde foi conduzido pelo "Viscount" presidencial.

Mais de vinte aviões, comerciais, particulares e militares transportaram a Brasília os numerosos convidados do Rio de Janeiro, São Paulo e outros centros

lart; os governadores Jorge Lacerda, de Santa Catarina, Paulo Saraiate, do Ceará, Antônio Balbino, da Bahia, Francisco Lacerda de Aguiar, do Espírito Santo e José Ludovico, de Goiás; os generais Odílo Denys, comandante do 1.º Exército, Stênio Albuquerque Lima, Edgard do Amaral; o Sr. Vitor Nunes Leal, chefe do Gabinete Civil da Presidência; o general Nelson de Melo, chefe do Gabinete Militar; os brigadeiros Nero Moura, Armando Azarigboia e Alves Sêco; o cel. Janary Nunes, presidente da Petrobrás; o prof. Pedro Calmon, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil; o jornalista Herbert Moses, presidente da A.B.I.; o Sr. Mário Pinotti, chefe do Departamento Nacional de Endemias Rurais; os senadores Domingos Velasco e Lino Matos; os deputados Rogê Ferreira e Emílio Carlos; vereador Hugo Ramos Filho, presidente da Câmara do Distrito Federal; Dr. Feliciano Araújo, tesoureiro da Casa da Moeda; D. Teresa de Orleans e Bragança, a Condessa Pereira Carneiro, e inúmeras outras pessoas.

RUMO AO CRUZEIRO

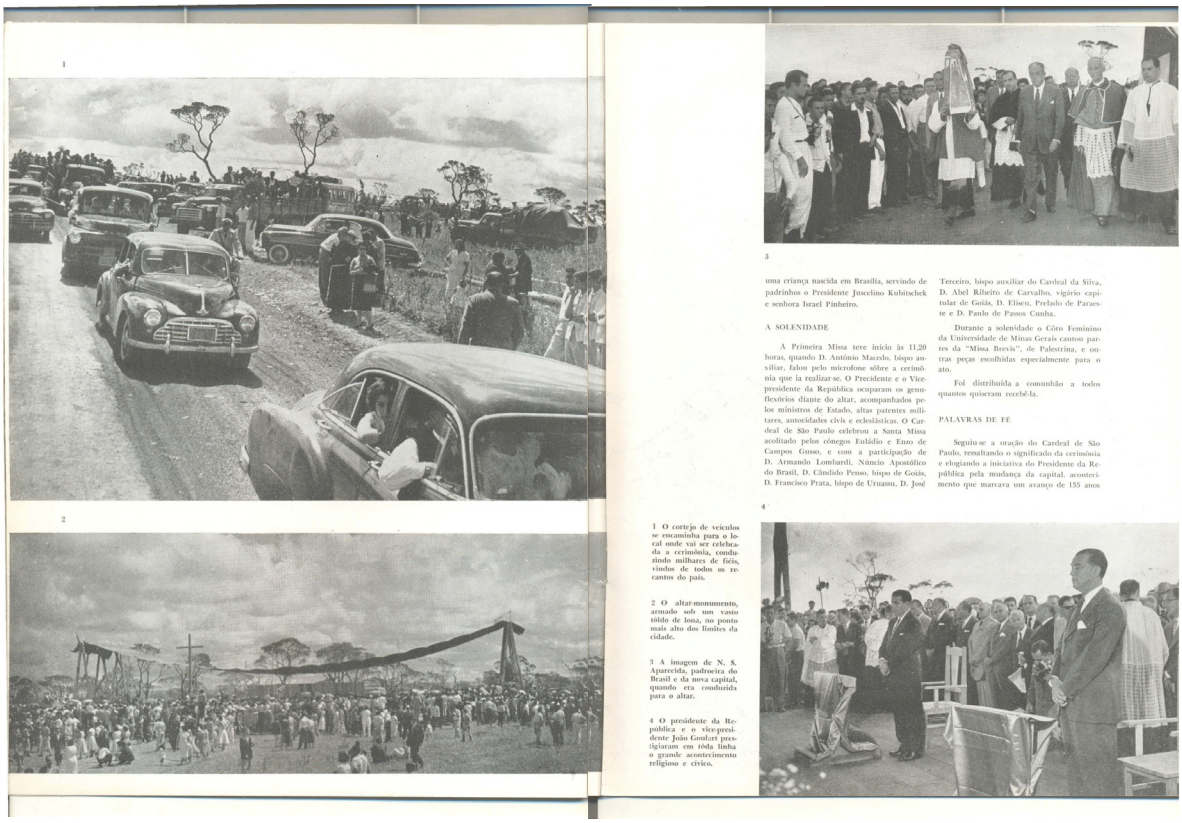
Num impressionante desfile de veículos, partiram os convidados para o local chamado Cruzeiro, a 10 quilômetros do aeroporto e no ponto mais alto dos limites da nova capital, onde seria oficiada a Primeira Missa. Ali, sob um imenso tôldo de lona, em chão assoalhado, lembrando em tudo o ambiente primitivo e singelo da Primeira Missa do Brasil, estava armado o altar monumental, em cujo centro ficou a imagem de N. S.ª Aparecida. A vegetação rala do local havia sido desbastada, formando-se ali um enorme descampado.

Antes da solenidade religiosa, D. Carlos Carmelo Mota celebrou o batismo de

5

Revista nº5, páginas 4 e 5

Revista nº5, páginas 6 e 7



1

2

3

uma criança nascida em Brasília, servindo de padrinhos o Presidente Juscelino Kubitschek e senhora Israel Pinheiro.

A SOLENIDADE

A Primeira Missa teve início às 11.20 horas, quando D. Antônio Macedo, bispo auxiliar, falou pelo microfone sôbre a cerimônia que ia realizar-se. O Presidente e o Vice-presidente da República ocuparam os genuflexórios diante do altar, acompanhados pelos ministros de Estado, altas patentes militares, autoridades civis e eclesiásticas. O Cardeal de São Paulo celebrou a Santa Missa acolitado pelos cônegos Eulálio e Enno de Campos Gusso, e com a participação de D. Armando Lombardi, Núncio Apostólico do Brasil, D. Cláudio Pessa, bispo de Goiás, D. Francisco Prata, bispo de Uruaçu, D. José Terceiro, bispo auxiliar do Cardeal da Silva, D. Abel Ribeiro de Carvalho, vigário capitular de Goiás, D. Elísea, Prelado de Paracatu e D. Paulo de Passos Cunha.

Durante a solenidade o Côro Feminino da Universidade de Minas Gerais cantou partes da "Missa Brevis", de Palestrina, e outras peças escolhidas especialmente para o ato.

Foi distribuída a comunhão a todos quantos quiseram recebê-la.

PALAVRAS DE FE

Seguiu-se a oração do Cardeal de São Paulo, ressaltando o significado da cerimônia e elogiando a iniciativa do Presidente da República pela mudança da capital, acontecimento que marcava um avanço de 135 anos

4

1 O cortejo de veículos se encaminha para o local onde vai ser celebrada a cerimônia, conduzindo milhares de fiéis, vindos de todos os recantos do país.

2 O altar-monumento, armado sob um vasto tôldo de lona, no ponto mais alto dos limites da cidade.

3 A imagem de N. S. Aparecida, padroeira do Brasil e da nova capital, quando era conduzida para o altar.

4 O presidente da República e o vice-presidente João Goulart prestigiaram em tôda linha o grande acontecimento religioso e cívico.

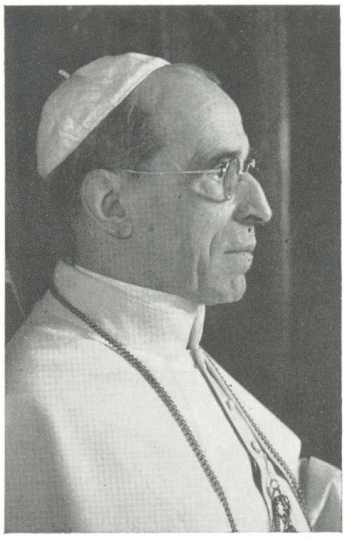


A MENSAGEM DO PAPA PIO XII

S. S. o Papa Pio XII concedeu especial bênção apostólica às autoridades presentes à primeira missa celebrada em Brasília, através da seguinte mensagem ao Presidente da República:

"Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente dos Estados Unidos do Brasil — Rio — DF — No dia do aniversário da descoberta e da primeira missa nas terras de Santa Cruz muito Nos agrada que tão fausta data seja recordada com a celebração da primeira missa em Brasília. Pedindo a Deus que continue a derramar sôbre a generosa nação brasileira os seus celestes favores para que progrida e prospere à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, concedemos, de coração, a V. Exa., às autoridades presentes à sugestiva cerimônia e a todo querido povo brasileiro, a nossa especial bênção apostólica. PIUS PP. XII".

A fé desbrava a serena paisagem de Brasília, no avanço das suaves Mensageiras de Deus.



S. S. o Papa Pio XII

Revista nº5, página 12

A estradas de acesso a Brasília “foram completamente tomadas por densa romaria, por uma multidão de homens, mulheres e crianças do interior, ansiosos por ver de perto, com os próprios olhos o nascimento de uma nova era da civilização nacional - uma legítima redescoberta do Brasil” (Ibidem). Além de transformar pão em carne, vinho em sangue, o ritual católico parece ter tido o poder de parir em menos de 2h uma nova era para a civilização, legítima redescoberta porque realizada pelos descendentes dos primeiros brancos.

O evento, largamente registrado, foi descrito desde seu início ao fim, com o retorno dos convidados. Primeiro a chegada do “Viscount” presidencial, sempre chamado assim por seu nome ao longo das revistas, quase uma entidade nas suas páginas,com o cardeal que celebraria a missa e a estátua de Nossa Senhora Aparecida, escolhida padroeira da cidade. Depois a lista de nomes de uma série de “personalidades” que estiveram presentes, entre elas políticos, jornalistas, homens do comércio e indústria, gente do clero e afins.

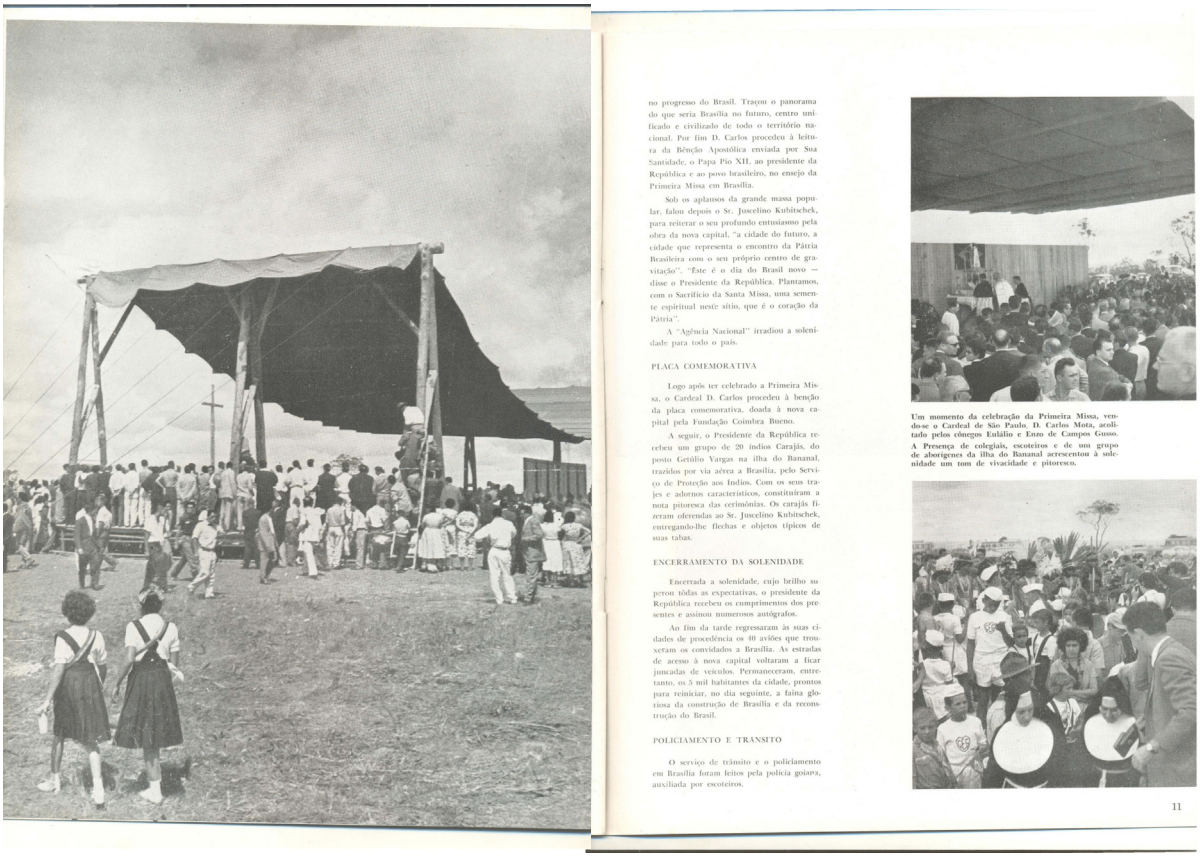
A missa começou 11:20 após um batismo de uma criança nascida em Brasília, feita afilhada de Juscelino e Israel, não tem seu nome nas páginas. O ritual que teve direito à participação do Côro Feminino da Universidade de Minas Gerais, benção do papa, na época o Pio XII, foi irradiada pela “Agência Nacional”. Teve placa comemorativa benzida e discurso deveras grande do cardeal de São Paulo.

Na página 12, onde uma foto grande mostra 7 freiras caminhando com seus mantos negros e cestas de piquenique por entre a relva do cerrado e acompanhada pela legenda: “A fé desbrava a serena paisagem de Brasília, no avanço das suaves Mensageiras de Deus” (Ibidem, p.12), ao lado de uma foto de perfil do papa de nariz adunco, segue sua mensagem enviada para a ocasião.

> Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente dos Estados Unidos do Brasil - Rio - DF - No dia do aniversário da descoberta e da primeira missa nas terras de Santa Cruz muito Nos agrada que tão fausta data seja recordada com a celebração da primeira missa em Brasília. Pedindo a Deus que continue a derramar sôbre a generosa nação brasileira os seus celestes favores para que progrida e prospere à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, concedemos, de coração, a V. Exa., às autoridades presentes à sugestiva cerimônia e a todo querido povo brasileiro, a nossa especial bênção apostólica. PIUS PP. XII (Ibidem).

A sugestiva cerimônia que tanto alegrou ao papa não havia sido comemorada no dia nem da descoberta e nem da primeira missa, mas o que interessa era a circularidade dos acontecimentos. A reafirmação a posse espiritual da terra pela igreja católica e a reiteração do mito. A terra prometida continuava reverberando o Éden perdido, agora renascido e abençoado pelo novo papa.

Se na primeira missa do Brasil, na construção da imagem de harmonia nessa terra prometida, a interação entre os povos originários e o colonizador português foi



no progresso do Brasil. Traçou o panorama do que seria Brasília no futuro, centro unificado e civilizado de todo o território nacional. Por fim D. Carlos procedeu à leitura da Bênção Apostólica enviada por Sua Santidade, o Papa Pio XII, ao presidente da República e ao povo brasileiro, no ensejo da Primeira Missa em Brasília.

Sob os aplausos da grande massa popular, falou depois o Sr. Juscelino Kubitschek, para reiterar o seu profundo entusiasmo pela obra da nova capital, "a cidade do futuro, a cidade que representa o encontro da Pátria Brasileira com o seu próprio centro de gravitação". "Este é o dia do Brasil novo — disse o Presidente da República. Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o coração da Pátria".

A "Agência Nacional" irradiou a solenidade para todo o país.

PLACA COMEMORATIVA

Logo após ter celebrado a Primeira Missa, o Cardeal D. Carlos procedeu à benção da placa comemorativa, doada à nova capital pela Fundação Coimbra Bueno.

A seguir, o Presidente da República recebeu um grupo de 20 índios Carajás, do posto Getúlio Vargas na ilha do Bananal, trazidos por via aérea a Brasília, pelo Serviço de Proteção aos Índios. Com os seus trajes e adornos característicos, constituíram a nota pitoresca das cerimônias. Os carajás fizeram oferendas ao Sr. Juscelino Kubitschek, entregando-lhe flechas e objetos típicos de suas tabas.

ENCERRAMENTO DA SOLENIDADE

Encerrada a solenidade, cujo brilho superou tôdas as expectativas, o presidente da República recebeu os cumprimentos dos presentes e assinou numerosos autógrafos.

Ao fim da tarde regressaram às suas cidades de procedência os 40 aviões que trouxeram os convidados a Brasília. As estradas de acesso à nova capital voltaram a ficar juncadas de veículos. Permaneceram, entretanto, os 5 mil habitantes da cidade, prontos para reiniciar, no dia seguinte, a faina gloriosa da construção de Brasília e da reconstrução do Brasil.

POLICIAMENTO E TRÂNSITO

O serviço de trânsito e o policiamento em Brasília foram feitos pela polícia goiana, auxiliada por escoteiros.

Um momento da celebração da Primeira Missa, vendo-se o Cardeal de São Paulo, D. Carlos Mota, acolitado pelos cônegos Eulálio e Enzo de Campos Gouso. A Presença de colegiais, escoteiros e de um grupo de aborígenes da ilha do Bananal acrescentou à solenidade um tom de vivacidade e pitoresco.

11

Revista nº5, páginas 10 e 11

importante, os dois registrados como os verdadeiros ancestrais do Brasil, na primeira missa de Brasília não poderia faltar a presença indígena. Porém, agora, a ideia era que os indígenas já teriam sido assimilados pela civilização, tendo sido incorporados à nação.

Quase nenhum destaque é dado aos povos originários, na primeira e uma das únicas aparições nas revistas sobre a existência indígena. Sua participação na primeira missa aparece na página 11 entre outras informações em um texto intitulado "Placa Comemorativa". Trazidos de forma proposital a fim de completar o cenário, os indígenas são meros objetos para a satisfação do desejo de reencenar a primeira invasão.

> A seguir, o presidente da República recebeu um grupo de 20 índios Carajás, do posto Getúlio Vargas na ilha do Bananal, trazidos por via aérea a Brasília, pelo Serviço de Proteção aos índios. Com os seus trajes e adornos característicos, constituíram a nota pitoresca das cerimônias. Os carajás fizeram oferendas ao Sr. Juscelino Kubitschek, entregando-lhe flechas e objetos típicos de suas tabas (Ibidem, p.11).

Carajás com letra minúscula, a oferenda ao homem branco como se este fosse alguma divindade a ser agradada. Os indígenas aparecem em uma foto ao lado do pequeno parágrafo, com a legenda: "A Presença de colegiais, escoteiros e de um



Revista nº5, página 11
No fundo destacam-se os cocares dos indígenas Carajás trazidos para a primeira missa de Brasília

grupo de aborígenes da ilha do Bananal acrescentou à solenidade um tom de vivacidade e pitoresco" (Ibidem). Sua presença se nota por causa de seus cocares que se destacam em meio à multidão, dando a impressão de bem integrados, observa-se que são fotografados por duas ou três pessoas. O tom pitoresco parece que além de reavivar a primeira invasão nas consciências, também, servia para entreter os brancos vivificados pela presença – feita – exótica.

O indígena representava, nessa razão, um vestígio do passado que aos poucos seria apagado com a sua dominação pela civilização. Brasília seria, finalmente, a possibilidade de total conquista e integração do território, e suas gentes, sob o domínio da nação. A posse do que é de direito dos herdeiros dos colonizadores, do Estado. A consequente integração da Amazônia, feita a partir do trampolim mágico.

Se o discurso de JK foi de certa forma conciso, o do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, não. Cheio de emoção, o longo discurso do clérigo traz à tona uma série de significações dadas à data e a Brasília, que servem para alumiar um pouco sobre as crenças da razão desses homens. Publicado na página 13, segue ainda por parte da seguinte, é novamente divulgado na revista nº7, de julho de 1957, nas páginas 14 e 15, com menção ao autor, porém sem nenhuma menção à ocasião em que foi proferido, completamente solto da revista. Esse discurso, depois, foi inúmeras vezes citado na fala de outros homens, retomando as ideias do cardeal, tamanha a força presente em suas palavras e a significação

das ideias nelas expostas.

"Ali, sob um imenso tôldo e de lona, em chão assoalhado, lembrando em tudo o ambiente primitivo e singelo da Primeira Missa do Brasil, estava armado o altar monumental, em cujo centro ficou a imagem de N. S.ª Aparecida" (Ibidem, p.5), o cardeal divagava sobre a realidade que lhe dava a sensação de um sonho misterioso (Ibidem, p.13).

Assim como a festividade da Páscoa de 1500 havia valido para Pedro Alvares Cabral e todo Portugal como a Páscoa da descoberta do Brasil, "a, e para todos os bons brasileiros, esta Páscoa de 1957 está sendo a venturosa da descoberta do Brasil, nesta epifania, nesta alvorada de Brasília" (Ibidem). Nesse paralelo temporal, na tentativa de evocar a mesma origem, Brasília, para o clérigo, representava um dos três maiores momentos da história da pátria, após o descobrimento e da independência em 1822. Nesse dia em que "pessoalmente nos Santos Sacrifícios da Eucaristia Jesus começou a evangelização de Brasília" (Ibidem), a cidade estaria alicerçada no divino sacrifício do salvador.

> Brasília vai ser uma como que metrópole universitária da civilização cristã, da democracia cristã, da justiça social cristã, da fraternidade cristã, da paz cristã. V. Exa., Sr Presidente, foi o estadista que a Providência talhou com a inteligência e coragem bastante para compreender e empreender essa obra ciclópica e transcendental e que em boa hora tem sido poderosamente coadjuvado pelo Dr. lsrael Pinheiro, o benemérito urbanizador, e pelo senador Coimbra Bueno, o propagandista máximo da nova capital (Ibidem).

A obra que transcendia a realidade material, tocada por um significado profundamente espiritual, vinculada à fé cristã, era construída sob a imagem da predestinação divina. Sob a orientação divina, escolhido por deus, JK realizava o desejo da divindade católica. Nesse parágrafo, é a primeira vez que se referem, na revista, a obra como ciclópica, como, também, se referiam aos monumentos antigos, dando a ideia de enormidade, de peso, adjetivo que vai ser assumido nos discursos para descrever a obra. O ciclope, assim como parece ser uma característica dessa razão focada em uma só perspectiva, possui apenas um olho. Sem muita visão periférica.

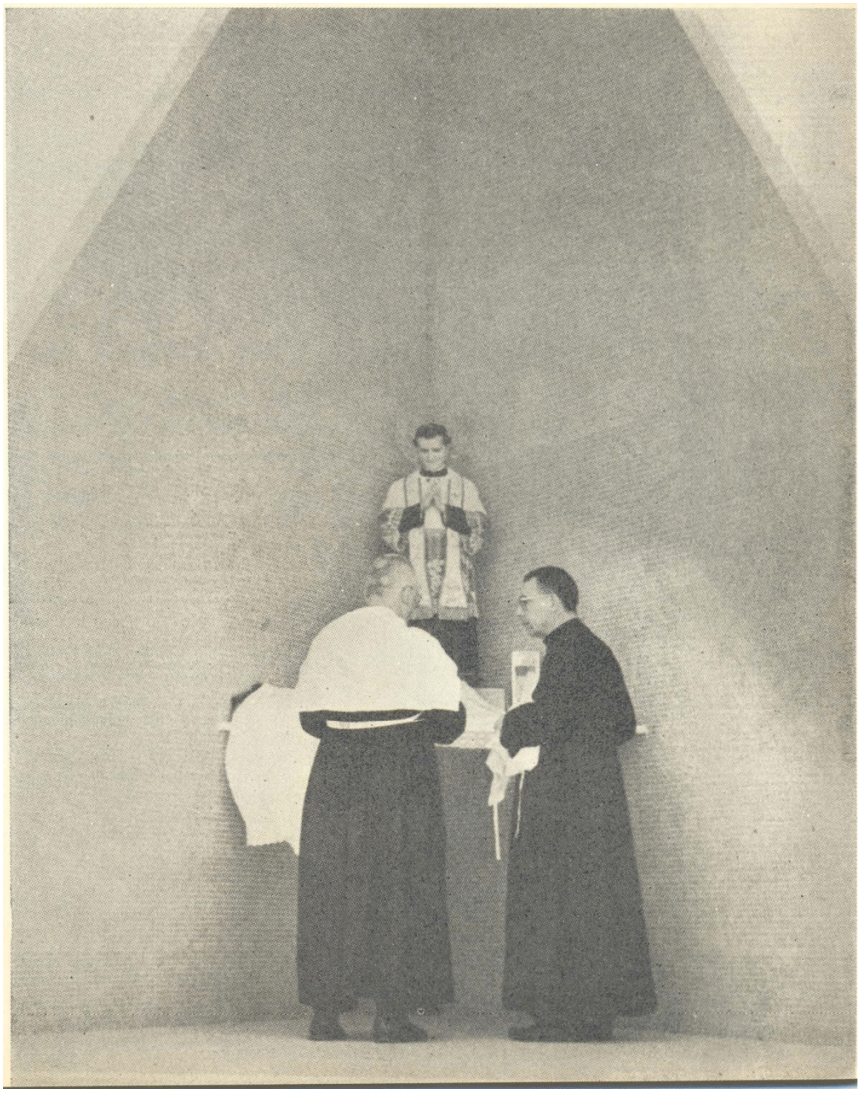
Assim sob a égide do deus cristão, como realização de sua vontade, Brasília seria o movimento de renovação e salvação da nação. Possibilitando, como trampolim mágico, a conquista da Amazônia, a posse da terra, resolvendo quase que magicamente o problema da "fuga do nosso sertanejo em busca da miragem das megalópolis" (Ibidem).

> Brasília vai ser o mais formidável impulso unificador e civilizador do Brasil. Brasília vai ser a mobilização efetiva e definitiva desta grande Nação de 60 milhões de cidadãos livres e dêste extremissimo território, patrimônio colossal, capital imensa do qual precisamos e devemos auferir os alguns legítimos tanto em benefício nosso quanto em benefício da humanidade (Ibidem).

Brasília era a continuação do que se iniciou em 1500. Pela aura santa que se revestia, o empreendimento criava a ideia de que dele não havia como se escapar. Era o destino, era o único caminho para integrar o território e, mais ainda, era a predestinação do deus católico.

Uma narrativa fundamental, que foi utilizada para criar essa ideia de predestinação, foi o sonho do santo italiano, de 1883. Interpretada como profecia, a história do padre Dom Bosco, foi descoberta por Israel Pinheiro em 1957, que logo tratou de a incorporar aos relatos oficiais sobre a construção (ESPADA, 2011, p. 28). "A predição foi publicada no mesmo ano na revista *brasília*, editada pela Novacap, passando desde então a integrar cronologias oficias sobre a história da capital"(Ibidem), junto com os projetos do patriarca da independência e a inserção da necessidade da interiorização da capital na Constituição de 1891.

Cogitado como possível padroeiro da cidade, D. Bosco recebeu a primeira obra de alvenaria construída na capital. Uma ermida a ele oferecida. Na seção escrita pelo Professor Horácio Mendes, "Brasília e seus antecendentes", publicada na revista nº40, de abril de 1960, na página 35, em que aparece uma foto do perfil



Revista nº12, página 16
Dois homens da igreja católica no interior da Ermida de Dom Bosco

iluminado por um halo de luz do santo, o tópico 15 afirma a profecia como fato histórico.

> 15 - Em 30 de agosto de 1883, conforme está comprovado, SÃO JOÃO BOSCO, em sonho, viu uma terra de riqueza inconcebível. Nessa terra, exatamente, foi construída a nova Capital (Revista brasília, nº40, p.35, abril de 1960).

Na revista nº12, de dezembro de 1957, um texto sem autoria indicada com o título de "A profecia de S. João Bosco" mostra como o sonho deve ser interpretado. Destrinchando o sonho, mostrando como Brasília é a realização da profecia da terra prometida. O sonho do santo é muito maior e com muitos outros detalhes, mas o que interessa é mostrar onde ele supostamente se refere a Brasília.

> São muito conhecidas as faculdades sobrenaturais de vidência do grande educador e, no livro "Memorie Biografiche", vol. XVI , págs. 385 a 394, encontra-se uma dessas comunicações proféticas que diz respeito à implantação da Nova Capital brasileira no Planalto Central goiano e ao surto de renovação e prosperidade que a interiorização do centro governamental trará para o País. "No dia 30 de agôsto de 1883, teve um - sonho-visão"... "Mas isso não era tudo. Entre os paralelos 15º e 20° havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: Quando escavarem as minas escondidas no meio dêstes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível !"... (Revista brasília, nº12, p.16, dezembro de 1957).

A profecia de Dom Bosco trazia um elemento mítico que tornava ainda mais próxima a ideia de paraíso terral, lugar abençoado, esta que reverbera desde as primeiras invasões. Cada vez mais eram adicionadas camadas de significação, que distanciavam Brasília de uma mera escolha política e a aproximavam da ideia de um destino marcado. Brasília era quase que, nessa narrativa, uma imposição do deus católico. Esse discurso é poderoso porque mobiliza uma energia que transcende o humano, e localiza nele o sentido da experiência, afetando profundamente as subjetividades. E dificultando, dentro de um coletivo dominado pelo espírito cristão, a contestação do empreendimento, um vez que constestá-lo seria, também, constestar a vontade divina.

Outra profecia tentou ser lançada, porém, parece que não teve força e aparece apenas uma vez em um texto de abertura da revista. Este, na nº31 de julho de 1959, com o título de "A profecia de Toscanelli" de autoria de Carlos Xavier de Azevedo tenta localizar no mestre de Da Vinci a intuição que predestinava o surgimento de Brasília.

O texto começa de forma confusa trazendo a história do surgimento de uma encantada região "a regida por homens fortes e a eleita das mulheres que pareciam estátuas vivas de escultores divinizados" (Revista brasília, nº31, p.1, julho de 1957). Fazendo quase que crer que ele falava sobre Brasília. Essa região, da qual conta o

surgimento mítico, seria Atenas, como ele vai revelar mais tarde no texto.

> Longe daqui, no ocaso de 1464, quando Paulo dei Pozzo Toscanelli adotou como discípulo o genial Leonardo da Vinci, o discípulo viu o mestre físico e astrônomo terminar uma planta, feita em papel quadriculado, que serviria aos arrojados navegadores daquela gloriosa época. Quase ao centro da planta, lia-se a palavra «Brazilae», com o implicante ditongo latino a enfeiar o nome Brasília (Ibidem).

"O Brasil, então, aguardava também que a ampulheta do tempo escoasse mais trinta e seis anos para receber o batismo dos primeiros audazes que andariam «por mares nunca dantes navegados »" (Ibidem). Nos escritos medievais foi consagrado um poderoso mito, o das Ilhas Afortunadas, lugar abençoado, onde a primavera se fazia eterna e onde a vida seguia em harmonia. "Essas ilhas, de acordo com as tradições fenícia e irlandesa, encontram-se a oeste do mundo conhecido. Os fenícios as designaram com o nome Braaz e os monges irlandeses as chamaram de Hy Brazil" (CHAUÍ, 2000, p.59). Nos mapas entre 1325 e 1482, essa terra era indicada na promessa de sua existência. Provavelmente era o que se indicava no mapa que, segundo o autor, Leonardo da Vinci viu ser desenhado.

O autor se questiona de onde teria vindo esta inspiração, a intuição que havia feito o sábio escrever esse nome. Mas sem resposta, o que importava era a profecia ter se cumprido pelas mãos do mago. "O homem criatura fêz-se um dia criador e Brasília nasceu, assim, das mãos mágicas de Juscelino Kubitschek" (Ibidem).

JK era o realizador de profecias, quase que tendo sua imagem construída como um ser mítico, escolhido. Era o herói sendo inventado. Mito. Criatura que se assemelhava ao seu criador. JK era quase que divinizado dessas narrativas.O herói responsável pelo surgimento mágico da cidade prometida por deus. Cidade cristã, nascida de sua fé, como o Brasil havia sido. Preservadora dos costumes e da moral cristã, responsável pela expansão da civilização cristã. Construía-se uma imagem sagrada da cidade da qual pouco se poderia contestar. Moderna, porém profundamente vinculada à tradição e às antigas estruturas da nação.

Sua população, mesmo que perene, mostrava-se, pelo menos nos censos, também, seguidora dessa fé, o que era apenas um reflexo de um país majoritariamente católico. No "Noticiário" da revista nº28, de abril de 1959, página 17, ficou informado que no final daquele mês seria realizado um censo demográfico preliminar em Brasília. Os primeiros dados a serem divulgados na revista aparecem também na seção "Noticiário", de seu nº24, página 19, do mês de outubro daquele mesmo ano.

O título que acompanha as informações é "Predominam os católicos". Segundo o Censo Experimental realizado em maio, apesar de ter sido divulgado que seria em abril, pelo IBGE mostrou que a presença católica era maior nas localidades de antiga formação, Braslândia, Planaltina e Zona Rural. Isso é interessante porque, sendo a primeira vez que aparecem nas revistas, deixam transparecer que existia

uma ocupação no território muito mais antiga que Brasília, o que era conveniente não ser mostrado uma vez que um dos grandes argumentos em relação à ocupação do Planalto Central era ele ser um deserto abandonado.

O texto segue se referindo aos protestantes, que estavam mais concentrados em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante. “Vêm a seguir a Candangalôndia, com 7,9 %, e o Núcleo de Bananal, com 6,8 %. Em Braslândia não existe um só protestante” (Revista brasília, nº34, p.19, outubro de 1959). Novamente, interessante, também, é que aqui aparecem outros núcleos populacionais que nunca haviam recebido referência, assim como não voltarão a ter ao longo das revistas, deixando transparecer que, apesar da imagem de ordem e progresso, o projeto diferia muito da realidade. Por fim, o texto se refere aos espíritas que se distribuíam de forma relativamente uniforme, embora os números mais expressivos se encontrassem “no Núcleo Bandeirante, no Acampamento Central da Novacap e no povoado de Taguatinga” (Ibidem).

Transformadora das mentalidades, Brasília continuava se sustentando sobre as mesmas estruturas, subjetivas. Se a narrativa falava de uma ruptura e de uma renovação ela também reanimava antigos mitos a fim de justificar e energizar a empreitada, a continuação da expansão da colonização sobre o território. Talvez o espírito de Brasília fosse mais um dos obsessores que assombram a terra desde 1500.

Construía-se uma imagem de cidade prometida, profetizada, cristã, pura, blindando-a a fim de afastar as críticas e assegurar sua construção. Imagem, também, que a afastava da sua realidade, mas que expunha o desejo de quem mobilizava sua construção. Cidade que era construída à imagem e semelhança do homem, para espelhar sua imagem. Para provar seu valor e atestar sua civilidade. Pura e limpa, criada a fim de se mostrar universal, nada tinha de neutra.

Uma das visitas estrangeiras que mais marcou o período da construção da capital, provavelmente, foi a de André Malraux, ministro dos assuntos culturais francês. Sua visita ocorreu no dia 25 de agosto de 1959 e está registrada na revista desse mesmo mês, a de nº 32. “Receberam-no, merecidamente, em Brasília, o presidente Juscelino Kubitschek e o dr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap. Na ocasião foi lançada a pedra fundamental da «Maison de France» da futura capital brasileira”(Revista brasília, nº32, p.2, agosto de 1959).

Poucas são as fotos do evento, uma com JK falando ao microfone enquanto alguém, só aparece a sua mão, limpa o suor da nuca do presidente com um lencinho branco e outra de Malraux descendo do Viscount presidencial enquanto acena acompanhado de dois outros homens. Porém, se o registro fotográfico é parco, os discursos de JK e do francês estão transcritos na íntegra. Cheio de significações sobre a importância cultural e civilizatória de Brasília, trechos do discurso do ministro francês foram repetidamente rememorados em outras falas de Juscelino. No de abertura do Congresso Internacional de Críticos de Arte e no do seu aniversário, registrados na revista de setembro do mesmo ano, nº 33, e no da entrega da prefei-

tura de Brasília a Israel Pinheiro, após a sua inauguração. Este, registrado na revista nº41 de maio de 1960.

O discurso do presidente 'bossa nova' vou trazer em outro momento, no qual ele me parece mais oportuno de ser abordado. Agora, apenas o de Malraux nos interessa. Este que deu a alcunha de cidade da esperança à Brasília, teve seu discurso transcrito sob o título de "Brasília é audácia", começa, como de costume, agradecendo as palavras calorosas de Juscelino dizendo que nelas está a prova do vínculo entre o Brasil e a França.

> Também a França considera que as relações entre o Brasil e a Europa, impostas pela própria natureza da civilização que vai nascendo aos nossos olhos, ultrapassarão o antigo conceito de intercâmbio, em suas diferentes modalidades; que o estabelecimento de um plano mundial de exploração das riquezas naturais, em proveito das nações que as detêm e somente destas, deve constituir um dos objetivos primordiais dêste século; e que, à sua luta épica contra a terra, o homem deve afinal dar formas, dignas de si mesmo, é esta última exigência a que simboliza a sua presença aqui, sr. presidente da República, como o simboliza também esta própria cidade (Ibidem, p.5).

Na luta épica contra a terra o homem dá formas dignas a si. Essa frase ecoa com a crença de que homem separado da natureza, expulso do Éden, deve manipular a terra a fim de extrair seu sustento. Homem separado da natureza se dignifica ao subjugá-la. Brasília se enquadraria nessa luta. "Brasília é um símbolo desse gênero" (Ibidem). A cidade nascia apenas pela vontade humana "na esperança da uma Nação, como as antigas metrópoles surgiram da vontade imperial de Roma ou dos herdeiros de Alexandre" (Ibidem), seria a mais ousada já concebida pelo ocidente, que via se erguer "a primeira das capitais da nova civilização" (Ibidem).

Revista nº32, trecho da página 2



o ministro malraux em brasília.

No dia 25 dêste mês, Brasília veio de hospedar o Ministro dos Assuntos Culturais da França, sr. André Malraux. Receberam-no, merecidamente, em Brasília, o presidente Juscelino Kubitschek e o dr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap. Na ocasião foi lançada a pedra fundamental da «Maison de France» da futura capital brasileira.

1 — Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao pronunciar sua oração, e ao lado André Malraux saudando o povo de Brasília, quando deixava o «Viscount» presidencial.

Parece haver um desejo de reconstrução pós segunda guerra, que tinha nesse período o momento de solidificação dessa nova civilização. Malraux regozija-se por ser no ocidente e não obra da União Soviética, como todos acreditavam que seria, a construção de uma cidade moderna. “Até agora a arquitetura moderna era uma arquitetura de edifícios” (Ibidem). Porém, apesar de novo, de moderno, suas raízes se localizam em uma herança antiga, seria a “ressurreição do lirísmo arquitetônico, nascido com o mundo helenístico e objeto dos devaneios de César em Alexandria” (Ibidem). O gênio brasileiro se faria sucessor das “perspectivas da Grécia, da Roma pontíficia, de Versalles e do Paris napoleônico” (Ibidem).

“Esta Brasília sôbre o seu gigantesco planalto é de certo modo a Acrópole sôbre o seu rochedo... Salve, capital intrépida, que recordas ao mundo estarem os teus monumentos ao serviço do espírito” (Ibidem). Brasília faria parte dessa linhagem, moderna, porém fincada em uma tradição mais antiga, estaria validada a fazer parte dessa civilização. Brasília estaria a serviço do espírito. Malraux explana sobre qual.

> O espírito que esta cidade evoca é o de nobreza que sob muitos aspectos a fêz nascer, pois a nobreza a que se referem os seus fundadores mergulha profundas raízes no tempo. Mas ela evoca a própria metamorfose. Até nós outros, o cortejo dos grandes fantasmas do passado formavam uma linhagem. O Ocidente era o herdeiro do Bíblia e dos Antigos. A descoberta das civilizações sepultas, e dos meios de difusão da pintura e da música, faz de nós os primeiros herdeiros da terra inteira. Elabora-se uma nova civilização e a cultura que ela invoca é hoje o objeto em tôrno do qual lutam tôdas as fôrças do espírito. E o objeto capital dessa cultura é uma noção do homem sem o qual a nova civilização não poderia viver; não há civilização sem alma (Ibidem).

Autodeclarados herdeiros da terra inteira, a subjetividade desses homens parece ter uma noção que a estrutura. Que é a crença de superioridade em relação a tudo que existe. Dela resulta uma noção de homem, uma ideia, que sustenta a toda essa civilização. Não existe contexto sem modo de subjetividade que o sustente (ROLNIK, 2014), não há civilização sem alma. A partir de si a realidade material é construída à sua imagem, e para a continuidade desse seu mundo, há de se enquadrar os seres humanos dentro dos moldes que a forma suscita.

Após a passagem da sombra de Satã pela terra (Ibidem) com os horrores da guerra, sombra essa que é do homem e não de alguma entidade a ele externa, em um mundo em que “a existência do amor, da arte ou do heroísmo não é menos misteriosa que a do mal” (Ibidem), cabia agora ao homem reconquistar a sua grandeza.

> Mas a reconquista da grandeza esquecida assume a forma que lhe dão os que a asseguram. E’ que cada nação a preserva a seu modo e tende a agrupar-se, não com tôdas as outras, mas com algumas afins, em vastas áreas culturais. A nova civilização se manifestará de certo no Ocidente, não só sob a sua forma russa, mas sob duas grandes formas que corresponderão,

> a grosso modo, às áreas católicas e protestantes. De cada uma dessas formas, do novo tipo de homem por elas suscitado, posso aqui dizer, como em Atenas pertencerão a todos os que tiverem resolvido criá-los juntamente: o espírito não conhece nações menores, conhece apenas nações fraternas - e vencedores sem vencidos (Ibidem, p.6).

Apesar de certo multiculturalismo aludido nesse discurso, sendo essa grandeza reconquistada de formas diferentes, o que parece ser heterogêneo caminha para a homogeneidade dessa nova civilização ocidental. O que é grande estava ligado a uma herança e a um molde, que todos, de alguma forma, deveriam espelhar. Estas estavam sempre localizadas no continente europeu, berço dessa civilização. O espírito parece ser uma essência homogeneizadora que a tudo nivela.

Seja qual for a essência que se referem, esse espírito francês, o de Brasília, ou o santo, todos possuem algo em comum, a consciência de que por traz da realidade material, a matéria invisível sustenta as realizações da civilização. Os mitos evocados, a mentalidade manipulada, tudo fala da construção de um ambiente subjetivo fértil para a concretização do desejo desses homens. O desejo, aqui, de realização da colonização do território.

Essa postura em relação ao mundo, também, é possível por causa de um sistema de crenças que estrutura a realidade construída. Aqui, parece ter sido fundamental a convicção da superioridade do homem sobre a natureza, sua separação desta e sua realização pela sua subjugação. A luta épica do homem contra a natureza, que parece estruturar a civilização ocidental, da qual Brasília se fazia guardiã na América Latina.

E essa civilização, esse sistema de crenças, possui a raça do colonizador. Sua imagem e semelhança. Para compreendê-lo melhor vamos ver como ele se mostra na revista, como deseja construir sua imagem e como apresenta os outros que são diferentes desta.

homem

Desde que os primeiros brancos aportaram nesse território hoje conhecido como Brasil, eles se esforçaram a tentar apreender a realidade que aqui se apresentava dentro dos moldes de sua mentalidade obtusa, criando e categorizando o mundo a partir de si. Esse mundo que se interpreta fala mais, muito mais de si, do que da realidade que se apresenta.

Como herança desse sistema de colonização ter a cor branca, ser a imagem e semelhança do colonizador, significa vivenciar o mundo a partir de uma realidade privilegiada em relação aos não brancos. Ela, muitas vezes, ainda representa "um símbolo dos mais operantes e significativos" (SCHWARCZ, 2012, p. 11).

Nas imagens, interpretações, criadas, o motivo edênico e paradisíaco esteve presente desde os primeiros relatos sobre esta terra, a gente daqui foi localizada sempre em contraste com os brancos de lá, cujo pensamento tendia a uma operação binária onde pares de polos opostos categorizavam o mundo. Os originários da terra, em comparação aos brancos europeus, passavam a ser qualificados a partir do que neles era falta. Como povos sem fé, sem lei, sem rei. Se nesse território se encontrava o paraíso terral, seu povo era figurado, na profunda ignorância do branco, como bárbaro, inumano, o que justificava a ação de enquadramento dentro dos moldes civilizatórios do europeu. "O modelo era evidentemente etnocêntrico, e o que não correspondia ao que se conhecia era logo traduzido como ausência ou carência, e não como um costume diverso e variado" (Ibidem, p.15).

O que era desconhecido da razão branca era construído como uma representação com base da sua sombra, no que era reprimido da sua sociedade. Era construída uma imagem de estranheza em relação ao modelo europeu, que passava a se estabelecer como medida para o mundo. Era fundamental afirmar a diferença a

fim de justificar a dominação sobre os seres e sua terra.

Essa construção, que se principia com os relatos do início das invasões, potencializa-se no século XVIII em especial com a defesa de Rousseau da ideia de "bom selvagem". "O "bom selvagem" representa, aliás, um exemplo de humanidade ainda não conspurcada, pura em sua essência e positividade" (Ibidem, p.16). Novamente, dentro das possibilidades restritas do pensar europeu, que pondera na dicotomia bem e mal, céu e inferno, homem e natureza, puro e impuro, um e outro, restringia-se a humanidade desse outro criado.

> O importante é que no século XVIII a questão da diferença entre homens é retomada tendo como referência o "homem americano". Mais uma vez, porém, as posições não foram unívocas. De um lado, afirma-se um tipo de postura que advoga o voluntarismo iluminista e a ideia de "perfectibilidade" – a capacidade de qualquer ser humano tem de chegar à virtude ou mesmo de negá-la -, sem dúvida um dos maiores legados dos ideais da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, Humboldt com suas viagens não só restituía o "sentimento de natureza" e sua visão positiva da flora americana como opunha-se às teses mais detratoras, que negavam aos indígenas "a capacidade de civilização" (Idibem).

Em contraponto, neste mesmo contexto, correntes mais pessimistas construíram uma visão mais negativada destes povos e suas terras. Em 1749, Buffon lança a tese de "debilidade"ou "imaturidade" do continente americano. Diferente, sua visão não retrata esta natureza como fértil, pródiga e sim como doente, assustadora, inferior.

Antes sua compreensão da realidade não reverberasse, porém outros seguiram esta trilha, radicalizando seu pensar. O abade Cornielle de Pauw, homem de fé católica, retomava e extremava seus conceitos. “O autor introduzia um viés original ao utilizar a noção de “degregação” para designar o novo continente e suas gentes” (Ibidem, p.17).

> [...] Assolados por uma incrível preguiça e pela falta de sensibilidade, por uma vontade instintiva e uma evidente fraqueza mental, esses homens seriam “bestas decaídas”, muito afastadas de qualquer possibilidade de perfectibilidade ou civilização (Ibidem).

Criavam-se duas imagens, que sustentavam o desejo de superioridade branca, onde este mundo era retratado ora como imaturo e inacabado, o que parece ser a mais positiva das possibilidades, ora como degradado, estagnado na sua incapacidade de ser aquilo que criaram como modelo civilizatório. Apesar do elogio à potência da natureza tropical, o homem dessas terras, em sua diversidade, escapava à capacidade de compreensão do europeu que o enquadrava como fora da humanidade possível, disponível dentro da sua razão. “A América não era apenas imperfeita, mas também decaída, e assim estava dado o arranque para que a tese de inferioridade do continente, e de seus homens, viesse a se afirmar a partir do século XIX” (Ibidem, p.18).

Se o debate sobre a humanidade dos seres não europeus desafiava sua mentalidade restrita, apenas no século XIX “[...] que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos” (Ibidem, p.20). Respaldados pela biologia seus modelos foram construídos a fim de criar mecanismos para classificar e julgar povos e suas culturas a partir de critérios deterministas. Embora o conceito de raça date do século XVI, as teorias deterministas passam a ganhar cena no século XVIII, esse estaria não apenas vinculado a uma questão biológica, compreendendo, também, a ideia de origem comum de um grupo.

> São vários os autores que adotaram esse tipo de modelo e teoria, que procurava “naturalizar” diferenças e fazer de questões políticas e históricas dados “inquestionáveis” da própria biologia. E de fato o termo raça se imporia como conceito no país, vinculando-se de alguma maneira aos próprios destinos da nacionalidade. [...] Muitas vezes, na vertente mais negativa de finais do século XIX, a mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação [...] (Ibidem).

É dentro desse cenário, dessa racionalidade, que surgem as instituições e a ciência no Brasil. Na tentativa de afirmar ou negar os modelos importados, a intelectualidade nacional elucubrava explicações que viessem a justificar a subordinação dos não brancos. Em um momento em que se criavam formas de manutenção do poder nas mãos da branquitude, uma vez que agora a população negra saída da situação de escravização, oficialmente, punha em questão as relações hierárquicas nesse território, já que, agora vivenciando um sistema republicano, a igualdade en-

tre cidadãos era proposta.

É no pensamento de racistas como Nina Rodrigues que teorias foram criadas a fim de fundamentar as relações de poder e submissão no Brasil. Como ele, Euclides da Cunha, em *Os sertões*, mesmo considerando o mestiço brasileiro forte, dava a ele características de desequilíbrio, encarando a mestiçagem extremada como um retrocesso uma vez que a mistura entre raças diversas era uma condição de degenerescência da população brasileira. Vale lembrar que era por meio da literatura que a branquitude urbana teve contato com a "realidade" brasileira, importante criadora do imaginário que se tinha da nação.

Outro evento importante a se destacar, que diz muito sobre a construção das subjetividades brancas – desse período –, sobre essa razão, é a participação de João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Internacional das Raças, em julho de 1911. Sua tese sob o título "Sur lês métis au Brésil" supunha que na entrada do novo século os não brancos teriam sumido do país, com a extinção da raça negra. Os brancos iriam assimilar os não brancos em poucas gerações, para criar um argumento mais convincente o quadro *A redenção de Cam* do artista da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, M. Brocos, ilustrava a capa de seu ensaio com a legenda "Le nègre passant au blac, à la troisième génération, par l'effet du croisent des races".

O negro passando ao branco, na terceira geração, pelo efeito do cruzamento das raças.

Se as relações inter-raciais eram a forma de decair a população, aqui, elas surgem positivadas, como forma de salvação da população. "Para piorar, a tese do cientista foi recebida com muito pessimismo, pois à época, julgava-se que um século era tempo demais para que o Brasil se tornasse definitivamente branco" (Ibidem, p.26). Lacerda não estava sozinho. Outro expoente racista brasileiro, anos depois, em 1929, Roque Pinto, presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, previa em seu delírio – assassino – que em 2012 a população brasileira seria composta por 80% de brancos e o restante mestiço, tendo o negro e o indígena totalmente desaparecido. Ainda, outro eugenista que recebeu destaque em nossa história, Renato Khel, responsável pela interpretação influente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, propunha a esterilização e a eugenia da população mestiça. Se o cruzamento entre raças era positivado em alguns momentos e outros não, eram apenas caminhos que levariam para o mesmo destino no desejo branco, o da supremacia deste grupo no território brasileiro.

Se existia um plano de apagamento da presença não branca na população, este também era acompanhado pelo desejo da construção de uma narrativa histórica em que a presença não branca também fosse negada. Assumi-la é, também, assumir a violência que sustenta o poder nas mãos da branquitude, a qual construiu seu lugar de privilégio nesse mundo.

[...] [A] versão romântica do grupo, que se reunia em torno do Instituto His-

> tórico Geográfico Brasileiro [IHGB], elegeu os bons nativos – quase rousseaunianos – como modelos nacionais e basicamente se esqueceu da população negra (Ibidem).

Em um concurso, em 1844, promovido pela instituição, era lançada a questão de como se deveria escrever a história do Brasil. Como fabricá-la. "Tratava-se, portanto, de dar um pontapé inicial para aquilo que chamaríamos anos mais tarde, com maior naturalidade, de "História do Brasil, como se as histórias nascessem prontas, a partir de um ato exclusivo de vontade do assim chamado destino" (Ibidem).

Pretendia-se criar uma história nacional e, aparentemente, o mais bem-sucedido nessa fabulação foi o cientista alemão Carl Von Martius, cuja crença era de que o Brasil se definia pela mistura - única - de gentes e cores. Sua imagem foi a de um rio, representando a herança portuguesa, que recebia seus confluentes, estes menores, que representavam os indígenas e os negros. O país era representado por sua miscigenação, se tornando homogêneo nesse grande rio que se formava. "[...] Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. No entanto, harmonia não significava igualdade, e no jogo de linguagem usado pelo autor ficava evidente uma hierarquia entre rios/raças" (Ibidem, 27). Na imagem também se mostrava a ideia de depuração, de limpeza, conforme as águas se misturavam mais puras ficavam. Cada vez mais brancas. Novamente, o destino comum de uma nação embranquecida, onde assimilados, no transcorrer do tempo, a presença dos não brancos se dissiparia.

Embora a razão branca tenha construído, durante o final do século XIX e início do XX, uma série de teorias pessimistas em relação à miscigenação no país, que decretavam a falência da nação e tinham, independente da corrente, a necessidade do branquecimento, a partir da década de 30 dos anos 1900 o mestiço é elevado a símbolo do Brasil. Apesar de um investimento de energia em direção a sua significação positiva, ainda não passavam de estratégias do discurso da elite, branca, intelectual. No cotidiano o não branco ainda era discriminado e excluído do projeto de nação.

> [...] Nesses termos, entre o veneno e a solução, de descoberta a detração e depois exaltação, tal forma extremada e pretensamente harmoniosa entre grupos foi, aos poucos, sendo gestada como um verdadeiro mito de Estado, em especial nos anos 1930, quando a propagada ideia de uma "democracia racial", formulada de modo exemplar na obra de Gilberto Freyre falava de "equilíbrio de opostos" e não negava os conflitos e as diferenças diante de um cruzamento racial singular [...] (Ibidem, 28).

Essa fabulação contribuiu para a construção da ideia de que as questões raciais estariam apaziguadas, de que a desigualdade estaria naturalizada e o comportamento racista se resumiria a uma postura pessoal. A ausência de políticas discriminatórias explícitas como a dos Estados Unidos ou da África do Sul sustentava a ilusão de que o Brasil seria um país de consciência elevada, sendo negado o pre-

conceito. A harmonia racial que, pretensamente, constituía o país legava o racismo à esfera do privado e os conflitos personalizados. Negava, assim, a estrutura racista que constituiu esse país, construído sobre a égide da dominação e da escravidão. Se o preconceito tivesse existido, ele se localizava agora em um passado – distante – do qual nada mais prevalecia.

Embora estes esforços em neutralizar o racismo nos discursos sobre a formação nacional, raça ainda aparece como marcador de diferença construindo hierarquias, delimitando espaços e classificações aos corpos.

> Raça é [...] uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (Ibidem, p.34).

Apesar de ser um constructo baseado em uma biologia equivocada, essa ideia se sedimentou como verdade, construindo e reproduzindo na realidade material diferenças e privilégios (GUIMARÃES, 1999, apud SUCHMAN, 2012, p. 36). Raça foi construção subjetiva que, existente no mundo social, é produzida a partir de formas de classificar e identificar os seres, orientando as suas ações no mundo.

> Nesse sentido, é importante explicar que a categoria raça que opera no imaginário da população e produz discursos racistas é ainda a ideia de raça produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Serve para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm características fenotípicas comuns, sendo estas tidas como responsáveis pela determinação das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos dentro destes grupos, situando-se em uma escala de valores desiguais (MUNANGA, 2004, apud Ibidem).

Aqui na imagem oficial, a ficção criada sobre a realidade desse coletivo social, foi projetada a ideia de democracia racial, tendo como raiz o pensamento de que por aqui se havia tido um processo de escravidão benigno. Na construção do Estado nacional, a partir dos anos 20 e 30 do século XX, houve o investimento na cristalização de uma imagem de paraíso racial, onde se foi manipulada a história a fim de criar uma imagem positiva da miscigenação onde o português havia sido responsável por uma dominação tolerante, mais branda. Ainda que mais promíscuo que os senhores em outras terras, o português teria permitido maior amenidade na escravidão imposta.

> De toda maneira, ao contrário de outras nações, onde o passado escravocrata sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi reconstruída de forma positiva, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos pregressos. Em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa – então ministro das finanças – ordenou que todos os registros sobre escravidão

> existentes em arquivos nacionais fossem queimados. A empreitada não teve sucesso absoluto -, mas o certo é que se procurava apagar um determinado passado e o presente significava um outro começo a partir do zero (SCHWARCZ, 2012, p. 42).

A negação é uma das estratégias utilizadas pela branquitude com o propósito de induzir o apagamento de qualquer narrativa que não seja a sua. Esse movimento vinha acompanhado de uma ideologia em que a cor branca estaria ligada ao progresso, fazendo deste país civilizado dentro dos moldes importados. Quando se nega a existência, ou se apazigua, um passado de violência fica cada vez mais difícil compreender a questão como um problema. Pois na consciência ele não existiu ou se existiu foi positivado.

Os anos 1930 foram fundamentais para a construção dessa ilusão pelo Estado. Não mais sendo interessante apoiar o pessimismo das teorias darwinistas sociais, nas quais a miscigenação brasileira decretava o fracasso da nação, as narrativas oficiais se dedicaram em transformar a imagem daqui mudando a visão sobre a questão. Os discursos oficias passam a glorificar a cultura mestiça, idealizando a imagem de um povo que se construía sobre essa pluralidade. "É nesse contexto que uma série de intelectuais ligados ao poder público passa a pensar em políticas culturais que viriam ao encontro de "uma autêntica identidade brasileira"" (Ibidem, p.47), construindo a mestiçagem como sentido de verdadeira nacionalidade. Vale lembrar que esse movimento de reedição da história resgatava e modificava o passado, inventando e manipulado os costumes a fim de responder a imagem apaziguada que interessava ao Estado.

> Além disso, não se pode esquecer do papel de São Paulo, que em vista da punjança econômica obtida no cenário nacional, passava a buscar elementos que destacassem sua própria cultura, "sua modernidade". Bandeirantes deixam de ser vistos como meros aventureiros – caçadores de escravos e aprisionadores de indígenas – para serem convertidos em "heróis de uma raça", símbolos do caráter empreendedor da gente paulista. A operação é ideológica e visa recolher na história pregressa certos elementos identitários, mas os destituindo do seu real sentido inicial e conferindo a eles uma dimensão grandiosa (Ibidem, p.48).

Estas imagens evocam energias afins ao desejo de ação desse Estado. Aqui, a positivação da imagem do bandeirante foi fundamental para firmar as políticas desenvolvimentistas de colonização e expansão para o Oeste brasileiro. Carregado de conteúdo simbólico que justificaria as ações do governo que, além de energizar as subjetividades na direção da incorporação dos valores necessários para a realização de seus projetos, representavam a natureza como inimiga desse progresso.

Houve nesse investimento a criação de ideia de que as bandeiras foram fundamentais para a formação do Estado brasileiro, representavam a vocação natural das relações políticas e sociais. Foram dinamizadoras da ocupação territorial e na fundação de cidades, conquistando geograficamente o território nacional (SAN-

TOS, 2009, p.86). Imaginário importante para apoiar os movimentos de expansão desejados nesse momento.

Toda essa fabulação foi profundamente útil e, também, resgatada na década de 50 com o propósito de apoiar essa que seria a verdadeira consumação da posse do território nacional com a construção de Brasília. Tendo sido cristalizado o ideário de harmonia entre raças, o povo brasileiro, unificado, seguia para a posse de seu território. O Brasil, representando um exemplo de neutralidade em relação aos preconceitos raciais, serviria de modelo democrático as outras nações do globo.

É dentro desse imaginário que a revista *brasília* foi construída. Por um Estado que buscava o que era seu por legitimidade, afirmando-se para o mundo, afirmando a vontade do povo brasileiro e a sua capacidade de realização. Na imagem de comunhão, de harmonia, da nação brasileira, a negação silenciava as violências sobre as quais esse Estado se estabelecia.

Este impulso de valorização do tipo brasileiro nasce de uma profunda internalização do que de negativo foi dado de significado a ele. Constante é a afirmação de que a construção de Brasília atestaria o valor do homem brasileiro, da grandeza de sua vontade e da potência de sua capacidade de realização. No último mês do segundo ano da construção, dezembro de 1958, na revista nº24, o seu texto de abertura traz maior clareza sobre os significados de Brasília e o entendimento do que seria esse tipo racial brasileiro.

O texto tem o título de "Impressão Insuspeita" e é de autoria de Fernando Ferrari. O deputado federal pelo Rio Grande do Sul, também, recebeu pequena nota na mesma revista sobre sua visita nesse mês a Brasília, na seção "Diário de Brasília" aparece no final da página 21 com o seu nome no título falando da grande impressão que teve com o andamento das obras. Seu entusiasmo ficou registrado no texto de abertura da revista. Logo no início deste ele faz referência a um ciclo de conferências sobre a importância da interiorização da capital quando ainda era estudante em Porto Alegre, o que ele acreditava ter acontecido 13 anos antes, em 1945.

A ideia da mudança, antes da sua concretização, havia sido debatida e construída nas consciências com o que ele se refere como grande conquista de sua geração. "Depois, mais tarde, compreendi muito de perto que sem a interiorização da Capital não podería-mos sequer falar em nacionalismo, em integração econômica e integração social neste País" (Revista brasília, nº24, p.1, dezembro de 1958). O deputado continua fazendo a primeira menção a Vargas que aparece na revista, Brasília era a resposta à necessidade de preencher os espaços vazios, realizando o grande sonho da Marcha para o Oeste. Ele continua respondendo a pergunta que a si propõe, "O que é Brasília?". Para o deputado a construção da nova capital seria, "antes de tudo, uma realidade e a maior prova que poderíamos ter da capacidade realizadora dos brasileiros" (Ibidem), e que o país possuía dois fatores indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer civilização, a natureza e o homem. A terra e o homem.



b.

Direção: Nonato Silva.
Layout e capa: Armando Abreu e Hermano Montenegro.
Fotos: M. Fontenelle.
Publicação mensal da Divisão de Divulgação da Novacap.
Redação: Av. Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.
Fone: 22-3626 — Rio de Janeiro — Brasil.
Número avulso: Cr$ 10,00 (dez cruzeiros).
Assinatura anual: Cr$ 100,00 (cem cruzeiros).
NOSSA CAPA: Esquema da Estrada Brasília — Belém.

brasília

ano 2 dezembro de 1958 número 24

impressão insuspeita

Fernando Ferrari

A tão discutida Brasília, a tão incompreendida e por vêzes amaldiçoada Brasília, é, a despeito da má vontade de alguns e da incredulidade de outros, uma das coisas mais sérias que já se realizaram neste País.
Aliás, creio que há 13 anos, como estudante ainda no Rio Grande do Sul, iniciávamos um ciclo de conferências em Pôrto Alegre preconizando a interiorização urgente da Capital Federal. Creio mesmo que esta poderia ter sido considerada, por assim dizer, uma conquista da nossa geração, resolvendo uma série de problemas, principalmente aquêles que dizem respeito ao estrangulamento da economia e da vida social brasileira.
Depois, mais tarde, compreendi muito de perto que sem a interiorização da Capital não poderíamos sequer falar em nacionalismo, em integração econômica e integração social neste País. Precisaríamos, realmente, encher espaços vazios, conquistar o interior, realizar aquêle grande sonho de Vargas — não nominalmente, mas substancialmente — que seria a marcha para o oeste. E quem visita Brasília, depois de ter pregado a transferência da Capital, depois de ter lutado por esta realização desta geração e dêste século, fica intimamente satisfeito, porque verifica que valeu a pena lutar por alguma coisa de mérito, por alguma coisa de sustância, por alguma coisa que não é de fachada, nesta fase de obras feitas retratos e manchetes da atualidade brasileira.
O que é Brasília? E', antes de tudo, uma realidade e a maior prova que poderíamos ter da capacidade realizadora dos brasileiros, sempre tenho dito, em minhas conferências por êste País afora, que duas coisas muito sérias possuímos, se outras não tivéssemos: a natureza brasileira e o homem, a terra e o homem. Possuímos êstes fatôres principais. Para qualquer desenvolvimento, para qualquer civilização.
Uma natureza privilegiada, um solo, uma fauna, uma flora, um subsolo riquíssimo como não há outros no mundo inteiro; uma natureza pràticamente abrindo seu seio ubérrimo ao homem para que êle a interprete, para que êle a trabalhe, para que êle a explore, para que êle marche em busca da história; um homem, um agente de trabalho que é um grande alicerce de civilização, um homem capaz, inteligência ágil, fruto de uma miscegenação racial vária que se desenvolveu aqui nos trópicos, que é o operário paulista, inteligente, capaz, aprendendo vários ofícios ao mesmo tempo que é o gaúcho riograndense dos campos meridionais, que é o homem de Mato Grosso ou o vaqueiro do Nordeste, enfim essa gama enorme de homens, de sêres, de tipos de caracteres que formam isso que poderíamos chamar tipo racial brasileiro.
Ora, se temos os dois fatôres, os dois eixos da evolução do progresso, que nos falta se temos natureza, se temos homens, se temos solo, clima, fauna, flora e os agentes dessa civilização que é o nosso homem, êsse homem que está no recôncavo baiano, que está nos campos meridionais, em Brasília, em tôda parte? O que nos falta? Pouco ou quase nada! Apenas o ordenamento administrativo, a adaptação da máquina do Estado às necessidades populares, a conjugação oficial dêsses esforços, a ligação dêsse eixo: natureza-trabalho, terra-homem para que sejamos realmente o grande país, a grande nação privilegiada e predestinada dêste hemisfério. Quem vê Brasília, mais uma vez tem a prova provada de que vale a pena acreditar no espírito empreendedor do brasileiro. Temos um grande homem, um grande tipo, um grande agente de civilização, que é o homem brasileiro. Se não bastassem as provas do Recôncavo Baiano, do petróleo, das usinas de Volta Redonda, de Minas Gerais, dos campos meridionais, e da campanha de trigo; se não bastasse tudo isso, temos Brasília que é a chancela definitiva demonstradora desta capacidade extraordinária do bandeirante, do civilizador, que é o homem brasileiro, o tipo brasileiro. Por isso, desejo, consignar uma palavra de fé renovada nessa obra gigantesca, como homenagem à pertinácia indomável do Presidente da República e dêsse outro amigo que trabalhou conosco tanto tempo nesta Casa, com aquela catadura fechada muitas vêzes, mas que apenas procurava esconder um coração de Apolo, que é o Dr. Israel Pinheiro.
A minha homenagem aos arquitetos gloriosos e sobremodo aos trabalhadores de Brasília, a êstes candangos esfarrapados que chegam all cansados e marentos viajando dias e dias, trazendo um pouco da dor nordestina no próprio corpo para misturá-la com o cimento e o ferro.

1

Revista nº24, contra-capa e página 1

> Uma natureza privilegiada, um solo, uma fauna, uma flora, um subsolo riquíssimo como não há outros no mundo inteiro; uma natureza pràticamente abrindo seu seio ubérrimo ao homem para que êle a interprete, para que êle a trabalhe, para que êle a explore, para que êle marche em busca da história; um homem, um agente de trabalho que é um grande alicerce de civilização, um homem capaz, inteligência ágil, fruto de uma miscegenação racial vária que se desenvolveu aqui nos trópicos, que é o operário paulista, inteligente, capaz, aprendendo vários ofícios ao mesmo tempo que é o gaúcho riograndense dos campos meridionais, que é o homem de Mato Grosso ou o vaqueiro do Nordeste, enfim essa gama enorme de homens, de sêres, de tipos de caracteres que formam isso que poderíamos chamar tipo racial brasileiro (Ibidem).

Uma natureza paradisíaca que se entregava para a exploração, a crença de que, objetificada, está a serviço do homem, para que seja tomada como posse e transformada pelo seu trabalho. O trabalho desse homem, o tipo racial brasileiro, que, pela miscigenação que ocorreu no território, seria caracterizado pela multiplicidade, não representando apenas um homem, mas uma miríade deles, que parece aqui suas diferenças estarem localizadas a depender de sua região. Tendo esses dois “eixos da evolução do progresso” (Ibidem), pouco ou quase nada faltava ao Brasil. “Apenas o ordenamento administrativo, a adaptação da máquina do Estado às necessidades populares, a conjugação oficial dêsses esforços, a ligação dêsse

eixo: natureza-trabalho, terra-homem para que sejamos realmente o grande país, a grande nação privilegiada e predestinada dêste hemisfério" (Ibidem).

O Estado surgia como o administrador desses dois fatores da civilização e Brasília seria a consumação da ligação desse eixo, natureza e homem, e finalmente a prova do valor desse "grande agente de civilização, que é o homem brasileiro" (Ibidem). "Brasília que é a chancela definitiva demonstradora desta capacidade extraordinária do bandeirante, do civilizador, que é o homem brasileiro, o tipo brasileiro" (Ibidem).

A miscigenação, aqui nesse texto, a única referência direta nas revistas a esta questão, aparece positivada, como responsável pelo grande valor do homem brasileiro. Responsável pela variedade do tipo racial brasileiro, conferiria à civilização um caráter favorável ao progresso. Indo contra os argumentos de que a miscigenação seria responsável pela degradação do povo, aqui ela é tomada como fator de orgulho e que teria em Brasília a afirmação do valor desse homem.

Também, é no discurso do então presidente dos Estados Unidos da América do norte, Eisenhower, que as origens múltiplas do povo aparecem de forma positiva, porém sem referência direta ao termo miscigenação.

Sua vista ocorreu dois meses antes da inauguração de Brasília, em fevereiro de 1960, e está registrada na revista deste mês, a nº38. Após receber a primeira chave da cidade, antes mesmo que qualquer brasileiro, houve discurso com direito a palanque improvisado na plataforma da rodoviária. Tratamento que nenhum outro chefe de Estado estrangeiro recebeu. O discurso do presidente norte-americano traça um paralelo entre as duas nações, sempre referenciando o que o Brasil realizava com algo que seu povo já havia feito. As mudanças de capital, a marcha para o oeste, motivos pelos quais Brasília fascinava os cidadãos dos Estados Unidos (Revista brasília, nº38, p.4, fevereiro de 1960).

> Tem-se dito, com um pouco de humorismo, que o Brasil e os Estados Unidos - ambos influenciados pelas severas imposições da fronteira -, deviam caminhar juntos, por isso que cada um dêles tem muito das faltas do outro. Quanto a nós, estamos dispostos a confessar que temos erros. Naturalmente, entendemo-nos bem porque cada um de nós tem muito das virtudes do outro. Somos, certamente, muito parecidos. Nossas vastas extensões territoriais são muito semelhantes em fisiografia e recurso (Ibidem, p.5).

Ainda, os sistemas constitucionais, a sua consagração à democracia, à dignidade humana e à liberdade com justiça aproximavam os países, além da miscigenação da formação do povo de ambas as nações. "O povo de nossos países tem várias origens nacionais e ganha fôrça dessa diversidade" (Ibidem). Apesar do paralelismo, das semelhanças entre ambas as nações, os Estados Unidos sempre apareciam como primeira referência e o Brasil como seguidor de suas tendências. O reconhecimento em relação à grandeza do empreendimento estava presente na fala do presidente norte-americano, porém esta não poderia ser compreendida



eisenhower em brasília

O presidente Dwight D. Eisenhower, quando recebia a chave de Brasília.

O presidente dos Estados Unidos da América c/o Norte no palanque improvisado na plataforma rodoviária.

discurso do
Presidente Juscelino Kubitschek

Com estas palavras, que publicamos na íntegra, o presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, saudou o presidente Dwigth D. Eisenhower em sua chegada, a Brasília:
"Chega Vossa Excelência a esta cidade num momento de vigília, quando se aproxima o dia em que o centro da vida política e administrativa da nossa Federação vai transferir-se para êste sítio. A presença de V. Exa. aqui, sr. presidente, acrescenta substância histórica às jornadas decisivas que estamos vivendo nesta capital nascente, em poucas dezenas de meses erguida pela determinação, esfôrço e capacidade de trabalho, na vastidão deserta do planalto interior. Não escondo a emoção com que o vejo descer em Brasília para início de sua viagem à América do Sul. Soldado de tantas pugnas, chega V. Exa. numa hora fecunda de luta. O avião que o trouxe do seu país acaba de pousar num verdadeiro campo de batalha. Êste solo recém-desbravado, que V. Exa. pisa pela primeira vez, é uma zona crítica na guerra que decididamente levamos a efeito em favor de um destino melhor para o nosso povo.
Não teríamos cumprido o dever de governantes e de patriotas, se não acordássemos o Brasil inteiro para a luta em prol do desenvolvimento, da prosperidade e da segurança. Teríamos faltado a Deus, que nos legou patrimônio tão grande, se não o valorizássemos com o nosso trabalho; teríamos faltado à posteridade, se não pensássemos nessas gerações que nos vão suceder e que têm o direito de receber um país desenvolvido; teríamos faltado à solidariedade para com a causa do homem, se não enfrentássemos a luta contra o atraso e a estagnação, em que estamos empenhados, para afastar os perigos e as ameaças tão intimamente ligados a uma condição iníqua e insuportável. A grande esperança de justiça social nos dias de hoje está nesse redobrar de energias para o trabalho construtivo. Eis a nova guerra, a guerra fecunda, a cruzada salvadora primeira e única dêste século, a guerra geradora de paz.
Ao acolher calorosamente a V. Exa. nesta cidade, que a decisão dos brasileiros acaba de modelar, capital de um Brasil que se integra em si mesmo e é restituído ao seu tempo — conforta-nos que V. Exa. venha pessoalmente testemunhar a nossa inquebrantável fé no Brasil, que enfrenta dificuldades com a certeza de as vencer.
Não se bateu o meu govêrno por uma política de desenvolvimento neste Hemisfério — por esta Operação Pan-Americana que representa um apêlo à razão e não à generosidade — para ficar à espera dos efeitos benéficos dessa ação multilateral. Já partiu o Brasil — e Deus sabe com que sacrifícios — para a conquista do seu lugar no mundo. Não queremos ser apenas teoristas do desenvolvimento, mas provar, com a nossa tenacidade e exemplo, que agimos conforme pregamos. Como um princípio e uma doutrina, sustentamos que é preciso, para resguardo das liberdades democráticas, criar condições para o trabalho fecundo dos nossos povos. Da nação norte-americana — que também forjou o seu grande destino, com a porfia heróica dos pioneiros — o que esperamos é compreensão; o que desejamos é que ela acredite que a resolução do povo brasileiro de industrializar-se, de utilizar as suas riquezas naturais, de preparar melhores condições de vida atendendo ao nosso crescimento demográfico, de não aceitar, enfim, um destino mesquinho e incaracterístico, é decisiva, definitiva, irreversível".
"Senhor presidente:
Êste país, que V. Exa. visita pela segunda vez, é um país amigo, não apenas nas horas propícias — mas também nos momentos em que a amizade era um desafio a poderosas fôrças do mal, violentamente desencadeadas. Desejamos que V. Exa. verifique e sinta que nenhuma incompreensão e nenhum equívoco logram separar-nos. Nossos dois países permanecem inalteràvelmente ligados por afinidades tão profundas, que, sem receio de malentendidos, podem falar um ao outro com a franqueza confiante de irmãos.
Benvindo seja, sr. presidente, à terra do Brasil."

2

3

Revista nº38, páginas 2 e 3

como maior do que a do seu país. Brasília era o atestado da força do brasileiro, porém, esta seria apenas uma imitação do que a grande nação já havia realizado. É profundamente significativo terem dado a primeira chave de Brasília a ele.

No mês anterior, registrado na revista nº37 de janeiro de 1960, mês em que o presidente do México é recebido com muito menos pompa, nas páginas 8 a 11, foi publicado um texto, relativamente grande, intitulado "Brasília e seus críticos". De autoria do deputado Coutinho Cavalcanti, dedica-se a contrapor uma série de argumentos contrários, ou dentro de uma compreensão, incoerentes em relação à construção da capital. Por entre fotos dos blocos residenciais das superquadras das 100, o texto segue em sua argumentação contestando a partir de alguns pontos de vista – econômico, social, histórico, etc – o que era dito sobre a mudança da capital.

Em certo momento do texto, o deputado afirma o contrário do que o presidente dos Estados Unidos viria a declarar. Inclusive não só apenas o deputado, mas inúmeras vezes ao longo das revistas é refutada a semelhança entre Brasília e Washington. "É uma posição acadêmica que conduz à comparação entre Brasília e os exemplos históricas. Nem Versalhes nem Washington podem ser aproximados de Brasília como conteúdos políticos e sociais, porque tanta uma coma outra foram o resultado de problemas políticos imediatos" (Revista brasília, nº37, p.9, fevereiro de 1960). Tão pouco se aproximava da marcha para o oeste norte-americana. Brasília era única, única como resposta única aos problemas singulares da nação brasilei-

ra. Brasília era um passo harmonioso para a libertação do povo brasileiro, limpa de qualquer violência dentro desses discursos apaziguados como o do deputado.

> De modo algum pode ser aproximado do pretensão de Jefferson de oferecer uma linguagem clássico do espírito imperialista inglês que se transferia para a América do Norte. A época é outro, os problemas são outros, as intenções são diferentes, e os resultados, tudo leva a crer que sejam os de uma cultura e de uma humanidade sem pretensões de domínio, sem pretensões de forjar diferenças ou discriminações [...]" (Ibidem).

Brasília era a busca de autoafirmação do Brasil (Ibidem), solução de alto grau de pureza para as questões que a nação mestiça impunha. Era uma resposta harmônica a estes problemas. Para o deputado, isto redimiria Brasília de qualquer erro cometido.

> A arremetida simplória dos críticos de Brasília contra a tendência nacional em pesquisar soluções puras e limpas para os problemas humanos é mais uma crítica chorosa contra uma das mais legítimas, autênticas, valiosas e características tendências do pensamento nacional. Pensamento que não acolhe nem preconceitos teóricos, nem preconceitos de raça, nem de religião, nem de qualquer espécie, mas que prefere pesquisar soluções através das quais a sua humanidade mestiça e livre possa se apresentar diante do mundo como um exemplo de correção, de bondade, de verdadeiro espírito cristão, limpo da lama do pecado capitalista, limpo da lama da exploração do homem pelo homem, limpo da pecha da discriminação contra o que quer que seja (Ibidem, p.11).

Na razão representada aqui no texto do deputado, há a crença de que o pensamento nacional é neutro. Não cabe a esse trabalho se alongar na discussão em relação à neutralidade do Estado, porém, esta crença é fundamento para sua dominação de uma forma a criar uma aura de imparcialidade. Aqui, se este, na fala do deputado se isenta de qualquer preconceito, se expressa dentro de uma moral específica ancorada no verdadeiro espírito cristão. Já aí se ausenta de sua neutralidade. A humanidade mestiça se fazia pura e limpa, ou neutra se qualquer uma dessas três coisas fosse possível.

Se a ideia de uma democracia racial não é explicitamente evocada, embora esteja estruturando a concepção de pensamento sem preconceitos, é em uma fala de profunda negação do presidente que ela é abordada diretamente. Essa crença que o Brasil vivia em uma democracia entre raças tem uma de suas origens no pensamento de Gilberto Freyre.

As ideias de que no Brasil não haveria distinções rígidas entre brancos e negros, existindo apenas a discriminação social, feita aos pobres, de que a escravidão imposta pelo português havia, segundo seu caráter quase amistoso, sido branda foram estruturantes para o surgimento desse pensar. Apesar de na década de 1930, com a publicação de *Casa Grande & Senzala* do sociólogo, ter sido uma das bases

para a construção dessa ideia, em seus escritos não se encontra referência ao que chamaram de democracia racial. Seu texto não havia sido fonte única para a fundamentação da ideia, ele faz parte de um "processo mais amplo com o qual contribui sem ser sua causa suficiente ou, mesmo, necessária" (SALES JÚNIOR, 2006, p.173).

> O Mito da Democracia Racial é constituído por uma *forma dramática* que sintetiza o processo de formação de uma vontade coletiva como "povo"ou "nação" brasileira, fantasia concreta que atua sobre uma multiplicidade heterogênea, segmentada e estratificada. Através do "mito das três raças", o novo bloco dominante torna-se hegemônico, alcançando a capacidade prática e imaginária de transcender o horizonte de uma determinada classe ou grupo social, interpelando, assim, uma vontade coletiva nacional-popular, como protagonista de um efeito drama histórico: o povo brasileiro, fruto da miscigenação, do sincretismo, da mistura cultural (Ibidem, grifo do autor).

A difusão dessa crença em consonância com a ascensão da ideia do Estado moderno unificado, fez com que, aos poucos, desaparecesse o discurso abertamente racista do debate sobre a questão racial. A ideia de raça passa a dar lugar, nos discursos oficiais, à ideia de cultura. "Nesse sentido, o antigo ideal de branqueamento, enquanto projeto nacional, cede espaço à construção ideativa do povo brasileiro consubstanciado numa só cultura, una e indivisível, fundida e integrada na nação" (BARRETO JUNIOR, 2019, p.300). Essa crença se torna difundida dentro do imaginário coletivo que se enxerga, ou melhor, não enxerga, seu racismo em comparação aos sistemas de apartação racial muito mais claros como os dos Estados Unidos ou África do Sul.

Embora esta crença estivesse, pelo menos no âmbito acadêmico, começando a sofrer fissuras, por volta dos anos 50, onde o trabalho de Florestan Fernandes e outros pensadores tiveram fundamental importância na denúncia da profundidade do racismo na formação social brasileira, nos discursos oficiais do Estado não cabia questionar o status de harmonia que essa crença havia estabelecido. Essa crença, na simétrica fusão entre as raças, foi, e ainda é, fundamental para a perpetuação do racismo no Brasil.

Tendo sido construída, esta ideologia, a fim de criar uma imagem positivada da constituição miscigenada do Brasil, em especial na década de 30 quando a ditadura de Vargas buscava evocar uma nova imagem do brasileiro mais afinizado com o trabalho. Essa crença, também, possibilitou afirmação do lugar de poder do branco e o apagamento das violências impostas por sua colonização.

É na presença de Malraux que esta crença é trazida à superfície de forma explicita. Mostrando o que estruturava a consciência dos homens que ditavam os discursos oficiais, sobre os quais a ideia de nação era construída. O evento está registrado na revista de agosto de 1959, nº32. As poucas fotografias da visita do ministro dos assuntos culturais francês não representam a importância que este encontro teve para Juscelino. Inúmeras vezes, após, a ele é feito referência, sendo

as palavras do francês retomadas como sínteses da imagem de Brasília.

O discurso de JK, na ocasião do lançamento da pedra fundamental da Maison de France, foi transcrito sob o título de "Civilização e Cultura". Como de costume ele inicia agraciando seu convidado com inúmeros elogios, para este, em especial, JK faz alusão à sua obra que, para o presidente, "é um dos depoimentos mais dramáticos sôbre o mundo moderno, espelhando suas violências e sua procura de grandeza" (Revista brasília, nº32, p.2, agosto de 1959). E que será substrato para o pensamento que irá desenvolver em seu discurso.

Aparentemente o francês postulou, em A Condição Humana, seu relato ficcionalizado da Revolução Chinesa, publicado em 1933, que "a cultura não se herda, mas se conquista" (Ibidem) e a partir desta ideia que o presidente segue. Resgatando a etimologia da palavra cultura, JK trabalha com a imagem da semente e da colheita. "A semente é definidora, determina a espécie. Das circunstâncias e disposições naturais, das condições da terra e do tempo é que dependerá a qualidade do fruto" (Ibidem), e naquele momento plantavam uma semente com a Maison de France, "êste dom da França ao novo Brasil" (Ibidem).

> A França tem como alto destino produzir o grão mais rico em possibilidades latentes para o processo de conquista da cultura. O Brasil é um país novo e guarda fidelidade às sementes jogadas para germinarem em nossa terra. A afirmação de que «a cultura se conquista » significa que, na hora da colheita, deve verificar-se o aparecimento de algo de preciso e individuado, que se incorpora à nossa personalidade e não é repetição, nem imitação de outrem. A incultura é que gera imitação, contrafação, falta de autenticidade. Se um voto me é dado pronunciar, neste local antes deserto, hoje coração do Brasil futuro; se me é lícito uma expressão solene do que mais desejo para meu país, ouví-me então: que o Brasil se conserve sempre autêntico, enraizado cada vez mais em suas características mais firmes, elaborando a sua cultura, colhendo os resultados dêsse processo natural em que a terra se apropria da semente e dela faz nascer o fruto, e o torna original e inconfundível (Ibidem).

Além da ideia de destino e declaração de fidelidade à França, a de que Brasília era uma expressão verdadeiramente única da cultura brasileira o que denotava sua autenticidade se destaca nesse trecho. Ela se repete outras inúmeras vezes ao longo das revistas. Ao mesmo tempo em que se afirmam as raízes na Europa há, também, uma negação destas. Essa negação é, também, uma negação do que chamaram de civilização litorânea, quanto o Brasil voltava seus olhos para a antiga metrópole. Voltar seu processo de colonização para o interior era buscar autonomia em relação à Europa, buscar a verdadeira independência. Essas raízes, comuns às nações latinas, assentavam-se, segundo o presidente, na defesa da dignidade do homem (Ibidem, p.3). E que a aspiração política consistia em defender o homem e favorecer o reerguimento da condição humana.

> Não sujeitar o homem a qualquer espécie de constrangimento contrário à

> lei ou à consciência; não permitir que seja transformado em instrumento, nem mesmo em virtude de convicções ideológicas ou pela tirania de suas próprias criações técnicas; em suma, impôr o homem como medida das coisas - eis as constantes da cultura e da orientação espiritual de que a França se conservou paladina e fautora no mundo contemporâneo (Ibidem, p.3).

O homem como medida das coisas, paradigma de um pensamento humanista, é um discurso que a princípio parece muito encantador, porém essa universalidade pretensa é restrita. Além de excluir as formas de vida que como humanas não são categorizadas, é uma perspectiva arrogante, localiza essa humanidade dentro de uma concepção culturalmente específica, marcadamente europeia (KANEYASU, 2019, p.99). Localizada, também, dentro de um recorte racial específico, essa mirada não enxerga, na afirmação da sua totalidade, o provincianismo que é raiz da sua aspiração universalista, "privilegiando uma forma de vida culturalmente específica como medida de todas as culturas, revelou-se etnocêntrico" (Ibidem).

Ainda, essa forma específica, localizada, construída a crer-se universal, também foi construída como natural. Como se inerente ao ser humano. Bom, Jk insiste em localizar o Brasil dentro dessa tradição, onde "encontramos, ao longo de nossa História, meios de solver os mais graves problemas sem nos afastarmos das diretrizes de uma cultura humana. Assim foi mesmo antes de nosso amadurecimento intelectual [...]" (Ibidem, p.3).

> Espontaneamente, por vocação, por disposição de alma, inclinamo-nos para a cultura, sem que a pudessemos ainda formular, ou dar-lhe características e precisões nítidas. Como Nação culta encerramos a fase colonial; como Nação culta, fundamos o Império brasileiro; como Nação culta, renunciamos ao trabalho servil, operando pacificamente essa profunda transformação da estrutura econômico-social, através de um movimento libertador nascido e triunfante entre os próprio; dominadores; como Nação culta, transformamo-nos em uma democracia racial, numa comunidade em que os homens de tôdas as origens vivem fraternalmente, sem discriminação; e tudo isso, fizemo-lo em obediência a inclinação natural, à própria índole do povo brasileiro (Ibidem).

Sobre a escravidão no Brasil duas são as referências, a primeira aparece na revista de outubro de 1958, nº22, página 8, em um discurso do presidente da Confederação Nacional do Comércio, que vincula o comércio à penetração e conquista do território daí a aparição da captura do escravizado, a caça aos indígenas e o tráfico do negro. Apenas como etapa da história do Brasil, atestando o "ímpeto desbravador inerente à profissão do comerciante" (Revista brasília, nº22, p.8, outubro de 1958).

A segunda é nesse discurso de JK, a qual ele sequer se refere como trabalho escravo, utilizando da denominação servil a fim de suavizar a questão. Não é o que cabe para descrever, nem o que aconteceu por aqui. O servo não pertence a quem

exerce sobre ele a dominação, diferente do escravizado que, tendo perdido seu estatuto de humano, é objetificado e tido como mercadoria do seu senhor. Localizar, também, o movimento de libertação no próprio dominador é outra ilusão criada a fim de construir uma imagem positiva deste. Além de ser incoerente com o que de fato ocorreu, apagando a luta negra pela liberdade.

A recusa do passado traumatizante é fundamental na construção dessas narrativas sobre história nacional, apaziguada e fantasiosa. Qualquer reconhecimento da realidade – violenta, como foi e é – desestruturaria a imagem harmoniosa que se desejava construir sobre si. Porém, a negação desse conteúdo não impede que ele continue se manifestando, esta é apenas uma operação que se dá no nível da razão.

A ideia, a representação da nação, como uma democracia racial só trabalhava a fim de aprofundar o racismo na sociedade. A cordialidade que essa idealização serve à estabilização das desigualdades nas hierarquias raciais, mitigando a violência existente nelas, diminuindo assim, aparentemente, o nível de tensão racial existente (SALES JÚNIOR, 2006, p.164). A construção da imagem do dominador como cordial, aqui na fala de JK, culto, serve também para atenuar seu lugar de responsabilidade na perpetuação das violências que estruturam e sustentam seu lugar de poder.

Essa construção ideológica, de negação do que poderia vir a desestruturar essa imagem apaziguada, trabalha na preservação dos privilégios desse dominador. Que, sem a necessidade de reconhecer seu lugar de subjugação, não precisa botar em cheque seu modo de agir no mundo, perpetuando, assim, seu lugar de poder, mitigando as estruturas que o sustentam. Conservam-se, assim, seus privilégios dentro da estrutura criada a fim de beneficiá-lo. Aqui, no Brasil, esse dominador “culto” se localiza pertencente a uma raça específica que sempre se favoreceu dessa posição, inventada, de superioridade em relação ao resto do mundo. Esta é a branca. Sua construção de identidade sempre esteve, aqui, dentro desse contexto, vinculada a ação do colonizador e sua herança. Por mais múltiplas que possam ser sempre se localizam numa situação de superioridade aos outros seres racializados.

> Branquitude é o termo utilizado para se falar das construções das identidades raciais brancas, que é preciso ser pensada sempre de modo relacional e construídas sócio-historicamente, a partir das relações de poder da estrutura social na qual estão inseridas. Desta forma, é preciso pensar que os grupos e sujeitos que são considerados brancos em determinados locais, não necessariamente o são em outros contextos. Contudo, é unânime entre os estudiosos críticos da branquitude que essa identidade se construiu a partir da ideia fictícia de superioridade produzida pelo conceito de raça forjado pela pseudociência do fim do século XIX (SCHUCMAN, 2018, p. 144).

Essa identidade, representação de si, precisa ser pensada como localizações sociais alicerçadas nas relações de dominação (FRANKENBERG, 20004 apud Ibidem). A branquitude, então, se caracteriza pela vantagem que recebe dentro de

sociedades estruturadas pela dominação racial. Tendo sido a raça, uma categoria inventada, nas sociedades colonizadas por europeus e utilizada a fim de justificar a dominação, os brancos se beneficiam das vantagens que este lugar os concede dentro dessas sociedades.

> Desta forma, podemos dizer que os brancos adquirem vantagens em todas essas sociedades; *a branquitude é um "ponto de vista", um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais*, ou seja, essa localização identitária permite aos brancos um lugar de conforto para olhar ao seu entorno, pensando a si mesmo como norma e/ou padrão de humanidade a ser seguido; *a branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou "normativas" em vez de especificamente raciais* (Ibidem, p.144 – 145, grifos da autora).

Dentro do pensamento do colonizador o colonizado foi construído como o outro da razão, o que justificaria sua dominação. Criou-se um sistema de crenças em que o outro criado se tornava o representante da maldade, da barbárie que seriam marcas identitárias suas, dessa identidade imposta, enquanto o colonizador se representava como o oposto dentro da sua razão binária, ele seria o detentor das virtudes, da bondade, da civilização.

> Ambas as identidades se encontram em relação de exterioridade e se excluem mutuamente. A comunicação entre elas não pode se dar no âmbito da cultura -pois seus códigos são impenetráveis- mas no âmbito da *Realpolitik* ditada pelo poder colonial. Uma política "justa" seria aquela que, mediante a implementação de mecanismos jurídicos e disciplinares, tente civilizar o colonizado através de sua completa ocidentalização (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.83).

Essa razão estruturou e justificou, e ainda justifica, a dominação do colonizador. É o início da criação do que Mbembe (2019) vem a chamar de inimigo absoluto e que legitima a atuação da necropolítica. Esse outro criado à imagem do pecado, do que era negado pelo branco europeu, fala mais dele do que esse outro inventado. Dentro da sua moral classificava o mundo dentro da única mirada possível, a sua.

Esse processo de criar a si como padrão – possibilidade única de existência – e projetar no outro o que não é capaz de assumir em si porque corrompe o modelo de perfeição criado "são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção" (BENTO, 2014, p.31-32). Esses dois mecanismos subjetivos seriam os estruturais para a formação dessas subjetividades brancas, que aqui passariam a se construir em contraste ao outro, ao não branco.

Para Bento essa construção "a partir de si mesmo, é uma forma de paranóia que traz na sua gênese o medo. O medo do diferente e, em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente" (Ibidem). Medo do que

não se assume em si, medo do que podemos chamar de aspectos da sombra dessas subjetividades. Quando projetados no outro, dá-se a possibilidade de se reagir em relação a elas, assim, criando uma ilusão de controle. De superioridade.

Quando o colonizador chegou aqui foi que ele se transformou no homem branco. O português, dentro da Europa, possuía a não branquitude como característica marcante, já que havia passado séculos sob a dominação moura, negra. Além de sua mistura biológica e cultural, não só com os mouros, mas, também com judeus, povos ciganos e africanos, "[...] os primeiros a desembarcarem no Novo Mundo serão os degregados, diga-se de passagem, a pior espécie de lusitanos [...], o menor em hierarquia entre os próprios brancos portugueses, o primeiro colonizador das novas terras" (CARDOSO, 2017, p. 175-176).

O impacto causado por essa tarefa causou uma cegueira em relação à humanidade do outro, que não era enxergado como igual. Vistos como os negros, os não brancos na Europa, pelos brancos de maior hierarquia como os ingleses, em contraste com os povos daqui eles se tornavam mais brancos (Ibidem).

> O branco português torna-se branco, belo, inteligente, "civilizador", desenvolvido, no contato com outros "mais-não-brancos" do que ele. No encontro entre os "dois mundos", salientam-se as comparações fenotípica e cultural. Primeiro entre o português e o "índio", segundo entre o português e o africano, classificados, respectivamente, como "negro da terra" e "negro de guiné"[...]. Para abreviar, diria que é justamente no contraste com o "Outro"[...] que o "negro da Europa" torna-se branco. Ressalto "branco-Aqui", na "terra brasilis", "não branco-lá", na Europa Central (Ibidem, p.178).

Quanto mais se apagava a presença dos não brancos e mais se estabelecia os modos do branco, por aqui mais branco ele se tornava, mais branca essa terra se fazia acreditar ser. A conquista do território e a imposição da cultura do colonizador contribuíam para a criação da ilusão de uma certa naturalização da presença branca, os quais acreditavam ser, por providência divina, sua por direito.

O branco – colonizador - é então um ser narcísico. Enamorado pela sua própria imagem, esta que é uma ilusão, não corresponde a sua verdade. Aparentemente reflete a si, aparentemente porque não compreende sua totalidade, não se enxerga como um ser racializado. Para Cardoso a metáfora a ser usada seria a do vampiro, Drácula, porque no espelho sua imagem não é refletida. Digo, também, que a imagem do Drácula se relaciona no sentido de que para sua existência a força vital de outras formas de vida precisa ser consumida, a vampirização do colonizador. Já o colonizado se enxerga, enquanto assumir a inferioridade imposta, sempre em relação ao colonizador vivenciando um forte processo de rejeição a si, rejeição ao seu ser que não cabe nas representações disponíveis em relação ao o que é possível um ser humano ser (Ibidem, p.184).

> Por outro lado, o branco ao focar os olhos somente para si, ao não enxergar o negro como humano, humanidade reflexo de si, ao não enxergar o negro

> como outro lado do espelho, acaba por não enxergar a si mesmo. A imagem do branco refletida no espelho não é a sua própria imagem. No máximo, é uma foto, uma figura congelada [...], o branco não possui parâmetro por ser sua própria medida, o branco é o próprio parâmetro de si, uma medida de si mesmo, cega [...]. O branco, por não se enxergar, impossibilita-o de ser inclusive, parâmetro de si. Ele somente enxerga o não Ser, o Outro não branco. Significa que o branco se enxerga pelo contraste daquilo que "Não É". [...] Ao atribuir somente a si a humanidade, ao não enxergar o Outro como humano, o branco evidencia que possui uma imagem distorcida do Outro e de si mesmo (Ibidem, 2017, p.185).

Assim, o branco está sempre buscando ser mais branco, assemelhar-se aos brancos de maior nível hierárquico entre as branquitudes. Essa patologia apontada por Guerreiro Ramos, leva ao branco para ser mais branco rejeitar toda e qualquer herança que o deixe menos branco (Ibidem). Aqui, como sempre foi impossível apagar essa herança "[...]a solução foi embranquecer. Nosso iberismo, africanismo e "indianismo" foram considerados responsáveis por não sermos modernos, por não sermos a Europa, por não sermos os Estados Unidos (Ibidem, p.193).

A solução não foi apenas buscar esse embranquecimento biológico, mas também cultural, do território e dos modos de vida possíveis e disponíveis nessas terras. Para que a ilusão se estabelecesse como verdade neste território.

Sendo o branco aqui minoria e necessitando, no seu lugar de colonizador, estar sobre o controle da terra e de sua gente, impondo-se em um grau mais elevado de hierarquia, para ele sempre foi mister lidar com a questão de um país ameaçadoramente não branco. Como percorremos, o pensamento racial nessas bandas pressupôs a assimilação das populações não brancas pelo povo branco. "Essa ideia de assimilação, planejada e levada a efeito pela nossa elite branca no final do século XIX, parece associar-se à dimensão coletiva daquilo que Freud chamou de o amor canibal, que pressupõe incorporar ou devorar o outro" (BENTO, 2014, p.38).

O outro deixa de existir e só o que sou eu, o que é meu, é possível se manifestar nessa realidade, supostamente controlada. Não existe amor pelo outro, existe uma obsessão em transformá-lo em algo outro, algo que esteja dentro das possibilidades disponíveis, semelhantes ao eu.

Além desse amor canibal, Bento também fala que como as subjetividades brancas se expressam há a possibilidade de pensar no que Adorno e Horkheimer chamam de ódio narcísico (Ibidem). Este, em relação aos grupos externos, pode ser explicado como uma espécie de "[...] paranóia, também pautada nas defesas primitivas em que se expulsa tudo o que possa representar uma ameaça à autopreservação egoica. Chamam de "falsa projeção" o mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus" (Ibidem). Sendo isso que é negado depositado no outro, o que é íntimo, particular, passa a ser visto como hostil, como desestabilizante das representações que tem de si. Projetado para fora de si sobre a "vítima potencial". O que Mbembe, como disse, fala da criação do ini-

migo absoluto que há todo custo deve ter sua existência apagada.

> [...] Os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que lhe é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa da sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Ao projetar os impulsos, consegue se livrar deles e, ao mesmo tempo, reagir a eles, como algo que pertence ao mundo exterior. É um tipo de paranóia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças (Ibidem).

Esse mecanismo, subjetivo, foi fundamental, e ainda é, para construir esta realidade material que vivenciamos. Representar o outro como mal, decaído, incivilizado, primitivo, infantilizado, etc., foi o que justificou a imposição do modelo civilizatório vindo da Europa. A violência poderia ser utilizada contra esse inimigo, se não de forma explicíta, também transvertida de uma aura benevolente onde estes de hierarquia superior, humanos, poderiam catequizar, tentar salvar os sem alma. Nesse processo, independente de como esteja fantasiado, o que está comprometida é a própria capacidade do branco de se identificar com o próximo, "[...] criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença" (Ibidem, p.40).

> O ciclo fechado do que é eternamente idêntico torna-se o sucedâneo da onipotência. É como se a promessa, feita pela serpente aos primeiros homens, de se tornarem iguais a Deus houvesse sido resgatada com o paranóico, que cria o mundo todo segundo a sua imagem (ADORNO E HORKHEIMER, 1985 apud Ibidem, p.41).

Completando a criação divina o homem branco inventa o mundo a sua imagem para os que espelham a mesma. Esse processo depende da cumplicidade entre os membros deste grupo, e destes com o grupo. Um pacto narcísico em direção da manutenção deste grupo. "[...] Esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalcadas, rejeitadas, abolidas ou apagadas" (Ibidem, p.46).

Dentro das representações disponíveis o modo de vida do branco é imposto como único caminho possível às existências. Ser branco é ocupar um espaço simbólico, relacional, que é determinado por eventos históricos e políticos, tomando diferentes significados compartilhados culturalmente em diferentes lugares (SCHUCMAN, 2012, p.23).

> Ser branco exige pele clara, feições européias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui sangue negro (SOVIK, 2004, p.366 apud SCHUCMAN, 2012, p.23).

Assim a branquitude pode ser compreendida a partir de alguns aspectos, sendo, a partir de Piza (2014, p.84), três deles os básicos. Estes seriam a situação de vantagem estrutural de privilégios raciais, o que é simples de ser compreendido quando observada a sociedade construída sobre os processos de violência da colonização, a posição em que os brancos se observam e observam aos demais, sempre em uma situação de superioridade e um conjunto de práticas culturais, geralmente não marcadas e não nomeadas, frutos da naturalização e da construção da ideia de neutralidade do branco.

Aqui, esta ideia de neutralidade, e antes, de superioridade, foi sendo construída ao longo dos tempos, a fim de justificar a dominação do povo branco. Recalcando qualquer conteúdo que pusesse em cheque este constructo sob a imagem de democracia racial. Onde a coletividade estaria apaziguada sob a ideia em que aqui todos seriam iguais e que nossa cultura, construída da união entre as raças, a todos representaria.

É claro que apesar da pretensa harmonia o Estado, em suas representações oficiais, reivindicava uma certa identidade, esta herdeira da cultura branca europeia.

Essa construção não se deu apenas em um campo imaterial, não existe sem a ocupação da matéria. O território é dado fundamental para a formação da identidade tanto grupal quanto individual (SODRÉ, 1988). Existe em cada cultura uma lógica do lugar na qual o território "suas articulações socioculturais aparecem como uma categoria com dinâmica própria e irredutível às representações que a convertem em puro receptáculo de formas e significações" (Ibidem, p.16).

> Essa dimensão incita à produção de um pensamento que busque discernir os movimentos de circulação e contato entre grupos e em que o espaço surja não como um dado autônomo, estritamente determinante, mas como um vetor com efeitos próprios, capaz de afetar as condições para a eficácia de algumas ações humanas (Ibidem).

O modo de ocupar o território singulariza a sociedade, mostrando assim o seu real. Aqui, as representações que se materializam no espaço são traduções do poder do Estado, das representações disponibilizadas por ele. Determinando zonas de poder, essa geografia fez do espaço o lugar da aplicação dessa forma de poder social, corporificando o que a constitui em um dado momento. Seus sistemas de crenças e as leis quanto às exigências mercantis (SODRÉ, 1988).

O espaço se impõe como uma ordem existencial, disponibilizando as relações possíveis, suscitando no que Sodré (1988) chama na noção de forma social, esta é o que permite compreender o sensível do grupo, seu estilo de vida. Sua atmosfera particular que se mostra pela forma com que se relaciona com o espaço. Fala da forma com que se ordenam as relações com o mundo, com a terra, o céu, a água, a natureza, os outros seres. A "história dá-se num território, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma iden-

tidade grupal" (SODRÉ, 1988, p.23).

Demarca-se a diferença em relação ao outro, humano ou não humano. O território traça limites, cria características que darão corpo à ação dos seres. Ele é marcado por um jogo, este que se estende como protoforma de qualquer cultura.

> [...] [O] sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um "fazer de conta", de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre homem e o mundo, capaz de combinar "as ideias de limites, de liberdade e de invenção" (CAILLOIS, 1967, p.48 apud SODRÉ, 1988, p.23).

Junto com a ocupação do território há também a tomada das consciências, com a expansão do real do grupo que as ocupa. Nesse processo a arquitetura e o urbanismo, como disciplina, foram utilizados a fim de criar a aparência desejada pelo poder, aqui, no caso, o poder do Estado.

O colonizador, desde as primeiras traças, sabia da importância, para a consolidação de sua conquista, da implantação do seu modo de ocupar o espaço (SODRÉ, 1988). Justificando assim a sua ocupação, estimulando a identificação e a homogeneização dos seus padrões ideológicos, afirmando com maior profundidade a sua dominação no território.

Se no começo a ocupação destas terras os padrões eram copiados da Europa, aqui, se vê nos anos 50 do século passado um desejo de criar uma identidade que fosse verdadeiramente brasileira. Bom, verdadeiramente brasileira, se manipulada pelo Estado seria também verdadeiramente excludente, refletindo apenas os desejos de quem estava no poder.

Porém, apesar de negar, até certo ponto, essa "importação" destes padrões, constantemente se reivindicava estas heranças como validadoras do projeto de nação que se punha em prática nos anos de JK. Afirmar-se como nação madura perante as nações civilizadas do globo ao mesmo tempo que se buscava por autonomia não era um movimento independente, porque tinha ainda como objetivo a aprovação do outro. Aprofundando a dependência deste.

A branquitude brasileira, profundamente marcada pela sua baixa autoestima, inferioridade que carrega desde sua origem, tinha em Brasília um objeto – narcísico – onde desejava espelhar suas características mais positivas. Reflexo do eu ideal, sua imagem foi construída baseada na própria imagem que o Estado queria construir sobre si, um objeto semelhante a esse eu ou, melhor, ao que ele gostaria de ser, para o outro.

Mais ainda, Brasília seria a expansão dessa imagem pelo território brasileiro, possibilitando a expansão desse modo de subjetivação. Realização do que chamaram de civilização brasileira.

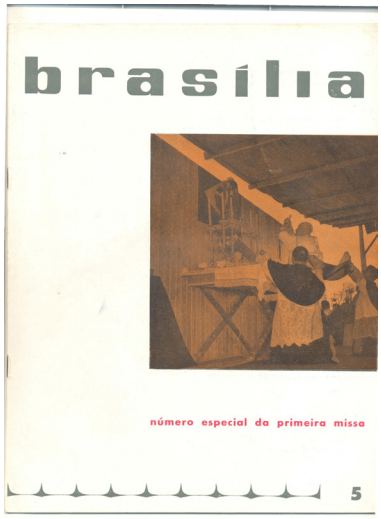
Quando o homem aparece, há a menção a ele, nas revistas, ele é neutro, como se referisse a um tipo universal. Poucas vezes são as referências ao homem branco, duas na verdade. Essa neutralidade servia, também, a normalização do branco como modelo dessa humanidade. Porém, se a sua presença no texto não é devidamente nominada, nas fotografias a imagem que se cristaliza é a de um Brasil branco. Todas as fotos, salvo pouquíssimas – duas fotos em que homens negros ganham destaque e nenhuma com indígenas - onde o homem se destaca ele tem uma raça específica, que é a branca. São aproximadamente 125 as fotos em que o homem branco aparece em realce.

A hiper representação do branco, sua presença maciça nas páginas da revista, serviam para, além de o fixar como modelo, também contar a história de um país que havia, com sucesso, se tornado branco. Apesar dos discursos de uma certa democracia racial, o que aparece nas fotografias da revista é a supremacia do branco em relação às outras raças. A imagem de progresso, desenvolvimento, não eram compatíveis com a imagem de uma população majoritariamente não branca. Não apenas as imagens fotográficas, mas também, os modelos que se evocavam para energizar essa realidade eram todos herança do colonizador branco europeu.

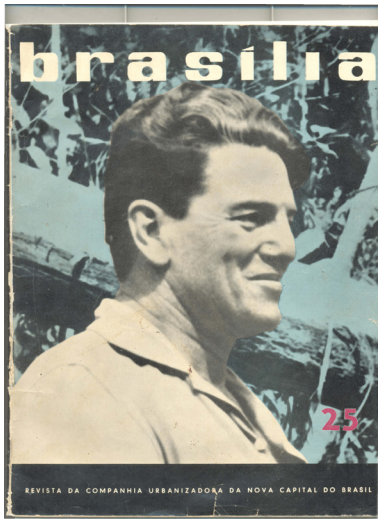
São três as capas em que aparecem fotografias de pessoas. Todas brancas. A da revista nº5, especial da primeira missa. A da revista nº6, da visita do então presidente de Portugal. E a revista nº25, na qual a morte e os ritos de passagem celebrados a Bernardo Sayão são registrados. Cada uma destas, fala sobre um aspecto importante em relação a essa branquitude, que se representava nas revistas. O espírito cristão, a descendência europeia e o neobandeirante desbravador dos sertões.

A imagem que se representava de Sayão, como mártir da redescoberta, fala sobre uma imagem que estes homens queriam registrar sobre si. De ousadia e audácia, de entrega à missão. Na capa, que parece até de mau gosto do diagramador, o engenheiro aparece sorrindo olhando para a direita, no fundo se veem plantas e

Capas das Revistas nº5, 6 e 25 da direita para a esquerda respectivamente







um tronco caído que passa por traz, cruzando, a imagem do homem. Sayão faleceu quando um galho de árvore caiu sobre sua barraca no acampamento da construção da Belém-Brasília, no trecho entre Imperatriz e Guamá no Maranhão. A páginas pares da revista, no seu pé, têm uma pequena faixa preta como sinal de respeito à morte do diretor da Novacap.

A revista começa com um texto de Manoel Caetano Bandeira de Mello intitulado "Brasília Inconteste", nele o autor segue a fórmula dos mesmos argumentos sobre a grandeza que Brasília trará ao Brasil, rebatendo as críticas contra a construção da cidade.

> O Brasil verdadeiro, na realidade, o grande Brasil, comprido e triste e deserto, largo e abandonado, enfêrmo e rico em virtual, será redescoberto por Brasília. Só a mudança, nos têrmos imperiais em que ela está se processando, sacudirá o país ao ponto de levá-lo a conhecer-se a si mesmo, tanto vale dizer, a conquistar o seu próprio engrandecimento (Revista brasília, nº25, p.2, janeiro de 1959).

Conhecer-se a si, conquistar a si a partir de imperialismo interno. O Brasil parecia estar dissociado de si. Para essa conquista a imagem arquetípica do bandeirante foi evocada nos discursos oficiais. Sayão a representava, a grande carga emocional que sua morte carregava serviu também para evocar um "enredo para a justificação das políticas de expansão territorial e de desbravamento, em nome do desenvolvimentismo, como narrativa simbólica da mudança da capital" (SILVA, 2009, p.93).

O bandeirante do século XX (Revista brasília, nº25, p.2, janeiro de 1959), na fala do diretor da revista em uma das poucas vezes que suas palavras nela foram registradas, foi retratado como um homem dinâmico, ousado, entregue ao trabalho ao mesmo tempo que, o verdadeiro pioneiro, simples no trato era próximo a todos. Aqui não cabe muito a verdade sobre quem Bernardo Sayão foi, mas sim a imagem que desejaram apresentar dele, e como ela, também, falava de um tipo – o bandeirante do século XX.

> Seus dotes pessoais faziam-no querido de todos os que com êle privavam e sua bondade e afabilidade eram de todos conhecidas. Seu dinamismo empolgava os operários e muitas vezes, quando algum deles não executava com devida perfeição uma de suas determinações, êle próprio montava no trator e realizava a tarefa. Suas energias eram despendidas nos trabalhos pioneiros de Brasília e não recuava diante de dificuldades que talvez a outros parecessem intransponíveis. Era, enfim, um verdadeiro bandeirante do século XX (Ibidem).

A revista segue com o percurso da vida profissional do engenheiro, enumerando as atividades que desenvolveu, suas funções públicas. Descreve seu sepultamento, onde ainda seria construído o cemitério de Brasília. Muitos operários já haviam morrido durante a construção da capital, muitos morreriam no mês seguinte

no massacre da Pacheco Fernandes, porém apenas o engenheiro e seu motorista foram enterrados no futuro campo santo. Sobre José Segundo, seu motorista, nada além de uma pequena menção é oferecida, tão pouco uma fotografia nas páginas da revista. “Findo o sepultamento do engenheiro Bernardo Sayão, foi sepultado a seu lado, o seu motorista, José Segundo, que faleceu, vítima de enfarto, ao saber da notícia da morte de seu chefe” (Ibidem, p.3).

> Certa ironia no enredo envolve a constituição do mito, que de desbravador foi vítima da vingança da natureza. Esse enredo em nossos dias poderia ter outra conotação, mas a forma como foi apropriada na época reforçava o caráter desbravador e de enfrentamento com a natureza, como veremos mais adiante. Ao invés de ser vista como as conseqüências de descaso com a natureza e a fatalidade da morte ser apresentada como advertência, as narrativas desenvolvimentistas reforçavam a necessidade de ampliar o enfrentamento com a natureza, ao mesmo tempo em que o engenheiro recebia as glórias do bandeirismo (SILVA, 2009, p.94).

O discurso começa a ter uma carga muito mais bélica em direção à natureza após a passagem de Sayão. É na fala de JK, inscrito nos anais da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado Gustavo Capanema, no dia 21 daquele mesmo mês, que o chamamento para a batalha se faz explícito. A batalha em favor do novo Brasil se fortalecia naquele momento em que um novo herói da nacionalidade havia morrido em campo de honra (Revista brasília, nº25, p.4, janeiro de 1959).

> Pode-se dizer que Bernardo Sayão fez a oferenda de sua própria vida ao seu ideal. Era o comandante da batalha que desencantará a Amazônia de sua prisão, que virá retirar da pré-história tão grande, tão obscura e tão importante zona de nossa Pátria. Morre de pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o têrmo dos seus árduos trabalhos estava à vista. Quem o feriu foi justamente uma dessas numerosas árvores que êle teve que abater para que o Brasil abrisse o seu mais difícil caminho. [...] Caiu num golpe fatal, vibrado por tôda a selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa dêsse bandeirante moderno, dêsse desbravador incomparável (Ibidem).

A natureza para esse homem da civilização é a diferença radical, a qual precisa ser aniquilada a fim da realização do seu mundo. O homem se torna mais humano quanto mais distante ele se encontra da natureza, menos quanto mais “natural”, sinônimo de primitivo, atraso, ele é. A construção da imagem do mártir sobre a de Sayão, morto por uma ilustre representante desse reino natural, intensificou o chamado à construção dessa civilização branca.

Se uma das características dessa branquitude narcísica é a negação a tudo que dela difere, projetando nesse outro tudo que em si reprimido se tornou aspecto de sua sombra, a natureza é esse primeiro outro. Separado dela, na sua queda do paraíso, esse homem se realiza pela sua dominação. Em sua transformação pelo trabalho. Há também o medo de tudo que é mistério, que não pode ainda ser com-

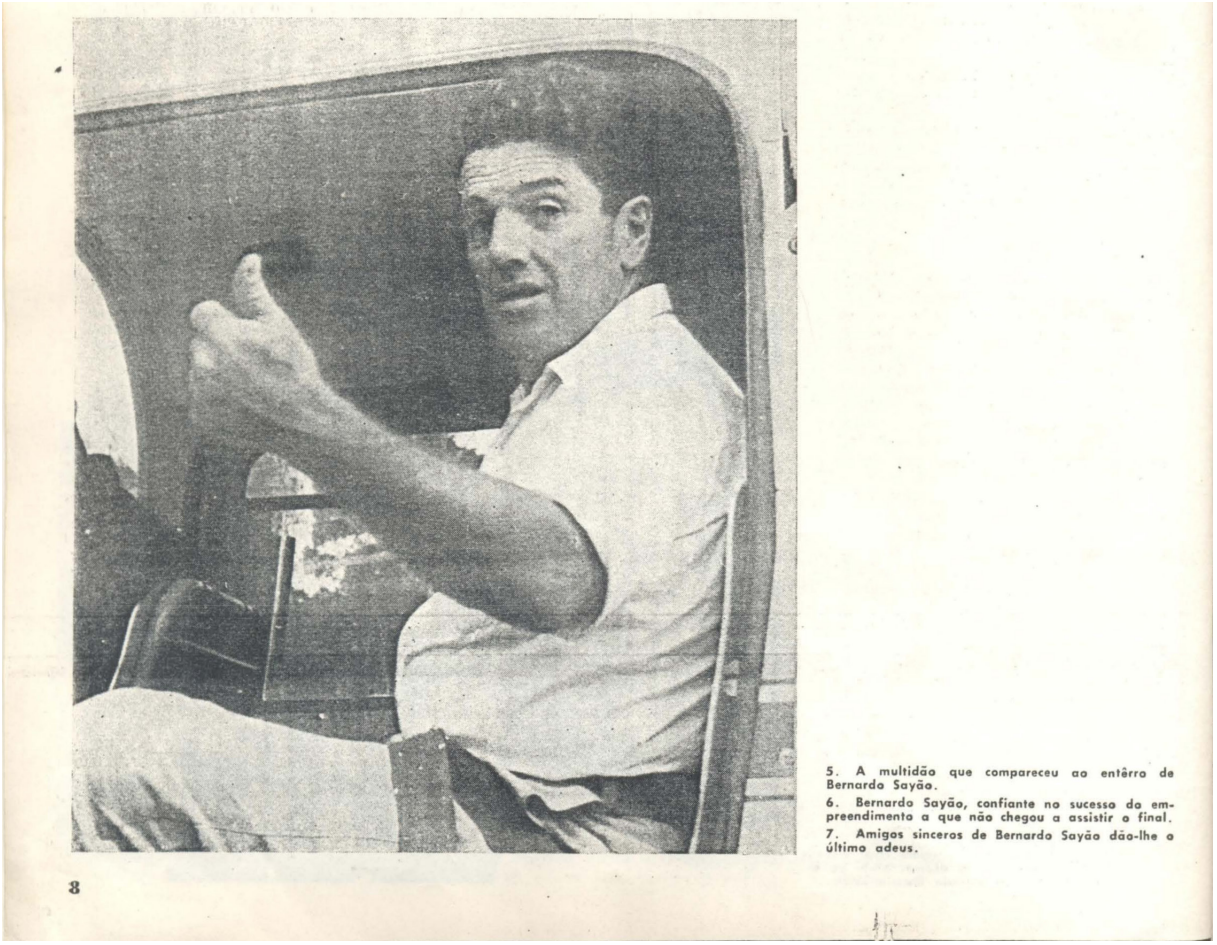
preendido pelas operações da razão, que ainda não foi ajustado a fim de caber dentro do repertório de imagens existentes em sua consciência. A morte de Sayão foi significada com o propósito de resgatar as imagens desses primeiros brancos que se lançaram contra esse mistério.

Sayão, também, é representado como um homem simples, o que pode ter sido até verdade, mas aqui se reforçava certa aura de bondade que cabia bem ao branco colonizador benevolente. Retratado como homem modesto, de hábitos simples. “Morreu pràticamente pobre”, segundo o deputado Fonseca e Silva (Ibidem, p.9). Totalmente entregue ao trabalho, e ao seu ideal, se fazia igual aos operários de Brasília, essa ideia criada, que novamente poderia ser até verdade, o que importa era a utilidade que possuía. Reafirmava uma ideia de igualdade e harmonia entre o branco em posição de comando e seus subalternos.

Além da foto da capa, duas são as que mostram o morto vivo, mas o que mais interessa são as legendas. A primeira na página 7 o engenheiro sobre a escada de um avião com alguns obreiros prontos para fazer o mesmo, Sayão olha para a direita, para além de qualquer um deles, na legenda segue: “4. Bernardo Sayão, quando ainda vivo, incentivava os trabalhadores para acompanhá-lo na difícil, tarefa de abrir a estrada Brasília-Belém”(Ibidem,p.7). A segunda, na página seguinte, Sayão aparece sentado na cabine de algum veículo que não é possível ser facilmente identificado, muito provavelmente de um helicóptero, ele dá um joinha meio sem jeito, não parece ser diretamente para a foto, talvez ele estivesse apenas confirmando algo, não é possível saber, na legenda o gesto foi logo interpretado como a confiança do engenheiro na empreitada. Não sabemos. Na legenda: “6 . Bernardo Sayão,

Revista nº25, trecho da página 7





5. A multidão que compareceu ao entêrro de Bernardo Sayão.
6. Bernardo Sayão, confiante no sucesso do empreendimento a que não chegou a assistir o final.
7. Amigos sinceros de Bernardo Sayão dão-lhe o último adeus.

8

Revista nº25, trecho da página 8

confiante no sucesso do empreendimento a que não chegou a assistir o final" (Ibidem, p.8).

Na página seguinte, chama atenção uma foto, que dentro das demais, escolhidas paras as 44 revistas, se destaca. Isto se dá porque é uma das únicas que mostram os trabalhadores e Brasília em destaque e fora do ambiente de trabalho.

O operário nas fotografias geralmente aparece no canteiro e, na maioria das vezes, seu corpo se funde às obras. Quando seu corpo se encontra em destaque, ele aparece quase que sem face, misturado no meio de grupos grandes ou em posturas desafiadoras sobre as vigas e pilares das obras.

Além da questão técnica relacionada ao fato de que os filmes fotográficos da década de 1950 não captavam bem a pele negra, esta foto a qual me refiro, que se encontra na página 9, é a primeira em que seus rostos aparecem com clareza. Na legenda, os homens que observam o sepultamento de Sayão são identificados como íntimos do engenheiro, reforçando a ideia de proximidade, desfazendo, novamente, a imagem de hierarquia entre o branco em posição de comando e seus subalternos. Nela se lê: "7. Amigos sinceros de Bernardo Sayão dão-lhe o último



Revista nº25, página 9
Fotografia dos amigos de Sayão que dão-lhe o último adeus

adeus" (Ibidem, p.8).

Esta foto ilustra o discurso do deputado Fonseca e Silva, proferido na sessão do dia 16 de janeiro de 1959, e publicado no Diário do Congresso Nacional no dia vinte e um daquele mês. O texto, dividido em três colunas, tem a foto sobre as últimas duas, na da direita, logo abaixo dos amigos sinceros de Bernardo Sayão, no texto se lê sobre os hábitos do engenheiro. "Ele se misturava com os operários; bebia, comia e dormia entre operários" (Ibidem). O que parece carregado de uma característica positiva do morto demonstra profundo preconceito. O fato de sua conduta ser de aparente igualdade, em que ele se misturava com os operários, explicita a diferença. Benevolente, simples, quase pobre, a imagem do bandeirante do século XX era construída sobre a morte de Sayão.

O discurso de Israel Pinheiro, ou melhor, em suas palavras, "a última conversa que não tem resposta" (Ibidem, p.5), é especialmente cheio de relações entre Sayão e os bandeirantes, localizando o trabalho do engenheiro na continuação da conquista dos sertões. Construindo a imagem de um homem simples, sem vaidade, justo, que executava seu trabalho por patriotismo, Israel o compara aos profetas.

"Os Anhangüeras dormiram séculos, esperando que a Pátria lhes desse razão nas "entradas" e lhes seguisse o exemplo" (Ibidem). Com Brasília se tinha razão e homens como Sayão que seguiam o exemplo e que recebiam a gratidão da nação naquele momento em que passava para a eternidade (Ibidem). "Porque o Brasil do lado de cá viu o seu esfôrço de anos e anos pela libertação das solidões interiores, escravizadas pelo abandono. Sentiu a fôrça da sua obsessão bandeirante que o arrastou definitivamente, jovem ainda, do litoral ameno para a crueldade da selva" (Ibidem).

"Sentindo o cheio verde da mata inimiga sob o verdadeiro céu do Brasil" (Ibidem). "No centro da linha de fogo, empunhando as suas armas prediletas - o trator e o machado" (Ibidem), Sayão "levou a coragem da luta até o sacrifício da própria vida" (Ibidem).

Crueldade da selva, mata inimiga, a luta. O inimigo absoluto que se criava era toda a vida que não era subjugada ao modelo civilizatório que aqueles homens representavam. A morte de Sayão serviu para trazer à tona essa energia que carregava a consciência desses homens, um acidente de trabalho ganhava uma significação especial, não só porque o engenheiro era um branco entre os de destaque, mas por que sua morte, segundo Israel, também selava uma trajetória semelhante à dos antigos bandeirantes.

"A mata vingou-se de você como a Vupabuçu azul vingou-se de Fernão Dias Pais Leme. Destino igual de bandeirantes" (Ibidem). Talvez o destino dos bandeirantes fosse a ilusão. A morte dos dois não foi semelhante, Fernão morreu de malária achando que suas turmalinas fossem esmeraldas, enquanto Sayão sofreu um acidente de trabalho. A veracidade dos fatos não interessa, em especial em um momento de tamanha carga emocional, mas o que importa é a vinculação possível de ser feita a fim de criar uma continuação na tradição do colonizador.

Outro texto, especialmente rico em imagens desse bandeirante, é o de Danton Jobim. O artigo do conselheiro de imprensa da presidência da república, intitulado "Bernardo Sayão, Héroi-Pioneiro", havia sido publicado primeiro no jornal "Diário Carioca" no dia 17 de janeiro de 1959, e após, a pedido do deputado Berbert de Castro, foi inscrito nos anais da câmara. O título já mostra muito do pequeno texto, que começa descrevendo a morte do engenheiro que havida tido "a morte que pediu a Deus, lutando para abrir na floresta virgem a grande rodovia Brasília-Belém do Pará, sonho que o empolgava tôdas as horas do dia, convertendo-se, por último, na razão de ser de sua vida" (Ibidem, p.7).

Novamente a imagem de um homem de hábitos simples e de entrega ao trabalho é construída. Sua morte significada como um ato de patriotismo e ainda um exemplo a ser usado contra os críticos da construção de Brasília. "Sua morte foi um ato de fé nos destinos deste país, um edificante exemplo a ser lançado em rosto aos derrotistas, que procuram em vão retardar a marcha da história, vendo no Brasil uma reserva colonial das nações superindustrializadas do Ocidente" (Ibidem). Tornava-se um ídolo pelo seu exemplo de sacrifício, a morte desse "o herói modesto

e desinteressado"(Ibidem) era pelo desenvolvimento da nação. Comparado novamente a Fernão Dias, tombava nessa batalha do homem branco contra a natureza.

> Cai o incansável lutador no momento preciso em que se unem as duas pontas da estrada por êle ideada; cai em plena batalha com a "jungle" no ponto em que se levantará dentro em pouco, o monumento aos que fizeram a rodovia por onde se comunicarão o Extremo Norte e o Extremo Sul do país. Êsse monumento recordará o triunfo e a queda do novo bandeirante, ou seja a morte na hora exata em que, como Fernão Dias, tinha diante dos olhos a visão da vitória (Ibidem).

Poucas vezes, como disse, são as vezes que esse colonizador é racializado, o que denota, primeiro, uma construção de uma imagem neutra, universal. E, segundo, que para a branquitude o racializado é o outro que marcado pela diferença.

A primeira vez, como já atravessamos em outro momento desse texto, foi pelo final do primeiro ano de construção da capital, em novembro de 1957. Na revista nº11, na quinta parte do texto do Major Mauro Borges Teixeira, membro do conselho fiscal da Novacap, intitulado "Em defesa de Brasília", que se dedicou a rebater as críticas formuladas "pelo Dr. Joaquim Almeida Mattos à mudança da Capital Federal do Brasil, publicada na revista "Brasil-Arquitetura Contemporânea" e transcritas na "Tribuna da Imprensa"" (Revista brasília, nº7, p.18, julho de 1957), no tópico clima, é que pela primeira vez se referem ao homem branco.

O clima seria fator essencial para a escolha da localização da cidade, uma vez que ele não poderia ser alterado. Dentro de uma razão determinista, que vinculava o clima à degenerescência do ser humano, a temperatura deveria ser favorável ao desenvolvimento deste. Crenças de uma pseudociência, mas que foram importantes estruturas para o pensamento que aqueles homens tinham da Europa e seu clima, um local de referência. Numa citação a uma dessas teorias, que o major se refere diretamente ao branco, ela propagava a ideia de que este suportaria temperaturas mais altas quando emigrava para países em que o mês mais quente do ano tivesse uma temperatura acima de a 24º C, porém isto "se passa com seus netos ou bisnetos que revelam positiva perda de energia, eficiência física e mental" (Revista brasília, nº11, p.14, novembro de 1957).

A segunda vez que há uma menção direta à raça do homem que executava a colonização aconteceu oito meses após, em julho de 1958, na revista nº19. Nesta mesma publicação havia sido divulgado o discurso de JK ao receber pessoalmente os bispos da igreja católica que participavam da IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos na capital do Goiás.

Na seção "Noticiário", na página 19, acima de uma foto da rodovia Brasília-Anápolis, "totalmente asfaltada" como diz na legenda, duas colunas de texto com dois títulos, mas que são na verdade um mesmo, relatam algumas questões sobre a rodovia Brasília-Belém. Até então não havia consenso em relação ao nome da rodovia que por vezes aparecia Brasília-Belém e, por outras, Belém-Brasília. A última vez

que aparece com o nome da capital primeiro é na revista nº32, de outubro de 1959.

Sob os dois títulos, “Brasília-Belém” e “Colaboração do Spi”, o texto relata sobre uma entrevista coletiva dada no Palácio do Catete por Juscelino e pelo coronel Lino Teixeira, coordenador da obra da rodovia. O texto começa fazendo menção ao presidente ter recordado a definição de Dom Carmelo, na ocasião da primeira missa de Brasília, em que o clérigo descreveu a capital como o trampolim para a conquista da Amazônia. Não há muito sobre o que foi dito diretamente pelo presidente, mas o texto continua descrevendo a obra que mobilizava grande contingente de trabalhadores e era realizada em um território desconhecido pela colonização.

> Três mil homens trabalham nesse empreendimento, que custará dois bilhões de cruzeiros e corta a floresta amazônica, em região ainda não percorrida pelo homem branco (Revista brasília, nº19, p.19, julho de 1958).

Ainda, o texto continua sobre os apontamentos do presidente sobre a rodovia, que teria 2.169 km onde, naquele momento, já haviam sido finalizados 815. Até julho de 1958, 884 quilômetros estavam sendo construídos, “restando por construir 470 quilômetros, grande parte dos quais em plena floresta amazônica, onde a civilização jamais penetrou” (Ibidem).

Região não percorrida pelo homem branco e plena floresta amazônica onde a civilização jamais penetrou, nestes dois trechos, homem branco e civilização aparecem como sinônimos. Este é o único momento da revista que essa relação se mostra quase que explícita, porém é suficiente para compreender a raça do agente da colonização. Nas demais referências ao homem da civilização ele aparece como neutro, simplesmente o homem. E civilização como um atributo apenas seu. Na revista nº21, de setembro do mesmo mês, novamente essa relação aparece, porém sem referência direta à civilização.

Se a presença do branco vem neutralizada pela imagem universalizante que se construiu sobre ele, este, que é profundamente marcado por um funcionamento narcísico de sua subjetividade, se enxerga no contraste do outro (BENTO, 2014). Porém, esse outro da civilização branca tampouco recebe destaque na revista. Sob a crença de uma democracia racial, de uma fusão entre as raças, a diferença não era afirmada embora ela existisse.

Se a presença do branco nas fotografias é maciça, presente em todos os lugares de destaque, onde detinha o poder de decisão, de fala, enfim, sempre presente em lugares de superior hierarquia, o povo indígena e o negro são quase que invisíveis na revista. Poucas as vezes que aparecem no texto ou nas fotografias.
A presença indígena é muito mais forte no texto, tendo nenhuma foto em que ganha destaque. Apenas em uma aparece denunciada por cocares que se destacam em meio à multidão presente na primeira missa de Brasília, na revista nº 5, página 13. Depois, mais nenhuma aparição. Já no texto, a eles, de forma sempre genérica, existem algumas menções.

Brasília-Belém

Em entrevista coletiva no Palácio do Catete, em que recordou a definição de Dom Carmelo, arcebispo de São Paulo, de que "Brasília é o trampolim para a conquista da Amazônia", o Presidente da República, assessorado pelo coordenador da grande obra rodoviária, fêz ampla exposição dos serviços de construção da estrada de rodagem Belém do Pará-Brasília.

Três mil homens trabalham nesse empreendimento, que custará dois bilhões de cruzeiros e corta a floresta amazônica, em região ainda não percorrida pelo homem branco.

Ao final de sua entrevista, na fase das perguntas e respostas, o Presidente Juscelino Kubitschek afirmou que não modificará a lei que criou a Petrobrás e que, em princípio é favorável sejam pagos aos servidores da União vencimentos condignos.

Assessorado pelo Coronel-Aviador Lino Teixeira, subchefe do Gabinete Militar, encarregado de coordenar as providências para execução da rodovia, o Presidente da República esclareceu que esta rodovia terá 2·169 quilômetros, dos quais 815 estão prontos. 884 estão sendo construídos, restando por construir 470 quilômetros, grande parte dos quais em plena floresta amazônica, onde a civilização jamais penetrou.

Explicou o Coronel Lino Teixeira que os diversos trechos que constituem a estrada estão sendo atacados nos dois sentidos e êsse trabalho já emprega a mão de obra de quase três mil homens, grande parte dos quais procedentes do Nordeste. Como conseqüência dessa tarefa civilizadora, verdadeiras cidades estão surgindo ao longo do traçado da rodovia.

Informou ainda que as vanguardas de topógrafos e geólogos estão recebendo apoio por via aérea, sendo atirados víveres e equipamentos de pequeno porte, através de paraquedas. A FAB já está cogitando de construir, no trêcho de penetração na Amazônia, aeroporto de 100 em 100 quilômetros, a fim de assegurar apoio mais efetivo ao trabalho de desbravamento. Nesses aeroportos

Colaboração do Spi

poderão descer aviões da classe "Douglas."

Ainda como informação revelou o Subchefe do Gabinete Militar que nos 105 quilômetros já abertos até agora, em plena floresta amazônica, ainda não foram encontrados selvícolas, mas há vestígios dêles, inclusive aldeiamentos vazios. Junto com as vanguardas encontram-se elementos do Serviço de Proteção aos Índios e selvícolas já civilizados, para facilitar os contatos e promover a pacificação, se isto fôr necessário. O aparecimento dos indígenas poderá trazer delongas no trabalho de marcação da nova estrada. Em condições normais, as patrulhas que saíram, de Guamá em direção ao sul e de Imperatriz em direção ao norte, deverão se encontrar no fim do corrente ano. Só após êsse encontro, é que se poderá ter idéia das condições topográficas da região e estimar o tempo de conclusão das obras, nesse trêcho. Acredita-se que não haverá nenhum curso d'água importante a vencer, mas cumpre lembrar que há igarapés na Amazônia maiores do que os rios do sul do país. Até o momento, as únicas obras de arte previstas são duas pontes com cêrca de 100 metros cada, vencendo os rios Guamá e Tocantins.

As obras da rodovia Belém-Brasília estão orçadas em dois bilhões de cruzeiros, no seu total, cumprindo notar que uma firma americana pediu 6 bilhões sòmente para construir o trecho na floresta amazônica. Os recursos para a rodovia estão vinculados no orçamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), que também executa a construção.

Após os esclarecimentos prestados pelo Coronel Lino Teixeira o presidente Juscelino Kubitschek lembrou que esta rodovia é a tão desejada Transbrasiliana, e sua construção só encontrou motivo, depois da decisão de transferir-se a capital para Brasília. A nova capital justifica, mais uma vez, a célebre frase de D. Carlos Carmelo, arcebispo de São Paulo, que afirmou ser "Brasília o trampolim para a conquista da Amazônia."



18. Um aspecto do "Núcleo Bandeirante".
19. A rodovia Brasília-Anápolis, totalmente asfaltada.

Revista nº19, página 19

Seguindo nessa nota em que o homem branco dá as caras, o coronel da força aérea brasileira, o Lino continua sobre as questões técnicas relacionadas à obra de conquista da Amazônia. Agora na coluna que aparece sob o título "Colaboração do Spi", o indígena é mencionado como um elemento a dificultar o desenvolvimento da obra da civilização.

> Ainda como informação revelou o Subchefe do Gabinete Militar que nos 105 quilômetros já abertos até agora, em plena floresta amazônica, ainda não foram encontrados selvícolas, mas há vestígios dêles, inclusive aldeiamentos vazios. Junto com as vanguardas encontram-se elementos do Serviço de Proteção aos índios e selvícolas já civilizados, para facilitar os contatos e promover a pacificação, se isto fôr necessário. O aparecimento dos indígenas poderá trazer delongas no trabalho de marcação da nova estrada. Em condições normais, as patrulhas que saíram, de Guamá em direção ao sul e de Imperatriz em direção ao norte. deverão se encontrar no fim do corrente ano (Revista brasília, nº19, p.19, julho de 1958).

Esse outro que ainda não havia sido incorporado, assumindo os modos do branco, eram vistos como possíveis inimigos da civilização. Outro trecho muito semelhante também sobre a construção da rodovia reafirma essa visão, agora localizando especificamente no branco esse agente da civilização, aparece dois meses após, também no "Noticiário" da revista de setembro de 1958, nº21. Na página 16, ao lado de três textos, "Primeira Parada Militar de Brasília", "Venda de lotes" e "Juscelino – novo descobridor do Brasil", é no intitulado "Ponte no Tocantins" que ele se encontra.

"Juscelino – novo descobridor do Brasil" é um texto de autoria de Jary Henriques, e não há referências se foi publicado anteriormente em algum veículo da mídia, tampouco é exata a data do texto, indicando apenas "Itaperuna (Estado do Rio) 1958" no seu final. O título não deixa muito mistério em relação à ideia e à imagem que o autor constrói ao longo dele. Ou melhor, que repete. Brasília seria o impulso que possibilitaria o Brasil deixar de ser "um organismo esclerosado, sem circulação sanguínea, condenado à morte" (Revista brasília, nº21, p.16, setembro de 1958). São inúmeras as vezes que são criadas imagens se utilizando do corpo humano doente para descrever a situação Brasil, não é algo que irei aprofundar, mas é frequente nos discursos. O autor continua repetindo a ideia de que Brasília seria o Brasil se descobrindo "conhecendo a sí mesmo, em plena expansão patriótica, vigoroso, invencível na conquista dos seus destinos, a caminho da civilização e do seu poder máximo" (Ibidem).

> E a gloria de dar o Brasil aos brasileiros, com a mudança da Capital, caberá por inteira ao Presidente Juscelino Kubitschek que passará à História, em letras que o tempo não apagará, como o novo descobridor do Brasil - o moderno Pedro Alvares Cabral - ltaperuna (Estado do Rio) 1958. - Jary Henriques (Ibidem).

Ao lado "Ponte no Tocantins" traz informações sobre o desenvolvimento das obras da Belém-Brasília, mais especificamente sobre a ponte de 112 metros, onde o

rio reduz seu leito, ligando o Maranhão ao então estado do Goiás, agora Tocantins. Após, o texto continua se referindo ao desenvolvimento das obras do Maranhão até Belém, que se desenvolviam em diversas frentes.

> No trecho da Imperatriz para o norte, os desbravadores já penetraram 72 quilômetros na floresta, e na ponta da trilha está sendo ultimada a construção de um campo de pouso, pois a aviação se revelou indispensável a êsse cometimento. Nessa região batizada com o nome de Assaílândia, já foram encontrados vestígios de três tribos de índios. Para evitar qualquer incidente entre brancos e selvícolas, dois índios "Gaviões" civilizados acompanham a turma de penetração, sob fiscalização de um representante do Serviço de Proteção aos Índios. Os trabalhadores dessas linhas avançadas são abastecidos por meio de para-quedas, lançados de aviões que apóiam a operação (Ibidem).

Na revista de agosto desse ano, nº20, na nota que traz informações sobre as festividades de inauguração oficial do Destacamento da Base Aérea de Brasília, destaca-se um trecho que em descrevendo o discurso do presidente, faz menção ao fato de que a marcha para o oeste, a colonização do sertão, não seria possível sem o auxílio da Força Aérea Brasileira. Seu serviço era fundamental para o apoio das frentes de trabalho da Belém-Brasília como, também, aparece nesse trecho.

Mas o que mais importa aqui, agora, é a referência ao embate entre brancos e indígenas. Esse trecho é mais específico sobre a quantidade de aldeamentos que a obra havia encontrado até o momento, e novamente traz a importância do Serviço de Proteção aos Índios nesse processo de colonização. Outra vez o branco aparece como o colonizador, sinônimo da civilização, e aqui, também, se repete a ideia de confronto com o seu outro, indígena. Os parênteses que restringem Gavião também trazem uma ideia de estranheza, coisa que não se repete quando, por exemplo, se referem aos italianos, portugueses, americanos do norte, enfim, com os grupos brancos. Isso se repetirá quando na revista aparecer a referência ao povo Mossi da África Central. Aparece, também, a crença que uma vez que "civilizados", incorporados por esse modo de existência branco, o indígena estaria absorvido por isso que aparentemente era a civilização brasileira.

Essa crença de superioridade hierárquica do branco em relação aos outros povos, no processo de colonização, dentro da sua razão positivava os processos de violência. Como se o ato de apagar e incorporar outras culturas fosse um ato benevolente, quase que como uma realização catequizadora.

No texto que abre a revista nº20, de agosto de 1958, sob o título de "Brasília e a Amazônia", o autor, Carlos Xavier Paes Barreto, traz no meio de uma série de ideias confusas essa crença de forma bem explícita. O autor começa falando que o determinismo geográfico que indica a escolha e a transferência das "metrópoles universais", que Brasília seria a correção de um antigo erro da ação humana e que questões evolutivas levaram à mudança.

Até então as ideias de determinismo geográfico e evolucionismo não são novas na revista, faziam parte da razão destes homens, mas o autor traz uma noção nova que tampouco desenvolve alguma explicação. Para ele não seria a geopolítica que ditaria a mudança da capital, mas sim a geocinética. Esta havia sido responsável pela localização da nova capital. Esse discurso recheado de noções pseudocientíficas, ou se científicas usadas de forma imprecisa, a fim de criar uma ilusão de importância, de racionalidade, localizava Brasília como responsável pelo progresso, expandindo a civilização brasileira.

> Sobretudo, para o progresso do país, a Transbrasiliana irá espalhar civilização de Norte a Sul. [...] A terra de Anhangüera poderá transportar confôrto, trabalho e progresso à de Ajuricava, dando-lhe oportunidade de provar que não vive apenas de tradição dos seus encantos mas que o velho São José do Rio Negro conta com fortes possibilidades de concorrer eficientemente para a grandeza do Brasil (Revista brasília, nº20, p.1, agosto de 1958).

A terra do diabo velho, Anhanguera, era a terra da civilização. A razão branca coloca seus atributos como universais, como objetivos a serem alcançados, e localiza na diferença a falta. Essa falta justifica a imposição de seu modo de existência. O branco cria o outro, projeção de si, fala mais da sua falta do que da falta do outro, e sobre isso opera meios para dominá-lo. Cria a justificativa necessária para a imposição da sua vontade.

Ajuricaba, Ajuricava na escrita de Carlos, é a única liderança não branca que aparece nas páginas da revista. Ele representa a resistência indígena a essa vida imposta pelo colonizador. Liderança Manaus, povo que se concentravam no alto rio Negro e pelo rio Urubu, em localidade hoje conhecida com Manacapuru, foi, é, uma das figuras que representam a resistência da vida além do projeto colonizador (COSTA, 2011).

Em 1720 os portugueses que buscavam expandir o seu domínio pela Amazônia começaram a ouvir o nome de um dos homens que impediria que seus planos de dominação fluíssem sem impedimento. Ajuricaba, articulando a união de diversos povos, atacando os que apoiavam o colonizador, construiu a resistência que viria a impedir a expansão portuguesa, destruindo todos os núcleos colonizadores que se instalavam no médio Rio Negro.

> A resposta de Lisboa foi autorizar o governador Maia da Gama a lançar uma expedição punitiva, mas os jesuítas tentaram uma solução negociada, e o padre José de Sousa foi enviado ao rio Negro para propor uma conciliação. O padre viu Ajuricaba jurar obediência ao Rei de Portugal e recebeu a promessa de libertar cinqüenta escravos, em troca do pagamento do resgate. Padre José de Sousa ficou impressionado com Ajuricaba, e relatou ao governador que ele era um homem ainda jovem e muito orgulhoso, que se denominava governador de todas as tribos (COSTA, 2011, p.6).

Bom, esse foi apenas mais um dos movimentos do líder, que, esquivando-se, não cumpriu a falsa promessa, enganando os brancos e ficando com o dinheiro do acordo. Logo recomeçaram os ataques. Porém, em 1728, com a aprovação dos jesuítas, esse Maia da Gama tendo organizado uma descomunal força punitiva, sob o comando do capital João Paes do Amaral, captura Ajuricaba (Ibidem).

Posto a ferros, o líder junto aos seus guerreiros, foram sendo transportados para Belém. Onde não chegou. No caminho, ainda num esforço de escapar, ele e seus guerreiros tentaram atacar os portugueses, o que levou à morte de alguns. Sem ter tido sucesso nessa investida, o líder encontrou outro caminho para a liberdade.

Ajuricaba pulou da embarcação. Se libertou do opressor e seu corpo nunca mais foi visto. Hoje, onde as águas não se misturam, está marcado o local onde Ajuricaba se livrou do subjugo do colonizador.

Carlos Xavier Paes Barreto achou que Anhanguera levaria algo que Ajuricaba aceitaria. Há uma arrogância no comportamento narcísico da branquitude em achar que os seus parâmetros são os que devem nivelar toda e qualquer forma de vida. Seu sucesso nessas investidas se dá pela violência, pela imposição, pelo apagamento de tudo que escape a sua razão. Não se enxerga o outro, mas tampouco se enxerga a si. Brasília foi a possibilidade da continuação do mesmo movimento que tirou a vida de Ajuricaba e de muitos outros seres humanos desse plano físico. Brasília era a realização total, ou a promessa, da colonização do território Brasileiro. Pelo menos este era o desejo expresso nas palavras dos homens que a defendiam.

São dois os textos que Mário Kroeff tem publicados nas revistas. O primeiro intitulado “Brasília, vista a meu modo” na revista nº36, dezembro de 1959, e o segundo é “A Belém-Brasília: aproveitamento” publicado duas revistas após, na nº38 de fevereiro de 1960. Em ambos os textos o autor constrói uma imagem negativa da Amazônia, da muralha verde que impede o crescimento do país.

A imagem do indígena, referido sempre de forma genérica, está ligada à Amazônia, como se naquele território fosse onde ainda existiria sua presença dentro da nação, apagando a presença dos povos originários em todo o resto do Brasil. Majoritariamente, eles são referidos quando a rodovia Belém-Brasília entra em questão.

Amplamente ilustrado com imagens aéreas de Brasília, em especial dos conjuntos habitacionais das superquadras, “Brasília, vista a meu modo” começa com as reflexões do autor enquanto sobrevoa no interior do país. “Enquanto o avião da Fab ainda sobrevoava o planalto, descortinando no horizonte, imenso descampado, crusava-me o pensamento a lenda do inferno verde, que no Brasil submerge o coração do território”(Revista brasília, nº36, p.3, dezembro de 1959).

A primeira vez que fazem referência a esse inferno verde é na revista anterior, nº35, no texto que abre a publicação. Em “Porta de um novo mundo” de Peixoto da Silveira, o autor fala do papel colonizador da rodovia Belém-Brasília, que iria fe-

cundar a região amazônica, "transformando aquêle decantado «inferno verde» em verdadeiro «paraíso verde »" (Revista brasília, nº35, p.1, novembro de 1959).

Não deixam claro nos textos se a referência ao inferno verde se faz inspirado na literatura de Alberto Rangel, que no início do século XX havia publicado um livro com este título e que teria sido importante na formação do imaginário da elite em relação àquele território (QUEIROZ, 2014). Porém, independentemente da influência, há uma imagem profundamente negativa em relação à floresta que habita esses imaginários, que seria revertida uma vez que o modo de existência branco, do progresso, dominasse a região.

Voltando ao texto de Mário Kroeff, após ter sido atravessado pela recordação da tal lenda, o autor continua sobre a descrição da situação do interior, que só naquele momento, após quatrocentos anos um dirigente da nação não havia esmorecido diante de "hercúleo trabalho do desbravamento e integração nacional do gigante «deitado eternamente em berço esplendido" (Revista brasília, nº36, p.3, dezembro de 1959). Este trabalho daria utilidade a uma imensa região abandonada aos indígenas.

> Aquêles que ainda não transpuzeram de extremo a outro, êste País, de Goiás ao Amazonas, voando sôbre êsse oceano de selva impenetrável, certamente não tiveram ensejo de objetivar que, no território nacional, existe uma área igual à metade de tôda a Europa, abandonada aos índios, sem produção, sem um risco de estrada (Ibidem).

Se apenas naquele momento que um dirigente, pintado como herói, despertava o gigante, oitenta e dois anos antes, ao escrever seu ofício ao então ministro da agricultura, Tomás Coelho, Francisco Adolfo Varnhagen enumerou 12 motivos pelos quais a mudança da capital deveria ocorrer para o interior, no caso para o Planalto Central, Estes motivos estão expostos no texto do Professor Horácio Mendes, "Brasília e seus antecedentes", publicado na revista nº40, de abril de 1960, edição especial do dia 21 deste mês. No décimo primeiro item, o visconde fala da necessidade de dar providência aos indígenas ainda desconhecidos pela antiga capital. Ele não deixa claro quais seriam estas providências, porém na necessidade de tomá-las transparece a questão indígena como um problema a ser manejado pelos agentes da civilização. Lê-se nesse item:

> 11.º - Em uma posição adequada do interior estará o govêrno mais em circunstância de atender aos ricos distritos de Goiás e Cuiabá, onde há tanto por criar, e dar providências à cêrca dos índios, a respeito dos quais muito pouco, ainda mal, se tem falado no Rio de Janeiro (Revista brasília, nº40, p. 34-35, abril de 1960).

Mais à frente nessa mesma revista, nas páginas 106 e 107, de autoria do professor Mário Barata, um texto com o título enorme de "Uma memória da época colonial, sôbre o melhoramento da agricultura e do comercio da capitania de Goiás", traz os escritos de Francisco José Rodrigues Barata, Sargento mor da capitania do

Pará e de outros sertanistas e militares que se dedicaram a descrever a região.

Naquele momento em que a capital se situava nas terras que foram da capitania do Goiás, não havia dúvidas de que o progresso se faria naquela região, e para o autor, fazia-se importante reler os trabalhos já realizados sobre a região, uma vez que o interesse sobre ela havia aumentado consideravelmente. Mário Barata traz entre os escritos trechos do diário de viagem de D. João Manoel de Menezes de 1799. Os registros foram feitos quando ia do Pará à Vila Boa de Goiás. Descrevendo sobre a existência de povoados na região, relata sobre as léguas despovoadas.

> Daqui se conhece que a povoação mais remota do Pará, que é o dito registro de Arroios, se acha a oitenta léguas de distância, e a mais remota de Goiás, que é o registro das Salinas, a cento e cinco, vindo por tanto a observar-se que se acham despovoadas quinhentas e quarenta e sete pelo rio Araguaia, e outras tantas com pouca diferença pelo rio Tocantins. Quando se diz que esta grande distância é despovoada, deve entender-se de habitantes civilizados e sujeitos imediatamente ao nosso govêmo, por de Indios selvagens tem muita população, a qual embaraçam de alguma forma a liberdade da navegação, como já ponderei (Ibidem, p.107).

D. João Manoel de Menezes continua sobre a necessidade de promover o descimentos dos indígenas não apenas para aumentar as populações "mas para propagar a fé católica, que há sido em todos os tempos a principal causa que moveu os Fidelíssimos Senhores Reis de Portugal a empreender as conquistas"(Ibidem). Ele continua alegando a importância da prática, que aparentemente se encontrava enfraquecida uma vez que julgada como inútil, "ou porque deixou de achar-se aquela utilidade, que percebiam aquêles que barbaramente os possuíam como escravos" (Ibidem), e segue mostrando a vantagem dos descimentos a fim de animar sua prática.

> Os chamados *descimentos* previam o deslocamento de aldeias indígenas inteiras, de suas regiões de origem para as áreas próximas às vilas e lugares portugueses: o procedimento consistia em se dirigir a uma comunidade no interior do território e negociar um contrato com as autoridades indígenas que implicava a aceitação da fé católica e suprimento de trabalho. Os índios eram então assentados nos denominados *aldeamentos*, e trabalhariam parte do seu tempo para sua manutenção, outra parte para o serviço alugado a moradores, missionários ou a obras públicas, mediante um salário, estipulado por lei e administrado pelos religiosos e chefes nativos (DIAS, 2019, p.240, grifos da autora).

Por volta da primeira metade do século XVIII, devido à emergência da exportação das chamadas drogas do sertão, houve uma maior flexibilização quanto às leis que passaram a facilitar cada vez mais o acesso ao trabalho dos indígenas (Ibidem). Começou a ser permitido que as expedições de descimentos passassem a ser financiados por particulares que poderiam passar a dispor do trabalho dos indígenas descidos, podendo levá-los diretamente para suas fazendas. "Também

na primeira metade do século XVIII, a legislação passou a permitir que as tropas fossem financiadas e realizadas por iniciativa dos próprios interessados e não mais pelos cofres reais" (Ibidem).

Apesar de essa ser uma modalidade de captura colonial que levava ao trabalho livre, essa condição muitas vezes não era respeitada e os indígenas descidos se tornavam mão de obra escravizada do colonizador. De qualquer maneira, era mais uma das condutas violentas que sustentaram a colonização nesse território. Sobre as vantagens da realização de tal prática, D. João Manoel de Menezes continua no trecho selecionado por Mário Barata.

> Primeiramente, todo aquêle que se aplicar ao descimento dos índios será considerado como vassalo útil ao Estado, e habilitado para exigir do Príncipe Regente aquelas mercês com que premia aos beneméritos e que fazem serviços atendíveis. Para desde logo se mostrar o quanto é digno da sua real atenção tão importante serviço se mandará; Que assim que qualquer vassalo da capitania trouxer para ela de cem índios selvagens para cima de um e outro sexo, lhe passe o governador à patente de capitão dos mesmos índios com os privilégios dos de milícias, que serão inviolàvelmente observados, e o mesmo capitão proporá os subalternos, a quem o governador passará também patentes, das quais requererão a régia confirmação (Revista brasília, nº40, p. 107, abril de 1960).

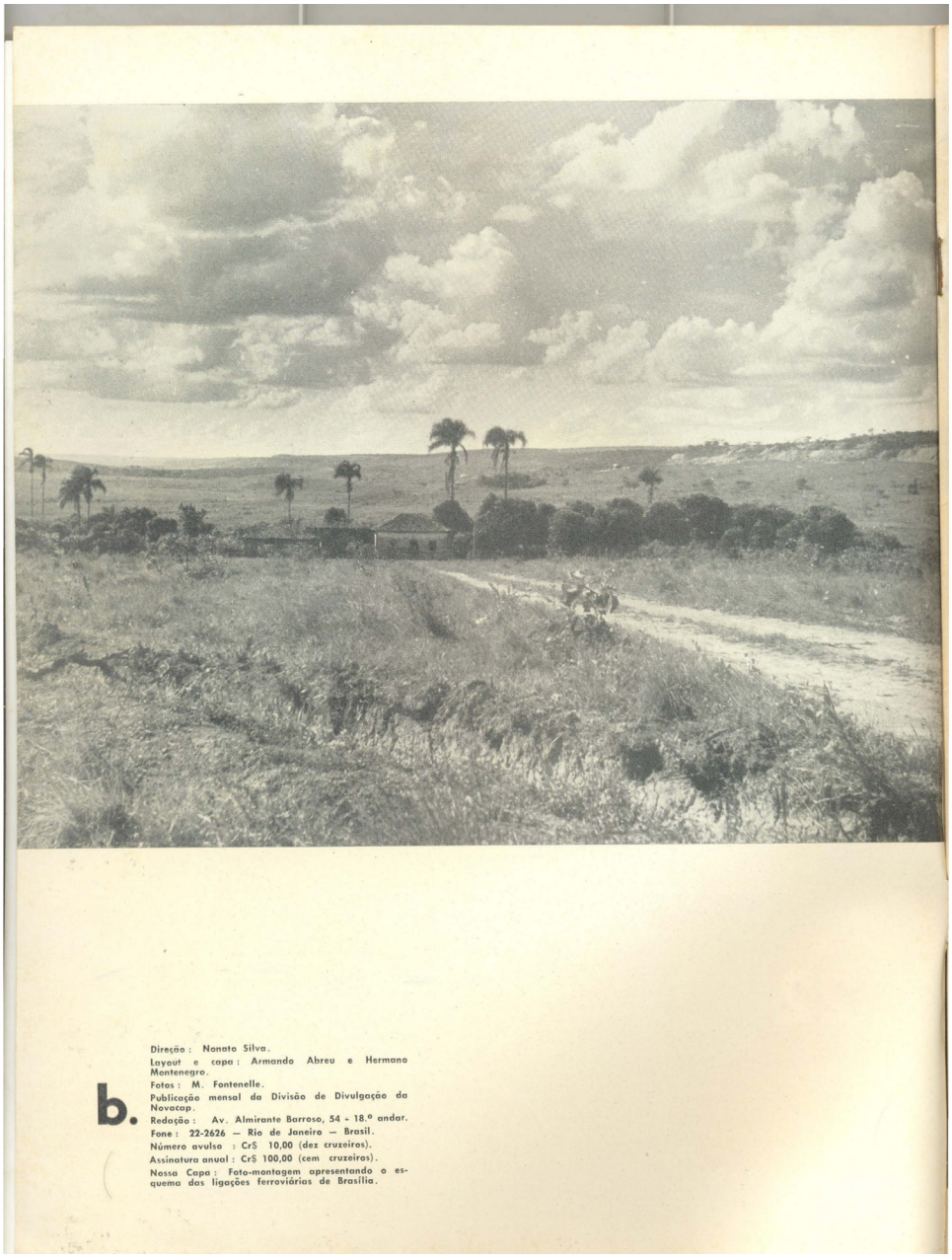
Ele segue atentando para a importância de que esse aldeamentos não sejam construídos distantes das localizações originárias desses povos, trazendo o exemplo dos Xavantes que, sendo transferidos para regiões distantes, houve a deserção de alguns deles "perdendo desta forma o Estado não só a grave despesa que se havia feito no seu descimento e povoação, mas um tão grande número de vassalos"(Ibidem). Para evitar não apenas a despesa do Estado, mas também aumentar seu lucro, pouco havia relação com o bem-estar dessas novas populações incorporadas pela civilização branca.

> E com efeito a tais mudanças é que verdadeiramente se pode atribuir a decadência que tôdas as povoações indianas principiaram a experimentar de certo tempo em diante, de maneira que umas estão desertas inteiramente, e outras quase desertas. E' certo que outros atribuem as causas a outros motivos; mas remontando-nos a tempos anteriores, em que existiam êsses mesmos motivos que hoje se alegam, achamos que êles não obstaram então que as povoações tivessem tôdas muita população; e por isso novamente afirmo que a remoção é a causa primária da decadência, e para a evitar é certamente o motivo porque os missionários formaram sempre as aldeias junto aos lugares em que faziam os descimentos, para terem os índios contentes, e para dêles se servirem na extração dos preciosos gêneros do sertão, de que tinham todo o conhecimento como naturais dêle, circunstância esta bem atendível (Ibidem).

Na ocasião da visita de duzentos convidados da Confederação Nacional do

Comércio, para assistirem o lançamento da pedra fundamental do Palácio do Comércio, registrado na revista de outubro de 1958, nº22, o discurso do presidente dessa confederação recordou a importância da escravização, da “caça ao índio” para a economia nacional.

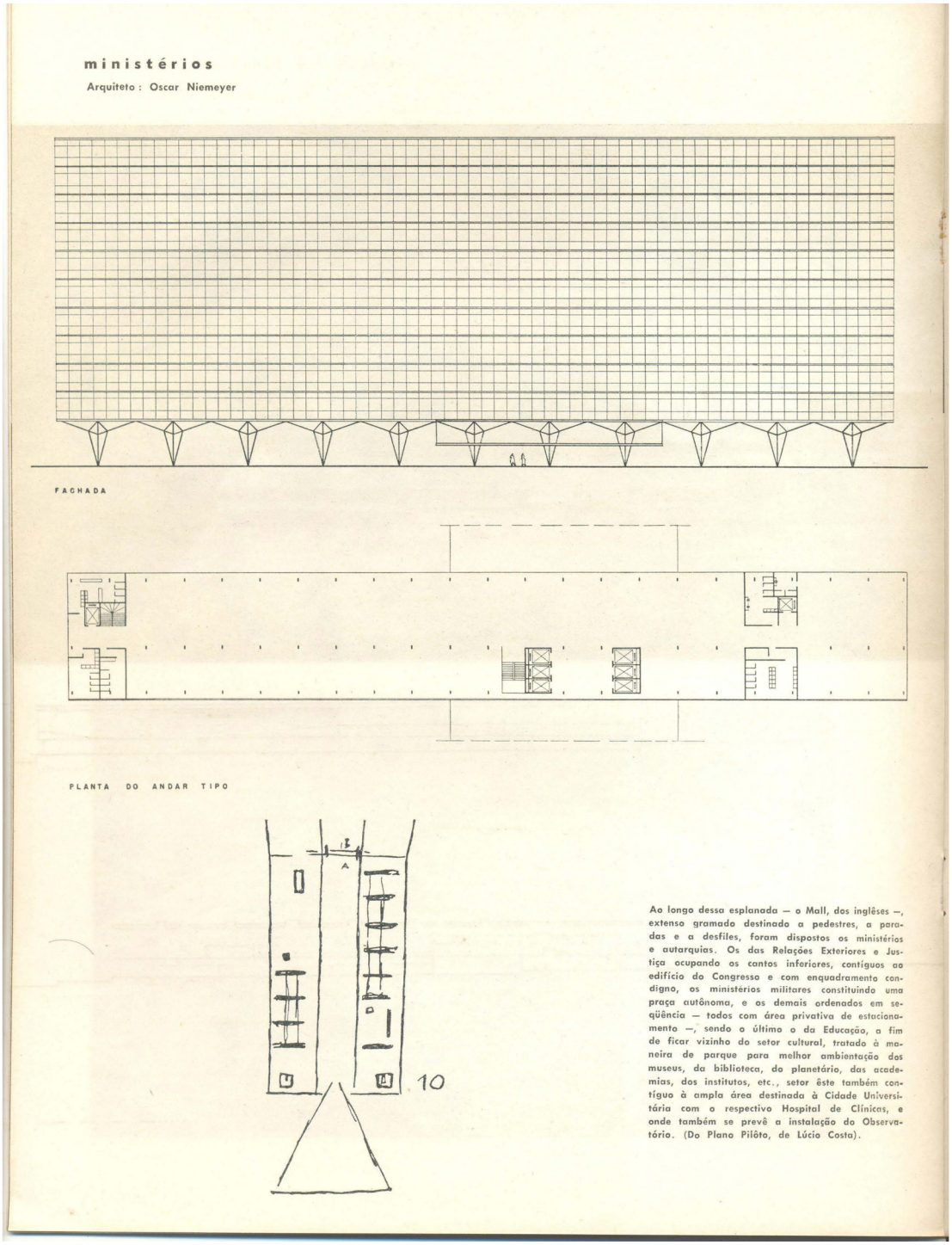
Mas antes, essa revista tem três coisas interessantes. A primeira é a capa, que mostra o esquema de rodovias que ligariam as capitais do sudeste até Brasília, numa montagem sobre uma foto aérea que mostra o relevo, não dá para identificar de onde, e nuvens, a segunda é a contracapa que mostra um casarão antigo do Goiás, sem nenhuma menção à sua localização, é a única fotografia de arquitetura vernacular nas páginas da revista.



b.

Direção : Nonato Silva.
Layout e capa : Armando Abreu e Hermano Montenegro.
Fotos : M. Fontenelle.
Publicação mensal da Divisão de Divulgação da Novacap.
Redação : Av. Almirante Barroso, 54 - 18.º andar.
Fone : 22-2626 — Rio de Janeiro — Brasil.
Número avulso : Cr$ 10,00 (dez cruzeiros).
Assinatura anual : Cr$ 100,00 (cem cruzeiros).
Nossa Capa : Foto-montagem apresentando o esquema das ligações ferroviárias de Brasília.

Revista nº22, contra-capa



ministérios

Arquiteto : Oscar Niemeyer

FACHADA

PLANTA DO ANDAR TIPO

10

Ao longo dessa esplanada — o Mall, dos ingleses —, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência — todos com área privativa de estacionamento —, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor êste também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. (Do Plano Piloto, de Lúcio Costa).

Revista nº22, página 14
Ministérios sobre Pilotis, diferente do executado

A terceira fica na página 14 e é um desenho técnico de um dos prédios ministeriais, mais especificamente o desenho da fachada, e mostra que primeiro estes foram pensados para serem construídos sobre pilotis. O que não aconteceu, mas fica o registro desse primeiro desejo de Oscar na revista.

Voltando ao discurso que estava me referindo, este foi publicado na seção "Noticiário" que aparece logo no começo da revista, o que não é usual sendo que geralmente se encontra pelas suas últimas páginas. Este discurso ocorreu depois de servido almoço no Alvorada para os convidados, entre os quais se encontravam "alguns parlamentares, jornalistas, homens de comércio carioca e de São Paulo, o Chefe da Casa Civil da Presidência, sr. Vitor Nunes Leal, presidente de autarquia e o Presidente Brasílio Machado Neto, da Confederação Nacional do Comércio" (Revista brasília, nº22, p.8, outubro de 1958).

Brasílio começa aludindo ao fato de que o lançamento da pedra fundamental do prédio tinha o caráter de permanecer "fiel ao espírito de iniciativa dos antepassados da profissão, inalterado até o dia de hoje" (Ibidem). O comércio sempre esteve vinculado de "modo indissolúvel à penetração e à conquista do território" (Ibidem), e aquela cerimônia servia para reafirmar esse fato.

O homem cujo nome remetia ao da nova capital, faz um retorno ao início das invasões, na colheita do "pau de tinta", depois "a busca do braço escravo para as lavouras da cana e do fumo depois, a lavra do ouro e do diamante, por fim, representaram bàsicamente objetivos de comércio, arrastando em suas consequências a criação do novo país" (Ibidem), levando, também, à colonização do território.

> E às operações elementares da venda de ouro, da caça ao índio, do tráfico dos escravos, juntou-se a criação de entrepostos, constituindo a cadeia do abastecimento, através da qual o transporte por tropas iniciou de modo tênue e precário a circulação da riqueza (Ibidem).

O atrativo dessas riquezas levou o colonizador cada vez mais fundo no Brasil, nesse movimento foi expandindo a ocupação no território, neste que Brasília se localizava como realizadora dessa conquista. Mais ainda, como defesa dos recursos e a derradeira posse destes.

> Quem pode prever se amanhã não surgirá uma nova filosofia dizendo que os espaços vazios não pertencem mais ao País? Assim, aprontamos Brasília para a conquista do Oeste. Não haverá mais motivo para invejar a epopéia norte-americana. Os dois mil e duzentos quilômetros já construídos da Estrada Belém-Brasília; as estradas Brasília-Belo Horizonte e Brasília-São Paulo, também já quase concluídas, e outras que estão sendo feitas ligando o Nordeste ao Sul do País fazem palpitar aqui o espírito pioneiro do século XVIII (Ibidem).

A "caça ao índio", a captura de mão de obra a ser escravizada foi um dos motivos da expansão da colonização, um dos trabalhos principais dos bandeirantes tão aclamados como heróis a serem evocados novamente no momento da construção de Brasília.

Se o indígena é muito mais presente no texto, trazido na primeira missa para compor o cenário pitoresco o qual já atravessamos nesse trabalho, é porque den-



Revista nº5, página 11
Indígenas Carajás, ao fundo, levados para a primeira missa de Brasília

tro das narrativas sobre a formação do país os povos originários eram localizados como um dos principais formadores do povo junto aos portugueses. Relevância que não era dada ao negro. Um dos aspectos também que contribuem é a construção da crença de que a escravidão indígena não teria acontecido e se tivesse teria sido muito mais branda, o que não corresponde à realidade, uma vez que estes povos foram tão violentamente dominados quanto o povo negro.

O apagamento do negro e também um impulso em direção ao desejo de dissipar a imagem o horror que foi a escravização deste povo, ou, melhor, destes povos, no território brasileiro. Fundamentais para a formação da nação como nos recorda Brasílio. Se a imagem de que o indígena poderia ser incorporado nessa civilização era presente no argumento destes homens, o negro se quer aparecia em suas falas.

Três são às vezes em que o negro aparece no texto. Uma que a referência é ao homem negro brasileiro, duas a povos africanos. Mas, já diferente dos indígenas que aparecem em uma foto, sem destaque, o negro aparece em muitas mais, sendo em duas dado a ele destaque, em outras aparece no fundo quase que escondido, mas está. Geralmente ocupando uma posição subalterna ao branco, servindo-o. A mulher negra, como a mulher indígena, não aparece no texto e nem nas fotografias.

Ou melhor, aparece em uma, mas não é possível identificá-la com clareza, também, no meio de um grupo de muitos homens brancos aparece de joelhos. Os corpos pretos dos operários também são pouco identificáveis uma vez que a eles não se dá destaque e aparecem como que se misturando com a construção. Mas antes de percorrer as fotografias, vamos ao texto.

A primeira menção ao povo negro na revista é em um texto de autoria de Osvaldo Orico. Publicado em fevereiro de 1958, na revista de nº14, com o título de "Onde está Brasília". Este não havia sido o seu primeiro, o autor é o que mais possui textos assinados na revista. O primeiro foi o texto que abre a revista nº10, de outubro de 1957, intitulado "Interpretação de Brasília", depois na próxima revista, de novembro, nº10, na página 16, assina um texto intitulado "Presidente garimpeiro". O terceiro é esse da revista nº14. Em junho de 1958, na nº18, é publicado um texto seu com o título de "Brasília – Fronteira do futuro", na página 14, e em agosto de 1959, na página 7, é publicado "Armas secretas como cidade". E o último é na revista nº40, comemorativa do dia 21 de abril de 1960, e para ele foi escolhido o título de "21 de abril de 1960 a capital do ano 2000" publicado na página 104.

Ainda há mais duas menções ao homem. Na revista nº15 de março de 1958, anunciando a publicação de um livro seu com o título "Brasil, capital Brasília" e na revista seguinte, nº15 de abril, com um texto relativamente extenso na seção "Noticiário" relatando sobre a cerimônia de lançamento do livro. Este possuía rico acervo fotográfico da construção da capital, ainda incipiente, e textos em português, francês e inglês, destinado ao público estrangeiro.

No texto "Onde está Brasília", ele se dedica a construir uma "impressão lírica" da primeira visita que havia feito aos canteiros de obras da cidade. Começa como se descrevesse um encontro com uma mulher, quase nua, sem nada ainda ter sido erguido, a cidade que ainda não era. "Não és, por enquanto, uma cidade para ser vista, mas para ser advinhada" Revista brasília, nº14, p.14, fevereiro de 1958).

> Contar aos leitores como te vi em nosso primeiro encontro. Vestida de futura Capital? Nem tanto. Quase nua, isso sim. Ainda despenteada. Com um palácio estravagante assustando os operários com suas linhas arrojadas; um Hotel arrumando as !ages para servir de gaveta aos hospedes; e rolos mecânicos alisando o solo para fazer a Praça dos Três Poderes (Ibidem).

Essa falta do que relatar objetivamente permite ao autor devagar liricamente em sua impressão. Imagina os nomes dados aos logradouros, que deveriam não ser dedicados ao nome de pessoas, mas à poesia, a nomenclatura em Brasília seria "uma volta à tradição imperial. que fêz de Recife a metrópole do bom gôsto vocabular" (Ibidem). Imagino o desencanto que causariam as eptgs, shdbs, epias, ws e ls ao escritor, mas enfim, o homem continua.

> O encanto da Nova Capital não reside apenas na circunstância de ser uma cidade planejada e executada a compasso. Geométrica e fotogênica. Sem

> mangues nem favelas. Escrita em cimento branco e mármore sôbre a crosta vermelha do altiplano. Lá, onde a árgila tem côr de carne. Seu atrativo maior está no caráter com que nasceu. Anti-cenográfica. Tendo por si apenas o céu e o horizonte. Tanto assim que foi necessário pedir aos quatro riachos, ao Gama, ao Torto, ao Fundo e ao Bananal um braço emprestado para demarcar no centro a marcha dágua de um lago. Um lago que dará futuramente aos turistas a impressão de haverem encontrado no trópico uma nova Zurich ou uma outra Genebra (Ibidem).

Sem favelas a nova Zurich ou Gebra tropical enchia de ilusão a fantasia de homens como Orico. Observando a cidade que ainda era uma promessa arquitetônica, sem o arruamento, sem a fisionomia urbana que ainda lhe faltava, ele tem vontade de "parodiar a quadra que negros do maracatú de Cambinda entoavam dançando em frente da Igreja do Rosário, na Velha Recife colonial" (Ibidem).

> Se Brasília fôsse minha,
> eu mandava ladriá
> com pedrinha de diamante
> para nonô passeá (Ibidem).

A forma genérica que se refere aos negros do maracatú de Cambinda e a escrita que alude a forma falada de um português não erudito como do escritor mostram no mínimo um certo preconceito linguístico em relação aos cantadores dessa quadrinha. Marcando a forma de falar, marca-se, também, a diferença desse outro que não é o mesmo do autor. Embora essa diferença esteja marcada de forma sutil nesse texto é outra referência ao povo negro, desta vez estrangeiro, que ela aparece de forma mais violenta.

Em março de 1960, um mês antes da inauguração, na revista nº39 foi publicado um pequeno texto sobre a foto de um dos prédios dos ministérios que já havia sido terminado, a legenda afirma que nele funcionariam o tribunal de contas e o Dasp, departamento administrativo do serviço público. O texto, que se encontra na página 4, é intitulado "Brasília e o turismo", de autoria de J. A. Vasques, assim só abreviado mesmo. O homem traz umas ideias sobre a avenida das nações ter cada uma das embaixadas construídas com a arquitetura típica dos seus países para incentivar o turismo, mas pior que essa ideia é a que ele expõe solo no início do seu texto quando afirma como Brasília tem chamado atenção no meio internacional.

> Não há no mundo, atualmente, quem não tenha ouvido falar da Nova Capital do Brasil, como um fato histórico de transcendente importância. Queremos crer que até mesmo os semi-homens do longínquo Sudão africano teçam comentários sôbre uma fantástica cidade que surgiu miraculosamente no centro do exuberante deserto brasileiro, como um oásis vivificante para as caravanas de seus indômitos desbravadores [...] (Revista brasília, nº39, p.4, março de 1960).

Semi-homens do longínquo Sudão africano.

"brasília e o turismo"

J. A. Vasques

Não há no mundo, atualmente, quem não tenha ouvido falar da Nova Capital do Brasil, como um fato histórico de transcendente importância. Queremos crer que até mesmo os semi-homens do longínquo Sudão africano teçam comentários sôbre uma fantástica cidade que surgiu miraculosamente no centro do exuberante deserto brasileiro, como um oásis vivificante para as caravanas de seus indômitos desbravadores. Isto é Brasília, a "Capital da Esperança", a afirmação positiva de nossa própria cultura. E' o exemplo que vai ser seguido por outros povos, numa competição natural de imitação; é o paradigma eloqüente da mudança social que vai encaminhar-nos para as responsabilidades da maturidade; é a lição da vontade, da fibra e da tenacidade dos contemporâneos para os seus descendentes cultivarem orgulhosos de seus antepassados. Esta é a função social de Brasília. Mas a Nova Capital tem outra missão a cumprir, que é a de continuar atraindo visitantes de tôdas as partes do mundo, que virão maravilhar-se ante seus monumentos arquitetônicos e ante o arrôjo de suas linhas urbanísticas. Será êsse um aspeto da função econômica de Brasília.

E' necessário, todavia, evitar que Brasília caia no lugar comum das cidades artificiais, sem vida e sem encanto, uma vez que não possui as paisagens naturais tão do gôsto dos estrangeiros. Suas concepções arquitetônicas revolucionárias também poderão ser superadas, já que o espírito humano evolui procurando elevar-se na busca incessante dos píncaros inacessíveis da Perfeição, e o homem sentir-se-á atraído para o que se lhe oferecer mais digno de sua admiração. Brasília, então, será apenas uma cidade a mais, burocrática e funcional, com a única indicação, nos "carnets" dos turistas, de Capital Federal do Brasil.

Mas a Nova Capital Brasileira poderia constituir-se em permanente atração de turismo. Bastaria que, na Avenida das Nações, onde serão erguidas as sédes das embaixadas estrangeiras, se construissem os edifícios diplomáticos no estilo arquitetônico dos respectivos países. O próprio estilo designaria o país de origem da embaixada. A do Japão seria um quiosque; uma tôrre de porcelana mostraria a China milenar; as colunas romanas nos conduziriam à Itália eterna e um vitral gótico nos levaria à França imortal.

Que fascínio irresistível exerceria êsse conjunto exótico e deslumbrante refletindo no grande lago azul, sôbre o qual a Cruz do plano se destacaria, intocável e excelsa!

Edifício na Esplanada dos Ministérios onde funcionarão o tribunal de Contas e o Dasp.



Revista nº39, página 4

A transcendente importância de Brasília, aqui, se faz atestar pelo fato de que nem mesmo aos que não acessam totalmente a humanidade criada pelo homem branco ela passa despercebida. É no mínimo arrogante.Um dos mecanismos, das crenças, que criara o lugar ilusório de superioridade da branquitude foi a negação da humanidade aos não brancos. Esse se faz humano, a partir da não humanidade imposta ao outro criado. Aqui nesse trecho J. A. Vasques não poderia ser mais claro em relação a essa negação, estes homens africanos, para ele, não acessavam a totalidade do status de humano.

Esse olhar branco, que criou no não branco um diferente, fala mais sobre ele mesmo que sobre o criado. O brasileiro dentro da visão europeia, devido à intensa miscigenação do povo, também poderia ter sido classificado como semi-humano, como foi, o que justificou toda uma construção de pensamento racista que buscava no branquecimento da população uma saída para a questão. Este movimento de localizar num outro, agora no africano, essa semi-humanidade pode ser lido, também, como uma tentativa de livrar-se da semi-humanidade que foi imposta a si. Dentro desse regime de exploração de uma raça por outra, o desprezo pelo outro afirma a própria superioridade como parte de uma humanidade, de uma civilização superior.

Ainda nesse trecho, a imagem do surgimento miraculoso da cidade apaga o trabalho de um contingente enorme de trabalhadores que se dedicaram à construção disso que ele chama de oásis para os desbravadores. Como uma mera realização da vontade, sem creditar os responsáveis pela execução.

Dez revistas antes, na edição de maio de 1959, nº29, uma fala semelhante, agora de um francês, afirma a crença de superioridade do branco em relação aos povos africanos. Esta está publicada na mesma revista da santa contra o comunismo, na seção “Noticiário”, com o título “África Ocidental”.

Ao lado de um texto intitulado “Confederação Rural”, sobre o lançamento da pedra fundamental da sede dessa organização, onde nas “solenidades das festas dos ruralistas” presididas por JK, ele fez a seguinte declaração: “Os trabalhos de desbravamento para construção de estradas que irradiam do centro civilizador de Brasília localizaram até tribos indígenas, brasileiros, portanto, de existência até agora ignorada pelo govêrno e pelo povo” (Revista brasília, nº29, p.17, maio de 1959). Brasileiros que ainda não faziam parte do povo. Após texto sobre a venda de lotes, mais abaixo, uma pequena nota com o título de “Presidente Sukarno”, sem muita informação e nenhuma foto, fala sobre a visita deste a Brasília. O presidente da Indonésia e os chefes de Estado japoneses são os únicos que aparecem no “Noticiário”, as demais lideranças internacionais ganharam maior destaque nas revistas em que foram publicadas suas visitas.

Então segue o texto “África Ocidental” e uma foto fechando a página, uma das únicas em que um homem negro aparece em destaque, onde se vê ele ricamente vestido com uma capa bordada com intrincados desenhos e um chapéu que parece seguir o mesmo estilo, em frente a uma parede que parece ser de terra, ele olha serenamente para a câmera. O homem retratado é o Imperador Moro Naba,

Confederação Rural

Foi lançada, no dia 31, em Brasília, a pedra fundamental da sede da Confederação Rural Brasileira, cujas obras foram imediatamente iniciadas. À tarde foi inaugurada a Granja Agrícola da Fazenda do Tôrto. O presidente da República, dr. Juscelino Kubitschek, presidiu às solenidades das festas dos ruralistas, e nesta ocasião fêz as seguintes declarações: «Os trabalhos de desbravamento para construção de estradas que irradiam do centro civilizador de Brasília localizaram até tribos indígenas, brasileiros, portanto, de existência até agora ignorada pelo govêrno e pelo povo».

Prosseguindo nas suas declarações, o dr. Juscelino lamentou que ainda haja brasileiros à margem da grandiosa missão que esperam de nós as gerações futuras e que continuem a opor resistência ao esfôrço pioneiro que empolga a Nação. Mas, afirmou, está certo de que o pessimismo de alguns e o cinismo de uns poucos não conseguirão deter a marcha de Brasília, que é a marcha da própria Pátria, pois os que a ela se opõem não merecem outro qualificativo senão aquêle que já lhes foi dado pelo deputado Rui Ramos: «são os entreguistas internos».

Venda de lotes

Continua em progresso sempre crescente a procura e venda de lotes de terrenos em Brasília. Sòmente no Escritório do Rio de Janeiro, foram vendidos 1.478 lotes, perfazendo Cr$ 595.444.610,00.

Presidente Sukarno

Viajando em avião especial da Pan American, o chefe do govêrno indonésio e sua comitiva, desembarcaram, no dia 19, no aeroporto de Brasília, onde já o aguardavam o Presidente Juscelino Kubitschek, o general Nelson de Melo, dr. Israel Pinheiro, autoridades civis e militares.

Após os cumprimentos protocolares, no aeroporto, o presidente Sukarno, em companhia do presidente Juscelino Kubitschek, rumou de helicóptero para o Palácio da Alvorada, observando, de passagem, as obras em andamento. Chegando ao palácio, o visitante passou em revista as tropas ali formadas da 6.ª Companhia de Guardas, sendo executados, na ocasião, os hinos do Brasil e da Indonésia.

Durante o almôço que se seguiu, no palácio, com a presença dos dois chefes de Estado e demais membros das comitivas presidenciais e autoridades locais, o chefe do govêrno do Brasil pronunciou um discurso dizendo da satisfação ao receber, em Brasília, o presidente Sukarno.

Manifestando sua admiração pela nova capital, cujos trabalhos de instalação não podem ser detidos, o presidente indonésio ressaltou, em resposta, que o Presidente Juscelino Kubitschek conseguiu dar uma terceira dimensão ao espírito administrativo brasileiro. Revelou que pretende criar em seu país uma realização semelhante a Brasília. Após a troca de brindes, Sukarno, convidou o presidente Kubitschek a visitar êste ano a Indonésia. Findo o almôço, os Presidentes visitaram, na avenida das Embaixadas, o lote 20, onde será erguida, futuramente, a nova sede diplomática da Indonésia em nosso país.

África Ocidental

Por iniciativa do sr. Paul Coopman, adido da Embaixada da França em nosso País, Sua Majestade o Imperador Moro Naba dos «Mossi», fêz as seguintes declarações a respeito de Brasília, publicadas no «Journal Français du Brésil», de 15 de abril próximo passado: «Il m'a informé par ailleurs de ses velléités de connaire le Brésil dont-il avait entendu beaucoup parler de même que sa nouvelle capitale. A se sujet il me posa d'innombables questions sur Brasilia, et l'admiration qu'il éprouve pour cette gigantesque entreprise ajoute encore à son désir de se rendre au Brésil. Je dois ajouter que partout où je suis passé jusqu'à present et notamment dans les milieux administratifs voire parmi les africains évolués, personne n'ignore l'extraordinaire construction de Brasilia, et le Brésil exerce une fascination sur tout le monde».



15

14. Manifestação na Praça dos Três Poderes, por ocasião das comemorações do «Dia do Trabalho». À direita, o Museu de Brasília e o Palácio do Supremo Tribunal.
15. Sua Magestade o Imperador Moro Naba, dos «Mossi», da África Ocidental,

dos Mossi, na revista aparece entre parênteses, principal grupo étnico de Burquina Fasso, que naquele ano de 1959 ainda eram colônia francesa. No ano seguinte conquistariam sua independência.

Além de uma pequena introdução sobre o que se trata a questão, o texto é um trecho em francês retirado do "Jounal Français du Brésil" e não vem traduzido, o que parece ser uma prática comum nas revistas *brasília* que muitas vezes trazem os textos na sua língua original, sem tradução.

> Por iniciativa do sr. Paul Coopman , adido da Embaixada da França em nosso País, Sua Majestade o Imperador Moro Nabo dos «Mossi », fêz as seguintes declarações a respeito de Brasília, publicadas no «Journal François du Brésil », de 15 de abril próximo passado: «Il m'a informé par ailleurs de ses velléités de connaire le Brésil dont-il avait entendu beaucoup parler de même que sa nouvelle capitale. A se sujei il me posa d 'innombables questions sur Brasilia, et l'admiration qu 'il éprouve pour cette gigantesque entreprise ajoute encere à son désir de se rendre au Brésil. Je dois ajouter que partout oú je suis passé jusqu 'à present et notamment dans les milieux administratifs voire parmi les africains évolués, personne n 'ignore l'extraordinaire construction de Brasília, et le Brésil exerce une fascination sur tout le monde » (Ibidem).
>
> Ele me informou de suas inclinações para conhecer o Brasil de onde tinha ouvido muito falar assim como de sua nova capital. Sobre esse assunto esse me fez inúmeras perguntas sobre Brasília, e a admiração que ele sente por essa gigantesca empresa aumenta a sua vontade de ir para o Brasil. Eu devo acrescentar que onde quer que eu tenha passado até o momento presente é notório, dentro dos meios administrativos, ver por entre os africanos evoluídos que ninguém ignora a extraordinária construção de Brasília, e o Brasil exerce uma fascinação sobre todo mundo (tradução minha).

No trecho que introduz, parece que as declarações são diretamente a fala do Imperador Moro Nabo, porém são um depoimento de Paul Coopman que relata o que a ele foi dito. Então aqui estão mais que a expressão do desejo de Moro Nabo de visitar Brasília, mas a visão do embaixador francês e as suas próprias impressões da sua viagem.

O que importa tampouco aqui é o desejo da visita do Imperador, mas sim a impressão do embaixador francês. "Je dois ajouter que partout oú je suis passé jusqu 'à present et notamment dans les milieux administratifs voire parmi les africains évolués, personne n 'ignore l'extraordinaire construction de Brasília, et le Brésil exerce une fascination sur tout le monde" (Ibidem). Parece muito com o que meses depois J. A. Vasques afirmaria.

Aqui "africanos evoluídos", ou "africanos avançados" está ligado, primeiro, a uma condição criada pelo colonizador, e depois ao fato de que se acessa a esse patamar de maior "evolução" quando este africano está inserido dentro de sua lógica.

Os “africains évolués” são os que participam dos meios administrativos pelos quais ele transitou, onde o colonizador francês, onde os modos do branco dominam.

Esse termo, também, era como o colonialismo francês designava o africano, ou o nativo em geral, que tivesse sido educado dentro da cultura do colonizador, abandonando a sua tradicional (FANON, 2008, p.30). Essa ideia de evolução estava ligada a maior ou menor proximidade aos modos do branco, entretanto o negro nunca poderia acessar o mesmo nível em que o branco se colocou, apenas se desfazer de si para assumir as máscaras que o branco impôs (Ibidem).

> Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (Ibidem, p.34).

Quanto mais houver a assimilação dos valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapa de sua selva (Ibidem). Quanto mais é rejeitada sua negritude, mais branco ele será. Mais branco, mas nunca branco. O branco, tendo assumido essa condição de ser humano, fechado em sua própria brancura, permite que a ela acesse apenas seus semelhantes, apesar de impor seu modo de existência como o único possível a ser aceito.

Esta é reservada ao branco europeu. O banco, não branco lá, ensaia imitar o próprio opressor, repetindo as mesmas lógicas de dominação, ou melhor, repetindo a mesma hierarquia a partir de lógicas adaptadas a fim de acessar o mesmo resultado. O branco se impondo em uma situação de superioridade em relação às demais raças, por mais “civilizada”, sutil ou invisibilizados esses mecanismos sejam, trabalham a favor da manutenção que essa situação de vantagem traz ao branco. Uma dessas estratégias é o apagamento da presença negra, da história, das narrativas oficiais, no que operou aqui dentro do que chamam de democracia racial.

Uma dessas estratégias, por exemplo, é a falta da presença não branca dentro das páginas da revista *brasília*.

A primeira foto de um homem negro em destaque aparece na sétima revista, de julho de 1957, em sua página 14. A foto de um homem de chapéu e paletó tocando um sino acompanha a reprodução do discurso do cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, intitulado “Brasília: impulso unificador e civilizador do Brasil”, nessa publicação não há menção ao fato de ter sido feito na ocasião da primeira missa de Brasília. Também não há sobre quem o homem que toca o sino é, sem legenda, não há nenhuma informação sobre a foto. A segunda foto em que um homem negro aparece em destaque é o retrato de Moro Nabo.

Nas demais fotos em que aparecem homens negros, eles não estão em evidência e tampouco as fotos são direcionadas a eles. Aparecem como que por acaso no fundo da foto. A primeira é na revista número 4 de abril de 1957. JK e um bando de outros homens como ele foram de terno e gravata visitar os primeiros cantei-







1. Revista nº4, página 4

JK sendo auxiliado por um operário a despejar uma carretada de cimento, primeira vez que aparece a presença de um homem negro nas fotografias

2. Revista nº7, página 14

Primeira - uma das únicas -fotografias em que um homem negro ganha destaque, não existe legenda se referindo a quem ele seria

3. Revista nº4, página 4

Crianças na inuaguração da primeira escola - definitiva - de Brasília

ros de obras, foi montada passarela de tábuas de madeira para que os sapatos da comitiva não ficassem vermelhos com o barro da capital. Todos muito sorridentes inspecionam as obras nas quais o presidente fez questão de participar.

Isso tudo está registrado na seção “A marcha da construção de Brasília” daquela revista, entre as páginas 4 e 7. Uma foto mostra o presidente com um carrinho de mão auxiliado por um operário negro e observado por muitos homens, entre eles Israel, na legenda se lê: “S. Exa. faz questão de despejar, êle mesmo, uma carrada de concreto...”. Na foto ao lado o mesmo homem que ajudou JK aparece retornando ao seu trabalho.

Depois na revista de outubro do mesmo ano, nº10, página 9, nos registros da inauguração da primeira escola de Brasília, a primeira definitiva, pois já haviam escolas temporárias construídas para atender a demanda dos filhos dos trabalhadores, algumas crianças negras aparecem enquanto alguns homens brancos acompanhados de duas mulheres também brancas desatam uma fita como ato simbólico de inauguração. Estes são o então ministro da educação prof. Clovis Salgado, acompanhado de Israel Pinheiro e Ernesto Silva, não há menção sobre quem são as mulheres. Muito menos sobre as crianças. Elas olham para a câmera algumas com curiosidade, outras com suspeita, só uma sorri.

Revista nº4, páginas 4 e 5



5 — brasília

A MARCHA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

● S. Exa. faz questão de despejar, êle mesmo, uma carrada de concreto.

● Nesta foto e na abaixo: visita às obras em andamento.

● O Sr. Presidente e sua comitiva percorrem as obras do Palácio Presidencial.

A estação de passageiros do aeroporto comercial já está concluída e funcionando. Bem localizada, oferece excelente aspecto.

Concluiram-se também várias casas destinadas a alojamento de engenheiros casados e solteiros e dentro em breve será inaugurado o restaurante do pessoal da Companhia. As casas coletivas para operários solteiros encontram-se em fase de conclusão.

O escritório da administração central da NOVACAP está igualmente em fase final. É um grande galpão de madeira, de dois pavimentos onde já funcionam vários serviços da Campanhia.

Ultimam-se os trabalhos de canalização de água potável confiados ao engenheiro Dr. Targino Pereira da Costa. A rêde de abastecimento, que vem de uma distância de dois quilômetros, estende-se ao acampamento central da NOVACAP e ao hospital do I.A.P.I., bem como à agência e ao conjunto residencial do mesmo instituto.

Serviços hospitalares e de assistência

A agência do I.A.P.I. em Brasília, assim como o seu ambulatório, deverão ser inaugurados no próximo dia 15. Esta declaração nos foi feita pelo Dr. Vicente Pais Barreto, engenheiro dirigente das construções locais da referida autarquia. A edificação do hospital, por sua vez, prossegue em boa marcha. Em breve, serão ultimadas e entregues a seus ocupantes as residências destinadas a médicos, engenheiros e funcionários do mesmo instituto.

Ensino em Brasília

Iniciou-se, para inauguração dentro em pouco, a construção da primeira escola primária oficial do acampamento da NOVACAP, com capacidade para 320 alunos e que funcionará em dois turnos. Esta obra de alto sentido social é supervisionada pelo Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, que já autorizou os professôres Mauro Costa Gomes e Amábile Andrade Gomes a efetuar matrículas. Até o momento em que redigimos êstes apontamentos era de 36 o número de alunos inscritos.

Na cidade "Núcleo Bandeirante", sob a direção da professora Anahir Pereira da Costa, está funcionando em dois turnos, manhã e tarde, o Instituto Batista de Brasília, com cursos primário e de admissão. É a primeira escola primária particular que se instala em Brasília. Tem já 33 alunos.

● O Sr. Presidente interessado em detalhes técnicos do serviço.



Revista nº12, página 15
Lúcio Costa mostra algo em alguns papeis a Mies Van Der Rohe, alguns homens observam, mais ao um homem negro aparece, não há menção a gem ele seria na legenda da fotografia

Revista nº12, página 21
Única fotografia em que uma mulher negra aparece nas páginas de todas as 44 revistas analisadas, ela está ajoelhada no chão, no canto esquerdo



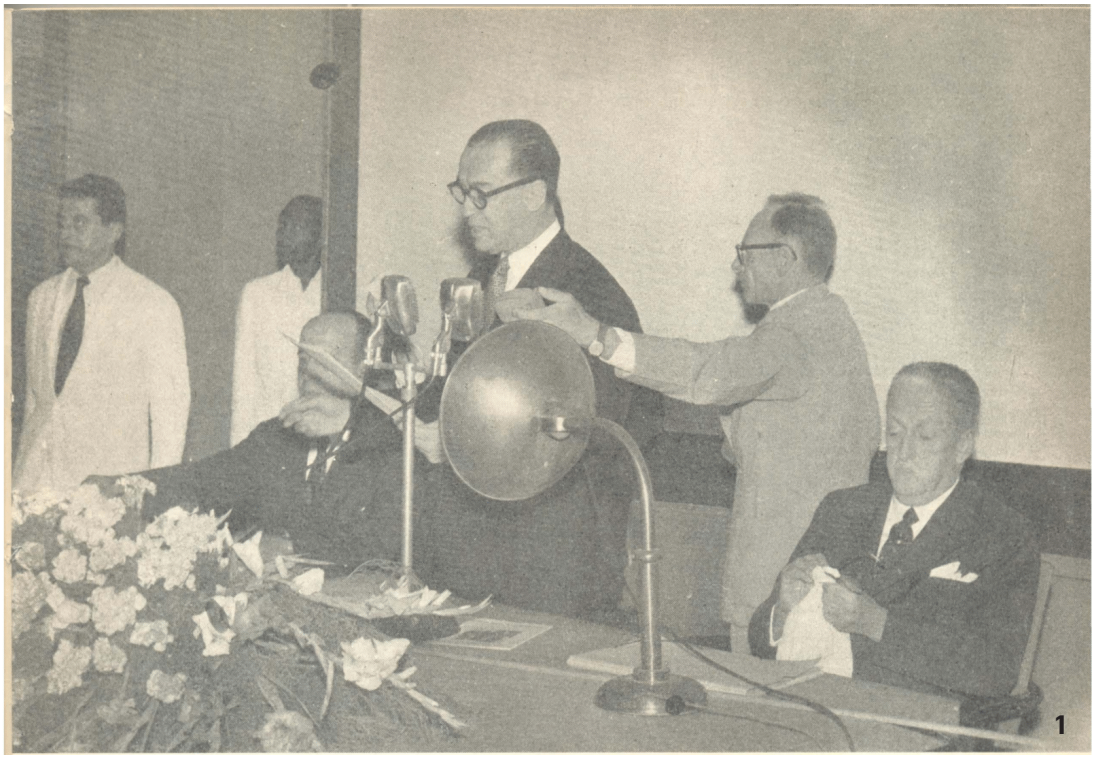
Duas revistas após, em dezembro deste ano, um homem de terno, gravata e lenço no bolso observa sobre o ombro de Lúcio Costa, que parece explicar algo muito importante para Mies Van Der Rohe, na ocasião de sua visita aos escritórios de arquitetura e urbanismo da Novacap, que estavam provisoriamente instalados na sobreloja do ministério da educação e cultura. Esse homem que observa sobre o ombro de Lúcio, mais distante, é negro, na sua frente se colocam os corpos de outros homens, estes brancos tiveram maior privilégio em relação à proximidade do papel. Na legenda se lê: "O urbanista Lúcio, cem a presença do Dr. João Carlos Vital, mostra a Mies Van Der Rohe, o desenvolvimento do Plano Pilôto" (Revista brasília, nº12, p.15, dezembro de 1957). Não há menção sobre quem seria o homem.

Na mesma revista está registrado o retrato da única mulher negra que apareceria em qualquer uma de suas páginas. Esta se encontra na seção "Noticiário", e foi o registro da visita de prefeitos, vereadores e jornalistas do Paraná, o texto que fala sobre o evento diz que foram 26 pessoas, mas na foto contam-se 40. A foto tirada no então aeroporto da cidade mostra trinta pessoas em pé e dez ajoelhadas na frente. Entre estas apenas duas mulheres. As duas bem próximas uma da outra, mas a branca em pé entre os homens brancos e a negra ajoelhada na ponta esquerda. Dois homens riem e olham na sua direção. Essa é a única foto em que uma mulher negra aparece, como as outras, não tem menção a quem ela seria. Na legenda da foto se lê: "21. Prefeitos, Vereadores e jornalistas do Paraná, em visita a Brasília (Fotos de M. Fontenelle)" (Ibidem, p.21).

Na revista seguinte, de janeiro de 1958, nº 13, é registrada a inauguração da exposição de obras e projetos de Brasília, exposição permanente que ficaria instalada no salão de exposições do ministério da educação e cultura, uma foto mostra JK em uma mesa discursando enquanto um outro segura um gravador próximo a sua boca, Israel sentado à mesa, junto a Clóvis Salgado, limpa seus óculos. No fundo dois homens de terno branco aparecem, um deles é negro, este olha para a câmera de canto de olho, com o corpo um tanto escondido atrás de uma parede.

O tema homens brancos falando ao microfone é bem explorado nas fotografias da revista, são 14 fotos como esta, geralmente Juscelino ou Israel que estão dando a palestra. Quando há a foto da plateia, esta geralmente é formada por sua maioria de homens brancos, contando com a presença de uma ou outra mulher branca. Outro tema recorrente são os homens brancos em mesas. Algumas assinando contratos, outras lendo papéis ou olhando para maquetes. São 21 as fotos em que homens brancos aparecem em mesas.

Há um hiato na presença negra nas revistas, até que, novamente, um homem negro aparece na nº 25, de janeiro de 1959. Como disse, nas fotos em que os operários aparecem seus corpos se misturam as construções, não havendo como identificá-los entre o cenário. Nesta foto, JK e Israel vêm à frente, segurando o caixão de Bernardo Sayão, alguns rostos brancos se destacam atrás dos dois. Na cabeceira do féretro, no centro da foto, um homem negro parece olhar de canto de olho para a sua esquerda, seu rosto é sério. Este registro se encontra na página 7 dessa revista. Nesta mesma, na página 11, a foto que na legenda diz que os sinceros amigos







1. Revista nº13, página 3
2. Revista nº25, página 5
3. Revista nº25, página 9

de Bernardo Sayão lhe dão adeus, é também, uma das poucas que o corpo negro ganha destaque. Uma das únicas em que os trabalhadores aparecem fora do seu ambiente de trabalho.

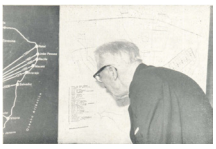
Depois mais nenhum corpo negro aparece, nitidamente, em nenhuma fotografia das revistas. Esse passeio pelos registros mostra como o destaque é dado massivamente ao corpo branco, sendo a presença não branca sempre algo que escapa, que está nas margens, que aparece quase que sem querer. Em comparação a uma foto em que são registrados indígenas e oito em que há a presença de corpos negros, são aproximadamente 125 fotos em que o corpo branco ganha destaque.


AVENIDA MONUMENTAL
PP-LEL
PP-SQC


Brasil















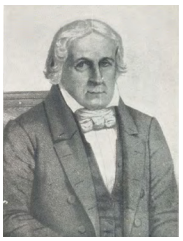















































Este mosáico, que aqui está compreendido entre as páginas 217 e 220, contém todas as fotografias e croquis onde o corpo branco aparece em destaque nas 44 revistas analisadas. Ele aparece, geralmente, em posições de comando e reunido entre seus iguais. Para facilitar a compreensão e a leitura, as fotograficas estão enumeradas e separadas pelas revistas onde se encontram e suas respectivas páginas no anexo 01 deste trabalho.

Vinte e oito delas JK aparece sozinho ou junto de outros homens como ele, sempre brancos, salvo a foto da carretada de concreto. Se existe a hiperexposição do corpo branco, cumprindo funções administrativas, o burocrata do Estado que tocava a cidade, o trabalhador quase que some nas páginas, por entre ferragens, formas de madeira e máquinas.

A palavra candango aparece pela primeira vez na revista nº24, de dezembro de 1958, final do segundo ano da construção. Retorna um ano após, na nº36. Reaparece na nº39, de março de 1960, vésperas da inauguração, em um poema longuíssimo. Surge em dois textos da revista nº40 e é na revista nº41 onde mais tem ocorrência, sendo a primeira vez que aparece nos discursos de Juscelino e de Israel, tanto quanto em textos de autoria do corpo editorial da revista. Também aparece na revista 42 e 43, sendo, nesta última, citado no parecer do Conselho Fiscal da Novacap.

A primeira vez que aparece é no texto de abertura da revista nº24 intitulado "Impressão Insuspeita" de Fernando Ferrari. Neste mesmo texto o autor faz um elogio ao tipo racial brasileiro, fruto de uma miscigenação, agora positivada, que havia dado origem a uma miríade de homens, alicerce da civilização. Brasília seria "chancela definitiva demonstradora desta capacidade extraordinária do bandeirante, do civilizador, que é o homem brasileiro, o tipo brasileiro" (Revista brasília, nº24, p.1, dezembro de 1958). Terminando seu texto o autor presta homenagem aos trabalhadores de Brasília, quando surge pela primeira vez a palavra candango.

> A minha homenagem aos arquitetos gloriosos e sobremodo aos trabalhadores de Brasília, a êstes candangos esfarrapados que chegam ali cansados e suarentos viajando dias e dias, trazendo um pouco da dor nordestina no próprio corpo para misturá-la com o cimento e o ferro (Ibidem).

Estes homens faziam acreditar que Brasília seria a resolução – milagrosa – de todos os problemas da nação e uma das questões que precisavam ser resolvidas, ou exploradas, era a "questão nordestina". Apesar de ser grande o contingente de trabalhadores que vinham dessa região do Brasil se arriscar nos canteiros de obras da nova capital, estes não eram os únicos, porém a imagem do candango, do trabalhador, parece estar vinculada aos homens que de lá migraram. Talvez, como forma, também, de se fazer crer que os problemas que a região sofria estavam sendo resolvidos, que Brasília cumpria o seu papel.

A segunda vez que se utilizam da palavra para descrever o trabalhador de Brasília é na mesma revista, agora na sua última página antes do boletim, página 21. Abrindo e fechando a revista, candango agora aparece em um telegrama a Israel Pinheiro de autoria de Othmar Schule. No "Noticiário" o texto que fala de sua visita tem seu nome como título, o homem em questão era diretor-gerente da Stahlumion – Export Gmbh, empresa alemã de Dusseldorf, e havia visitado os canteiros de obras na companhia do senador pelo Rio de Janeiro, Paulo Fernandes, um outro empregado da mesma empresa, representante dela no Brasil, Alfons Homberg, e Antônio Augusto Dushee de Abranches, então diretor do Instituto dos Advogados do

Brasil.

Na correspondência, transcrita por inteiro, o alemão parabeniza o entusiasmo dos trabalhadores, que o havia contagiado, dando a certeza da conclusão do empreendimento. Sutil é a hierarquia entre os técnicos e candangos, mostrando que, para esse homem, estes últimos designariam apenas os trabalhadores menos graduados da construção de Brasília.

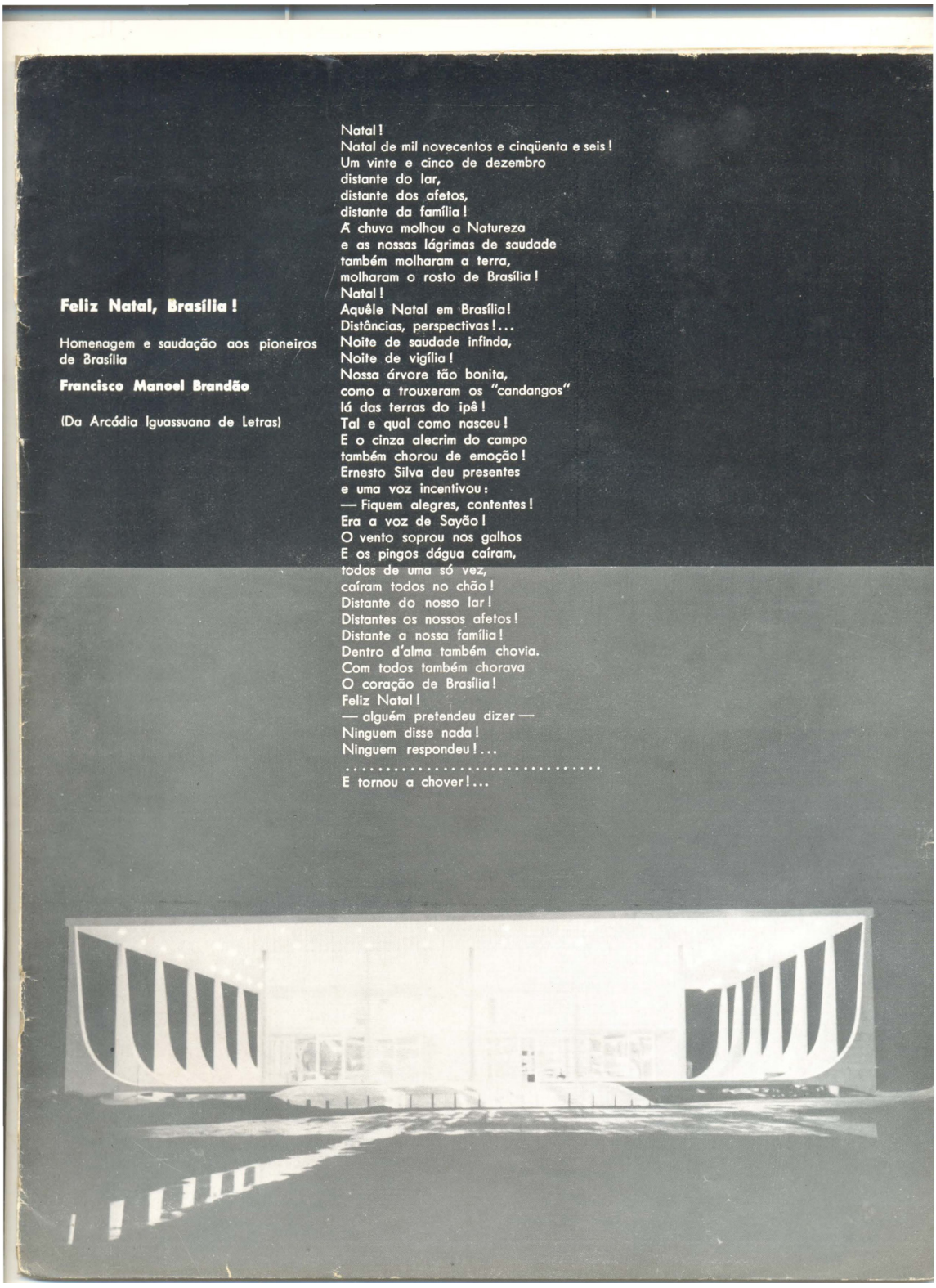
> [...] O entusiasmo que lá vimos, do técnico ao candango, é dos mais contagiantes e isto nos dá a certeza de que a obra tão magnífica só parará quando atingida a sua meta [...] (Ibidem, p.21).

Depois dessas duas citações em uma mesma revista, candango desaparece e vai retornar um ano depois, agora, na única mensagem desejando feliz natal publicada nas 44 revistas analisadas. Porém, a mensagem não parece ter sido escrita naquele ano de 1959, terceiro ano da construção de Brasília, e sim em 1956, o que demonstraria, possivelmente, que apesar de candango ter aparecido primeiro em dezembro de 1958, ficado um ano sem dar as caras na revista, era vocabulário presente no cotidiano das pessoas.

A triste mensagem foi publicada no verso, onde geralmente eram as propagandas de vendas de lotes e das "Obrigações Brasília", com uma foto noturna do Supremo Tribunal, uma das poucas das revistas. Parecia ter chovido quando a foto foi tirada, o chão molhado reflete as luzes do prédio recém terminado. O primeiro registro capturado à noite aparece na revista nº32 em agosto de 1959 na página 14, e é do canteiro de obras de uma das superquadras de autoria de "Foto Colombo". A mensagem de feliz natal é de autoria de Francisco Manoel Brandão "(Da Arcádia Iguassuana de Letras)" e segue, indicada na revista, como uma homenagem e saudação aos pioneiros de Brasília.

> Natal!/ Natal de mil novecentos e cinqüenta e seis!/ Um vinte e cinco de dezembro/ distante do lar,/ distante dos afetos,/ distante da família!/ A chuva molhou a Natureza/ e as nossas lágrimas de saudade/ também molharam a terra,/ molharam o rosto de Brasília!/ Natal!/ Aquêle Natal em Brasília!/ Distâncias, perspectivas!.../ Noite de saudade infinda,/ Noite de vigília!/ **Nossa árvore tão bonita,/ como a trouxeram os "cadangos"/ lá das terras do ipê!/** Tal e qual como nasceu!/ E o cinza alecrim do campo também chorou de emoção!/ Ernesto Silva deu presentes/ e uma voz incentivou:/ - Fiquem alegres, contentes!/ Era a voz de Bernardo Sayão/ O vento soprou nos galhos/ E os pingos d'água caíram,/ todos de uma só vez,/ caíram todos no chão!/ Distante do nosso lar!/ Distantes os nossos afetos!/ Distante a nossa família!/ Dentro d'alma também chovia,/ Com todos também chorava/ O coração de Brasília!/ Feliz Natal!/ - alguém pretendeu dizer/ – Ninguém disse nada!/ Ninguém respondeu!/...../E tornou a chover!.../(Revista brasília, nº36, verso, dezembro de 1959, grifo meu).

Triste esse natal de Francisco Manoel, longe de tudo, além do tom um tanto



Feliz Natal, Brasília !

Homenagem e saudação aos pioneiros de Brasília

Francisco Manoel Brandão

(Da Arcádia Iguassuana de Letras)

Natal !
Natal de mil novecentos e cinqüenta e seis !
Um vinte e cinco de dezembro
distante do lar,
distante dos afetos,
distante da família !
A chuva molhou a Natureza
e as nossas lágrimas de saudade
também molharam a terra,
molharam o rosto de Brasília !
Natal !
Aquêle Natal em Brasília !
Distâncias, perspectivas !...
Noite de saudade infinda,
Noite de vigília !
Nossa árvore tão bonita,
como a trouxeram os "candangos"
lá das terras do ipê !
Tal e qual como nasceu !
E o cinza alecrim do campo
também chorou de emoção !
Ernesto Silva deu presentes
e uma voz incentivou :
— Fiquem alegres, contentes !
Era a voz de Sayão !
O vento soprou nos galhos
E os pingos dágua caíram,
todos de uma só vez,
caíram todos no chão !
Distante do nosso lar !
Distantes os nossos afetos !
Distante a nossa família !
Dentro d'alma também chovia.
Com todos também chorava
O coração de Brasília !
Feliz Natal !
— alguém pretendeu dizer —
Ninguem disse nada !
Ninguem respondeu !...
.....
E tornou a chover !...

Revista nº36, verso da revista

deprimido,outra coisa que podemos notar é que candango entre parênteses, como no telegrama do empresário alemão, não significa todos os trabalhadores que foram construir a capital. Há uma distinção entre os pioneiros e os candangos, que parecem ser os trabalhadores responsáveis pelas tarefas mais braçais, como no caso da mensagem.

Mais à frente, três revistas, na nº39 do mês de março, vésperas da inauguração, há um poema que traz a caracterização desse homem candango. Publicado junto a mais dois poemas, "Brasília" de Petrônio Bax e "Brasília" um "sonnet by Harry de Metropolis" em inglês acompanhado por uma tradução feita pelo coronel Lélio Graça, os candangos aparecem no poema com o título de "Vitória-régia" que é de autoria de Alex Pires, na sessão "Brasília na literatura", e se encontra nas páginas 18 e 19. Esta é a revista com mais poemas publicados e o de Alex Pires é de longe o maior já divulgado.

> [...] Brasília dança de contente!/ Local congestionado, confusão, reboliço./ Favos de alegria rebentam mel pelos cantos da bôca,/ a felicidade imprevista se distingue no céu por um momento./ Bandeiras sobem nos corações com a efígie de Nossa Senhora Aparecida,/ que mostra na jovem sede da pátria seu grande milagre!/ Deixemos o mundo oficial,/ vejamos o subúrbio!/ Crianças daçam dança de roda,/ estrêlas dançam dança de luz!/ Cantaroleios, vozerio./ Toadas se improvisam,/ tornam espaço, bolem com todos./ Dança a mulher de laço, a de trança, a de cocó,/ dança a môça, dança a velha, dança tudo./ O homem de corcunda, o de garrucha, o de pistola,/ o de faca, o de chapéu, o de lenço,/ o de bigode, o de cara raspada;/ o mestiço, o tapuia, o cafuso, o curiboca;/ o velho, o môço, o rapazola;/ o branco, o prêto, o amarelo, o caboclo,/ cabelo comprido e carapinha,/ **puro candanguismo!**/ Ó intimidade brasileira,/ a mão serve de pires/ a xícara que nos traz café!/ Gente atirando flores/ gente atirando riso/ gente a toque de caixa da alegria!/ O coração parece que só êle é que quer ver,/ observar e sentir!/ [...]
>
> Coloquemos a Metrôpole de ouro da Esperança/ a altura dos superlativos,/ para que jamais seja atingida/ pela descrença!/ A surprêsa intraduzível,/ sendo o ideal que se espera,/ desafia o complexo das estações,/ a fúria dos elementos/ e cumpre a vontade dos deuses!/ Reduto feito pela previdência/ de encomenda para o porvir!/ **Brasília que cria o têrmo - candango –/ para designar seus operários;**/ estabelece récordes de eficiência/ em tempo limitado;/ descobre esfôrço inaudito/ para a capacidade humana./ Brasília de número inteiro quebrado a um têrço/ pelo derrotismo,/ que hoje se integra no denominador comum/ da segurança matemática./ Certa - na equivalência ela justiça./ Incontrariável - no poder ela realidade./ Edificada para o alto,/ o vale não a espesinha!/ Construída pelos fortes,/ as tempestades não a assustam!/ [...]
>
> Os que tombaram nesta luta/ são as sementes ele entusiasmo plantadas;/ germinarão ele sempre/ o heroísmo que criou a epopéia significativa!/ Se-

> guindo o traço/ os mãos de obra vão cobrindo a cimento pedra e ferro!/ Ó estruturas de aço erguidas/ pelos gigantes anônimos!/ Ó harmonia de coragem e resistência levantada/ pe**la união dos pequeninos-fortes!/ Candangos!**/ Irmãos do norte, centro, sul, leste, oeste,/ braços que constróem labor e consolidam ordem./ Deixem-me dizer com o testemunho de vista/ e o orgulho de brasileiro/ que Brasília foi construída em sua grande parte/ pelo nordestino!/ Guerreiros cíclicos que lembram a têmpera/ dos bandeirantes, jagunços, balaios, cabanas!/ Onde estão vocês para o hurra uníssono?/ Presentes no conjunto arquitetônico perpético!/ Na vitória-régia imensa e única/ que o homem construiu/ pelo sinal da santa cruz:/- Brasília !Revista brasília, nº39, p.18-19, março de 1960, grifo meu).

O candango é múltiplo, puro candanguismo parece ser a expressão da pluralidade brasileira, homem simples, gigantes anônimos. Pequeninos-fortes.

Diferente do que o poeta clama, o termo candango não foi criado por Brasília, o uso, novo talvez, sim, mas a palavra já fazia parte do vocabulário brasileiro, embora com uma conotação negativa. Candango segundo o dicionário indica, além da designação dada aos operários de Brasília e por extensão qualquer um de seus primeiros habitantes, também indivíduo comum, ordinário, pessoa de mau gosto, nome que alguns africanos davam aos portugueses (VIDESOTT, 2008, p.21). Antes da construção da nova capital, a palavra tinha significado depreciativo e assim foi utilizada durante séculos.

> Segundo a maior parte das autoridades, é uma corrupção de candongo, uma palavra da língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudoeste de Angola. Era o termo pelo qual os africanos se referiam, pejorativamente, aos colonizadores portugueses. Como tal, veio ao Novo Mundo com os escravos angolanos. (...) A palavra tornou-se o termo geral para as pessoas do interior em oposição às do litoral, e especialmente, para os trabalhadores itinerantes pobres que o interior produziu em grande quantidade. Com esses trabalhadores o termo chegou a Brasília (HOLSTON, 1993, p. 209-210 apud Ibidem).

Até a revista nº 40, esse é o significado dado à palavra, o trabalhador comum, enquanto o pioneiro caracterizava os homens como JK, Israel, médicos, jornalistas, bancários, enfim todos estes que não exerciam trabalhos braçais. Nessa revista, comemorativa do dia 21 de abril de 1960, que, porém, não traz os acontecimentos do dia, há dois textos onde a palavra aparece designando os trabalhadores da construção civil. Um terceiro, onde a palavra aparece, ela já não tão direta em relação a quem se referem, parecendo o candango ser qualquer trabalhador que tenha se dedicado à construção de Brasília, compreendendo, também, os que eram conhecidos por pioneiros.

Primeiro, na página 102, em “Brasília capital de poetas e artistas”, Ary de Andrade se refere ao candango como o operador das máquinas, que pelas suas mãos experientes estavam construindo um sonho de pedra, ferro e cimento. Candango

está entre parênteses. Três páginas à frente em “21 de abril de 1960 a capital do ano 2000”, Osvaldo Orico se refere ao “batalhão de candangos” que com Juscelino haviam se deslocado para o Planalto Central. Ambos os momentos o candango é o trabalhador comum, trabalhador que toca as tarefas pesadas da construção de Brasília.

Já em “Brasília, capital da esperança (Homenagem à revista “brasília”)” escrito pelo engenheiro Luiz do Amaral - tem a indicação da sua profissão junto ao seu nome – candango, também entre parênteses, aparece de forma ambígua. O fato é que ele se refere aos textos publicados por candangos na revista e em nenhuma das 44 revistas analisadas há um texto de autoria dos operários, nenhuma vez sua voz é publicada na revista, então, acredito, que candango para o engenheiro não seja apenas o trabalhador comum. Falando sobre sua gratidão em relação à revista ele estende a todos que receberam as publicações. Este é uma das únicas referências à própria revista dentro de alguma delas.

> Somos, todos os que receberam-na com êsse espírito e essa compreensão, devedores dessa cortesia à direção da “Revista Brasília”. Desde seu primeiro número, habituamo-nos a acompanhar, com otimismo, o crescimento da nova Capital, através de flagrantes fotográficos, de plantas gerais de perspectivas, de orçamentos, de atas das reuniões da Diretoria da Novacap, de depoimentos de visitantes ilustres, de “repórteres” estrangeiros, de “candangos” e de literatos (Revista brasília, nº40, p. 110, abril de 1960).

Em 1960 o termo passa, também, a indicar não só o trabalhador que havia migrado para tentar a sorte nos canteiros de obras da capital, nas revistas de grande circulação, como Manchete e O Cruzeiro, “termo já indica todos aqueles que trabalharam e trabalham para erguer Brasília, incluindo tanto o Presidente JK, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro, como profissionais como médicos, jornalistas ou bancários” (VIDESOTT, 2008, p.22), estendendo-se a qualquer trabalhador que tenha se dedicado à construção da nova capital ou de qualquer obra vinculada a ela, como as das rodovias.

Embora só seja usada com essa conotação de forma clara na revista nº 41, de maio de 1960, assim como aparece pela primeira vez nos discursos presidenciais e de Israel Pinheiro, em 1959 a palavra ganhava estatuto, sinônimo agora de pioneiro, de desbravador, “de homem que confia no progresso, de brasileiro comum, operário de Brasília. A palavra evocava os valores da coragem, da ousadia, da perseverança, da fé, da dedicação ao trabalho. Resumia enfim todas as boas qualidades do brasileiro, os aspectos positivos da identidade nacional” (Ibidem).

> A essa altura, a palavra candango apagando diferenças e memórias, passava a marcar um conceito, ou uma ideologia, e não mais uma classe social. De acordo com a retórica presente nos discursos do Presidente (e do staff da Novacap), em geral, com o termo candango, designava-se a “grande família em que, por três anos, se transformou a equipe que fez Brasília”. A *grande família* substitui as distinções sociais e representa uma forma de

homogeneização social (Ibidem, p.23, grifo da autora).

É na revista nº41, número comemorativo da mudança, que os eventos do dia 21 de abril estão registrados, junto com eles os discursos proferidos, e é neles que a palavra candango é largamente utilizada por Juscelino, e menos por Israel. Apenas no discurso do presidente que há a reivindicação do termo para algo além do operário, JK também deseja ser candango. De resto a palavra se refere diretamente ao trabalhador comum, havendo ainda a distinção hierárquica entre eles e os demais cargos, como os de técnicos e afins. Mas há uma forte exaltação do trabalhador, se antes apenas o status de herói era dado ao presidente, agora o candango também era enaltecido. O trabalhador comum engrandecido.

A primeira menção e a única ao termo pela caneta do corpo editorial da revista é no texto "Inauguração de Brasília", que descreve os eventos realizados durante as celebrações realizadas, estas começaram dia 20 e terminaram dia 23. Teve entrega da –segunda – chave da cidade a Juscelino, missa da meia noite do dia 20 para o 21, festa na esplanada, entrega de credenciais a diplomatas, abertura do congresso, desfile de operários nos seus veículos de trabalho - candangos nos seus e funcionários da Novacap nos deles -, teve esquadria da fumaça, queima de fogos, "festa popular" com show, baile de gala cheio de pompa no Planalto para a elite, festa para as crianças – oferecida pela primeira dama -, coral na esplanada, corrida de barco no lago, inauguração de hospital, inauguração de exposição sobre as metas de governo do JK e espetáculo com trilha sonora de Villa Lobos e Heckel Tavares. Tudo isso e algo mais está descrito na página 2 dessa revista.

Logo nos primeiros parágrafos, citando a cerimônia de entrega das segundas chaves da cidade a Juscelino, o texto descreve o importante discurso de Israel sobre os dias e noites de trabalho para a entrega da obra na data fixada pelo o Congresso e a réplica que recebeu. "Em emocionadas palavras o presidente Juscelino Kubitschek respondeu à oração do presidente da Novacap, exaltando a figura do candango, o modesto e obscuro operário que erigiu, no deserto do planalto central,





Revista nº41, página 16
Como vem descrito nas legendas de ambas as imagens, a da direita é uma fotografia do desfile dos operários de Brasília e a da direita, onde se vê Israel Pinheiro, Ernesto Silva e Moayr Gomes, todos diretores da Novacap, é do desfile dos construtores da Brasília. As duas imagens foram cedidas pela Revista *Manchete*, e não há explicação sobre o que seria diferença entre operários e construtores de Brasília.

a mais moderna e arrojada cidade do mundo" (Revista brasília, nº41, p. 2, maio de 1960).

Candango aqui continua sendo o operário, "modesto e obscuro", o construtor anônimo da capital. Se antes ele parecia invisível e os créditos da obra eram dados a JK e à Novacap, aos administradores, agora o trabalhador, no final da empreitada, começa a aparecer nos discursos oficiais. Porém, ainda é invisível nas fotografias, e a ele nenhuma voz é dada.

O discurso de Israel ao entregar as chaves está publicado na página 4, com o título de "Revolução Construtiva". Seu estilo, não só nesse discurso, é de frases curtas, repleto de emoção, seguem uma após a outra sem formar parágrafos longos. Sua fala é bélica, comparando Brasília a uma batalha, ainda evoca o "espírito de Brasília", revigorador de sua fé e entusiasmo, de sua confiança, surgido dessa peleja. "Batalha de cuja crueza e de cujos sofrimentos surgiu essa nova fôrça propulsara, de imponderável significação - o "espírito de Brasília"" (Ibidem, p.4).

Estavam, segundo Israel, naquele momento em frente a JK todos que haviam porfiado na dura batalha. "Os candangos, os funcionários, os técnicos, os diretores, os conselheiros, o presidente da Novacap e todos aquêles que cooperaram na construção da Nova Capital", estavam "todos em parada ele revistas, em continência ao comandante, ao fim da batalha" (Ibidem). Assim como em um exército em que a hierarquia é bem estabelecida, aqui também parece ser o caso. Candango não são todos, ele é o operário, o de menor hierarquia dentro desse coletivo responsável pela construção.

Se no discurso de Israel ainda há uma hierarquia entre os homens que compuseram a – sua – batalha, a resposta de Juscelino toma um tom bem menos bélico e mais agregador. A grande família é evocada a fim de apagar as distinções sociais, criando uma imagem homogeneizada, de aparente união entre as partes. Brasília era o resultado do esforço dessa grande família, e Juscelino reivindicava ser, também, como o "modesto e obscuro" operário que construiu a capital, ele mesmo um candango. Esta é a única vez em todas as revistas que o candango aparece como além do operário, em mais uma estratégia de apagamento da diferença e assim apaziguamento dos conflitos, criando uma ideia de relação entre as classes harmoniosa, sem conflitos.

> Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família, aqui reunida. a vós todos, "candangos" a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros ele Estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrêla nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo neste momento, que sois expressão da fôrça propulsara do Brasil. Tínheis fome e sêde de trabalho num país em que quase tudo estava e está ainda por fazer. Os



Revista nº6, página 14
Esta é a primeira foto em que o candango aparece em destaque, apesar de não se reconhecer o rosto de nenhum deles. A foto que foi publicada sem legenda, depois foi utilizada, como parte de uma fotomontagem, nas propagndas de vendas de terrenos em Brasília que foram divulgadas nos versos das revistas nº24 à 30.

> que duvidaram desta vitória; os que procuraram impedir a ação; os que se desmandaram em palavras contra esta Cidade da Esperança, desconheciam que o impulso, o ânimo, a fé que nos sustentavam eram mais fortes do que os desejos de obstrução que os instigavam, do que a visão estreita que não lhes permitia alcançar além das ruas citadinas em que transitam. Mas deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da História os que não compreenderam e não amaram esta obra [...] (Ibidem, p.6)

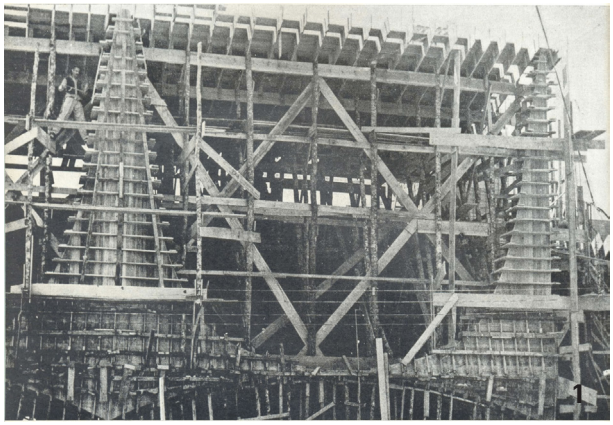
Além da crença de que o Brasil era um país a ser feito, o que foi um dos constructos que impulsionou o processo de conquista realizado durante a gestão de JK, a mensagem de Brasília aparece quase que como um chamado espiritual a esses homens que peregrinaram até a obra. O trabalhador, agora profundamente valorizado nas palavras do presidente aparece como alicerce da nação.

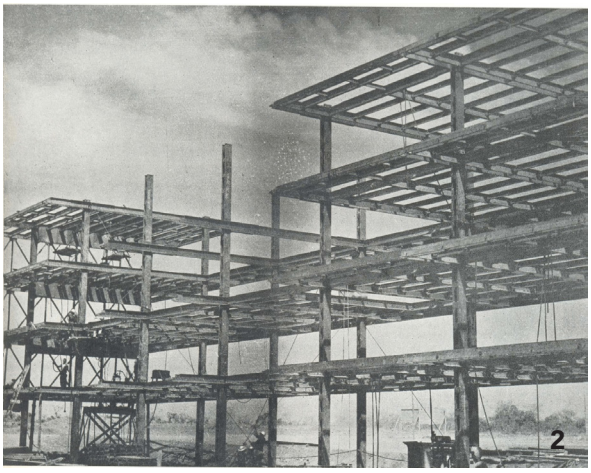


Revista nº31, página 17
Além dos homens no enterro de Sayão e da fotografia, que aqui, neste trabalho se encontra na página 125, esta é uma das únicas fotografias dos operários fora do canteiro, com certeza, a única que mostra eles em um momento de socialização, assim como, a única que aparecem os ambulantes

Poucas vezes são as que se referem à experiência extenuante do trabalho do operário, que para realizar a entrega da capital na data estipulada, realizavam jornadas de 14 a 18 horas diárias em um revezamento contínuo para que a obra não ficasse parada (SOUSA, 2015). Todos os turnos eram ocupados pelo trabalho que, extremamente cansativo e precário, levava a uma série de acidentes, muitas vezes, também, à morte dos operários. Porém, pelas vozes oficias, quando essa jornada é citada, a ela um tom romantizado é dado, como o sacrifício patriótico do trabalhador pelo bem da nação.

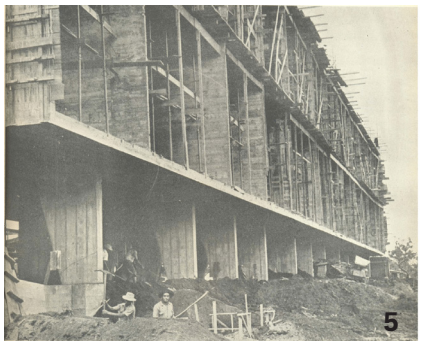
Ele continua seu discurso nesse sentido, romantizando o esforço do trabalhador, Juscelino que nunca havia utilizado a palavra candango, pelo menos nos discursos publicados nas revistas, passou a repeti-la com constância, aqui entre parênteses, segue enaltecendo os realizadores da construção que ele chama de milagre, apaziguando todo o esforço dos anos de duro trabalho. O presidente, também, dizendo ter acompanhando o trabalho que ele chama de vigília, novamente apaziguando a labuta, cria certa imagem de ter participado como igual.

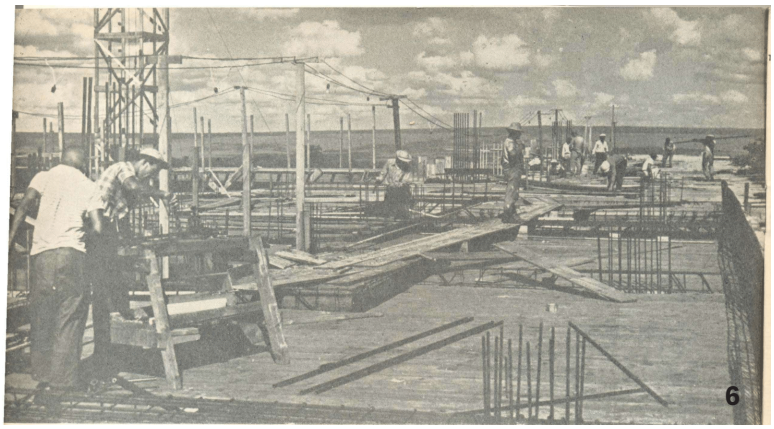


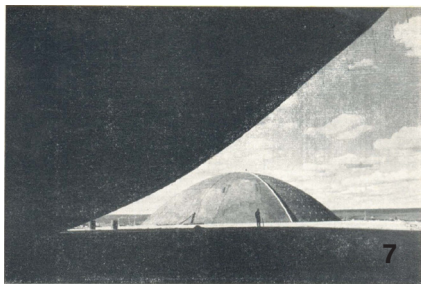


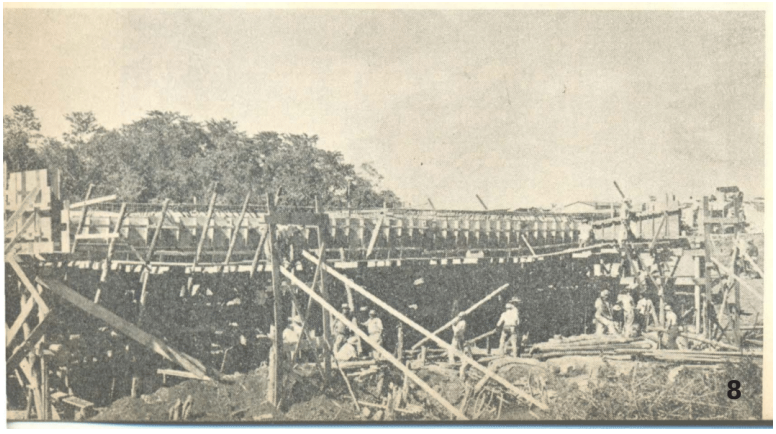












Operários nos canteiros de Brasília

1. Revista nº7, página 2
2. Revista nº7, página 5
3. Revista nº10, página 5
4. Revista nº30, página 4
5. Revista nº15, página 17
6. Revista nº16, página 2
7. Revista nº34, página 15
8. Revista nº16, página 6

> Trabalhou-se aqui, em três turnos, durante tôdas as horas do ciclo da Terra em redor do sol. O nosso sol era a Cidade que íamos todos construindo, levantando, erguendo. Um sol já existia em nosso desejo e em nossa esperança; estava, porém, invisível quando aqui cheguei com uns poucos colaboradores, no dia dois de outubro de 1956, à grande planície vazia, onde só encontramos, como sinal de presença do homem civilizado, um cruzeiro que a Comissão Demarcadora de Fronteiras mandara erguer em sinal ele sua passagem. Brasília começou nesse momento a delinear-se, em nossos espíritos. Fostes, "candangos", com o vosso trabalho, os operários do milagre. Quantas vêzes, em horas mortas, vos acompanhei nas vigílias noturnas quando, para espantar o sono, se rompia o vosso hábito de silêncio e por estes ermos ecoava o canto que vos mantinha despertos e alerta (Ibidem).

O presidente continua falando da história escrita com o suor destes homens, e que, como todos os episódios da construção, "mesmo os mais obscuros" seriam fixados no papel, isto também aconteceria com a dos candangos. A promessa do não esquecimento a partir da anexação às narrativas históricas, em contraste com a invisibilização vivenciada no presente. Juscelino tem certeza da curiosidade das futuras gerações sobre "tudo o que aconteceu na Capital da Esperança". Ele continua com a rememoração do seu primeiro encontro "os candangos, com os primeiros cinqüentas gloriosos e humildes brasileiros que sofreram e viveram aqui" (Ibidem). Agora todos poderiam contemplar o fruto desse sofrimento. A final realização das promessas, a concretização do desejo de conquista do interior, de fixação da civilização no sertão, fruto do esforço do trabalhador.

> Ninguém vos subtrairá a glória de ter lutado nesta batalha tremenda. Não vos esqueceria jamais, trabalhadores brasileiros ele tôclas as categorias a quem me sinto indissulúvelmente ligado. Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do suor de nossas lides, eis a cidade, que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta. Ei-la plantada no coração elo Brasil, o seu lugar exato. Eis as estradas abertas permitindo que os brasileiros de todos os Estados da Federação, venham à sua Capital. Começamos a transportar a civilização para o interior. Brasília começou a crescer. O Brasil começou a crescer também, mais ràpidamente, para recuperar o tempo perdido (Ibidem).

Embora tenha reivindicado participar desse coletivo, criando uma ideia de igualdade entre ele e os operários, JK fecha seu texto deixando clara a hierarquia entre os pioneiros e os candangos. Se lamentando das mortes dos homens que deram sua vida pela "batalha" de Brasília, o presidente deixa clara a distinção entre as classes, mostrando sua graduação. Ora é interessante reivindicar ser como o "modesto e obscuro" operário, ora é interessante deixar bem demarcada a diferença, demonstrando que essa união reivindicada pouco importava quando não trouxesse benefício, no caso, ao presidente ou aos homens da administração.

> E' com profunda emoção que evoco os que, tendo tombado no campo de batalha, participam também desta vitória final - Bernardo Sayão, pioneiro

> de Brasília, que hoje repousa no Campo da Esperança, os engenheiros e os candangos que Deus levou para a paz e para a glória (Ibidem).

É, também, lamentando a morte dos que participaram da construção de Brasília, que em outro discurso, agora de Israel Pinheiro, proferido dia 3 de abril no Churrasco dos Pioneiros, no Catetinho, publicado na página 7, que a hierarquia entre as classes é, novamente, marcada. No mesmo discurso que Israel fala na "intimidade, na sala da Casa Grande", sua primeira casa de Brasília, que a diferença se expõe. Relembrando os grandes acontecimentos como, "[os] caminhões despejando torrentes de nordestinos", a primeira estaca do Plano Piloto, e a morte de Bernardo Sayão, "êsse paladino do Brasil interior, figura romântica de Cruzado do século XX, plantando a Cruz nas almenaras da mata virgem" (Ibidem, p.7), Israel também se refere à partida dos menos ilustres, suavizando seu fim, banalizando como se normal quando se tratando de obras como Brasília.

> Os engenheiros, os companheiros e os candangos que morreram vitimados em serviço - tributo humano e doloroso em tôdas as grandes realizações (Ibidem).

Engenheiros, companheiros e então os candangos. A morte se torna, apesar de dolorosa, inevitável, como se habitual em um projeto como Brasília. Essa qualificação da morte como tributo faz parecer algo como que impossível de ser contornado, quase que naturalizando o fim da vida para a existência do empreendimento.

Ainda sobre a romantização do sofrimento do operário, não necessariamente sobre sua morte, na mesma revista, agora na página 19, aparece a ideia no discurso do professor João Gualberto Lopes. Sob o título "Hoje Brasília existe" foi publicado suas palavras proferidas no dia da inauguração no "Grêmio Literário Sete de Setembro". Cheio de entusiasmo, no único texto da revista em que Juscelino é chamado de "J.K.", o autor se recorda das palavras do presidente em 1956, onde da solidão que em breve se transformaria no cérebro das altas decisões nacionais, ele lançava seu olhar para o futuro do país, antevendo a alvorada com fé inquebrantável na grandeza do destino da nação. Citação que ficou famosa. Então, ele continua.

> Estas palavras proferidas por S. Exa. o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, em outubro de 1956, foram o toque mágico que liberou o potencial latente elos brasileiros, dinamizou sua capacidade realizadora, agrupou e sincronizou, num compasso vibrante, tôdas suas fôrças e nos deu como resultante a maravilhosa Brasília ! Ontem um sonho, hoje uma realidade! Brasília feita do concreto; de cimento, ferro e areia temperados com o suor dos candangos. Feita com sacrifício, e por isso mesmo, predestinada a cumprir com sucesso a finalidade para que foi feita: caminho da integração geográfica, social e econômica; sobretudo caminho da integração patriótica do povo brasileiro. Brasília é o marco inicial da "Marcha para o Oeste": o ideal de um dos maiores estadistas brasileiros. "Dêste planalto central antevejo uma alvorada"... disse o Presidente J.K. A alvorada brasileira começa hoje com Brasília, a nova Capital do Brasil! Agora sim!

> nosso país tem seu coração no lugar certo! Um coração que propulsionará o sangue do progresso, através das suas colossais artérias, a todos os quadrantes do território Brasileiro. Hoje Brasília existe ! A hora das discussões é passada! Brasília é ponto pacífico. E' uma verdade inquestionável (Ibidem, p.19).

Feita de matéria e sofrimento do operário, Brasília, por conta desse sacrifício, cumpriria com a finalidade que foi proposta. Existe uma crença aqui de que o sofrimento é positivo e de que as grandes coisas só podem ser acessadas através dele, tal crença justifica a dor a fim de acessar os objetivos que se impõe. Que o sofrimento existe e faz parte da existência, não há dúvidas, mas ele ser o único caminho para a realização, ou, ainda, torná-la mais valorosa, faz parte de um sistema de crenças pertencente à civilização ocidental na qual a imagem de sofrimento – a imagem do filho de seu deus pregado na cruz – foi construída como imagem mais importante de transcendência.

Sem retirar os ensinamentos que esse momento traz, mas tendo fixado o sofrimento como caminho único de ascensão, justifica-se o sofrimento na terra como modo de atingir os mesmos resultados. Nenhuma morte é tributo, o suor que tempera, o sacrifício não predestina nada. Mostra a dificuldade da tarefa. O sofrimento é romantizado porque ele é o do outro, esse outro, que embora engrandecido, não foi visto como igual e tampouco superior.

Sobre o estigma negativo do candango, Juscelino deixa transparecer em seu discurso na posse de Israel Pinheiro da prefeitura de Brasília. A ideia era de que Brasília, o novo Distrito Federal, fosse criado como um "Município neutro, não político, tendo Governador nomeado pelo Presidente da República, com a concordância do Senado" (Revista brasília, nº25, p.20, janeiro de 1959), refletindo o espírito neutro do Estado e, também, impedindo que as disputas políticas locais interferissem na administração do país. Além disso, não haveriam eleições, não haveria representação no congresso e os habitantes não votariam para os cargos de presidente ou de vice.

O passo mais lógico para proteger e assegurar a continuação das obras de capital, que na sua inauguração não passava de algumas quadras da Asa Sul, os palácios e alguns outros prédios nos setores centrais, era colocar Israel na prefeitura da cidade. Empossado pelo ministro da justiça, em cerimônia realizada no salão nobre do Planalto, foi salientado que "a nomeação do dr. Israel Pinheiro para a Prefeitura de Brasília, constitui um ato de justiça e de reconhecimento pelo esfôrço despendido pelo novo Prefeito à frente da Novacap, na construção de Brasília" (Revista brasília, nº41, p. 22, maio de 1960). Logo após o discurso do ministro, que não é transcrito, Israel concentra suas palavras no reforço da tarefa de conquista, que havia apenas começado com a construção de Brasília.

É pelas palavras de Juscelino em um discurso, "de improviso", que é mencionado caráter pejorativo que candango carregava. Relembrando a gestão de Israel na construção "obra não apenas a construção de uma cidade material, mas um

novo centro de civilização que surge no planalto para benefício de todo o País" (Ibidem, p.23). Início da marcha que levaria a conquista dos "milhões de quilômetros quadrados que constituem a inveja de grandes grupos da humanidade e que seriam orgulho de qualquer nação" (Ibidem).

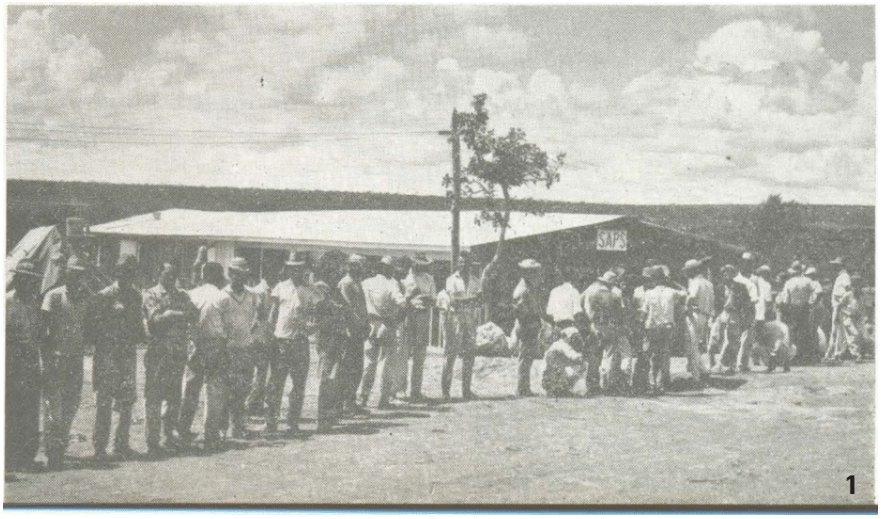
> Estamos já promovendo, nesta hora, não apenas a nossa consolidação em Brasília, mas para mais adiante, com obras monumentais que virão mostrar ao Brasil que, felizmente, os candangos, que até então eram pejorativamente conhecidos, são realmente titãs de aço, em cuja energia e vontade o Brasil pode confiar sua grande redenção (Ibidem).

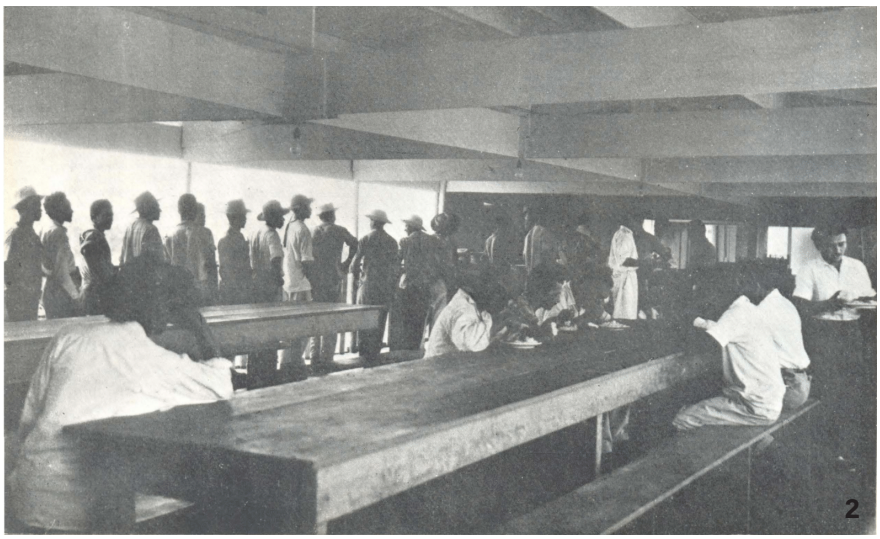
A valorização do candango estava vinculada à valorização do trabalhador, peça fundamental para levar a cabo o projeto desenvolvimentista do governo. Que havia apenas começado em Brasília, o candango, deixava de representar apenas o trabalhador da construção da nova capital, como, também, começava a representar todo trabalhador que participava das obras do governo de Juscelino. Entre estas obras estavam as rodovias que passaram a cortar o território nacional.

> Já convocamos quatro mil candangos, levando-os de avião, navio e transporte terrestre. para as florestas que se extendem de Brasília ao Acre. 4.000 homens já estão mergulhados na mais terrível e densas florestas do mundo, abrindo caminho para a integração com a qual sonharam tantos e tantas gerações de brasileiros. A estrada Brasília-Acre, que ficará concluída êste ano, no maior recorde do mundo - pois que vamos construí-la através de pântanos, de florestas impenetráveis, de rios os mais caudalosos, estará pronta em dezembro, para marcar mais uma etapa da extraordinária conquista do Oeste (Ibidem).

Em adição de candango para além de Brasília, há a usual criação de uma imagem negativa da natureza. Esse exagero de uma imagem de perigo serve, também, para criar uma atmosfera de ameaça, o que tornava mais ousada, mais extraordinária a ação de seu governo. Embora o candango ora tenha sido enaltecido, ora reivindicado como totalidade dos envolvidos na construção da capital, ele sempre representou o trabalhador comum, o operário que tocava a lida das grandes obras. De qualquer forma, na revista brasília ele pouco aparece.

As dificuldades na vida do candango iam além do trabalho extenuante nos canteiros de obras, além das jornadas extensas para cumprir com os cronogramas da construção. Seu ambiente de moradia era precário, sendo este um dos maiores problemas, a questão habitacional, no período da construção (BÉU, 2007). "As adversidades enfrentadas pelos candangos já começavam pelos alojamentos, amontoados de camas improvisadas, onde o guarda-roupa era a própria mala ou um simples caixote. [...] Predominava a falta de higiene, acompanhada de todas as suas conseqüências" (Ibidem, p.48). A condição das cantinas não era muito diferente. Tendo sido o estopim para o massacre na Pacheco Fernandes Dantes, e muitos outros episódios – menores – de conflito. Largamente noticiado na mídia, mas sem nenhuma menção nas páginas da revista.





1. Revista nº2, página 12
Foto divulgada junto ao texto sobre a inauguração de um restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS - junto ao acampamento da Novacap
2. Revista nº10, página 22
Interior deste mesmo restaurante, novamente, pouco se vê dos operários que se misturam as sombras

À semelhança das antigas senzalas, os precários acampamentos eram instalados próximos às obras (Ibidem), facilitando a exploração da força de trabalho, criando um maior envolvimento do trabalhador com a esfera da produção, "absorvendo quase que completamente o cotidiano dos empregados" (Ibidem). Estes acampamentos provisórios foram incapazes de absorver o contingente de trabalhadores, que buscavam em Brasília uma condição de vida melhor.

> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) virou letra morta no grande canteiro de obras de Brasília. Segurança no trabalho era um conceito maldito pelos empregadores, por representar custos, e convenientemente ignora do pelas autoridades. Não havia cinto, botas, luvas, capacete [...], "capace-

> te era a cabeça da gente", disse um dos candangos entrevistados. A maioria dos migrantes ia para as construções do jeito que chegaram, alguns calçados de chinelo; no máximo, botinas, e um surrado chapéu de palha ou de couro, se nordestinos. O desrespeito à legislação era incentivado pelo ritmo das obras. [...] Fácil entender porque o limite de duas horas extras diárias, previsto pela CLT, era multiplicado várias vezes nas "viradas", turnos em que o operário, literalmente, virava a noite e o dia na obra sem dormir (Ibidem, p.55).

Esse ritmo intenso e a falta de medidas de segurança, sem surpresa, eram responsáveis por inúmeros acidentes de trabalho, muitos deles levando ao óbito o trabalhador. A obra que foi o maior cenário destes acontecimentos foi o anexo do Congresso Nacional, conhecido como o "Vinte e Oito", o edifício mais alto em construção. "Impossível saber o número de trabalhadores que caiu dos andaimes, pois as empreiteiras nem o governo tinham interesse em fazer as contas, muito menos divulgá-las" (Ibidem, p.57).

> Algo bem mais grave do que extrapolar jornadas de trabalho, porém, acontecia fora dos limites dos canteiros de obra: trata-se do tráfico de mão-de-obra escrava. A mando de fazendeiros da chamada Região do Entorno, aliciadores saíam de caminhão até o interior do Nordeste, oferecendo salários generosos àqueles que se dispusessem a trabalhar na construção da nova capital. Para estimulá-los, custeavam-lhes as despesas da viagem geralmente sem volta. Porque, antes de chegar a Brasília, o motorista mudava sorrateiramente o itinerário e se embrenhava pelo interior do vasto e ainda não dividido Goiás e, em alguns casos, pelo Mato Grosso, onde entregavam a "encomenda"aos patrões. Reféns de dívidas extorsivas, que lhes eram imputadas na chegada, os retirantes eram submetidos a um regime de trabalho escravo, sem possibilidade de fuga, isolados que estavam na imensidão dos latifúndios e, ainda, vigiados por capangas (Ibidem, p.59).

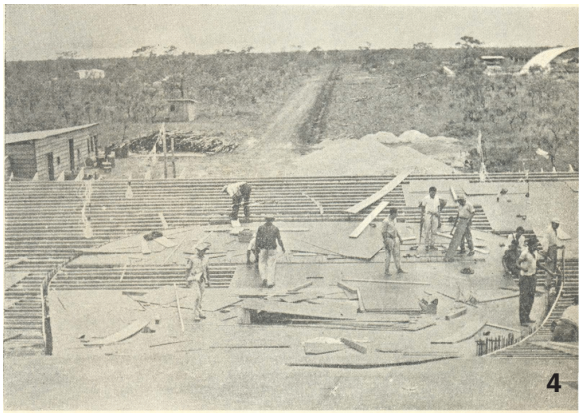
A realidade dos "titãs de aço" marcava a carne com um sofrimento possível de ser contornado se fosse de interesse dar a eles condições de vida mais favoráveis, mas o bem-estar seria financiado e a razão do capital é baixar os custos para cumprir com os prazos estabelecidos pela Novacap. Nenhuma vida era um tributo a ser pago para a realização da construção de Brasília, mas sim resultado do descaso que se tinha com o trabalhador, tão enaltecido pelas palavras e muito pouco amparado pelas ações do governo. Os candangos, na busca de melhores condições de vida, tinham que se sujeitar a condições de sobrevivência precárias impostas pelo Estado. Buscando fazer uma boa reserva de dinheiro, os candangos se submetiam às "viradas" como meio de aumentar esse acúmulo, de assegurar condições futuras melhores que as anteriormente vivenciadas por eles.

As "viradas", também, muito foram incitadas pela concorrência que as empreiteiras ilegais, clandestinas chamadas de "gatos", formadas por subempreiteiros sem idoneidade (Ibidem, p.61). "Os "gatos"configuravam uma situação de meio termo entre o trabalho escravo e a legalidade, pois a estratégia de contratação era









1. Revista nº24, página 15
2. Revista nº28, página 14
3. Revista nº15, página 3
4. Revista nº15, página 3

praticamente a mesma, com a atenuante de que, neste caso, os retirantes eram, de fato encaminhados para os canteiros de obra da capital em construção" (Ibidem). Estes prestavam serviços sem vínculo empregatício formal, o número de "gatos" ultrapassava as empresas legais, e pela falta de legalidade, muitas vezes essas firmas pagavam mais aos operários. "Também, não obedeciam os limites de jornada de trabalho estabelecidos pela legislação, generalizando a prática das "viradas". Assim, as obras tocadas pelos "gatos" tinham um andamento bem mais acelerado que as empreendidas pelas construtoras legalmente constituídas" (Ibidem).

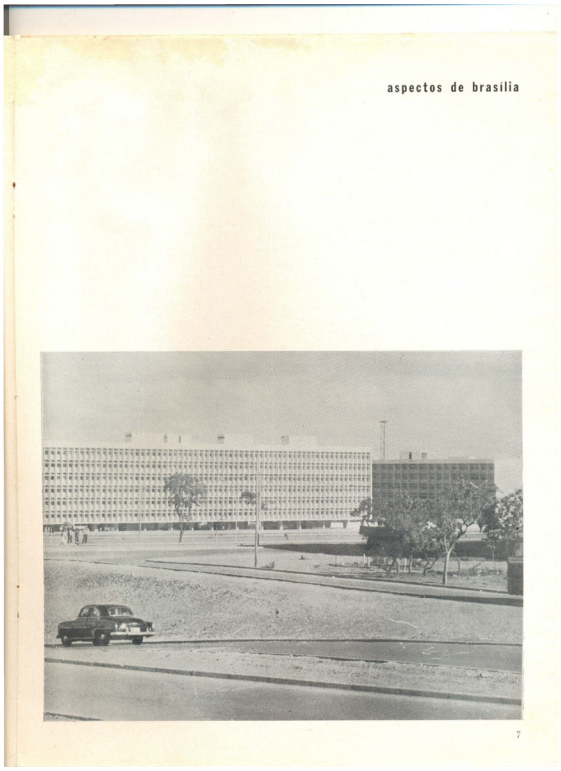
Assumir estas ilegalidades e o sofrimento, na realidade dele, sem romantização ou valorização imedida do sacrifício, banalizando a morte como tributo a ser pago em obras como Brasília é macular a aura de pureza que se revestia o empreendimento, mas também chamar à responsabilidade seus dirigentes, e todo o Estado brasileiro.

Se Brasília era espelho que se desejava refletir a civilização ocidental nos trópicos, significava a expansão da civilização brasileira, reconhecer a precariedade sobre a qual ela foi construída seria reconhecer que a imagem sobre ela construída era irreal, assim como irreal a imagem de nação que se queria espelhar. À semelhança da branquitude, responsável pelo processo de colonização nesse território, Brasília era a negação do outro que refletia o que não se desejava aceitar. Negação do outro que escapava o projeto de civilização, do projeto de nação que deveria espelhar apenas a sua imagem irreal. Não apenas sua negação, mas o impulso de incorporação desse outro.

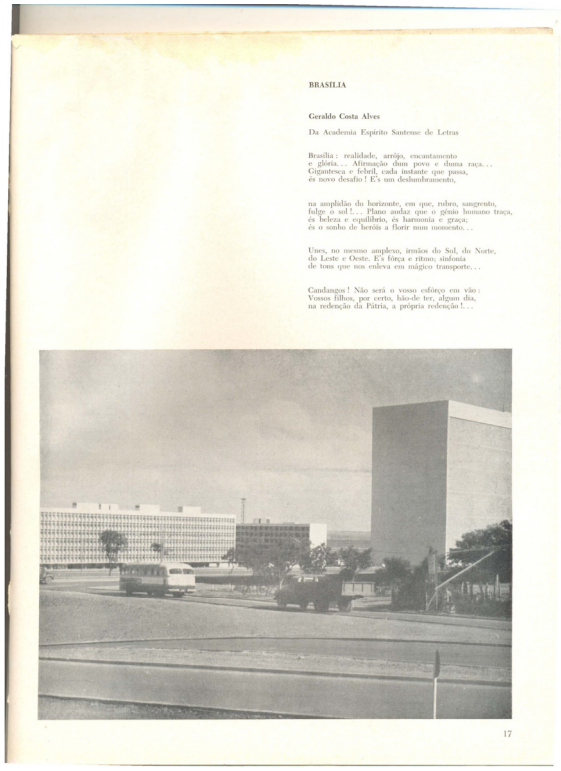
Após aquele último discurso de Juscelino, a próxima vez que o candango aparece é na revista seguinte, a nº42, em um poema novamente intitulado "Brasília, agora de autora de Geraldo Costa Alves, membro da Academia Espírito Santense de Letras, publicado na seção "Brasília na literatura", página 17.

Junto a uma foto da pista de entrada do viaduto vindo da comercial para o eixo w – única tesourinha construída para a inauguração da capital - muito semelhante a uma outra publicada na mesma revista na página 7, em uma seção intitulada "Aspectos de Brasília" que mostrava a cidade em pleno uso, o soneto foi publicado. Nele, assim como JK já havia prometido, no futuro algum dia o esforço do candango seria reconhecido, se os frutos não fossem colhidos por eles, seriam pela próxima geração.

> Brasília: realidade, arrôjo, encantamento/ e glória...Afirmação dum povo e duma raça.../ Gigantesca e febril, cada instante que passa,/ és novo desafio! E's um deslumbramento,/
>
> na amplidão do horizonte, em que, rubro, sangrento,/ fulge o sol!... Plano audaz que o gênio humano traça,/ és beleza e equilíbrio, és harmonia e graça;/ és o sonho de heróis a florir num momento.../
>
> Unes, no mesmo amplexo, irmãos do Sul, do Norte,/ do Leste e Oeste. E's


aspectos de brasília

7


BRASILIA

Geraldo Costa Alves

Da Academia Espírito Santense de Letras

Brasília: realidade, arrôjo, encantamento
e glória... Afirmação dum povo e duma raça...
Gigantesca e febril, cada instante que passa,
és novo desafio! É's um deslumbramento,

na amplidão do horizonte, em que, rubro, sangrento,
fulge o sol!... Plano audaz que o gênio humano traça,
és beleza e equilíbrio, és harmonia e graça;
és o sonho de heróis a florir num momento...

Unes, no mesmo amplexo, irmãos do Sul, do Norte,
do Leste e Oeste. É's fôrça e ritmo, sinfonia
de tons que nos enleva em mágico transporte...

Candangos! Não será o vosso esfôrço em vão:
Vossos filhos, por certo, hão-de ter, algum dia,
na redenção da Pátria, a própria redenção!...

17

Revista nº42, páginas 7 e 17

> fôrça e ritmo; sinfonia/ de tons que nos enleva em mágico transporte.../
>
> Candangos! Não será o vosso esfôrço em vão:/ Vossos filhos, por certo, hão-de ter, algum dia,/ na redenção da Pátria, a própria redenção!...(Revista brasília, nº42, p.17, junho de 1960).

Talvez a promessa do soneto tivesse se concretizado se a políticas de gestão do espaço da cidade não tivessem se direcionado à proteção do Plano Piloto e sua quase que cristalização como havia planejado Lúcio Costa e à exclusão do resto da população nas cidades por muito tempo chamadas de satélites. Se a retórica do governo era de enaltecer o trabalhador, pouco valor realmente foi dado a ele e, consequentemente, a seus descendentes. Os núcleos pioneiros, os acampamentos, onde os candangos haviam se estabelecido, foram um após o outro removidos, dando espaço cada vez maior a uma gestão "racional" e segregadora do território do Distrito Federal. Uma das maiores e mais famosas foi a remoção da Vila do IAPI e outros núcleos, em 1971, e a criação da Ceilândia, onde os lotes foram depois comprados pelos removidos. Assim como tinha sido em Taguatinga durante a construção da capital.

> As remoções desataram ou, no mínimo, afrouxaram importantes laços de identificação criados durante os mais de dez anos de convívio nos antigos acampamentos. Situação que se aplica também, aos filhos, crianças acostumadas a brincar de pés descalços nas ruas de chão batido nos núcleos

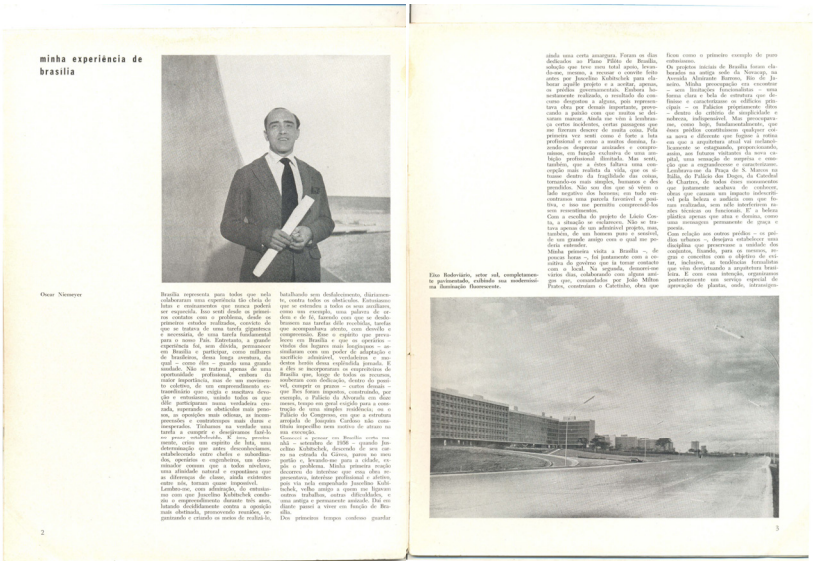
> pioneiros, onde já tinham feito suas rodas de amigos, eleito as brincadeiras preferidas, construído os refúgios de seus segredos e de sua fértil imaginação. Pode-se dizer que os pais e os filhos constituem um segmento social cuja história foi marcada pela desconstrução e reconstrução de seus referenciais de identidade. Ambos trocavam o ambiente familiar de origem por uma condição de estrangeiridade, porque a inóspita Ceilândia de 1971 era uma terra tão estranha para os filhos quanto Brasília dos anos cinqüenta havia sido para os pais. A trajetória de um e de outro envolveu um processo de desenraizamento, de quebra de laços culturais, frustrações e recomeços. Tudo isso produziu um acúmulo de sentimentos, muitos deles contraditórios, em que as palavras de indignação dos filhos são às vezes silenciadas pela forte imagem do pai-herói (BÉU, 2007, p.129).

Inúmeras foram as menções ao fato de que em Brasília não existiria a "praga das favelas" (Revista brasília, nº15 p.15, março de 1958), evitando o problema que assolava a antiga capital. Se não havia a possibilidade de eliminar a população que, fora do que havia sido estabelecido como população a qual a nova capital se destinava, para cada vez mais longe era removida, criando a ilusão de êxito do projeto de cidade racional e pura.

Apenas um texto é de autoria de Oscar Niemeyer, embora seja constantemente aclamado na revista, sua voz não se faz presente, diretamente. Intitulado "Minha experiência de Brasília" o texto foi publicado na revista nº43, de julho de 1960, e toma cinco páginas da revista, sendo o único além dos pequenos publicados no "Noticiário", após o nº41 os textos vão rareando, diminuindo, e a revista se torna quase que apenas fotográfica, não havia mais o que se defender - a cidade já havia sido inaugurada. Com um retrato do arquiteto sorridente como se olhasse para o horizonte distante, foto do eixão vazio, do congresso em "dias de expeidente normal", pôr do sol mostrando o mesmo prédio com alguns ministérios à direita e foto dos blocos residenciais das 100 sul e do eixão no início da noite com muitos carros parados na beirada da pista e pessoas olhando o que parecem ser veículos em grande velocidade, pois se vê apenas o borrão de luz dos faróis, o texto divulgado foi primeiro publicado no mês de junho na revista *Módulo* nº18.

O texto fala dos ressentimentos e das dificuldades de Oscar, fala das mudanças nos projetos e nas brigas para defendê-los, fala de sua opinião sobre arquitetura. Chegando ao final de seu texto ele fala do descontentamento em ver que os operários não poderiam manter as condições de vida que estabeleciam no Plano Piloto. Desde sua construção a ideia de harmonia social desejada pelo projeto de Lúcio Costa foi inviável.

> [...] E com êsse objetivo, saímos para as estradas cm construção, percorrendo as obras em andamento, procurando acertar possíveis e inevitáveis enganos, conscientes de nossas fraquezas, tentando fixar um nível arquitetural compatível com a nova capital do País. Constrangia-nos apenas verificar que para os operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Pilôto fixara, situando-os como seria justo, dentro das áre-



minha experiência de brasília

Oscar Niemeyer

Brasília representa para todos que nela colaboraram uma experiência tão cheia de interêsse, tão diversa de tudo o que havíamos feito especialmente, que será difícil dizer-se, para os contatos com o problema, desde os primeiros estudos realizados, convicto de que se tratava de uma tarefa gigantesca e necessária, de uma tarefa fundamental para o nosso País. Entretanto, a grande oportunidade de trabalhar intensamente em Brasília e participar, como milhares de brasileiros, desta longa aventura, da qual – como êles – guardo uma grande saudade. Não se tratava apenas de uma construção qualquer, mas de uma tarefa de maior importância, sua de um movimento coletivo, de um empreendimento extraordinário que exigia e marcava devoção e entusiasmo, unindo todos os que nela trabalhavam numa mesma fé. Nada, naturalmente, superando os obstáculos mais grossos, as oposições mais odiosas, as incompreensões e contratempos mais duros e inesperados. Tínhamos na verdade uma tarefa a cumprir, e cumprimos dentro do mais curto espaço de tempo. Êste movimento, criou um espírito de luta, uma determinação que antes desconhecíamos, estabelecendo entre chefes e subordinados, operários e engenheiros, um desinteressado companheirismo e todos nivelou, sem dúvida, numa mesma igualdade, as diferenças de classe, ainda existentes entre nós, tornam quase impossível.

Lembro-me, com admiração, do entusiasmo com que Juscelino Kubitschek conduziu a construção de Brasília, batalhando decididamente contra a oposição mais obstinada, promovendo reuniões, organizando e criando os meios de realizá-lo, batalhando sem desfalecimento, diariamente, contra todos os obstáculos. Entusiasmo que também via em todos os seus auxiliares, com os mesmos propósitos e a mesma fé, dos a fé, fazendo com que as desdobrasem nas tarefas difíceis realizadas, tarefas que acompanhava atento, com decrédo e compreensão. Êste o espírito que prevaleceu em Brasília e que os operários – os humildes candangos – souberam assimilar com um poder de adaptação e sacrifício admiráveis, verdadeiros e modestos heróis desta explêndida jornada. E é êles se incorporarmos os empréstimos de Brasília, que, dia e noite, sem descanso, estiveram com dedicação, frente do possível, comprir os prazos – curtos demais – que lhes foram impostos, construindo, por exemplo, o Palácio da Alvorada em dúzia e meia de meses, a Catedral em menos de um ano, a estação rodoviária, os Palácios do Congresso, em que a estrutura arrojada de Joaquim Cardoso não constituiu impecilho nem motivo de atraso na sua execução.

Lembro-me que em Brasília certa vez aki – setembro de 1956 – quando Juscelino Kubitschek, descendo de seu carro na estrada do Gávea, parou no meu partido e, levando-me para a cidade, explicou o problema. Minha primeira reação foi de surprêsa e mesmo de revolta. Minha permanência, interêsse profissional e afetivo, pois via nela empenhado Juscelino Kubitschek, velho amigo a quem me ligavam outros trabalhos, outras dificuldades, e que, naturalmente, desejava ver-me ao lado. Depois passei a viver em função de Brasília.

Dos primeiros tempos conforsos guardar ainda uma certa amargura. Foram os dias dedicados ao Plano Piloto de Brasília, que, como todos sabem, não me agradava, decidi, portanto, a recusar o convite feito antes por Juscelino Kubitschek para elaborar aquêle projeto e a aceitar, apenas, os projetos governamentais. Embora hoje, decorridos quase quatro anos, reconheça, depois a alguns, pois representava obra por demais importante, provocando a paixão com que muitos se deixaram marcar. Ainda me vêm à lembrança certos incidentes, certas passagens que me fizeram descrer de muita coisa. Pela primeira vez, em minha vida, via-me em profissional e como a muitos ilustres, levando-os desprezar amizades e compreensões, em função exclusiva de uma ambição profissional ilustrada. Mas sentí, também, que não era justo fazer-se oposição sob realeta da vida, que os situasse dentro da fragilidade das coisas, tornando-os mais simples, humanos e dos preconceitos. Não sou dos que só vêem o lado mau das pessoas e das coisas e continuou uma parcela favorável e positiva, e isso me permitiu compreendê-los sem ressentimentos.

Com a escolha do projeto de Lúcio Costa, a situação se esclareceu. Não se tratava apenas de um admirável projeto, mas, também, de um amigo que eu admirava e de um grande amigo com o qual me poderia entender.

Minha primeira visita a Brasília –, de poucas horas –, foi justamente com o engenheiro Israel Pinheiro, que muito ajudou com a local. Na segunda, demorei-me vários dias, colaborando com alguns amigos que, consoadas por João Milton Prates, construíam o Catetinho, obra que ficou como o primeiro exemplo de puro entusiasmo.

Os primeiros tempos iniciais de Brasília foram elaborados na antiga sede da Novacap, na Avenida Almirante Barroso, Rio de Janeiro. Minha preocupação era encontrar – sem limitações funcionalistas – uma forma nova, uma arquitetura livre de dogmas e caracterizasse os edifícios principais – os Palácios propriamente ditos – dentro do critério de simplicidade e nobreza, indispensável. Mas preocupava-me, como hoje, fundamentalmente, que essas poucas construções qualquer coisa de novo e surpreendente, dentro daquilo que se arquitetura atual vai reclamando, acaso, em futuros visitantes da nova capital, uma sensação de surpresa e emoção igual à que experimentamos diante da Praça de S. Marcos ou Itália, do Palácio dos Doges, da Catedral de Chartres, de todos êsses monumentos que justamente acabava de conhecer, sem dúvida, o mais completo e indiscutível pela beleza e unidade com que foram realizadas, sem nele interferirem razões técnicas ou funcionais. E' a beleza plástica apenas que ata e domina, como uma mensagem permanente de graça e poesia.

Em relação aos outros prédios – os palácios urbanos –, desejava estabelecer uma disciplina que preservasse a unidade dos conjuntos, fizendo, para os mesmos, regras e conceitos com o objetivo de evitar, mais tarde, a anarquia e a desordem que vão desvirtuando a arquitetura brasileira. E com essa intenção, organizamos posteriormente um serviço especial de aprovação de plantas, onde, intransigentemente, procurava impedir a construção de prédios que destoassem do conjunto.

Não sei se fiz bem ou mal, mas, certamente, não me arrependo. Não sei se acertei ou errei, mas, certamente, não me arrependo. Não sei se acertei ou errei, mas, certamente, não me arrependo. Não sei se acertei ou errei, mas, certamente, não me arrependo.

Não sei se acertei ou errei



Revista nº43, página 8

> as de habitação coletiva, e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nêsse ponto com o espírito do Plano Pilôto, criando problemas impossíveis de resolver na prancheta, mesmo apelando - como alguns mais ingênuos sugerem - para uma arquitetura social que a nada conduz sem urna base socialista. E compreendíamos que a única solução que nos restava era continuar apoiando os movimentos progressistas que visam a um mundo melhor e mais feliz (Revista brasília, nº43, p.6, julho de 1960).

Poucas são às vezes em que se afirma o retrato da população de Brasília, que ela seria uma cidade administrativa era claro, que serviria aos funcionários do Estado, porém poucas vezes se delimita esse perfil. É na seção "Arquitetura e Urbanismo" da revista nº17, de maio de 1958, em que alguns aspectos do planejamento da cidade são explorados, explanando sobre o abastecimento de água, sob o título de "Doméstico e comercial" que é estabelecida a descrição dessa população. Não havia, não houve, planejamento para atender os operários dentro da cidade que construíam, o intuito era que partiriam após a conclusão, deixando a cidade recém-inaugurada para o usufruto da população para quem havia sido planejada.

> Uma estimativa razoável do conjunto doméstico seria de 130 a 200 litros "per capita" diários, com um valor mais provável de 150 litros. Isso admitindo-se que pràticamente todos os habitantes serão servidos diretamente

> pelo departamento de águas, que a maioria será constituída de funcionários públicos e suas famílias mais uma população auxiliar necessária para mantê-las (Revista brasília, nº17, p.17, maio de 1958).

Funcionários públicos e suas famílias e população auxiliar necessária para mantê-las. A cidade era planejada para atender majoritária a apenas uma classe, infelizmente não encontrei dados sobre sua formação racial, mas podemos confortavelmente inferir pelas fotografias e pelo cenário atual que maior parte, substancial, desse grupo de funcionários públicos eram brancos. Brasília, construída para atender a essa classe, atender ao Estado, havia sido uma cidade construída, também, para uma parcela específica da população. Para atender aos que haviam ido construí-la nada havia sido planejado, eldorado do colonizador, a cidade, além de importante no seu projeto de colonização do território nacional, era, também, rota de fuga do Rio de Janeiro, cidade demasiadamente tumultuosa para abrigar o corpo administrativo do Estado.

Para estes funcionários, muitos foram os privilégios concedidos a fim de que fossem convencidos a se mudarem para nova capital, estes eram, aparentemente, direitos que os colocavam em uma situação de enorme benefício em relação ao resto da população de Brasília. A primeira menção à questão da transferência dos funcionários públicos aparece no "Noticiário" da revista de agosto de 1957, nº8, página 17, sob o título de "Funcionários Públicos para Brasília" trazia alguns esclarecimentos do diretor da Dasp, Departamento Administrativo do Serviço Público, sobre os funcionários que se voluntariaram para serem transferidos para a nova capital.

Responsável pela construção de suas moradias estariam os institutos de previdência e a Caixa Econômica, que ergueriam os "apartamentos dos congressistas e funcionários públicos, e a Fundação da Casa Popular os núcleos residenciais dos operários" (Revista brasília, nº8, p.17, agosto de 1957). Estas casas foram ocupadas majoritariamente pelos funcionários da Novacap, não há registro na revista de que foram ocupadas pelos candangos. Sobre a questão habitacional ao longo das revistas estava constantemente sendo afirmado de que para os funcionários públicos as habitações estariam concluídas a tempo para a inauguração e de que a qualidade destas atestava o arrojo do empreendimento.

Sobre as facilidades concedidas pelos direitos dos funcionários da administração, a primeira menção é na revista do mês seguinte, setembro de 1957, nº9. Este período inicial da construção parece ter sido permeado de incertezas sobre o projeto, embora este até o seu final tenha tido constante defesa contra as críticas ao longo das revistas, que tinha a deseja do empreendimento como um dos seus maiores objetivos, nos primeiros anos da construção muito era dedicado a explicar o projeto que estava sendo levado a cabo.

Dentro desse contexto, sob o título de "Esclarecimentos sôbre a mudança da capital", ilustrado por uma foto de Israel apontando apara algo em uma parede enquanto JK e mais dois homens brancos observam atentos, seguem alguns trechos de esclarecimentos dados por JK e pelo então presidente da Novacap. Não há men-

ção a qual órgão da imprensa estes foram dados, o de Israel se dedica a responder as críticas feitas em entrevista do senador Orthon Mäder. Sob o título de "Funcionários" trazem informes dados por Juscelino, desmentindo, também, notícias que jornais haviam divulgado sobre funcionários sendo demitidos por não quererem ser transferidos para Brasília, estes iriam voluntariamente apenas.

> Noutra entrevista à reportagem credenciada no Catete, o presidente da República informou que cêrca de 35 mil servidores, entre civis e militares, serão lotados em Brasília, quando da instalação oficial da nova sede do govêrno. [...] Esclareceu ainda o sr. Guilherme Aragão que no total de 35 mil Funcionários que irão para Brasília não estão incluídos os militares. De acôrdo com o Estatuto dos Funcionários Públicos, o govêrno arcará com tôdas as despesas da transferência dos servidores. Além da ajuda de custo e despesas de viagem, pagará em dôbro, no início da mudança, as diárias dos servidores (Revista brasília, nº9, p.12, setembro de 1957).

Além dessas facilidades, direitos seus, os servidores também tinham prioridade no financiamento pela Caixa Econômica Federal, facilidades na compra de terrenos junto ao lago (Revista brasília, nº28, p.6, abril de 1959)e suas mudanças custeadas pelo governo (Revista brasília, nº30, p.20, junho de 1959). Junto à cidade que estava sendo planejada, principalmente, para eles, também, teria que, por todos os meios possíveis, facilitar sua transferência. Estes foram sendo enviados antes mesmo da inauguração, até dezembro de 1959, 3868 funcionários já haviam sido lotados em Brasília (Revista brasília, nº23, p.20, novembro de 1958). Ainda, em depoimento dado por Ernesto Silva, um dos diretores da Novacap, à Comissão de Mudança da Capital, na Câmara dos Deputados, registrado sob o título de "Depoimento" no "Noticiário" da revista de agosto de 1959, nº32, é registrada a preocupação em bem servir esta população de funcionários da administração pública. Novamente, a cidade estava sendo, entre outros motivos, construída para eles.

> [...] Declarou que todos os planos da Novacap prevêem obras e providências levando em conta tôda a população que tiver que se transferir para Brasília em abril do ano vindouro, entre funcionários públicos, famílias dos deputados e senadores e pessoal dos tribunais. Por fim, garantiu que o número de vagas nas escolas para a população transferida será superior às necessidades (Revista brasília, nº32, p.16, agosto de 1959).

Mais uma vez, essa classe urbana que era transferida para Brasília, formada de técnicos, intelectuais, enfim, funcionários públicos, era uma classe formada majoritariamente por pessoas brancas. Em 1960, no Rio de Janeiro,os brancos eram 67% dos seres que possuíam curso secundário completo, assim como 71% dos que exerciam funções "não-manuais" mesmo sendo 25% da população ativa (SOUZA, 1971). Embora estes dados sejam da antiga capital, e os funcionários transferidos tenham sido de todas as unidades da federação, como, também, não sejam diretamente referentes ao funcionarismo público, dão uma pequena visão do panorama de quem ocupava os cargos de maior qualificação técnica. Além de levar a cabo o projeto de colonização do território, iniciado nas invasões portuguesas, o Esta-

do, também, criava ambiente privilegiado para uma população predominantemente branca.

Em 1959 foi realizado um Censo Experimental. Na revista 34 de outubro de 1959, página 19, sob o título de "Predominam os católicos" foram divulgados os dados sobre a religião dos residentes de Brasília naquele momento. Na revista seguinte, de novembro de 1959, na página 16, intitulado "Instrução" os dados sobre a taxa de escolarização de Brasília, 49,2%, e na revista número 37, de janeiro de 1960, na página 18, sob o título "Censo Experimental" há pouco mais sobre o estudo focando no crescimento da população. Que aumentou de 6mil em 1956 para 65mil em 1959. Essas são as vezes em que algum dos dados desse estudo, que "reúne tabelas de divulgação, gráficos, quadros, e uma apreciação analítica da situação demográfica do território o são divulgados" (Revista brasília, nº37 p.18, janeiro de 1960).

O documento disponível na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não possui nenhuma dessas tabelas ou gráficos mencionados na revista *brasília*, talvez não seja o mesmo, porém, o divulgado pelo Instituto, em uma diagramação sóbria e elegante, é repleto de fotografias da capital em construção, com grande quantidade de fotos do cotidiano de suas gentes. Muito rico. Em sua página 22, sobre uma foto que mostra três mulheres, provavelmente mães, com três crianças de colo, todas regulando idade, entre 1 e 2 anos, a da esquerda é uma mulher negra, a do centro, amarela, e da esquerda branca, todas olham para a criancinha bem loira e branca que repousa sobre seu colo com a mão direita sobre o peito, um pequeno texto sem números muito exatos fala sobre a composição racial da população brasiliense em 1959.

> Mais da metade da população de Brasília era constituída por pessoas de cor branca. Os pardos contribuíam com cerca de têrça parte da população, e os pretos com menos de 10%. As pessoas de raça amarela formavam minoria de menos de 1% (COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, 1959).

Sem divulgar dados exatos sobre a população branca, o censo divulgava uma capital majoritariamente branca, um tanto diferente da impressão que dão as fotografias nele divulgadas. Assumir a identidade branca, mesmo que não branco dentro dos padrões dos branco-brancos europeus, coloca o ser em uma situação de vantagem, mesmo que simbólica, sobre os demais não brancos que não podem passar por brancos, uma vez que a sociedade foi construída sobre estruturas racistas onde ser branco representa estar em superioridade. Finalmente, Brasília era o retrato de uma nação que, além de terminar o trabalho iniciado pelo invasor português, expandia-se em progresso. Tomando posse de si, alastrava os modos de existência impostos pela civilização brasileira, esta que havia sido, ou estava sendo, construída sobre padrões que, apesar de afirmarem uma negação e busca de autonomia em relação à Europa, continuavam replicando uma lógica que de lá era reverberada.

Se a identidade branca fala de um lugar de privilégio simbólico e material, no Brasil, a construção de Brasília foi importante na afirmação de um lugar de maior vantagem para esta. Além de ser criada como uma cidade para a máquina do Es-



Revista nº43, página 10

tado, este que era e é predominantemente formado por brancos, e herdeiro dos brancos invasores, também, serviu para a expansão do poder, que havia aportado aqui em 1500, por todo o território nacional. Mais que um desejo de afirmação de uma identidade brasileira, no sentido de comprovar qualquer qualidade do povo, a capital representou a expansão do modo de subjetivação vinculado à conquista colonial, impondo uma possibilidade de existência única, sobre as diferentes formas que a vida se configura.

Brasília é, pelas palavras dos homens responsáveis pela sua construção, a conquista final e realização da colonização do território chamado nacional. Imagem criada para representar a nação espelhou a imagem de sua elite, que buscava, dentro de uma aura de pureza, de perfeição, negar tudo que tivesse o potencial de macular o modelo idealizado, o que justificou criar uma ilusão sobre uma realidade que ia de encontro ao idealizado. Sobre tudo que estivesse fora da civilização era projetado o que por ela era negativado, justificando toda ação de incorporação e aniquilação daquilo que ia contra os padrões por ela criados. Esse movimento reverbera o interno, do narcisismo da branquitude, que nessas bandas sempre, desde sua chegada aqui, tenta se impor como modelo de superioridade pelo qual o mundo deve ser nivelado, justificando sua dominação sobre os que por ela foram criados como outro e como inferiores a condição de superioridade inventada.

Apesar de uma suposta atmosfera de benevolência e bondade, de harmonia criada pela imagem de uma democracia racial no Brasil e de uma vinculação ao desejo do deus católico, esse movimento que se quer fazer bem intencionado se faz sobre a morte. Sobre o aniquilamento da diferença e a imposição de sua crença. Apaga a vida por impor a ela caminho único, Brasília não foi apenas essa imposição, mas também a possibilidade dela se fazer como maior força sobre todo território brasileiro. Sob uma aura de elevação se escondiam os interesses de dominação, de conquista e colonização final da nação. Possibilitando ao colonizador, e a todos os seus herdeiros, sua afirmação sobre o tudo que escapasse o seu mundo. Fazendo-se crer como norma, foi aprofundando seus privilégios nessa realidade que criava e impunha sobre a Terra. Sobre esta terra e seus povos.



Revista nº40, página 41

até onde foi o caminho: algumas considerações finais

O caminho de cura e, consequente, transformação é um caminho, também, de compreensão e de responsabilização pelo o que de equívoco se cometeu, e que, por não terem sido acolhidos e corrigidos, continuam se repetindo nas voltas do tempo. “A rememoração atenta nos permite reunir outra vez os pedaços e os cacos de nosso coração. É assim que a cura começa” (HOOKS, 2021, p.177). Um exercício de olhar para o passado, na busca da origem do que no presente ainda causa dor, é a busca pelo entendimento do que no Amor ainda não foi acolhido. Esse longe de ser uma construção infantil e romântica que caracteriza o amor, esse com letra minúscula, pequeno no desejo individual, mas que assume na totalidade, a luz e a sombra. O Amor que é a totalidade.

O processo de negação do que se acredita sombrio é um processo que desvitaliza, que coloca na ilusão de si quem assim pretende operar, ou que ainda não criou a consciência se mutila ao fazer. Este processo, também, de busca e compreensão do que reprimido insiste em se mostrar para que integrado deixe de machucar. É um processo de responsabilidade em relação ao que se foi e ao que se é. E assim dar força para a transformação, movimento contínuo da vida.

> Abordar o que nos feriu não é culpar os outros; contudo, isso permite que os indivíduos que foram e estão sendo machucados insistam no reconhecimento e na responsabilidade vindos de si próprios e dos que foram os agentes de seu sofrimento, assim como dos que o testemunharam. A confrontação construtiva ajuda em nossa cura (Ibidem, p.193).

Abordar o que continua, incessantemente, a ferir a vida, a aniquilá-la, a impor caminhos únicos para o que é pura potência de criação, é tarefa, mesmo que dolorosa, que desconfortável, fundamental para a construção de realidades que

sejam férteis. Construídas sobre a abundância que permite a vida ser em toda sua potência e não sobre a escassez que limita na negação.

> Como país, precisamos reunir nossa coragem coletiva e encarar que o desamor em nossa sociedade é uma ferida. Ao nos permitirmos reconhecer a dor dessa ferida quando ela perfura nossa carne e sentir nas profundezas de nossa alma uma angústia profunda do espírito, passamos a ficar frente a frente com a possibilidade de conversão, de termos uma transformação em nosso coração. Desse modo, o reconhecimento da ferida é uma bênção, porque somos capazes de cuidar dela, de cuidar da alma de formas que nos deixam prontos para receber o amor que nos é prometido (Ibidem, p. 194).

Embora o contexto que a autora se refere seja outro, para aqui também cabe. O Brasil foi uma nação construída sobre a negação dos processos de violência que a constituíram, a fim de criar uma imagem ilusória para algo que estava externo a ela, esses processos, por não terem sido reconhecidos, encarados de frente, continuam se repetindo e mantendo, com pouca diferença, as primeiras estruturas de poder e de dominação. Independentemente de qualquer esforço de se criar narrativas que tentassem apaziguar a realidade, nenhuma delas pode ser maior do que a vida, que, pelas fissuras desses discursos bem polidos, mostra a verdade do que os sustenta. Olhar para as crenças que dão fundamento para essas ideias sobre si é reconhecer o que ainda gera as feridas, é o trabalho quase que silencioso e invisível de transformação das consciências. Que nunca acabado, nunca fechado, permite que se expanda em direções desconhecidas, embora profundamente reconhecidas.

Essa realidade que experienciamos coletivamente, nas suas diversas formas

singulares de apreensão, nasce de um processo de negação e de projeção. Não universalizo a construção da subjetividade branca como uma experiência total, porque nem mesmo para a própria branquitude ela pode ser, mas a construção desse coletivo nação, como reflexo dos interiores dos homens que por ela foram responsáveis, espelha esse movimento de não aceitação de uma totalidade, humana. Negação do que se compreende como sombra, projeção no outro e anulação deste para o controle de si. É uma roda que gira esmagando o mundo até que nada mais se negue e tudo, enfim, possa ser.

Essa construção sobre si, embora negue o outro diferente, o outro que recebe a diferença de si que não se quer ser considerada, é feita a partir e para um outro outro, este do qual se busca aceitação. É um movimento de total exterioridade, de incompreensão da própria singularidade. Seja a aceitação de outros homens, outras civilizações ou da divindade apartada de si, é no fora que se busca a afirmação do dentro. E o interno que compreende a tudo, até mesmo o negado, vazio fica porque a atenção, a aprovação de si reside nesse outro, irreal.

A história, construção fixa sobre o terreno movediço do passado, em constante reorganização, cristalizou essa ilusão da qual estes homens tão fielmente quiseram crer e quiseram fazer acreditar. Ela é uma versão do que na verdade se foi, ou capaz de nem mesmo ter sido, é uma interpretação a partir da realidade que se quis fazer real, mas o passado, no presente, mostra o que nele ainda precisa ser contado, compreendido, reorganizado, para então desorganizar. Olhar os registros de um momento no tempo, sempre com o nível de consciência que se tem disponível no agora, é olhar para o presente no passado, ou o passado no agora. O que foi e que ainda é, para então, deixando de ser, possa outros caminhos tomar. Romper com o ciclo.

Muito da cura vem desse movimento. Acolher a ilusão na sua origem, ou na origem mais próxima e da compreensão das crenças que continuam reafirmando padrões de dor. Essa realidade material que experienciamos nasce primeiro da realidade interna, não que uma esteja separada da outra, mas uma é expressão da outra, o que chamamos de subjetividade estrutura o mundo material que compartilhamos.

O processo de imposição de uma civilização sobre outras, acontece, também, na captura do mundo subjetivo, consolidando nas consciências suas normas, suas regras, a partir não apenas da violência material, mas da dominação do mundo simbólico, do sutil da existência. A arquitetura, em todas as suas escalas, foi, e é, ferramenta de imposição de certa realidade imaterial sobre a matéria que constitui o mundo. Fala sobre uma realidade mais profunda do que a toca a superfície dos olhos, a arquitetura, a forma de ocupar o espaço, fala sobre a base de crenças, sobre o que estrutura o real da sociedade observada (SODRÉ, 1988).

Brasília faz parte desse desejo de conquista da civilização brasileira, conquista de seu próprio território, da expansão não apenas da área incorporada economicamente ao seu sistema, como, também, e por meio disto, da expansão dos modos

de subjetividade tidos como civilizados, em contraposição aos não civilizados, aos dos outros criados. Essa história de continuidade do processo de colonização iniciado nas invasões portuguesas não é contada, por enquanto, sob a aura apaziguada do desenvolvimento positivo, esconde a continuação de um projeto de dominação de um modo de existência sobre a multiplicidade da vida.

Estes modos, os modos do colonizador, de quem clama sua herança e continua seu trabalho, aqui, este processo, esteve profundamente vinculado ao que se chama de raça branca. E estiveram sempre se desenvolvendo a fim de manter para ela uma situação de vantagem sobre a realidade que construía, apesar dos discursos pacificadores, da criação de uma democracia racial, sobre a ideia do homem universal, do tipo brasileiro, as estruturas de poder pouco se modificaram desde 1500. O que se produziu, apesar, da tentativa de negação, foi uma realidade racista em que o branco continua assumindo papeis de "superioridade" e se utilizando desse lugar de privilégio, em relação aos não brancos.

Por isso que para tentativa de compreensão do que trouxe, coletivamente, a todos que participam dessa realidade, e, mais ainda, na tentativa de "rememoração atenta nos permite reunir outra vez os pedaços e os cacos de nosso coração" (Ibidem), de cura da realidade que se sustenta na diferença criada, e na dor propagada, que olhar para o passado nos permite tangenciar a consciência que ainda opera, repetindo os padrões de separação que sustentam esse mundo fruto dos processos de colonização. Na busca, também, e mais importante, de entender a subjetividade do branco colonizador.

A revista *brasília* foi o que possibilitou esta busca, neste trabalho. Ou melhor, onde se buscou. Na verdade o que mostrou o que se buscava, sabendo o que se desejava encontrar, expôs além do que se esperava. Voltada a fim de compreender aspectos das subjetividades brancas que estruturaram esse mundo de privilégio em relação aos seus outros criados, a revista mostrou todo um imaginário, todo um desejo de colonização, que pouco, ou quase nada é recordado quando se olha para a história de Brasília. Descortinou a base de crenças que estruturaram esse desejo, que são fundamento da diferença criada entre os seres e que sustentam uma realidade de privilégios para uma raça pouco, ou quase nada, consciente de sua racialização.

Foi com essas lentes, da busca da compreensão mais profunda sobre uma certa branquitude, que a revista foi vasculhada, mas ela é uma base riquíssima de material sobre a época. Permite mergulhar no seu tempo de tantas formas, que se não fosse uma base material limitada, diria que são infinitas as possibilidades, mas com certeza são múltiplas. Até mesmo sobre o que trouxe aqui não coube tudo, ainda há muito material a ser revirado, a ser trazido a luz. Ainda os "Boletins" contam uma história sobre o que se passava despercebido, ou mesmo, não se desejava mostrar no resto da revista, muitos movimentos de ocultação que merecem ser retirados do desconhecido, trariam mais um novo entendimento sobre a construção da capital. Enfim, é material fértil para quem quiser mergulhar e compreender com maior profundidade Brasília.

O mais importante aqui foi entender a revista como retrato de uma consciência e como ferramenta de construção de uma base para a expansão desta. Apesar de, por causa da sua limitada circulação, ser uma conversa estabelecida entre iguais, por isso mesmo, ela fala do fortalecimento de um ideário, e mais, do fortalecimento da autoestima da elite daquele tempo e da argumentação que buscava a mobilização da energia necessária para a execução da nova capital. Uma conversa de brancos para um público majoritariamente branco, lembrando que ela circulava por embaixadas, bibliotecas e ambientes que ainda na década de 1950 eram predominantemente ocupados pela braquitude, assim como os quadros administrativos do Estado, fala da construção de uma imagem sobre si restrita ao imaginário também restrito.

Apensar de tentar gerar uma ideia generalizante de povo, de desejo de uma nação, embora esteja falando de um lugar de representação de um coletivo heterogêneo, constrói uma imagem homogeneizante a partir de uma perspectiva restrita. Tendo em vista isto, que olhar para a revista, pela revista, foi olhar para o sistema de crenças que estruturavam o lugar de superioridade do branco no Brasil, o mesmo que possibilitou a realização da conquista do território nacional por – sua – civilização.

Vasculhar a revista foi, também, trazer à consciência esse processo de colonização, ou melhor, a continuação dele, e sua importância para a construção da capital, que tinha papel fundamental para a consolidação da posse sobre a terra. Pouco se fala sobre a continuação desse desejo e a realização dele durante o século XX, a colonização do Brasil parece como algo cristalizado em um estágio muito recente da nossa história. Mas é um processo que, pela voz oficial do Estado, pela sua ação com este intuito deliberadamente expresso, estendeu-se ao longo do tempo e teve Brasília como peça fundamental desse projeto.

Até hoje esse processo continua, apesar de não mais se reivindicar como continuação da colonização, conquista como algo a ser realizada, as ações, agora, ainda mais veladas, pois normalizadas, continuam nesse sentido. Na verdade, é como se Brasília tivesse possibilitado essa realização e a partir dela, tendo o sertão sido dominado, o que cabia era agora tomar dele posse. Tomar posse total de si como nas palavras do ‘presidente bossa nova’.

Com Brasília, finalmente a civilização teve acesso ao território para a realização de seu desejo, que apesar de se revestir numa aura quase que de elevação espiritual, sempre teve os baixos desígnios da conquista para a dominação e a incorporação do mundo sob sua perspectiva castradora. Que, além de impor à vida um único caminho de realização e negar a ela esta possibilidade, pois nesta via apenas cabe uma existência ideal que nada condiz com a realidade que é múltipla, busca tomar posse da Terra para que, a partir da transformação da natureza, possa consumi-la.

A revista é imagem da ilusão construída para defender a realização desse desejo, ou melhor, traz as imagens desse desejo. Existiam muitas formas de dividir

esse trabalho, mas como toda materialização há a restrição da forma dada, ela carrega, sempre mais do que me superfície mostra. Aqui o percurso escolhido foi além de uma preferência pessoal pelos trabalhos menos compartimentados em inúmeras subdivisões, infinita fragmentação do tema. Dividir nesses três momentos, apresentados na ordem definida tiveram, também, o desejo meu de descentralizar o homem, apesar de todos serem sobre sua perspectiva da questão, também trazer como esses três aspectos são indissociáveis, se separados são apensas por uma questão analítica, para facilitar o pensamento linear que um trabalho escrito até certo ponto me impôs.

Terra, Espírito – o invisível, o sutil – e Homem. Aspectos sobre os quais a conquista foi realizada. Fundamentada sobre uma visão utilitarista do mundo o que justificava, e ainda justifica, a dominação da terra a fim de levar a cabo a conquista, iniciada em 1500, consciente da necessidade de construir um ambiente sutil que fundamentasse esse processo, a captura do sensível para a manifestação na materialidade desse sonho das elites só foram possíveis, ou só são por causa de uma perspectiva de mundo, a perspectiva do colonizador, a perspectiva, em última instancia, do branco. Por causa de uma forma específica de se relacionar e restringir a realidade.

Este homem que a revista mostra é um específico, um que apaga as diferenças e se impõe como universal. Um que não é preto e tampouco indígena, mas que por e traz dessa ideia de neutralidade esconde sua brancura. Brasília foi objeto narcísico desse homem que em tudo queria se espelhar, e que no que residia sua diferença, apagar. Incorporar a sua civilização, fagocitar dentro de seu mundo tudo, com um discurso benevolente, de bondade, sob sua moral católica.

Os fragmentos da revista serviram como pedras com os quais o caminho da compreensão dessa forma de ser no mundo, de lidar com ele, foram sedimentados aqui. Ela, como aporte de uma maneira de compreender a existência, trouxe a tona a forma com que esses homens lidavam com a existência, interpretavam ela e se moviam para incorporá-la ao seu mundo. A Terra como mero objeto de a ser explorado para suprir as necessidades criadas, o sutil, o Espírito, a ser capturado, enquadrado dentro de um modo “certo” dele ser e o Homem, universal, criado como neutro, mas que branco excluía tudo que dele fosse diferente. Este que construía uma imagem de si e de seu mundo, ilusório, que sob um discurso apaziguador, cheio de falsa harmonia, escondia a violência sobre a qual se construía seu mundo, negando, por exemplo a escravidão que estruturou seu lugar de poder para parecer algo que não se é, porque nega o que foi.

Essa separação reverbera no que é hoje Brasília, um território segregado, com distancias e vazios absurdos separando os seres, um centro esmagadoramente branco, não apenas na cor de sua arquitetura. Essa separação revela os mecanismos que justificaram a dominação e, sustentam a concentração dos privilégios nas mãos brancas. Que justifica o uso da violência para a manutenção dessa realidade, que sobre a negação se sustenta.

O que negamos enxergar deixa de existir? Fazendo essa pergunta me veio a mente a brincadeira de criança pequenina que se esconde atrás das mãos, até por volta dos 7 meses de idade ela realmente acredita que quem se escondeu deixou de existir.

A imaturidade, a infantilidade, que o branco projetou no outro (FANON, 2008), no que ele quis fazer de inferior, é a sua própria. A sua própria dificuldade em lidar com a realidade da forma que ela é, porque este movimento teria que levá-lo a lidar com a sua própria realidade interior. Quando tudo é o outro, tudo é exterioridade, a auto responsabilidade sobre si não é chamada a cena, juiz e vítima da realidade que ele mesmo cria, e que estão fora dela. O branco tende a ser um desconhecido de si, projetando tudo no mundo exterior, vive uma ilusão e impõe a sua a realidade dos outros. Aparta-se de si por negar a sua totalidade. Cria cidades que refletem essa mesma realidade interior.

O que esta fora é um reflexo do que está dentro. O que está fora habita dentro. Não tem separação. Como também não existe união que ignore a singularidade de cada parte, a união na multiplicidade de diferenças, mesmo que dentro de um mesmo ser. Compreender a branquitude, ou melhor, as branquitudes, é compreender o mundo da minoria que se colocou no poder e que se impõe como único a uma maioria múltipla e que assim fazendo gera morte e desencantamento (RUFINO et SIMAS, 2019).

Para entendê-la hoje, entender as crenças que a estruturam, revirar o passado se faz como um caminho de busca para essa compreensão. Refazer o caminho que trouxe até a aqui para que tendo sido modificado, trazendo maior compreensão do agora, visto sob outra luz o que era sombra possa ser integrado e o futuro, pelo presente modificado, possa ser outro além do apocalipse por esses homens anunciado. É tomar responsabilidade pelo agora e o depois que se constrói pela compreensão das crenças que no passado trouxeram até aqui. É buscar quebrar os ciclos e não mão construir uma realidade de dor sobre ilusões que se arrastam no tempo.

O Amor, a cura desejada que ele traz, é alcançada, também, pelo confrontamento do desamor de forma realista e honesta (HOOKS, 2021). De forma sincera, e que apesar e pela dor que esse processo traz ir com paciência permitindo que transmutada a ferida, a vida possa seguir com liberdade. Para isso, que desfaçam as limitações impostas pelo passado se requer responsabilidade para agir no agora em direção a um futuro que não repita mais os padrões de escassez e dor que sustentam a diferença e a separação. Para isso é preciso conhecer esses padrões.

A mudança começa silenciosa e de dentro para fora vai se estabelecendo no agora. Permitindo que a vida seja, só seja o que ela tiver de ser, sem imposição, sem restrição, correndo em direção a si mesma.

referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel A. de. Discurso Biocêntrico: O sagrado na Pós-modernidade. Dossiê Religião Revista Aulas. n.4. 2007.

BARRETO JUNIOR, Jurandir Antonio Sá. O Poder Judiciário brasileiro e os mitos da neutralidade judicial e da democracia racial. Revista Direitos Fundamentais e Alteridade, Salvador, V. 3, n. 2, p. 295 a 311, jul - dez, 2019.

BÉU, Edson Luiz. Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades. 139 p.Il. Dissertação (Mestrado) – Instituo de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BEÚ, Edson. Os filhos dos Candangos. Brasília sob o olhar da periferia. Brasília: Editora UnB, 2013.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Bento M. A. , Carone I. , organizadores. Psicologia social do racismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 2007. p. 25-55.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no planalto central: eco história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Brasília DF: Solo, 1994.

BICCA, Paulo Renato Silveira. Brasília: mitos e realidades. In: BICCA, Paulo; PAVIANI, Aldo. Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo, SP: Projeto Editores Associados, Brasília, DF: CNPq, 1985. p. 101-134.

CAMINHA, Pêro Vaz de. Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Lisboa. Parque EXPO 98, S.A., 1997.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo A revista brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962). Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), (11), p. 43-57, 2010. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i11p43-57.

CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: Muller, Tânia M. P., CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 175-194.

CARDOSO FILHO, Carlos Antônio. A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. In Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 2, p. 242-251, maio-ago, 2016.

CARLONI, Karla. O Ministério da Guerra no Governo JK: instabilidade e polarização política. . In: _____ SCHITTINO, Renata Torres e CORDEIRO, Janaina Martins (Orgs.). Caminhos da História Política – os 20 anos de NEC/UFF. Niterói – RJ: PPG História – UFF, 2016. 397 p.

CARONE, Iary e BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). Psicologia social do racismo. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

CASADEI, Gabriela Matos de Lima. Instagramismo e a produção socioespacial: os imaginários das redes sociais e o Reinado de Itaúna. Orientador: Frederico Canuto. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2020.

CHAUI, Marilena. Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. Censo Experimental de Brasília. Rio de Janeiro, 1959.

COLI, Jorge. “Primeira Missa” e invenção da descoberta. In: NOVAIS, Adauto (Org.) A descoberta do homem e do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 107- 121.

COUTO, Bruno Gontyjo do. Ideologia e utopia de Brasília : disputas em torno do projeto de Brasil moderno. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA, Mariana Baldoino da. A formação da alma e das identidades do Homem Amazônico. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

COSTA, Mariana Baldoino da. Personagens e identidades em A Paixão de Ajuricaba, de Márcio Souza. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

DEDECCA, Paula Gorenstein. Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas 16 especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Fauusp, 2012.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. Revista Estudos Avançados [online], v. 33, n. 97, pp. 235-252, 2019. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.013

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 23, p. 21, 6 jun, 2018.

EIRA, Henrique Burnett Aboud Souza de. RISCO/FORMA/LETRA: Discursos gráficos sobre Brasília. Dissertação (Mestrado em Design) Universidade de Brasília, 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HOLANDA, Frederico. Brasília: da Carta de Atenas à cidade de muros. In V Seminário Nacional Docomomo Brasil. São Carlos, EESC USP, 2003.

HOLANDA, Frederico. O espaço da exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLSTON, James. A Cidade Modernista:uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo. Editora Elefante, 2021.

KANEYASU, Brenno Kenji. A dupla face da tradição humanista: o homem como a medida de todas as coisas.Disputatio. Philosophical Research Bulletin. 8, 10 (sep. 2019), 95-102, 2019. https://doi.org/10.5281/10.5281/zenodo.3572658.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton.O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Heloisa Espada Rodrigues. Monumentalidade e sombra: a representação do centro cívico de Brasília por Marcel Gautherot, 2011. Tese (Doutorado em Teoria, Ensino e Aprendizagem) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.27.2011.tde-26112011-132916.

LISSOVSKY, Mauricio - A Fotografia e a Pequena História de Walter Benjamin Orientador: Márcio Tavares d'Amaral, Rio de Janeiro, UFRJ/Escola de Comunicação, 1995, 128 f.

LOMBARDI, Kátia. Documentário imaginário: novas potencialidades da fotografia documental contemporânea. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2007.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana para Descolonizar Olhares: Perspectivas para o Ensino das Relações Étnico-Raciais. # Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: http://seer.canoas. ifrs. edu.br/seer/ index.php/tear/article/view/197.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana e Currículo: Aproximações. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, Brasília. Vol. 0, n. 18, maio de 2012. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/ index.php/resafe/article/view/7027/55

MAINKA, Peter Johann. A serviço da Igreja e da Coroa – missionação, domesticação e colonização: os franciscanos e os gentios (1585-1619).Teoria E Prática Da Educação, 20(1), 05-22. 2018. https://doi.org/10.4025/tpe.v20i1.44905.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade. Belo Horizonte: Nandyala, 2007

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.Petrópolis: Vozes, 1999.

MÜLLER, Tânia M. P. e CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre o branco no Brasil. Curitiba ; Ed. Appris, 2017.

NERES, Manoel Barbosa. Educação Quilombola em Mesquita:estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito. 2015, 150f, Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015

NERES, Manoel Barbosa. Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência. Brasília, DF: Gráfica Conquista, 2016.

OLIVEIRA, Márcio de. O uso da noção de mito em sociologia: analisando os discursos sobre Brasília. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 36, n. 1/2, p. 105-116, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo de. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo de. Ancestralidade na Encruzilhada. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007a.

OLIVEIRA, Eduardo de. Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PAIVA, José Maria de. O papel da catequese dos índios no processo de colonização – 1549- 1600. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Dr. Casemiro dos Reis Filho. Campinas, 1978.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

REZENDE, Maria José de. Sílvio Romero, Euclydes da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico. Cadernos CERU, 14, 257-280, 2003. https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v14i0p257-280

RONILK, Suely. Subjetividade Antropofágica / Anthropophagic Subjectivity. In: HERKENHOFF, Paulo e PEDROSA, Adriano (Edit.). Arte Contemporânea Brasileira: Um e/entre Outro/s, XXIVa Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998.

ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. RUA, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 49-61, jun. 2005. ISSN 2179-9911.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2006.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Invenção do Brasil: um problema nacional?. Revista de História, nº 118, São Paulo, USP, 1985, p. 3-12.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília. INCTI, UnB, 2015.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Huci-| 93 | tec, São Paulo, 1999.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia; 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio In: _____ SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (org). Violência e Sociedade : o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

SWAIN, Tania Navarro. "Identidade nômade: heterotopias de mim". In: RAGO, Margareth et al. Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 325-341.

SILVA, Sandro Duarte e. A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do "destino bandeirante" na expansão desenvolvimentista.T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB., 17(1), 85–106, 2010. Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28054

SILVA, Andreza Lisboa da. Brasília e o mito da terra prometida: a ênfase do discurso mitológico através do cinejornal.Revista Extraprensa, 9(2), 71-86, 2016. https://doi.org/10.11606/extraprensa2016.98828

SILVA, Priscila Elisabete da. Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900 -1940). 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2016.tde-01072016-104831. Acesso em: 2021-06-17.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no mato: as ciências encantadas das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Flecha no tempo. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis, Vozes, 1988.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Rio de Janeiro, Vozes, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos. SP: Odysseus, 2003.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de.O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília, 2015. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>. Acesso em: 01 abril de 2021.

SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. Revista de Administração de Empresas, v.11, n., pp. 61-70, 1971. https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000400006.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, (org.) 2004, p. 363-386.

ULBRICH, Cleúdio César Foltran; NIWA, Lorena Illipronte; TRESKA, Luana de Oliveira Correa; IACOMINI, Luca Lima; FRIZZO, Matheus Kochani. A “ameaça comunista” no Brasil e a teoria de Michel Schooyans para a reação dos católicos do começo dos anos 1960. Cadernos de Clio, Curitiba, v.10, n º1, 2019.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

VIDESOTT, Luisa. Os Candangos. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), (7), 21-38, 2008. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i7p21-38

VIDESOTT, Luisa. Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história (Catálogo USP) / Luisa Videsott. Unidade da USP, Escola de Engenharia

de São Carlos. Tese de doutorado. Área do Conhecimento: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo Data de Defesa: 2009-12-08. Orientador: Andrade, Carlos Roberto Monteiro de Imprenta, São Carlos, 2009.

VIEIRA, Tamara Rangel.No coração do Brasil, uma capital saudável: a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2009, v. 16, suppl 1 [Acessado 17 Junho 2021] , pp. 289-312. https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500014.
WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

anexo 01

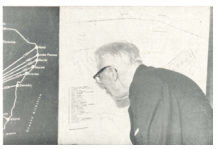
Nas próximas páginas seguem o mosaico de fotografias dos brancos, apresentado entre as páginas 217 e 220 deste trabalho, e, após, sua divisão entre as revistas que as fotos aparecem. Todas elas estão organizadas por revista, bem como indicadas em que página das publicações se encontram.


AVENIDA MONUMENTAL
PP-LEL
PP-SQC


Brasil



















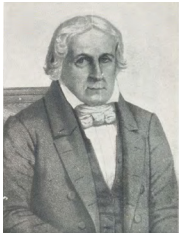


















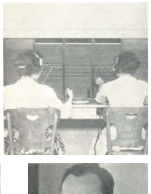




























Brasi

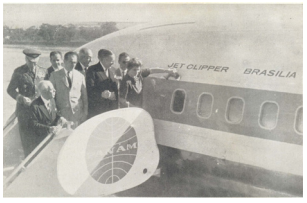




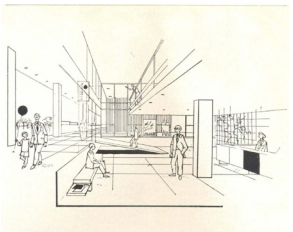








JET CLIPPER
BRASILIA

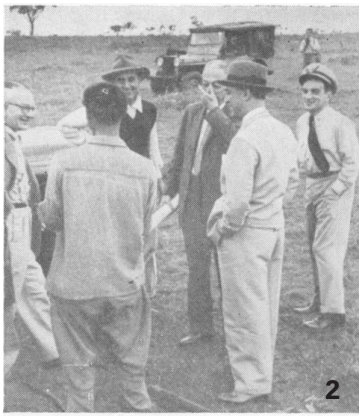






Revista nº1, janeiro de 1957





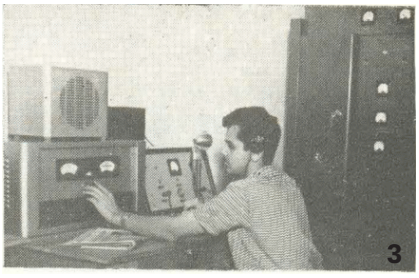
1. Página 2
2. Página 4

Revista nº2, fevereiro de 1957









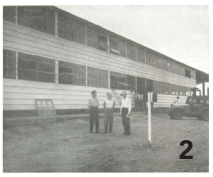




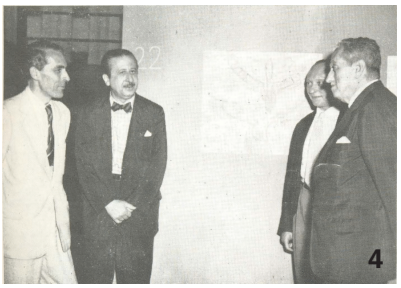
1. Página 2
2. Página 2
3. Página 3
4. Página 3
5. Página 9
6. Página 10

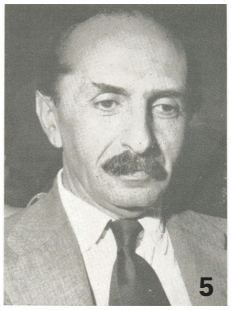
Revista nº3, março de 1957













1. Página 2
2. Página 4
3. Página 7
4. Página 9
5. Página 10
6. Página 13

Revista nº4, abril de 1957







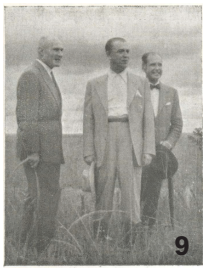




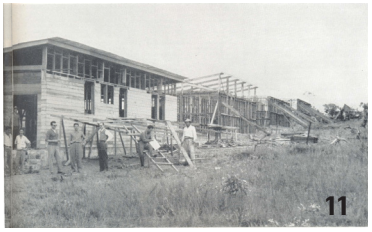












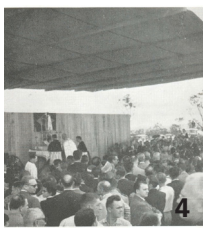
1. Página 1
2. Página 2
3. Página 3
4. Página 5
5. Página 4
6. Página 4
7. Página 4
8. Página 7
9. Página 2
10. Páginas 4 e 5
11. Página 7

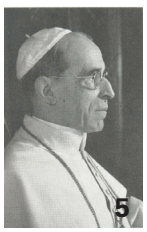
Revista nº5, maio de 1957


1


2


3


4


5


6


7


8


9


10


11


12

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 7
4. Página 11
5. Página 12
6. Página 3
7. Página 7
8. Página 12
9. Página 14
10. Página 14
11. Página 14
12. Página 17

Revista nº6, junho de 1957


1


2


3

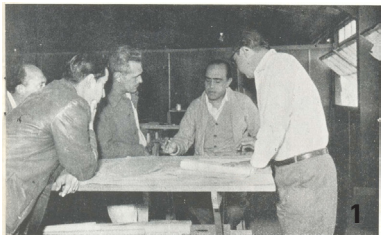

4


5


6

1. Página 2
2. Página 4
3. Página 15
4. Página 5
5. Página 5
6. Página 18

Revista nº7, julho de 1957







1. Página 3
2. Página 12
3. Página 3

Revista nº8, agosto de 1957











1. Página 14
2. Página 15
3. Página 16
4. Página 17
5. Página 18

Revista nº9, setembro de 1957





1. Página 12
2. Página 17

Revista nº10, outubro de 1957


1


2


3



4


5



7


6

1. Página 4
2. Página 9
3. Página 10
4. Página 11
5. Página 18
6. Página 24
7. Página 19

Revista nº11, novembro de 1957



1

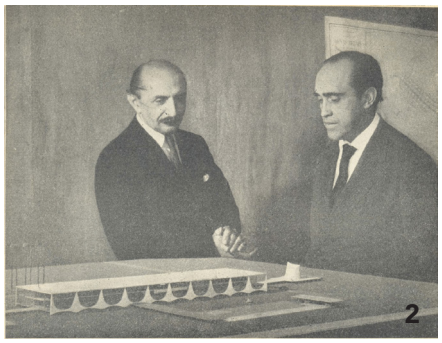

2

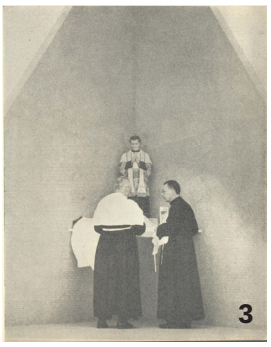

3

1. Página 18
2. Página 21
3. Página 21

Revista nº12, dezembro de 1957


1


2


3


4


5

1. Página 14
2. Página 15
3. Página 16
4. Página 18
5. Página 21

Revista nº13, janeiro de 1958


1


2


3


4


5


6


7


8

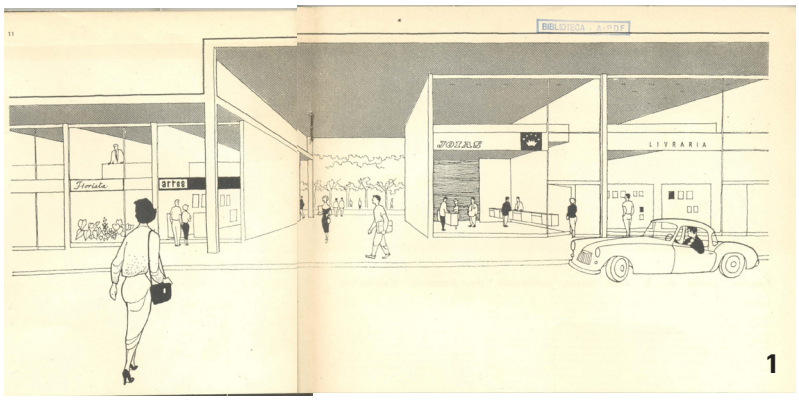
1. Página 3
2. Página 4
3. Página 5
4. Página 11
5. Página 14
6. Página 18
7. Página 19
8. Página 14

Revista nº14, fevereiro de 1958



Página 21

Revista nº15, março de 1958

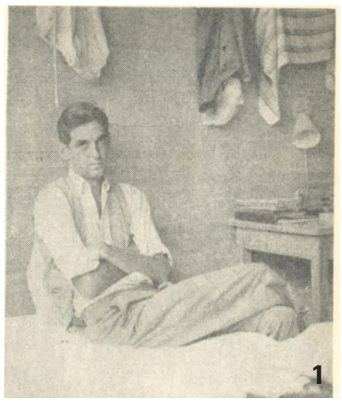






1. Páginas 13 e 14
2. Página 21
3. Página 22

Revista nº16, abril de 1958











1. Página 8
2. Página 15
3. Página 16
4. Página 15
5. Página 16

Revista nº17, maio de 1958





1. Página 2
2. Página 21

Revista nº18, junho de 1958


1


2


3


4


5

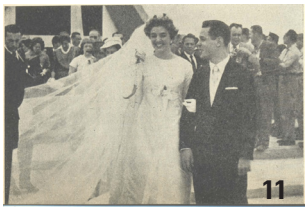

6


7


8


9


10


11


12


13


14


15


16

1. Página 3
2. Página 3
3. Página 4
4. Página 6
5. Página 10
6. Página 11
7. Página 11
8. Página 16
9. Página 17
10. Página 18
11. Página 18
12. Página 19
13. Página 22
14. Página 22
15. Página 19
16. Página 24
17. Página 23


17

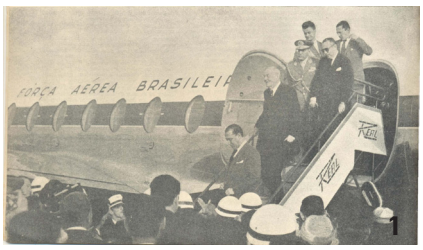
Revista nº19, julho de 1958


1


2

1. Página 8
2. Página 21

Revista nº20, agosto de 1958



1

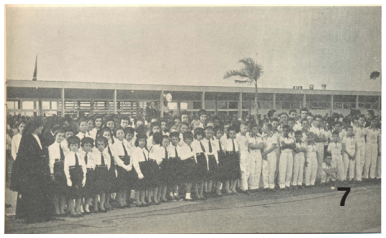

2


3


4


5


6


7


8


9

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 4
4. Página 5
5. Página 6
6. Página 15
7. Página 17
8. Página 19
9. Página 20

Revista nº21, setembro de 1958


1


2


3


4

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 17
4. Página 3

Revista nº23, novembro de 1958





1. Página 19
2. Página 20

Revista nº24, dezembro de 1958



Página 14

Revista nº25, janeiro de 1959







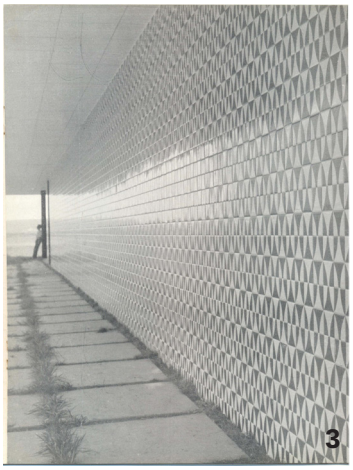


1. Página 2
2. Página 4
3. Página 8
4. Página 5

Revista nº26, fevereiro de 1959


1


2


3


4


5

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 11
4. Página 9
5. Página 16

Revista nº28, abril de 1959


1


2


3

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 3

Revista nº30, junho de 1959





1. Página 2
2. Página 18

Revista nº32, agosto de 1959









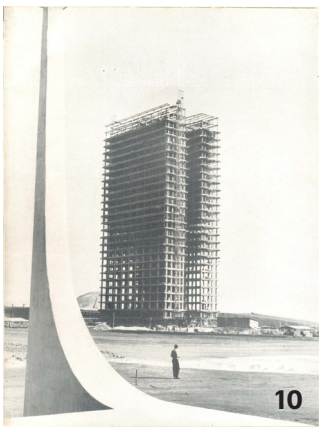








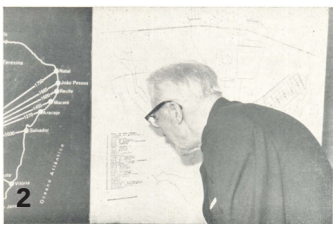




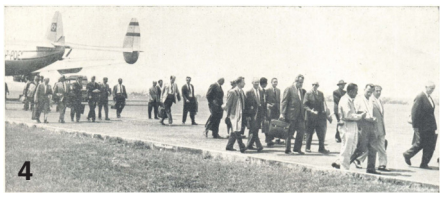
1. Página 2
2. Página 2
3. Página 14
4. Página 14
5. Página 15
6. Página 15
7. Página 15
8. Página 17
9. Página 17
10. Página 25

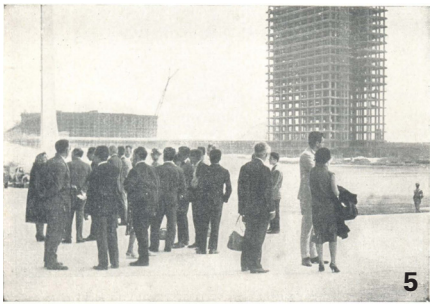
Revista nº33, setembro de 1959


1


2


3

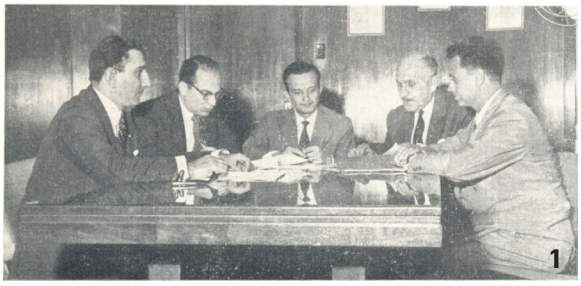

4


5


6

1. Página 2
2. Página 3
3. Página 7
4. Página 2
5. Página 6
6. Página 21

Revista nº34, outubro de 1959


1


2


3

1. Página 16
2. Página 17
3. Página 17

Revista nº35, novembro de 1959



Página 19

Revista nº37, janeiro de 1960













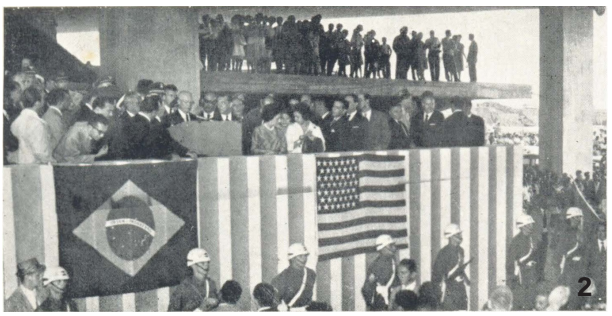




1. Página 2
2. Página 3
3. Página 3
4. Página 5
5. Página 4
6. Página 4
7. Página 5
8. Página 18

Revista nº38, fevereiro de 1960









1. Página 2
2. Página 3
3. Página 5
4. Página 4

Revista nº40, abril de 1960

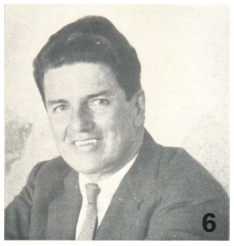

1


2


3


4


5


6


7


8


9

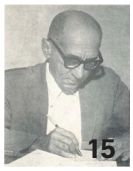

10


11


12


13


14


15


16


17


18


19


20


21


22


23


24


25


28


29


30


31


26


27


32


33


34


35


36


37


38


39


40


41

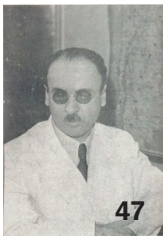

42


43


44


45


46


47

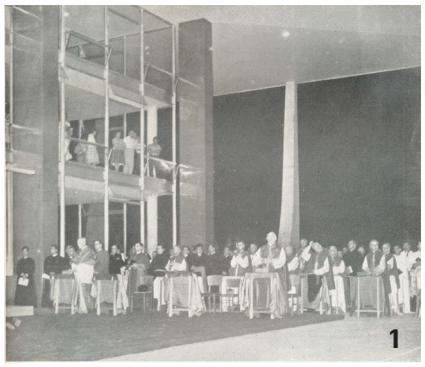

48


49

Revista nº40, abril de 1960

1. Página 5
2. Página 6
3. Página 7
4. Página 8
5. Página 9
6. Página 10
7. Página 11
8. Página 12
9. Página 13
10. Página 14
11. Página 14
12. Página 15
13. Página 15
14. Página 15
15. Página 15
16. Página 31
17. Página 32
18. Página 33
19. Página 34
20. Página 35
21. Página 41
22. Página 42
23. Página 44
24. Página 46
25. Página 37
26. Página 47
27. Página 66
28. Página 47
29. Página 47
30. Página 51
31. Página 51
32. Página 87
33. Página 90
34. Página 83
35. Página 84
36. Página 85
37. Página 86
38. Página 89
39. Página 98
40. Página 91
41. Página 91
42. Página 91
43. Página 93
44. Página 99
45. Página 108
46. Página 108
47. Página 108
48. Página 91
49. Página 100

Revista nº41, maio de 1960


1


2


3


4


6


7


5


9

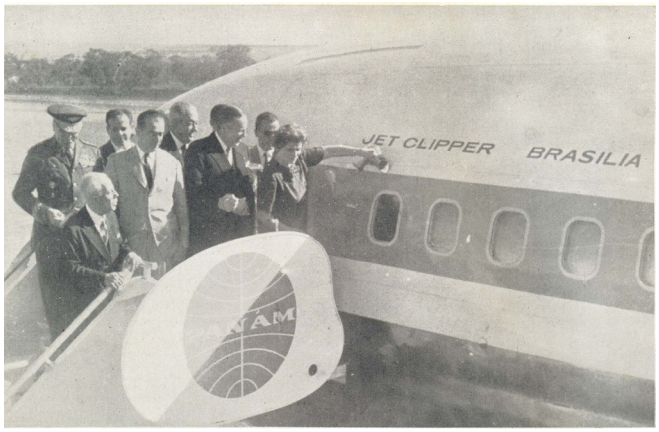

10

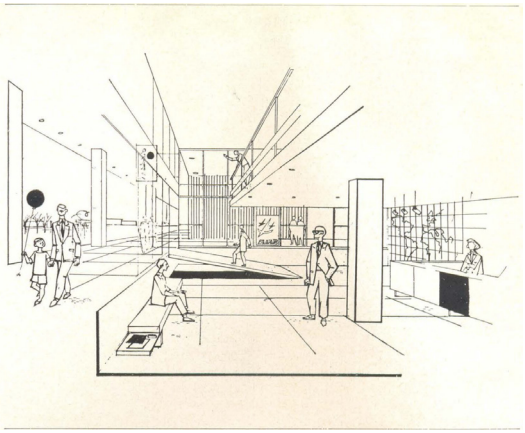

8


11

1. Página 9
2. Página 11
3. Página 14
4. Página 15
5. Página 10
6. Página 15
7. Página 15
8. Página 17
9. Página 17
10. Página 10
11. Página 21

Revista nº41, maio de 1960





1. Página 4
2. Página 6

Revista nº41, maio de 1960







1. Página 2
2. Página 8
3. Página8
4. Página 10

